

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

PESQUISAS SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: uma análise de suas concepções e propostas.

Cristiane Maria Ribeiro

SÃO CARLOS

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

PESQUISAS SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: uma análise de suas concepções e propostas.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Cristiane Maria Ribeiro

SÃO CARLOS

2005

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R484ps

Ribeiro, Cristiane Maria.

Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas / Cristiane Maria Ribeiro. -- São Carlos : UFSCar, 2005.

247 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Educação - negros. 2. Pesquisa. I. Título.

CDD: 370.089 (20^a)

Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Barbosa

Prof.^a Dr.^a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar

Prof. Dr. Ademil Lopes

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques Saes

Dedico este trabalho à memória de
meu irmão Waldomiro
meu tio Sebastião
meu pai Waldemar.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a colaboração e o incentivo de pessoas em diferentes momentos e de diferentes formas, o que me fez sentir uma mulher privilegiada ao tê-las comigo.

Meu especial agradecimento ao professor Joaquim Gonçalves Barbosa por sua orientação segura e paciente, aceitando a trabalhar com a temática o negro e a educação.

Meus agradecimentos especiais a: minha família que muito contribuiu para que eu tivesse a devida tranqüilidade para poder realizar este trabalho, minha mãe Natalina, irmãos Waldemar, Waldiredison, irmãs Cristina, Cristineide e meu sobrinho Marcus Vinícius, que nasceu e cresceu sabendo que “agora a dindinha não pode porque está estudando”.

Meu pai Waldemar que, infelizmente, não pode contar para seus amigos que tinha uma filha doutora, mas onde quer que ele esteja sabe que para mim entre todos os títulos e honrarias, a mais significativa foi ser sua filha e que foram muito importantes nesse processo e na minha vida sua compreensão, carinho e amor sem limites.

Meus amigos Cleber César da Silva e Rosinei Domingas de Araújo que estiveram sempre presentes para ouvir minhas angústias, medos, temores e novidades, obrigado pela torcida.

Também tive a compreensão e apoio de três intelectuais e amigas Agda Lovato Teixeira, Maristela Lopes Vicente da Assunção e Lucia Helena de Assis Machado (agora também uma pesquisadora sobre o negro e a educação).

Nos encontros e seminários sobre o negro brasileiro fiz amizade com dois pesquisadores/militantes negros que dialogaram comigo e não me deixaram com a sensação de estar falando com as paredes, Luciane e Sales. A eles meus agradecimentos.

A amizade de Uydson e Anderson também me foram muito importantes. Obrigado por acreditarem neste trabalho e por defendê-lo.

Agradeço aos professores Ademil Lopes e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva as sugestões por ocasião do exame de qualificação que muito contribuíram no formato final deste trabalho.

Sheila Regina Rizzo, funcionária do setor de Comutação da Universidade Federal de São Carlos ao auxiliar no recolhimento das teses e dissertações, foi também muito importante para a realização desta pesquisa.

Agradeço ainda a Maria Auxiliadora Menezes, ex-aluna querida, que me ajudou a driblar a burocracia possibilitando minha dedicação integral ao trabalho.

Além desses agradecimentos, cabe-me registrar que pude contar também com apoio financeiro do CNPQ por dois meses e, posteriormente, da Capes.

“A melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade. RAMOS (1995,p.103).

Lista de Quadros e Tabelas.

Gráfico I-Distribuição dos pesquisadores por sexo	158
Quadro I-Distribuição dos pesquisadores por grupo racial	158
Quadro-II-Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por instituições	169
Gráfico II- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por caráter da instituição.....	170
Gráfico III- Distribuição das instituições onde foram realizadas as pesquisas sobre o negro e a educação por região do país.....	171
Quadro III – Distribuição das instituições onde foram realizadas as pesquisas sobre o negro e a educação por Estado do país.....	172
Gráfico IV – Distribuição das pesquisas sobre o negro e educação por nível.....	173
Quadro IV- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por agência financiadora.....	174
Gráfico V – Distribuição das pesquisas por grandes áreas do conhecimento.....	175
Quadro V- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por área do conhecimento.....	175
Quadro VI- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por ano de conclusão.....	176
Quadro VII – Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por região onde foram realizadas.....	177
Quadro VIII- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por Estado onde foram realizadas.....	178
Quadro IX - Pensadores mais presentes nas referências bibliográficas das pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil	179

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I- A construção da Identidade Nacional	11
Os estudos sobre o negro no Brasil e a formação da identidade nacional.....	11
Nina Rodrigues e os africanos no Brasil.....	16
Oliveira Vianna e a evolução do povo brasileiro.....	22
Gilberto Freyre e a construção da brasilidade.....	28
Capítulo II- Brasil, uma sociedade multirracial de classes.....	48
Pierson: Raça e <i>status</i> social.....	48
Thales de Azevedo e as elites de cor.....	55
Marvin Harris e seus padrões de relações raciais.....	69
Raça e Classe em Wagley.....	72
A interpretação de René Ribeiro.....	77
Capítulo III- Preconceito e mudança social.....	82
Florestan Fernandes e a integração do negro na sociedade de classes	82
Roger Bastide e o Brasil, terra de contrastes.....	91
Costa Pinto e as relações de raça numa sociedade em mudança	95
Fernando Henrique Cardoso: o negro na sociedade de classe em formação.....	100
Octávio Ianni: raças e classes sociais no Brasil.....	104
O preconceito de marca de Oracy Nogueira.....	112
CAPÍTULO IV- Relações raciais no Brasil contemporâneo.....	123
As desigualdades raciais no Brasil.....	123
Em busca de uma identidade étnica	135
Abdias Nascimento “o negro revoltado”.....	141
Guerreiro Ramos, negro desde dentro.....	148
Capítulo V- As pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.....	157
Os autores.....	157
Os autores que se auto-classificaram como brancos	159
Os pesquisadores que se auto-classificaram como mestiços.....	161
Os pesquisadores que se auto-classificaram como afro-descendentes.....	163
Os pesquisadores que se auto-classificaram como negros.....	164

As pesquisas.....	168
De preto a afrodescendente	185
Relações raciais	189
Propostas/sugestões.....	197
Considerações finais.....	204
Bibliografia.....	211
Anexos.....	238

RESUMO

Este estudo teve como objetivo conhecer a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores com relação à temática do negro e a educação e compreender a extensão do entendimento de negro, relações raciais e educação que subsidiam tal proposta. Para tanto foram analisadas 101 pesquisas entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência, produzidas no Brasil dos anos 70 até o primeiro semestre de 2004. Em nosso trabalho apresentamos quatro momentos paradigmáticos dos estudos sobre o negro no Brasil. Um primeiro localizado historicamente no final do século XIX e início do século XX e entre suas postulações estão as pressuposições da “inferioridade” do negro culturalmente e biologicamente. Uma segunda interpretação do negro no pensamento social brasileiro teve maior expressão nos anos 30 e 40 do século XX e presumia principalmente o suposto padrão harmônico das relações raciais. Outra leitura sobre as relações raciais configurou-se a partir dos trabalhos realizados pelos pesquisadores da “Escola paulista” e seus discípulos, para quem, dentre as principais argumentações está a de que o passado escravista tem grande parcela de responsabilidade na situação do negro na atualidade. Apontamos ainda a leitura liderada por Hasenbalg que pressupõe a intencionalidade de se reduzir as questões do negro brasileiro às questões de classe. Simultaneamente exploramos os estudos que apontam a valorização das especificidades da situação do negro brasileiro recorrendo aos conceitos de identidade étnica e etnicidade. Os dados da pesquisa apresentam um panorama das pesquisas sobre a temática o negro e a educação no Brasil em vários aspectos como: perfil dos pesquisadores e das pesquisas; concepções e propostas/sugestões que indicam as modificações necessárias ao sistema educacional brasileiro para a efetivação de uma educação que respeite a diversidade étnico-cultural.

ABSTRACT

This abstract aimed at exploring the education/pedagogical proposal of researches regarding the theme of blacks and education and understanding the extent of black understanding race relations and education that underline such a proposal. For this task 101 studies were analyzed, including masters dissertations, doctoral theses, and post-doctorate studies carried out in Brazil between the seventies and the first semester of 2004. In our study we present four paradigmatic moments in studies on blacks in Brazil. The first has its historical setting at the end of the XIX century and dawn of the XX and among its postulations are found assumptions concerning black “inferiority”, both cultural and biological. A second interpretation of blacks in Brazilian social thought saw its greatest expression in the thirties and forties of the XX century and primarily took for granted the assumed harmonic pattern in social relations. Another interpretation of race relations evolved the studies carried out by researchers of the São Paulo School (Escola Paulista) and their followers. Among their principal arguments is the assertion that the past practice of slavery is largely responsible for the present situation of blacks in Brazil. We also put forth the interpretation lead Hasenbalg that presupposes the deliberate relegation of questions of black Brazilians to mere questions of class. At the same time we explore studies that point out increased appreciation of the unique aspects of the situation of black Brazilian referring to concepts of ethnic identity and ethnicity. The study’s data presents a survey of research on the theme of blacks and education in Brazil various aspects, such as: profile of researchers and studies, ideas and proposals/suggestions that recommend the necessary modifications to the Brazilian educational system in order to provide an education that respects ethno-cultural diversity.

INTRODUÇÃO

Tivemos como objetivo central desta pesquisa conhecer a proposta¹ educacional/ pedagógica dos pesquisadores com relação à temática negro e a educação e saber a abrangência do entendimento de negro, relações raciais e educação que subsidiam esta proposta.

O interesse por esta investigação surgiu a partir dos resultados de uma pesquisa desenvolvida como dissertação de mestrado, cujo propósito maior foi o de conhecer as concepções das lideranças negras de Uberlândia – Minas Gerais sobre a educação, expressas nas propostas educacionais, intenções, planos, tendências, orientações e alternativas, visando a solucionar os problemas enfrentados pelos negros no interior das escolas.

Como referência foram tomados cinco grupos de movimentos negros, uma vez que estas organizações representavam a vanguarda da defesa dos interesses da população negra e vinham utilizando diferentes estratégias de ação na busca de alternativas para a problemática do negro de maneira geral e, por conseqüência, para as questões ligadas à educação.

O estudo mostrou uma controvérsia sobre quais manifestações podem ser classificadas como movimento social, controvérsia esta que se estende ao movimento negro pela especificidade e pelos critérios sobre os quais eles ancoram suas bases de mobilização e pela própria singularidade das relações raciais brasileiras, fazendo com que a definição de movimento negro esteja atrelada a posicionamentos ideológicos ou interesses grupais.

Ficou bem claro, ainda, que são freqüentes as discussões sobre educação no interior dos movimentos negros estudados, em que pesem às limitações das iniciativas práticas que oscilam entre a preocupação com a conscientização através do trabalho de esclarecimento e com a denúncia de casos de discriminação.

¹ Neste trabalho proposta educacional e pedagógica será aquilo que os pesquisadores que trabalham com a temática negro e educação propõem ou sugerem como necessário que se realize, na escola ou no sistema educacional constituindo-se, portanto, em um rumo, uma direção a ser tomada no tocante à educação da população negra brasileira.

Verificou-se ainda entre as lideranças negras de Uberlândia a unanimidade de que a educação é um dos caminhos para resolver a situação do negro brasileiro, sendo, porém, necessário haver modificações tais como: introdução da história da África nos currículos escolares, redefinição da historiografia do negro brasileiro, trabalho de informação e preparo de educadores, funcionários, pais e alunos para lidarem com as diferenças.

É importante salientar, como faz PINTO (2002, p.115), que o interesse do movimento negro pela educação não é recente, pois, desde o início do século XX vem refletindo sobre a educação com essa perspectiva. Pode-se mesmo dizer que a educação/diversidade tem sido uma questão freqüente na mobilização do negro em nosso país. Essas reflexões sobre movimento negro e educação despertaram-nos o interesse pelos pesquisadores que se detêm em investigar as questões relacionadas ao negro e a educação.

Ao propormos esta investigação, consideramos as informações de PINTO (1987) ao afirmar que a partir dos anos 70 as pesquisas sobre o tema passaram a ser mais intensas e freqüentes, dando aos pesquisadores e militantes condições para exigirem urgência de modificações no setor educacional. A autora informa ainda que a preocupação com a educação da população negra aparecia de forma recorrente tanto na obra de estudiosos brancos quanto na de estudiosos negros que investigaram as relações entre raças no Brasil, o que se estendia também à produção negra militante. Entretanto, notou-se que isto aparecia de forma subsidiária, geralmente no contexto de análises mais amplas, sem privilegiar o recorte e o enfoque educacional.

Para CONSORTE (1991, p.89), tal situação se modificou nos anos 70, quando se observou o crescimento da presença do negro como investigador de sua problemática e a assunção de uma postura crítica sobre tudo o que se produzia a seu respeito, evocando para si não apenas a reflexão, mas também formas de atuação capazes de reverter a sua situação no interior da sociedade brasileira. Sendo assim, passou-se a denunciar as discriminações a que os negros eram submetidos, enfatizando os prejuízos de que eram vítimas dentro do sistema educacional brasileiro.

Considerando-se os estudos sobre raça e educação, PINTO (1992) analisou os artigos presentes nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e concluiu que as temáticas mais estudadas foram: representações de categorias étnico-

raciais nos materiais didáticos e paradidático; análise das estatísticas educacionais em função da raça/cor da população e identidade/socialização das crianças negras.

GONÇALVES & SILVA (1998) categorizaram os estudos sobre relações raciais e educação entre os anos 80 e 90 apresentados na ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação) havendo um predomínio sobre: identidade de crianças negras, estereótipos e preconceitos nos livros didáticos; identidade étnica de trabalhadores rurais; rituais pedagógicos enquanto mecanismo de discriminação racial; formação e trajetória de professores negros e avaliação de experiências no campo da multiculturalidade.

Tendo em vista estas contribuições estabelecemos como objetivos de nossa investigação conhecer a proposta educacional/pedagógica das pesquisas que trabalham com a temática negro e a educação e saber a abrangência do entendimento de negro, relações raciais e educação que subsidiam esta proposta. Essas informações foram retiradas a partir da leitura de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência produzidas e defendidas em programas de pós-graduação *scritu sensu* no Brasil no período correspondido entre os anos de 1970 até as defendidas no mês de Maio de 2004.

Estamos considerando que nem todas as pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil se preocuparam em construir uma proposta educacional/pedagógica tendo em vista os problemas enfrentados pela população negra no campo educacional, porém ao discutirem as questões referentes à situação e aos percalços enfrentados pelo negro no sistema educacional, podem trazer de forma implícita ou explícita sugestões importantes e necessárias.

Há de se considerar ainda que documentos oficiais estão chamando a escola para “*posicionar-se criticamente em relação a esses fatos, mediante informações corretas, cooperando no esforço de superação do racismo e da discriminação*” (PCNs, 1997, p.45). Podemos mencionar a publicação através do Ministério da Educação do livro “Superando o Racismo na Escola” (2001), que possibilita a professores e alunos alguns subsídios que podem ajudar no processo de transformação das relações entre negros e brancos no Brasil. Temos que mencionar ainda a promulgação da Lei 10639/2003 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/1996 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-

brasileira e a africana na Educação Básica e que foi regulamentada pelo parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 003/2004 e que entre outras coisas procura oferecer resposta na área de educação à demanda da população afro-descendente no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparação, de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

PINTO (2002, p.115-118) também percebe o aumento do interesse pelas questões relacionadas ao negro e à educação, ao informar que têm aumentado os debates sobre o assunto em eventos organizados por instituições ligadas à educação. Há de mencionar também o concurso “Negro e Educação promovido pela ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) em parceria com a ação Educativa (organização não governamental) com o apoio financeiro da Fundação Ford”.

HADDAD (2002, p.10) considera que o concurso “Negro e Educação” trouxe subsídios importantes para que se amplie o conhecimento tanto teórico como empírico sobre o tema, haja vista que na primeira edição do concurso ocorrido no período de 1999-2000 foram apoiados dez projetos e no período 2001-2003, a segunda edição apoiou 15 trabalhos universitários de várias partes do Brasil e a terceira edição contemplou 20 projetos.

Estamos considerando ainda as informações de GONÇALVES (2003, p.17) ao afirmar que embora tenha acumulado significativamente a presença de negros no ensino fundamental, o mesmo não ocorreu no ensino superior, pois, somos minoria nas universidades e muito sub-representados nos programas de pós-graduação, e, mesmo admitindo que como pesquisadores ainda sejamos poucos, ele defende a necessidade de discutir o nosso papel na construção do conhecimento científico no Brasil. O autor reconhece a combatividade, principalmente dos movimentos negros urbanos do século XX, mas acrescenta:

“Dessas construções, nós negros, participamos gradativamente. Enquanto militantes essa participação tem sido evidente. Estamos à frente de todas as iniciativas de combate ao racismo. Já enquanto produtores do conhecimento, a nossa participação tem sido prejudicada em função de fortes barreiras, principalmente no que tange ao ensino superior e à pesquisa acadêmica”. GONÇALVES. (2003, p.16).

No entanto, não podemos deixar de mencionar a preocupação dos pesquisadores que trabalham com relações raciais de saber como é a produção acadêmica sobre o negro brasileiro. Com esse intuito, em 1989, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP)- Campus Marília se realizou o I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros da Universidade Paulista. Também em 2000 em Recife aconteceu o I Congresso de Pesquisadores Negros com a preocupação de efetivar um balanço da produção recente dos pesquisadores negros e de estudos que lidam com as temáticas relacionadas com a situação dos afrodescendentes. Nesse congresso estiveram presentes 320 pesquisadores pertencentes às áreas de educação, saúde, história, sociologia e antropologia.

O II Congresso de Pesquisadores Negros realizado em São Carlos, em 2002, teve como ponto mais relevante a aprovação do estatuto da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros com o objetivo principal de congregar pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra no Brasil. E o terceiro congresso de pesquisadores negro aconteceu em São Luis na Universidade Federal do Maranhão no período de 06 a 10 de setembro de 2004 e deu continuidade às atividades dos congressos anteriores.

Vale a pena mencionar como parte dessa preocupação de congregar esforços para a divulgação e análise das pesquisas interessadas em discutir as relações raciais no Brasil a criação em 2001 do Grupo de Estudos Relações Raciais/ Étnicas e Educação pela ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) que a partir de 2004 se transformou no grupo de trabalho Afro-brasileiros e educação.

É nesse contexto em que aparecem iniciativas de instituições governamentais e não governamentais acrescidas de iniciativas de militantes e pesquisadores negros que propomos uma investigação que objetiva conhecer a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores que trabalham com a temática negro e a educação e saber a abrangência do entendimento de negro, relações raciais e educação que subsidiam essa proposta/sugestão.

Especificamente sobre a análise dos trabalhos que imbricam a temática o negro e a educação existe o artigo de CUNHA JÚNIOR (1999) apresentado no Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste em que o autor analisou teses e projetos

de pesquisa relativos à educação do negro brasileiro, entrevistou autores, colheu opiniões e avaliou criticamente o material recolhido. O autor abordou as dificuldades encontradas para construção destas dissertações, dentre outras, destacou a falta de orientadores para a temática e a leitura de textos descontextualizados já superados e que reforçam as posturas conservadoras da sociedade harmônica de miscigenação intensa e diferente de todos os outros lugares do mundo. Além disso, mereceu destaque a endogenia dos pesquisadores que formavam espaços regionais ao refletirem nos trabalhos desconhecimento do próprio conjunto criado na sua amplitude nacional.

Outrossim, ao propormos esta pesquisa estamos considerando, sobretudo a singularidade das relações raciais no Brasil que perversamente produz um mecanismo de negação de identidade do negro brasileiro, fazendo com que a classificação racial neste país se torne uma tarefa complexa envolvendo, entre outras coisas, posições teóricas e interesses grupais.

Autores como, por exemplo, FERNANDES (1978); HASENBALG (1979); ROSEMBERG (1998), entre outros, conseguem identificar a existência de uma segregação econômica dos negros em relação aos demais grupos raciais.

Nesta mesma linha temos as afirmações de TELES (1996, p.128), reconhecendo que os negros brasileiros vivem em espaços sociais definidos e, segundo o autor, este fenômeno se deve em parte, à classe social a que pertencem. O autor nota ainda a diferença de renda existentes, entre negros e pardos, praticamente ausentes da classe média brasileira. Para ele essa situação poderia sugerir que a classe social é uma importante “marca étnica”. No entanto, cabe destacar que ela, por si só, não explica a marginalização a que a sociedade brasileira relega aos negros.

Um outro grupo de estudiosos considera a importância de se reconhecer uma marca cultural historicamente identificada com o negro, o que implicaria a valorização da cultura e da raça negra e o reconhecimento de que ela sempre foi desvalorizada. Essa é a posição defendida por SIQUEIRA (1996, p.157) quando afirma que as famílias de descendentes de africanos, denominadas afro-brasileiras, têm um jeito próprio de viver cultivando valores que lhe foram legados pela cultura originária que unifica todos esses segmentos forjando a existência de uma raiz socioeconômica, política e cultural diferenciada.

Alguns autores apontam as limitações de se classificar e identificar o negro brasileiro a partir dos aspectos culturais, salientando principalmente a forte assimilação cultural dos negros trazidos da África e a impossibilidade de no atual contexto precisar o que é cultura negra. TELES (1996, p.25), afirma, por exemplo, que as religiões de origem africana não separam o mundo dos negros do mundo dos brancos.

D'ADESKY (1997, p.37) defende esse posicionamento ao afirmar que *“atualmente, brancos e negros brasileiros compartilham, mais do que imaginam, modelos comuns de comportamento e de idéias. Os primeiros são mais africanizados e os segundos mais ocidentalizados do que acreditam”*.

Há a possibilidade de se classificar o negro brasileiro negro e usando como critério traços fenotípicos, principalmente a cor da pele. No entanto, os questionamentos que se têm colocado é o fato de existir uma certa fluidez na classificação racial do brasileiro, ou seja, os termos mestiços e pardos já estão legitimados pelo senso comum no Brasil. Além disso, existe a singularidade de esses grupos se verem melhores e diferentes dos negros.

Para SANSIONE (1996, p.166), o sistema de classificação racial reflete o conflito e a negociação ao redor da cor e, mais amplamente, das várias formas como as ideologias raciais são vivenciadas nas diferentes camadas e instituições. Além disso, este sistema revela os discursos oficiais do Estado, da Igreja Católica, dos partidos políticos e, em época recente, os discursos oficiais da indústria do lazer, do turismo, da propaganda, da mídia e das ciências sociais sobre relações raciais.

GONÇALVES (2003, p.16) nos traz importantes esclarecimentos sobre a problemática da classificação racial brasileira afirmando que com a força dos movimentos negros urbanos, o século XX vai conhecer um conjunto de esforços com intuito de se interferir no sentido da classificação racial brasileira: “de homens de cor a pretos” de “pretos a afro-brasileiros”, de “afro-brasileiros a negros”, de “negros a afrodescendentes”, e assim por diante.

Não podemos perder de vista nesse processo a complexidade da construção da identidade negra neste país, uma vez que existe a possibilidade de pessoas com traços físicos que demonstrem, ascendência europeia se classificarem como negros e, por outro lado, de pessoas com traços marcadamente de ascendência africana se

classificarem como brancos. O que realmente não podemos perder de vista é a luta do movimento negro no decorrer do século XX para ressignificar o termo negro denotando-lhe um sentido de resgate e valorização do legado dos africanos, o que significa que o termo negro não pode se limitar às características físicas. Trata-se de uma escolha política como bem nos mostra GONÇALVES (2003).

“No jogo das representações, são tecidas categorias mentais que nos classificam, por vezes nos engessam, mas também nos constroem e reconstroem”. GONÇALVES (2003, p.15).

Sobre a literatura a respeito do negro brasileiro LEPINE (1996) salienta que toda história dos estudos referentes ao negro brasileiro nos aparece como um jogo de combinações e substituições entre três termos: raça, cultura e classe.

Minha suspeita, portanto, é de que a literatura sobre o negro e a educação também esboce o conflito existente no senso comum e nos discursos acadêmicos sobre relações raciais, tornando de suma importância uma investigação que proponha identificar qual é a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores que trabalham com a temática negro e a educação e o entendimento de relações raciais que subsidiam a mesma, uma vez que entendemos que os objetivos e as ações sugeridas pelos pesquisadores refletem em última instância suas concepções sobre negro, relações raciais, educação e sociedade, além do projeto político para esta sociedade.

Sendo assim, esta pesquisa tem como finalidade conhecer e analisar a proposta educacional/pedagógica construída e sugerida pelos pesquisadores que lidam com a temática negro e a educação nos últimos 34 anos e o entendimento de relações raciais que subsidiam esta proposta.

Nosso trabalho constituiu-se na leitura das teses e dissertações, buscando informações a partir de uma ficha construída com base nos objetivos de pesquisa.

A seleção dos trabalhos foi feita a partir da leitura de bibliografias sobre o negro brasileiro. Dentre as muitas obras consultadas, podemos destacar.

- ALVES, Henrique L. **Bibliografia afro-brasileira**: estudos sobre o negro. 2. ed. Rio de Janeiro. Cátedra, 1979;

- BARCELLOS, Luiz C; CUNHA, O. M. G. da; ARAÚJO, T.C. N. **Escravidão e relações raciais no Brasil**: cadastro da produção intelectual (1970-1990). Rio de Janeiro: CEAA, 1991;
- BIBLIOTECA AMADEU AMARAL. **Bibliografia afro-brasileira**. Rio de Janeiro: FUNARTE. Instituto Nacional do Folclore, 1988;
- COUCEIRO, Solange Martins. **Bibliografia sobre o negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: CODAC. USP, 1974;
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Bibliografia sobre o negro**. 2. ed. Salvador: Diretoria de Bibliotecas, 1995;
- GASPAR, Lúcia Maria Coelho de O (coord.). **O negro no Brasil**: uma contribuição bibliográfica. Recife. Ed. Massangana, 1994;
- MUNANGA, Kabengele. **100 anos de produção bibliográfica sobre o negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares Vol. 01. 2000.
- MUNANGA, Kabengele. **100 anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003;
- NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. **O que você pode ler sobre o negro**: guia de Referências Bibliográficas. Florianópolis: NEN, 1998;
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia sobre o negro**. Secretaria de Comunicação Social de Maceió, 1989.

Buscamos ainda indicações de pesquisas sobre o negro e a educação nas referências bibliográficas das próprias teses e dissertações, no CD-ROM da ANPED de 1999 e pessoalmente consultamos bancos de dados de algumas Universidades Brasileiras².

² A consulta foi feita em apenas algumas Universidades por estas serem geograficamente mais acessíveis: UFSCar– Universidade Federal de São Carlos; UFG- Universidade Federal de Goiás; UFU– Universidade Federal de Uberlândia; UNICAMP– Universidade Estadual de Campinas; PUCAMP– Pontifícia Universidade Católica de Campinas; UNB– Universidade de Brasília; UFRJ– Universidade Federal do Rio de Janeiro; UERJ– Universidade Estadual do Rio de Janeiro; UFF– Universidade Federal Fluminense; UEG– Universidade Estadual de Goiás; UFMT- Universidade Federal do Mato Grosso.

A partir do recolhimento destes trabalhos, pessoalmente ou através do COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) buscaram-se, por meio de leituras, algumas informações a partir da ficha destinada aos objetivos em questão.

Como dinâmica para a exposição deste trabalho adotamos o seguinte critério: no primeiro capítulo trazemos uma leitura das concepções sobre o negro vigente no final do século XIX e início do século XX, concentrando-se na recuperação da trajetória histórica de alguns conceitos importantes para compreender os estudos sobre o negro no Brasil neste período, ou seja, branqueamento e miscigenação, buscamos abordar também as discussões sobre os negros nos anos 30 e 40, contexto em que predominam as interpretações que postulam a idéia de Brasil como democracia racial. Nesse contexto emergiram os trabalhos de Gilberto Freyre.

No segundo capítulo, buscamos analisar a origem da idéia de que o Brasil é uma sociedade multirracial de classe e, nesse contexto, desponta o trabalho de Donald Piersom e de alguns pesquisadores que realizaram pesquisas sob o patrocínio da UNESCO.

No terceiro capítulo, poder-se-ão vislumbrar as interpretações que analisam a problemática do negro brasileiro relacionada ao processo de mudança social.

No quarto capítulo buscamos compreender as análises sobre o negro no Brasil que exploram desigualdades raciais e também os que se fundamentam na noção de etnicidade. Nesse capítulo também são destacadas as rupturas e continuidades na interpretação das questões relacionadas à visão da situação do negro brasileiro, destacando-se a visão de dois intelectuais/militantes negros, Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos.

No quinto e último capítulo são apresentados os dados da pesquisa, sobre as dissertações e teses, identificando a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores que lidam com a temática negro e a educação.

CAPITULO I

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

1- OS ESTUDOS SOBRE O NEGRO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Neste capítulo o objetivo foi traçar a trajetória dos estudos sobre o negro brasileiro, com a intenção de recuperar as principais representações do negro no pensamento social brasileiro, por isso o texto aborda também alguns estudiosos, a partir de suas obras, bem como de seus comentadores.

BORGES PEREIRA (1981) contabilizou quatro vertentes temáticas principais dos estudos sobre o negro no Brasil: a primeira aborda o negro “como expressão de raça”, sendo esta vertente tributária teórica do pensamento evolucionista e seus desdobramentos racistas; a segunda avalia o negro “como expressão de cultura” e, balizando-se pela teoria da aculturação e seus desdobramentos culturalistas, priorizam pesquisas e análises de conteúdos culturais de traços complexos e padrões identificados como de procedência africana. A terceira vertente analisa o negro “como expressão social”, ou seja, aflui para análises e interpretações das assimetrias das relações raciais. Já a quarta, definida como fase atual, tem se caracterizado pela utilização científica de orientações teóricas e metodológicas da Antropologia Social e tem privilegiado “*a especificidade da produção cultural negra enfatizando a esfera religiosa e as questões de identidade e resistência*”.

Em sua tese de concurso para professor titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, MAGGIE (1991) afirma que pode-se dividir

os estudos sobre o negro no Brasil, correndo o risco de simplificar a questão em quatro grandes linhas.

A primeira explicaria as diferenças sociais a partir das diferenças biológicas. O negro, no final do século XIX, era o ex-escravo, e para pensar a desigualdade entre o ex-escravo e os brancos, buscavam-se elementos na biologia. O principal representante desta vertente foi Nina Rodrigues. A segunda vertente enfatizou a cultura e construiu a diferença a partir da distinção originária entre brancos (portugueses), negros (africanos) e índios. Esse triângulo explica nossas desigualdades a partir das diferenças na cultura o maior expoente dessa vertente que vê o Brasil através de um viés culturalista foi Gilberto Freyre. Uma terceira vertente de estudos sociologiza as diferenças e buscando desvendar nas desigualdades sociais existentes entre os grupos raciais no Brasil. Entre os autores dessa perspectiva estão Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Oracy Nogueira e Costa Pinto, autores que constituíram a escola paulista. De acordo com MAGGI (1991), dentro desta perspectiva sociológica nos anos 70 passa a existir uma crítica à Escola Paulista ao situar o debate sobre relações raciais no Brasil a partir da explicitação das desigualdades raciais. Entre os autores estão Hasenbalg, Silva e Porcaro e Araújo. A quarta vertente desvenda as diferenças a partir do conceito de identidade: Roberto Cardoso de Oliveira com a noção de identidade constrativa, Manuela Carneiro da Cunha e muitos outros explicam nossas diferenças como resultado de objetivos sociais, políticos e culturais conflitantes e divergentes dos muitos grupos que interagem em uma mesma sociedade.

O negro enquanto objeto de estudo vai surgir estreitamente vinculado às discussões sobre identidade nacional, uma preocupação que vai figurar desde o final do século XIX até os anos 40 do século XX, alicerçada principalmente no interesse em se definir os fundamentos histórico-sociais capazes de fornecer os elementos de uma identidade nacional. Decorre daí o interesse em definir a procedência, as características físicas e culturais das raças presentes no país. ORTIZ (1985) informa sobre essa vinculação entre os primeiros estudos sobre o negro brasileiro e a problemática da identidade nacional quando afirma.

“A questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional”. ORTIZ. (1985, p.13).

As afirmações de GUIMARÃES (1992, p.85-86) também caminham neste sentido ao explicitarem que entre as necessidades impulsionadoras da transformação do negro em objeto de ciência estava a do conhecimento dessa população a fim de integrá-la ao corpo social e de estabelecer uma identidade nacional que considerasse a população negra e mestiça.

Dando prosseguimento às suas afirmações, a autora esclarece que esta necessidade fez com que “*o negro deixasse a cozinha para passar à sala, não agora como criado ou convidado, mas como tema dos livros nas estantes*”. Nesse contexto se tornam comuns indagações sobre o que fazer com o contingente de mão-de-obra escrava após a abolição da escravidão, se os ex-escravos deveriam ou não ser incorporados à nação.

SCHWARCZ (1993) considera que estas preocupações com o caráter nacional e a configuração racial do país vão levar os estudiosos a reflexões *sui generis*, aproveitando algumas máximas do evolucionismo e desprezando outras.

"Falar em adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em ‘evolução humana’, porém diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar ‘a parte gangrenada’ e garantir que o futuro da nação era ‘branco e ocidental’”. SCHWARCZ (1993, p.242).

A este respeito MUNANGA (1999a) também afirma que no Brasil, como aconteceu na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seu quadros no pensamento da ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu

país, mas também e, sobretudo para propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática dada a diversidade cultural.

Em síntese, as preocupações dos pensadores e da elite do final do século XIX e início do século XX giravam em torno da construção da identidade nacional e nesse processo a definição do lugar que caberia aos negros e mestiços.

A este respeito SKIDMORE (1976) mostra, por exemplo, que a teoria do branqueamento foi aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914. Segundo o autor, a tese do branqueamento pressupunha: a superioridade branca, às vezes pelo uso de eufemismos “raças mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão da “inferioridade inata”; de que a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social; de que a miscigenação produzia “naturalmente”, uma população mais clara, em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros que eles.

MAUÉS (1997), ao recuperar a construção teórica do branqueamento, alerta que:

“No caso do Brasil, o ‘dilema’ (racial) a ser resolvido não estava apenas no nível da realidade do país, mas implicava também, como me referi acima, em conciliar essa realidade com as idéias dos teóricos europeus que apontavam não só a raça negra, mas (e principalmente) a mestiçagem, como causa da degenerescência da raça branca e do declínio de qualquer civilização que ela se proponha a criar em situação onde haja o extenso contato com as raças ‘inferiores’. Diante disso a solução brasileira vai ser a formulação da tese do branqueamento, pedra angular de toda a nossa ideologia racial elaborada pelas elites brancas, a qual, de qualquer forma, continua a se manter de pé até hoje, permeando o pensamento, o discurso e o projeto de brancos e não brancos no Brasil”.MAUÉS (1997 p.21).

Podemos perceber que os estudos sobre o negro no Brasil iniciam-se atrelados a uma preocupação marcante com o caráter nacional e à realidade da configuração racial brasileira, questionando sobremaneira o lugar da população negra e mestiça nesta

nação em construção. Isto é sintetizado por CORREIA (1998, p.54) ao afirmar que “*antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça*”.

CORREIA acrescenta que no momento em que se colocaram as questões de cidadania e de nacionalidade na sociedade brasileira torna-se um imperativo político definir mais claramente os critérios de inclusão/exclusão do estatuto de cidadão nacional.

Seu argumento (p. 56) é que os negros não só foram excluídos da participação de vários setores da vida pública brasileira, mas também pela manutenção de uma política autoritária em cuja definição a presença da discriminação não pode ser esquecida.

“Essa exclusão parece ter sido também o resultado de uma atuação coerente, apoiado por um racismo ‘científico’ que legitimou iniciativas políticas seja a nível nacional como no caso dos privilégios concedidos à imigração que tiveram como consequência uma entrada maciça de brancos no país seja em nível regional, com políticas específicas de repressão das atividades religiosas e culturais dos negros”. (...) CORREIA (1998, p.56).

A autora ainda nos relata que o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período do final do século XIX e início do século XX, constituindo-se o ponto central de suas análises como povo e como nação.

Para nós basta reter que havia nesse contexto a necessidade da criação de um novo projeto político para o país, onde a mão-de-obra escrava ocupava um ponto central, uma vez que a partir da abolição se redefiniam os critérios de sustentação de cidadania. Portanto, hoje, quando encontramos posições ou ações que colocam os negros como cidadãos de segunda ordem, tal fato decorre, entre outras, coisas da efetivação de um projeto de nação.

2- NINA RODRIGUES E OS AFRICANOS NO BRASIL

As discussões sobre nacionalidade conduziram Nina Rodrigues e seus contemporâneos a se preocuparem com a definição do país como nação, destacando as questões raciais como centro de suas preocupações teóricas de pesquisa e de atuação política. CORREIA (1998).

Para CORREIA, *“Nina Rodrigues retoma o problema da definição de negro como pessoa ou como coisa, dilema retórico da escravidão recolocando-o do ponto de vista científico depois dele, e desde aí, o negro passaria a ser considerado um objeto de ciência”*.

Esclarece ainda a autora que o negro se torna uma grande preocupação na carreira de Nina Rodrigues.

“Os negros, seus objetos que fizeram mais sucesso na história de sua carreira, tinham estado até então fora da sociedade civil, mas de certa forma tinham conseguido entrar nela - e esse parece ser o grande horror que ele denunciaria sem tréguas: a possibilidade de o negro transformar o branco, alterá-lo, torná-lo outro. No mesmo movimento analítico através do qual os integrava num coletivo cultural, reconhecendo-os como grupo social, Nina Rodrigues os excluía da participação integral na sociedade brasileira como um todo. É como se, com a eliminação da barreira jurídica da escravidão e a visibilidade que, talvez por isso, a miscigenação parecia assumir naquele momento, se explicitasse também a diferença entre as velhas táticas de separação, de exclusão, utilizados pelas classes dominantes e essa nova, de procurar o perigo potencial, virtual que o negro passava a representar. Liberto o escravo, tornava-se óbvia a entrada do negro numa sociedade que se queria branca, sua presença, possível em todos os brancos”. CORREIA (1998, p.168-169).

SKIDMORE (1976) também coloca Nina Rodrigues como o principal doutrinador racista brasileiro de sua época, porque acreditava na “inferioridade racial” do

negro e afirmava que a “inferioridade do africano” fora estabelecida fora de qualquer dúvida científica.

Podemos perceber em seu livro “Os africanos no Brasil” (1977) que entre as preocupações centrais estão: o mapeamento da presença dos grupos étnicos trazidos para o Brasil; a descrição das características físicas de cada um destes grupos e o relato de hábitos, costumes e influências culturais que trouxeram para cá. Ou nos termos do autor “*extintos os africanos, não assimilados, mas em todo caso incorporados aos negros crioulos ao nosso meio étnico, a reconstrução da psicologia social ou popular da raça negra no Brasil apenas pode ser tentada hoje no que, das suas manifestações espirituais sobreviveu na população heterogênea do país*”. RODRIGUES (1977 p.21).

Por outro lado não podemos desconsiderar as motivações subjacentes a esse levantamento, como ele mesmo afirma que “*antes de demonstrar a persistência do estado mental dos selvagens nas concepções fundamentais das mitologias negras, ensaiaremos o seu estudo, como simples sobrevivências, nos usos e costumes africanos introduzidos no Brasil pelos escravos pretos*”. RODRIGUES (1977, p.173).

Já nas páginas iniciais do seu livro “Os africanos no Brasil” (1977), o autor argumenta sobre a “inferioridade” dos povos negros ao afirmar que “*se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados*”. (RODRIGUES, 1977, p.4).

Nessa parte do texto do autor é perceptível a fragilidade da sua análise principalmente por desconsiderar a configuração mundial e as vantagens dos países europeus em se tratando de forma de organização social e avanço tecnológico.

Pelo exposto neste livro, o autor é tributário das teorias evolucionistas, o que pode ser percebido claramente quando ele, condenando a escravidão, argumenta que “*o critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum à revoltante exploração que deles fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos*”. Argumenta ele, ainda que para a ciência não é esta “inferioridade” mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da

humanidade em suas diversas divisões ou secções. Particularmente sobre o negro brasileiro ele assim conclui.

“A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de se constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. RODRIGUES(1977, p.7).

Essa concepção de “inferioridade” expressa em seu livro “Os africanos no Brasil” pode ser também visualizada quando o autor aborda as religiões de matriz africanas.

“Como se vê, são eloqüentes vestígios de uma religião atrasada e africana que, transportada para o Brasil, aqui se misturou com as cerimônias populares da nossa religião e outras associações e seitas existentes, resultando de tudo isso perigosa amálgama, que só serve para ofender a Deus e perverter a alma”. RODRIGUES (1977 p.260).

Ainda acerca das representações do negro no livro “Os africanos no Brasil”, pode-se perceber que o autor critica as posições que estabelecem comparações sobre os “estágios de evolução” da raça branca com o processo de “evolução da raça negra”. O autor desautoriza a idéia de que muitos povos negros já andam bem próximos do que foram os brancos no limiar do período histórico e a crença de que os povos negros mais cultos repetem na África a fase da organização política medieval das modernas nações européias. Para ele, não se justificavam as esperanças de que os negros possam atingir a maioria social no convívio dos povos cultos, posição expressa claramente pelo autor no trecho abaixo.

“O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura, mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é exatamente morosa, por parte dos

negros, a aquisição da civilização européia”. RODRIGUES (1977, p.263- 264).

Interessante notar que este autor faz parte daquele grupo a que SCHWARCZ (1993) e SKIDMORE (1976) fazem alusão de usarem as teorias racistas de forma *sui generis*. RODRIGUES (1977, p.268) afirma categoricamente a “inferioridade do negro” em relação ao branco a começar pela massa encefálica que, segundo ele, pesa menos, e do aparelho mastigatório que possui caracteres animais, até as faculdades de abstração (p.268) e, por outro lado, contesta a idéia de condenação definitiva do país ao afirmar que os negros que foram introduzidos no Brasil pelo tráfico eram dos mais adiantados.

“Ora, os nossos estudos demonstram que, ao contrário do que se supõe geralmente, os escravos negros introduzidos no Brasil não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados, brutais ou selvagens. Aqui introduziu o tráfico poucos negros dos mais adiantados e mais do que isso mestiços camitas convertidos ao islamismo e provenientes de estados africanos bárbaros sim, porém mais adiantados”. RODRIGUES (1977, p.268-269).

Sem dúvida o que fica registrado a partir de leitura de um outro livro de autoria de Nina Rodrigues “As raças e a responsabilidade Penal no Brasil” (1938) é que realmente existia para ele uma crença na inferioridade dos negros em relação aos brancos. Veja o trecho abaixo.

“Desconhecendo a grande lei biológica que considera a evolução ontogênica simples recapitulação abreviada da evolução Phylogenica, o legislador brasileiro cercou a infância do individuo da garantias da impunidade por imaturidade mental, creando a seu beneficio as regalias da raça, considerando iguaes perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribus selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão”.RODRIGUES (1938 p.102).

No seu livro “O animismo fetichista dos negros bahianos” (1935) em que o autor afirma pretender fazer um estudo sobre as religiões, os cultos e as práticas mágicas dos negros na Bahia, pode-se perceber em diversas passagens, sua concepção de que não só as religiões de origem africanas, são “inferiores” mas também os próprios negros como sendo “inferiores”. Tal posição fica explícita no trecho abaixo.

“Assim, a sua crença inabalável nos processos de encantação ou magia, o prestígio extraordinário do feitiço, coisa-feita ou gri-gri, todas essas manifestações de um animismo inferior, não excluem, do contrário coexistem com a adoção de uma mythologia já bem complexa”. RODRIGUES (1935, p.59-60).

Vale também observar o trecho abaixo quando o autor, ao descrever as cerimônias religiosas, esboça o seguinte argumento.

“A proibição de alimentar-se de carne de certos animais sempre ou em dois dias marcados da semana, é uma praxe muito seguida e que lembra o tabo de certas raças inferiores”. RODRIGUES (1935 p.73).

O trecho abaixo também é um bom exemplo do preconceito existente nesta obra do autor contra o negro.

“Em regra o negro bahiano está ainda nesse estado de evolução mental em que não se admite que, fora das mortes violentas, haja moléstias e mortes naturais. A moléstia é sempre o produto da encantação, de um feitiço: ao feiticeiro, pois a missão de destruir pela intervenção da magia essa obra sobrenatural”. RODRIGUES (1935, p.92).

No trecho abaixo ele caracteriza os negros de simples, incultos e supersticiosos.

“As circunstâncias variadíssimas em que esses fatos tem sido observados, a multiplicidade de indivíduos completamente

estranhos uns aos outros, em que a possessão se tem manifestado, o testemunho de pessoas respeitáveis, já por si tornavam inadmissíveis a hipótese de fingimento ou simulação. E a natureza e forma das manifestações são por demais estranhos e anormais para não impressionarem profundamente espíritos simples, incultos e supersticiosos como os dos negros”. RODRIGUES (1935 p.105-106).

Em síntese, o autor expressa nesse livro a crença de que as religiões de matriz africana eram uma prova do seu “atraso”.

Em “As Collectividades Anormais” (1939), falando sobre a histeria o autor postula sobre a possibilidade de esta se manifestar mais entre a população negra e recupera a idéia de suas crenças religiosas serem inferiores.

“Outra causa que deve ter influído poderosamente, na Bahia, sobre o desenvolvimento da epidemia, foi a predominância numérica da raça negra e de seus mestiços em nossa população. Demonstrei em outros trabalhos que as danças e, sobretudo as danças sagradas a que se entregam tão apaixonadamente os negros, constituem um poderoso agente provocador de hysteria”. RODRIGUES (1939, p.121).

Como pudemos perceber, as teses de Rodrigues acerca do negro brasileiro em particular estão alicerçadas em um certo desconhecimento histórico da realidade histórico-social. Nesse processo de pensar o negro com olhos de “cientistas”, Nina Rodrigues deixa explícito a crença em uma “inferioridade” dessa população, e uma preocupação com a nação que pudesse ser construída tendo em vista a configuração racial do Brasil.

3- OLIVEIRA VIANNA E A EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Para MOURA (1990, p.197), outro autor que também esboça sua preocupação com a configuração racial brasileira foi Oliveira Vianna, pensador no Brasil que mais assimilou e manipulou os valores da antropologia do século XIX e início do século XX. Além disso, ele afirma que para Oliveira Vianna, as raças inferiores, o negro principalmente, tinham que desaparecer na luta com outras raças mais fortes e superiores. Acrescenta-se a isso a idéia de que o processo civilizatório era atributo da raça branca que, mesmo quando se misturava com os negros e outras raças inferiores, arianizava-os.

Outro aspecto destacado por MOURA (1990) na obra de Oliveira Vianna é o fato de este pensador ter estabelecido uma escala racial mítica, em que o branco estava no cume da pirâmide e os negros na sua base. Oliveira Vianna transferiu essa escala para explicar as relações escravistas no Brasil a partir da qual conclui que os negros e os índios, por serem membros de “raças bárbaras”, estavam destinados a trabalhar e obedecer e os brancos dominadores, por serem uma “raça pura e superior” estavam destinados a impor, por um mandato biológico.

Essa formulação de uma escala racial pode ser claramente percebida em seu livro “A evolução do povo brasileiro” (1938) onde Oliveira Vianna afirma que cada raça se distribui pelas diversas classes sociais conforme suas aptidões específicas e que durante o longo processo de formação social, os negros e índios não dão às classes superiores e dirigentes nenhum elemento de valor. Afirma também poder perceber a utilização desta escala na administração colonial.

“Os estadistas colonniaes reconhecem esta nova diferenciação da massa social e, como de costume, procuram adaptar os órgãos administrativos a essa peculiaríssima condição. Na organização do aparelho militar, por exemplo, elles comprehendem a impossibilidade de romper com essas divisões étnicas e com preconceitos de cor, concentrando e misturando nos mesmos corpos homens de tão diversas raças, separadas por uma tão

incoercível repulsão. Dahi vemos, ao lado dos clássicos regimentos e companhias de homens brancos – ‘tropas de linha’ e ‘milicianos’ – surgirem os batalhões de homens de côr, instituição original, que é uma prova do reflexo das peculiaridades da composição étnica da sociedade colonial sobre a estrutura da sua organização militar”. VIANNA (1938, p.258).

Assim, defendia no trecho abaixo a “superioridade” de população branca.

“Ora, na raça branca, os tipos dolico-louros são os mais fecundos em eugenismo – o que quer dizer, como observa um anthropologo, que um eugênico ou um homem superior deve ser sempre grande, dolicocephalo e louro”. VIANNA (1938, p.153).

Por outro lado, o negro é quase sempre visto como um ponto de nossa fragilidade como nação.

“O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, se é, pois muito valorizado, apesar de sua formidável maioria, não é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não é apenas pela ação compreensiva dos preceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco”. VIANNA (1938, p.175-176).

Essa sua postura preconceituosa em relação ao negro É que faz com que o autor perceba a miscigenação como um processo positivo.

“Esse movimento de aryanização, porém não limita apenas ao aumento do volume do número da população branca pura; também as seleções étnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça do sul ao norte, a redução do coefficiente do sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça”. (1938, p.207).

SKIDMORE (1976) localiza Oliveira Vianna como uma figura de transição – como uma ponte entre o racismo científico predominante antes de 1914 e a filosofia social de fundo “ambientalista”, predominante depois de 1930. Para o autor, em Oliveira Vianna a tese do branqueamento teve sua formulação mais sistemática ao produzir uma versão demasiadamente otimista.

“Embora elogiasse os pensadores racistas europeus, como já foi dito, e se referisse, constantemente, às raças ‘inferiores’ e ‘superiores’, não via tais diferenças como absolutas. Esse era, na realidade, o compromisso de que os brasileiros vinham valendo para poder reconciliar a teoria racista com sua realidade multirracial”. SKIDMORE (1976, p.220).

Realmente, em seu livro “Raça e Assimilação (1959), Oliveira Vianna afirma não crer na igualdade entre as raças, localizando o negro numa posição de inferioridade, advogando que este possui uma inteligência inferior em comparação às raças arianas ou semitas, uma menor fecundidade e que *“o negro puro, portanto, não foi nunca dentro do campo histórico em que conhecemos, um criador de civilização”* (1959, p.206).

“Não sei se o negro é realmente inferior, se é igual ou menos inferior às outras raças, mas julgando pelo que os testemunhos do presente e do passado demonstram, a conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles caldeiem com outras raças, especialmente com as arianas ou semitas. Isto é: que perca, a pureza. VIANNA. (1959, p.206).

Vale considerar que para Oliveira Vianna e outros tantos pensadores preocupados com a configuração social brasileira o termo civilização remetia a uma população eminentemente branca que lembrasse a Europa.

Pudemos perceber na obra de Oliveira Vianna a recorrência quanto à preocupação em definir uma escala racial, sobretudo porque essa questão aparece com força total quando ele tece considerações sobre o processo de miscigenação e sobre seu produto, mas em via de regra sempre postulando que negros e índios *“só fazem agentes de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem sua pureza e cruzam com os brancos”*. VIANNA, (1938, p.179).

Ele apresenta, portanto, uma visão otimista sobre a configuração racial do país, reavaliando positivamente a figura do mestiço, destacando que: os elementos bárbaros que formam o nosso povo estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo aumento contínuo dos afluxos arianos nestes últimos tempos; c) por um conjunto de seleções favoráveis que asseguram, em nosso meio ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças (1938, p.206).

Entretanto, nesse processo de revitalização do mestiço, o autor acaba por desqualificar o negro, postulando que os mestiços são mais inteligentes, mais vivazes e destros em relação ao negro puro e que *“nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco”*. VIANA (1938 p.175).

Em suma, a despeito de não condenar a miscigenação e de olhar o mestiço com certa benevolência, o pensamento de Oliveira Vianna tende a hierarquizar as populações presentes no Brasil, colocando o negro na posição inferior e o branco numa posição superior. Em seu livro “Ensaio (1991) ele reconhece a presença dos três grupos no Brasil e parece sugerir a possibilidade de uma igualdade racial em termos sociais, econômicos e políticos, como explicita o trecho abaixo”.

“Em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças

tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas”. VIANNA (1991, p.15).

Entretanto, neste mesmo livro, ele argumenta sobre a dificuldade de se formar um tipo nacional, pelo fato de cada uma das três raças formadoras possuir sua mentalidade própria, e por ser esta o resultante da mistura incoerente e heterogênea dessas três mentalidades irreduzíveis; a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado, para ele representado pelo homem branco, o elemento mais importante de nossa formação. Veja como é esclarecedor o trecho abaixo.

“Hoje ainda, pelo que toca ao contingente branco, o elemento principal da nossa formação é o português. Dotado de extrema fusibilidade, não tendo nem pelo negro e muito menos pelo índio a repugnância do anglo-saxão, ele, desde o primeiro século da nossa colonização, caldeia-se largamente com estes dois elementos formadores da nossa nacionalidade e infunde a toda massa social do país, das classes aristocráticas às classes populares, da gente ribamar à gente do interior, o seu espírito, sua sensualidade, o seu temperamento, o seu gênio específico e original.” VIANNA (1991, p.51).

Este tipo de interpretação sobre o negro brasileiro torna-se quase uma unanimidade neste período. Guardando pelo menos alguns pontos em comum, José Veríssimo (1857-1916), crítico literário, já apresentava neste período uma interpretação de nação brasileira balizada por um forte nacionalismo e por isso não tinha uma visão pessimista seja em relação ao Brasil enquanto país seja do seu povo. Para ele a “América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e agentes do globo e por isso sua missão histórica seria de servir de campo para o cruzamento de todas elas fornecendo unidade étnica à humanidade, e , portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro (1970,p.11).

Em relação ao Brasil sua posição é semelhante, pois ele afirma este país vai pela mesma estrada e que aqui, como em todo o continente, os povos e as raças mesclaram-se, fazendo desaparecer completamente os tipos puros, tornando nesta parte do mundo, mais do que em nenhum outro, verdadeiro o princípio da antropologia que nega a existência de raças puras.

Mesmo com essas posições que parecem adiantadas para a época, advogava que os mestiços de índios e brancos são uma raça degradada e sugere que é preciso “esmagá-las sob a pressão grande da imigração, de uma raça vigorosa que aniquile assimilando-os (1970,p.86).

Sobre o negro ele acaba repetindo a idéia de que o negro e seus descendentes tiveram influências na constituição do povo brasileiro, como mostra o trecho abaixo.

“Extinta a escravidão índia, o africano alegre, descuidadoso, afetivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas idéias e crenças fetichistas, na família, na sociedade no lar. Invadiu tudo e imiscui-se em tudo. Embalou a rede da *sinhá*, foi o pajem do *sinhô-moço*, o escudeiro do *sinhô*. Ama, amamentou todas as gerações brasileiras; mucamas, a todas acalentou; homem, para todas trabalho; mulher, a todos se entregou”. (1985,p.69).

Em síntese, nestas primeiras reflexões sobre o negro, este era concebido como “selvagem”, de uma “raça inferior” e as propostas que se sobrepunham eram as de sua eliminação física através do embranquecimento da nação. Para que isso se concretizasse, propunha-se a intensificação da imigração européia e a mestiçagem neste contexto, mesmo sendo concebida como algo deplorável para uns (Nina Rodrigues) é vista como necessária (Oliveira Vianna).

1- GILBERTO FREYRE E A CONSTRUÇÃO DA BRASILIDADE

O objetivo desta parte do texto é resumir as interpretações de relações raciais nos anos 30 e, para tanto, buscar-se a origem da pressuposição de que o Brasil é uma democracia racial, de que aqui não existe preconceito racial, de que o Brasil é um país miscigenado. Conseqüentemente, fazer emergirem as interpretações de Gilberto Freyre.

Ao buscar compreender o conceito de mestiçagem, percebe-se que tal tarefa não é possível sem mencionar a obra de Gilberto Freyre e sua importância nas discussões sobre o negro brasileiro. Alguns aspectos se sobressaem e são reiterados pela maioria dos autores que estudam o pensamento e a obra de Gilberto Freyre, ao se preocuparem com: sua interpretação sobre a sociedade brasileira; sua posição inovadora ao postular a diferença entre raça e cultura; a valorização dos negros brasileiros e sua concepção de mestiçagem como algo positivo e como elemento imprescindível na construção da democracia racial.

Gilberto Freyre pode ser considerado no pensamento social brasileiro como uma figura controversa, pois para uns é tido como um inovador e ao mesmo tempo poeta, escritor, historiador, sociólogo; em suma, o construtor de uma interpretação inteiramente nova para o país. Para outros é considerado um conservador por ter ressaltado a visão de mundo da aristocracia colonial. Entretanto, não há como discutir as questões relacionadas ao negro brasileiro sem esbarrar em algumas de suas concepções.

ROLAND (2000, p.33) assim o descreve.

“No pensamento de Gilberto Freyre estão interrelacionados idéias antiburguesas, projetos para a nação e para certos países periféricos, ao mesmo tempo em que são reveladas a ambição política e acadêmica, o conservadorismo intelectual, o nacionalismo, a ambigüidade e a inconclusividade do escritor. Ambíguo porque paradoxal. Ora elogia, ora crítica o papel da família patriarcal, dos jesuítas, do negro, do mestiço. Inconclusivo, porque não toma diretamente partido nem teoria, e porque se considera eclético, avesso à ortodoxia. E como eclético preocupado mais em criar debates do que concluir”.(ROLAND, 2000, p. 33).

Um dos elementos que desponta quando se buscam as bases do pensamento de Freyre é a importância adquirida por “*Casa Grande & Senzala*” e “*Sobrados e Mucambos*” em sua interpretação da sociedade brasileira. SKIDMORE (1976) destaca a importância destas duas obras redefinição da identidade nacional, contribuindo para focalizar a atenção no valor do africano como representante de uma alta civilização própria, oferecendo àqueles brasileiros que o quisessem interpretar dessa maneira, uma nova *rationale* para a sociedade multirracial, em que as raças componentes - européia, africana e índia - podiam ser vistas como igualmente valiosas.

Entretanto SKIDMORE ressalta que o valor prático de sua análise não estava, todavia, em promover o igualitarismo racial, mas seria principalmente, para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (principalmente branca) adquiria preciosos traços culturais no íntimo contato com o africano e com o índio em menor escala.

Sobre “*Casa Grande e Senzala*” RIBEIRO (2001), em seu prefácio da mesma, destaca que o livro é o mais importante da cultura brasileira, porque entre outras coisas ensinou-nos a relacionar com nossa ancestralidade lusitana e negra. Para o autor o que provocou surpresa aos primeiros leitores desta obra foi o seu negrismo.

“Ele vinha dizer - ainda que em linguagem meio desbocada, mas com todos os ares de cientista viajado e armado de erudições múltiplas - que o negro - no plano cultural e de influência na formação social do Brasil – fora não só superior ao indígena (coisa já dita, ainda que muito contestada), mas até mesmo ao português, em vários aspectos da cultura material e moral, principalmente da técnica e da artística”. (RIBEIRO, 2001, p.38).

Sobre a interpretação presente em *Casa Grande & Senzala*, ARAÚJO (1994, p.30) pontua que das duas interpretações vigentes na época “*sua postura era mais próxima daquela primeira posição, que desqualifica a mestiçagem e transforma o seu fruto em verdadeiras caricaturas de homens, do que o da segunda, um pouco moderada, que valoriza, desde que ela redundasse no branqueamento do país*”.

Para Da MATTA (2000), o que é singular em “*Casa Grande & senzala*” é que nela Gilberto Freyre postula que o Brasil é bom, ou seja, apresenta uma visão positiva do Brasil mostrando que temos uma civilização fundada no açúcar, na miscigenação e na intimidade entre “superiores e inferiores”. Segundo DA MATTA, a mestiçagem que todos condenavam, Gilberto Freyre exaltou, talvez por causa de sua experiência dos 13 ao 21 anos nos Estados Unidos e Europa, onde pôde visualizar que o moderno tem seus problemas e que países como os Estados Unidos têm não só preconceito, mas também ódio racial.

A respeito de “*Casa Grande e Senzala*”, BASTOS (1993, p.414) afirma que nela estão as quatro teses principais de Freyre sobre a sociedade brasileira.

“Primeiramente, nas características psicossociais do negro que permitiam uma melhor adaptabilidade ao trópico. Em segundo lugar, na existência na formação nacional de uma marca profunda, menos racial do que cultural do estoque africano; e como resultado a partir da interpretação cultural luso-africana, aproximam-se, de forma equilibrada, os antagonismos de origem. Terceiro: no resgate do negro em nossa formação, a partir da qualificação do colonizador, isto é, de ênfase sobre o papel civilizador por ele representado. E quarto, como resultado dos elementos anteriores, na indicação da sociedade brasileira como caracterizada pela democracia racial”. BASTOS.(1993, p.414).

A respeito do contexto do surgimento de “*Casa Grande e Senzala*”, MEDEIROS (1984) menciona que ela foi elaborada no momento da derrocada do sistema oligárquico e da implantação de uma nova ordem social que se impunha com a revolução de 30, e estas modificações estruturais impulsionaram transformações na ideologia. Por isso, afirma o autor, a oposição de Freyre a Oliveira Vianna. Usando sua retórica em louvor das qualidades da população não-branca, provocou uma subversão significativa no pensamento nacional e construiu a idéia de democracia racial a qual veio impregnar toda a atmosfera intelectual do país. O autor considera ainda que em suas obras posteriores estão presentes as três teses defendidas ou a menos sugerida nesta obra.

“Houve uma reestruturação nas formas tradicionais de expressão, sim, da mesma forma que se revisaram uma série de conceitos, mas, nos seus resultados práticos, as teses sustentadas nesta obra mostravam-se conservadoras. Partidário de uma política de ‘conciliação’, o autor veio, antes de mais nada, a desenfatar o conflito. Ao negar o preconceito e discriminação no Brasil, Freyre permite a conclusão de que a responsabilidade pelo constatável insucesso social dos negros e mestiços deve-se a eles próprios. Indiretamente, o autor dava à elite branca o discurso ideal para a defesa de seus privilégios raciais.” (MEDEIROS, 1984, p.16-17).

Sobre as principais teses presentes na obra de Freyre, VARGAS (2001) destaca algumas. Entre elas podemos mencionar: crítica do enfoque naturalista considerando fundamental a diferença entre raça e cultura; identificação como andaime de sustentação para a edificação social brasileira o contato entre as raças que se encontravam no Brasil.

Na mesma perspectiva de compreender o contexto do surgimento e as teses principais da obra de Freyre, MELLO (2001, p. 20) a coloca no contexto de duas discussões principais: a adequação de nossas instituições políticas à realidade brasileira e os pretendidos efeitos negativos que a mestiçagem teria trazido para o futuro nacional. Para ele, o ovo de Colombo Gilbertiano consistiu em “*transtocar os dados de um problema, no tocante ao primeiro, deslocando a análise sociológica do público para o privado e, quanto ao segundo, transformando a miscigenação de hipoteca em lucro.*”

Já ARAÚJO (1994) consegue perceber que há um paradoxo na interpretação de Freyre, pois ao reconhecer o valor da influência dos negros e dos índios, tem-se a impressão de que sua reflexão elaborou as bases de uma verdadeira identidade coletiva capaz de construir um inédito sentimento de comunidade pela explicitação de laços, até então, insuspeitos entre os diferentes grupos constituidores da nação. Entretanto, este mesmo aspecto que parece afastar o racismo e admite a relevância de outros culturais acaba passando uma imagem quase idílica de nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica, explicitando uma fantasiosa “democracia racial” na qual senhores e escravos se confraternizavam embalados por um clima de extrema intimidade e muita cooperação.

Ainda sobre a interpretação de Freyre, BASTOS (1986a) afirma ser esta balizada pela superação do pessimismo então predominante quanto aos aspectos referentes a: trópico; civilização; raça; cultura; região e nação. Ele consegue também, segundo o autor, reafirmar a vocação agrária da sociedade brasileira sem negar frontalmente o industrialismo; explicar e valorizar o patriarcalismo e ainda propor no debate sobre povo, cidadania e democracia política as noções de mestiçagem, tropicalismo e democracia racial.

Em se tratando da propagada inovação de Freyre ao conseguir separar os conceitos de raça e cultura, SKIDMORE (1976) pontua que o inovador em Gilberto Freyre é que ao distinguir raça de cultura, ele valoriza em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio, superando em parte o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira tentando construir uma versão da identidade nacional.

Para FRY (2001, p.123), Gilberto Freyre, ao distinguir raça e cultura, explicita que os diferentes estágios civilizatórios não seriam frutos de relações puramente genéticas, mas herança cultural e da influência do meio.

Falando sobre a distinção entre raça e cultura na obra de Freyre, VARGAS (2001) assinala que existe aí uma intencionalidade do autor em traçar uma fronteira entre seus estudos e aqueles que o antecederam, mas que, no entanto, em diferentes pontos de seus escritos, raça aparece como recurso para sustentar as teses de Freyre. Todavia Vargas salienta que Freyre não deixa de perceber que existiu um processo de dominação militar e econômica dos portugueses sobre o indígena e o negro resultando na miscigenação. Mas esse processo para Freyre foi matizado por relações fraternais, doces e solidárias decorrentes do compartilhamento do meio físico e social pelos três grupos. Essa docilidade da integração seria o sustentáculo da democracia racial.

Para BASTOS (1986a, p.201-202), o debate de Freyre sobre o negro toca em quatro pontos principais: preocupação em levantar os traços psico-sociais do negro, apontando para sua adaptabilidade no trópico numa tentativa de mostrar a não inferioridade da raça negra em relação à branca; demonstração de que na formação nacional existe uma nova marca profunda, menos racial que cultural, de estoque africano no Brasil; resgate do negro em nossa formação a partir de sua qualificação como colonizador, isto é, da ênfase

sobre o papel da sociedade por ele representado e, como resultado, a indicação da sociedade brasileira como caracterizada pela democracia racial.

Sobre a modificação na postura no que se refere a visualizar o negro brasileiro, é interessante o trecho do livro de Gilberto Freyre “Como e por que não sou sociólogo”, que apesar de extensa, esboça a posição que assume adotar ao conceituar negro.

“Foi dentro desse critério, procurando ousadamente lançar sugestões para uma nova interpretação da formação brasileira, que me empenhei em considerar sociologicamente o negro africano, tal como êle se apresenta na formação, na sociedade e na cultura brasileira. Isto é, menos sob o aspecto de um tipo étnico – o tipo étnico que haviam principalmente considerado nele Nina Rodrigues e, até certo ponto, Sylvio Romero e João Ribeiro e entre os modernos, Arthur Ramos - que sob a forma de um negro situado ou condicionado: escravo, malungo, mucama. Patriarcalizado. Abrasileirado. Negro sim, mas principalmente brasileiro. Adjetivamente negro; substantivamente brasileiro. Membro de um todo sócio-cultural sôbre o qual agiu e influiu em vez de ter sido apenas animal de carga ou máquina de trabalho, dando o caráter antes patriarcal que industrial que venho procurando mostrar ter sido característico do sistema escravocrático no Brasil. Participante de uma sociedade de uma economia patriarcal. Contribuinte para uma nova cultura. Desse critério apenas se aproxima vagamente o historiador Joaquim Nabuco; e dentre os modernos, o antropólogo Roquete Pinto. Mas sem sistemática sociológica”.(FREYRE, 1968, p.52-53).

Realmente ele parece esboçar uma preocupação em deixar marcada uma singularidade em sua obra para fazer contraste com os autores que o antecederam.

“Mas dentro da orientação e dos propósitos deste ensaio, interessamos menos as diferenças da antropologia física (que ao nosso ver não explicam inferioridade ou superioridade humanas, quando transpostas dos termos de hereditariedade da família para os de raça) que as de antropologia cultural e da história social africana. Essas é que nos parecem indicar ter sido o Brasil beneficiado com um elemento melhor de colonização africana que outros países da

América. Que os Estados Unidos, por exemplo”. (FREYRE, 2001a, p.362).

Realmente Gilberto Freyre preocupou-se em marcar uma diferença nas relações entre negros e brancos no Brasil

“A situação, porém não era idílica. A subordinação da gente de cor, baseando-se na diferença de raça, também uma subordinação de classe. E a ascensão de uma classe o outro embora muito menos áspera que em velhos países europeus ou asiáticos, não se fazia facilmente, nem era possível que se fizesse, num Império escravocrático e agrário como o Brasil”. FREYRE. (2000b, p.11).

Até mesmo o estilo de construção é apontado por FREYRE como elemento integrador de raças e culturas.

“O sobrado, mais europeu, formando um tipo, o mucambo, mais africanos ou indígena, formando outro tipo social de homem. E a rua, a praça, a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classes e de raça e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo”. FREYRE (2000b, p.17).

Sobre a escravidão Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (2000b, p.555) pondera que são várias as evidências de que o escravo africano ou descendente de africanos, no Brasil, sempre que tratado paternalmente pelo senhor cuja superioridade social e de cultura ele reconhecesse, foi indivíduo mais ou menos deformado com seu *status*.

Na página seguinte, por não poder fugir tão absurdamente da realidade cruel que se configurou a escravidão brasileira Freyre afirma que “*havia certamente senhores*

que só enxergavam nos escravos máquinas como que feitas de madeira ou de ferro; mas havia também os que consideravam seus negros pessoas e não máquinas nem apenas animais de trabalho. E estes senhores foram talvez o maior número” FREYRE. (2000b, p.556).

Certamente esse tipo de idéia de Brasil como país *sui generis* em se tratando de relações raciais persiste até os dias atuais, desconsiderando as manifestações preconceituosas contra os negros, assim como foram esquecidas as perversidades cometidas pelos senhores de escravos.

FREYRE acentua novamente em “Interpretação do Brasil” (2001b, p.132) a diferença do padrão de relações raciais no Brasil.

“É possível que houvesse preconceitos de raça nas áreas de monocultura latifundiária do Brasil; ou, o que é natural, distância social entre senhor e escravo, entre branco e preto, mas como existe entre velho e o moço, o homem e a mulher. Poucos aristocratas brasileiros foram tão rigorosos em matéria de pureza racial como a maioria dos aristocratas do Sul dos Estados Unidos”. FREYRE (2001b, p.132).

Fazendo uma crítica ao modelo social, político e econômico brasileiro Freyre (2001b) argumenta.

“Mas com todas as suas imperfeições, de base econômica e de formas políticas de convivência democrática, o Brasil impõe-se hoje como uma comunidade cuja experiência social pode servir de exemplo ou estímulo a outras comunidades modernas. Decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica dos brasileiros onde os problemas das relações sociais entre os homens de origens étnicas diversas estejam recebendo soluções mais democrática ou mais cristã que na América Portuguesa. E a experiência brasileira não indica que a miscigenação conduza à degeneração”. FREYRE (2001 p.199).

A idéia de Brasil em Freyre pode ser visualizada em *Interpretação do Brasil* (2001b), por exemplo, quando ele afirma que *“no Brasil, nenhuma minoria étnica exerce de fato domínio cultural e social absoluto, sistemático e constante, sobre os elementos política e economicamente e menos ativo ou menos numerosos da população. Para o autor de fato o Brasil devia ser interpretado em termos de uma comunidade cada vez mais consciente do seu destino de democracia social. Social e étnica”*.

“O Brasil destaca-se como comunidade inclinada para a democracia étnica, sobretudo pelo contraste da sua política democrática de raça com a da maioria das nações modernas”. FREYRE (2001 p.236).

Apesar de o autor assinalar em algumas passagens sua intenção de superar o conceito de raça, alguns autores questionam se realmente Freyre valorizou as contribuições do negro em sua obra. Ao fazer uma leitura do Manifesto Regionalista D’ANDREIA (1987 p.132) afirma categoricamente que o negro e o índio entraram *“mesmo pela porta de traz e que a cozinha termina por ser o espaço cultural compatível a esta raça, cabendo aos negros a cozinha ou as esquinas das ruas nas zonas urbanas, ou da porta dos restaurantes típicos”*.

Essa também é a posição de ROLAND (2000, p.38) para quem Freyre não escapou da armadilha do racismo, apesar de analisar o negro brasileiro como agente civilizador ao lado do português, pois segundo ele, o negro era superior ao índio e em alguns aspectos até ao português; mas se referia apenas ao negro da casa-grande e não ao do eito. Portanto, para ROLAND nesse momento Gilberto caiu na armadilha do racismo, pois ele identifica dois tipos de negros, os “inferiores” e os “superiores”.

Um outro aspecto muito destacado na obra de Freyre é a noção de mestiçagem. Para ARAÚJO (1994), ele trabalha com uma concepção de mestiçagem enquanto um processo cujas propriedades singulares de cada um dos povos presentes no país se desenvolveriam para dar uma nova figura, dotada de perfil próprio, síntese das diversas características fundidas na sua composição. Para ele, o mestiço seria alguém que guardaria a indelével lembrança das diferenças presentes na sua gestação.

“É até difícil, diga-se de passagem, exagerar a relevância dessa concepção em CGS. Ela permitirá a Gilberto Freyre definir o português – e mais adiante o brasileiro – em função de um ‘luxo de antagonismos’ (idem.p.6) que, embora equilibrados, recusam-se terminantemente a se desfazer e a se reunir em uma entidade separada, original e indivisível. Esta recusa vai garantir o privilégio de uma imagem da sociedade extremamente híbrida, sincrética e quase polifônica”. (...) ARAÚJO (1994 p. 44).

MARTINS (2000, p.17), prefaciando a obra de Freyre, questiona o conceito de mestiçagem buscado pelos críticos no autor a qual ele *“denomina de arianização social, o embranquecimento paralelo e correspondente ao movimento ascensional do negro ou mulato, para nada dizer das gradações de escala cromática nas percepções populares, fontes de grandes perplexidades para os cientistas sociais que nos visitam”*. Para o autor miscigenação tem sido mal interpretado, até mesmo em Freyre.

“Diga-se, de passagem, que o mestiçamento é comumente mal interpretado, e com a melhor das intenções, tanto por Gilberto Freyre quanto pelos ativistas do racismo negro, além de antropólogos mais preocupados com uma lógica social que não existe. Na realidade, é um processo capilar de embranquecimento, não de escurecimento. O ideal instintivo do mestiço não é tornar-se negro, é tornar-se branco, ou cada vez mais branco; não é a negritude (conceito político e teórico) mas a branquidão, valor de *status* social. O purismo dos antropólogos deseja que os negros permaneçam negros, e os brancos, brancos, o que certamente pode corresponder aos seus esquemas mentais e pressupostos livrescos, mas não à dinâmica social. O tropismo irresistível numa sociedade brasileira é a branquidade ou embranquecimento como alvo a atingir, não a recusar.” (MARTINS, 2000, p.17).

Para MAUÉS (1997, p. 49), com esse enfoque de mestiçagem Freyre deu forma acabada ao mito da democracia racial, redefiniu o lugar do mestiço, introduziu de

maneira inovadora a explicação cultural ou social, como gostava de enfatizar, no tocante à situação racial brasileira.

Segundo GUIMARÃES (1999a, p. 71), o que há de interessante neste aspecto é que Freyre tomou a “realidade da vida social brasileira”, isto é, a escassez de mulheres brancas e a abundância controlada das nascidas na África, e a recompôs num cenário sugestivo de que a “casa grande” do senhor de escravos foi palco de uma sociedade racialmente igualitária desconhecida do Novo Mundo.

Ao discutir a mestiçagem em Freyre, MUNANGA (1999a, p.79) ressalta que esta permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desvelada, ao mostrar que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura e influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial na comida, na indumentária e no sexo, transformando a mestiçagem num valor positivo.

Nestes aspectos, o ponto de vista de VARGAS (2001, p.132-137) também se coaduna com os dois autores acima citados. Para ele, quando Freyre trabalha a categoria miscigenação, não explora somente o contato racial e étnico. Entretanto, ao aprofundar as discussões sobre a dimensão íntima das relações entre os três grupos étnicos que aqui se encontram, ele tornou a miscigenação como um dos elementos mais decisivos da interpretação cultural, social e biológica, e não como decorrência da ausência de mulheres brancas no começo da colonização. Isso acaba reforçando esta leitura positiva da miscigenação como um processo democrático que reforçou a idéia de ausência de discriminação racial no Brasil, cultivado pelas elites como um elemento dos mais positivos de brasilidade.

“Todavia, a reflexão sobre miscigenação em Gilberto Freyre é parcimoniosa sobre o que ela teria significado como ato do ponto de vista do negro. Considerando a situação escrava em que vivia não parece descabido supor que a interpenetração com o português significasse para o negro uma negação de sua dignidade, de cultura, de seu próprio *ethos*, uma vez que as circunstâncias daquela interação não lhe permitiam qualquer escolha”.(VARGAS, 2001, p. 138).

Sinteticamente, VARGAS (2001, p. 144) percebe que Freyre, ao associar democracia à miscigenação, vê a última essencialmente como um valor moral, desconsiderando outros aspectos, notadamente o intelectual, pressuposto da sujeição de todos ao ímpeto da lei. Ao relacionar a miscigenação com a diminuição das distorções sociais e com a promoção de uma relação igualitária entre raças, o texto indica uma intenção do autor de pôr seu preconceito culturalista na composição dos processos envolvidos. Para o autor “diferença, hibridismo, ambigüidade e indefinição” parecem ser as conseqüências da idéia de miscigenação em CGS.

Essa noção de miscigenação em Freyre enquanto instrumento de formação da brasilidade é analisada por FALCÃO (2001, p, 141) quando afirma “*que ele via na miscigenação entre brancos e negros, o nascimento de um povo novo e vigoroso e de uma cultura nova e dinâmica.*”

Ainda sobre a noção de mestiçagem, COSTA (2001) procura demonstrar, por exemplo, que a mestiçagem extrapola o campo teórico e marca o Brasil dos anos 30 até o final dos anos 70 e no plano político ganha rasgos de ideologia estatal com Vargas. Ele assim coloca;

“Essa ‘brasileiridade’, monumental em sua mestiçagem, conforme Freyre concebeu, encontra sua correspondência política mais perfeita na Campanha de nacionalização levada a efeito por Vargas a partir de 1937 e tendo à frente de sua concepção e sua implementação setores importantes das Forças Armadas. Com efeito, não parece exagero traduzir o objetivo declarado da campanha de integrar culturalmente os imigrantes e seus descendentes como um esforço de abasileiramento dos recém-chegados, a partir da concepção da brasilidade sintetizada por Freyre, àquela altura já dominante” (COSTA, 2001, p.147).

ROLAND (2000. p.35) enfatiza a idéia de que o mulato ganha destaque na obra de Freyre, como uma espécie de herói, um elo harmônico da relação entre brancos e negros, senhores e escravos, mas que torna-se um fator de risco à “estabilidade social” a partir do século XIX, quando ascendeu na figura dos técnicos especializados ou bacharéis,

e passou a atuar em benefício do estado e das elites urbanas, esquecendo-se de suas origens e de sua dívida com o passado colonial.

Para TUNA (2000, p.42), essa noção de miscigenação trouxe consigo a idéia de que nosso país é uma sociedade majoritariamente mestiça e que, no interior da pregação da acomodação entre raças defendida por ele, está a intenção de ocultar a raça negra com os inquestionáveis valores de sua civilização. Para o autor, esta correspondência entre miscigenação e igualitarismo social acabou de certa forma servindo para reforçar a tese do embranquecimento, tornado mais palatável e sutil o já tão hipócrita racismo brasileiro.

MEDEIROS (1984) sintetiza estas idéias da seguinte forma:

“O efeito prático, contudo, desta crença na democracia racial brasileira é que é importante analisar. Fica claro ao admitir-se a existência de uma tal democracia racial a sociedade está transferindo ao negro toda a responsabilidade pela sua reduzida mobilidade social”. (MEDEIROS, 1984, p.80).

Alguns autores como MELLO (2001,p.12) tomam posição em favor de Freyre e, segundo ele, as críticas às quais está hoje sujeito, principalmente o fato de ele romantizar a escravidão e de ser condescendente com a colonização se deve à oposição de alguns autores, seus competidores, que o criticaram no plano teórico e depois politicamente. Entre eles, o autor elenca Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

SENA (2000, p.2) discorre sobre as críticas enfrentadas por Freyre: uma feita nos anos 50 contesta sua capacidade sociológica de explicação por se tratar de obra literária, subjetiva e culturalista. Segundo a autora, o oposto dessa crítica recai no fato de que o conhecimento sociológico para ser verdadeiro deve ser objetivo e fundado numa instância real e dominante como a econômica. Uma outra crítica é de natureza política e coteja o homem e o escritor postulando que por pertencer à elite econômica nordestina, Gilberto Freyre teria produzido uma ênfase nos aspectos harmônicos das relações raciais no Brasil inspiradora da ‘falsa ideologia’ da ‘democracia racial brasileira’.

Segundo a autora, Freyre de fato privilegia, como objeto de análise, as relações entre o branco e o escravo doméstico, mas registra igualmente a desumanidade da

criança branca, da jovem, da mulher, do padre e do senhor no trato com o escravo. A referida autora crítica Freyre no sentido que ele teria generalizado para a sociedade brasileira um modelo de família característica do Nordeste colonial açucareiro.

Conforme ela, a idéia de que o conceito de família patriarcal tem um grande valor explicativo é uma crítica mais séria. A autora assinala ainda que um contra argumento a essa crítica é o que demonstra ser a existência de outras formas empíricas de famílias no Brasil insuficiente para descaracterizar a dominância ideológica da família patriarcal e suas implicações para a organização da sociedade brasileira.

Também oferecendo à obra de Freyre um aspecto inovador no tocante à interpretação do país, SEVCENKO, (2001, p.40) afirma que sua obra tem um caráter *“premonitório marcante, está afinada não só com o reconhecimento de alguns dos traços mais destrutivos da sociedade brasileira atual, por meio de uma abordagem do passado, mas também como uma prospecção do futuro”*.

Entretanto, é mais freqüente encontrar críticas ao seu pensamento, entre elas o questionamento se realmente ele abandonou o conceito de raça. Vejamos, por exemplo, o trecho abaixo extraído de ARAÚJO (1994).

“É importante observar, desde logo, que o reparo efetivamente procede, e de tal modo que chega a ser surpreendente que ele não tenha sido feito mais vezes, com maior ênfase e repercussão. De fato, a leitura de CGS evidencia inclusive que o destaque recebido pela noção de raça não se concentra em uma passagem localizada nem se refere apenas a um ou outro dos grupos sociais citados no texto. Ao contrário, ela dá a impressão de se distribuir, ainda de forma irregular e sempre dividindo o seu prestígio com o conceito de cultura, ao longo de virtualmente todo o relato, alcançando indistintamente portugueses, mouros, judeus, negros e índios”.(ARAÚJO, 1994, p. 31).

Para o autor, ele não abandona a noção de raça porque se percebe em *Casa Grande & Senzala* a preservação de todo um vocabulário marcado pelo louvor à biologia, parecendo-se muito mais compatível com o determinismo racial do século XIX do que com o elogio à diversidade cultural, o qual desde o início procura endossar. O autor

pondera ainda que, não se podia definir precisamente a categoria raça no trabalho de Freyre, porque.

“De toda forma, se a denúncia de imprecisão deve portanto, ser mantida até ampliada, supondo que tenha ficado bastante claro que, no que diz respeito especificamente à questão da raça, ela não alcança uma dimensão tal que possa prejudicar irremediavelmente a vocação, digamos, cultural, do conjunto de sua reflexão, embora, sem dúvida, lhe acrescente um matiz de inegável importância”. (ARAÚJO, 1994, p. 41).

HASENBALG (1984), no prefácio de MEDEIROS (1984), alerta para um lado inovador e arrojado no pensamento de Freyre em comparação com outros de sua época. Segundo o autor, Freyre abriu novas perspectivas para o entendimento do Brasil e reabilitou a imagem do negro e do índio apontando para suas contribuições positivas para a formação social brasileira. Entretanto, é inevitável a constatação de que sua obra transformou-se no ingrediente central do que é hoje a versão oficial da democracia racial que estaria, por sua vez, indissociavelmente ligada ao relativo imobilismo do sistema brasileiro de relações raciais e à continuidade da subordinação social e econômica dos descendentes de africanos no país.

Realmente Freyre tem uma visão muito singular de relações raciais no Brasil. Tal fato se evidencia no trecho abaixo onde ele ressalta a docilidade da escravidão:

“Muitas das características de moderna civilização brasileira se originam no fato de que o negro, devido ao tratamento comparativamente benigno que recebeu em nosso país, pôde expressar-se, desde os começos nacionais do Brasil, como brasileiro, sem nunca ter sido sistematicamente obrigado a agir-se como um intruso étnico e cultural nesse novo e socialmente flexível sistema nacional de convivência. Daí ele vir se comportando como brasileiro de origem africana e não como negro brasileiro diferindo assim fundamentalmente do ‘negro americano’, dos Estados Unidos”. (FREYRE, 2000a, p. 161).

Freqüentemente vinculado à posição de classe dominante, MEDEIROS (1984, p.84) afirma poder *“perceber-se no texto um espírito aristocrático bastante nítido a sublinhar a argumentação desenvolvida, além da presença de uma visão indiscutivelmente elitista do mundo”*.

VARGAS (2001, p.36) também aponta para a posição senhorial de Freyre ao afirmar que este, ao realçar a continuidade da história brasileira e ao procurar dissimular os conflitos mediante sua administração, revela o horizonte de casa grande, que é o seu. O autor arremata afirmando que *“ainda que sustente a integração da senzala à casa grande, a obra de Freyre nos mostra uma visão do senhor e, ao dar a palavra do escravo ou do mulato, dá-lhe o script que, na verdade não contesta as bases do discurso senhorial”*.

Entretanto, FALCÃO (2001) já não percebe esse atrelamento da obra do autor à sua classe social. Para ele essa crítica feita a Freyre é reflexo de uma disputa teórica entre ele e os cientistas sociais da USP representado por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

“Mas é sobretudo a vinculação da obra à classe social do autor e sua militância política que agrava a luta, Gilberto pertencia à aristocracia rural, agrícola e nordestina. Os intelectuais paulistas pertenciam à classe média urbana, industrial e sulista. O suficiente para estarem em posições sociais prontamente irreconciliáveis, para os que acreditam na centralidade de luta de classes. Para a leitura da USP, a classe social de Gilberto era decisiva”. (FALCÃO, 2001, 153).

REIS (2001, p. 59-60), defende a idéia de que o pensamento marxista brasileiro vai se opor rigorosamente a Freyre por considerá-lo um intelectual orgânico das oligarquias dominantes em crise e, por isso, teria elaborado uma visão senhorial do Brasil, relatando a saga da oligarquia rural, desnudando liricamente a sua vida íntima e em meio à valorização da cultura negra não levou em consideração a condição econômico-social dos escravos negros, ou pelo menos, até as últimas conseqüências.

A partir dos anos 50 vai haver um questionamento das idéias de Gilberto Freyre segundo ROLAND (2000, p.14), ocasionado pelas grandes transformações ocorridas nesse período, entre elas, a urbanização da população; o avanço da industrialização superando o desenvolvimento da agricultura e a ascensão do funcionalismo e marxismo nas ciências sociais. Nesse contexto as idéias de Freyre foram tidas como conservadoras e superadas.

Já no exterior, a autora esclarece que houve um processo inverso balizado principalmente pela recuperação econômica da Europa após a Segunda Guerra Mundial e pelo processo de descolonização da Ásia e África, que tornaram simpáticas as idéias de democracia racial de Gilberto Freyre.

MAIO (1997a) acrescenta que este movimento de valorização da obra de Freyre no exterior e a noção de relações raciais democráticas presentes em sua obra serão determinantes para incentivar a realização do projeto UNESCO no Brasil, o qual fornecerá um quadro de intelectuais que se oporão decisivamente ao pensamento de Gilberto Freyre.

O fato é que tanto aqueles autores que simpatizavam com as teses de Freyre como aqueles que abertamente o combatem localizam nas suas obras, especialmente “*Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso*” a formulação do um Brasil como um país de relações raciais harmônicas, concretizadas pela miscigenação.

Para SCHWARCZ (2000 p.33),

“Coube a Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (1930), de alguma maneira oficializar essa imagem dispersa. Sobretudo nessa obra, a mestiçagem aparece como o ‘grande caráter nacional’ que interfere não apenas na conformação biológica da população, mas, sobretudo, na produção cultural que singulariza. Inventaram o famoso mito da democracia racial brasileira, Freyre de fato ‘adocicava o ambiente’ ao priorizar uma certa história sexual brasileira, em detrimento de uma análise cuidadosa das contradições existentes nessa sociedade tão marcada pela escravidão”. SCHWARCZ (2000 p.33).

Sobre o mestiço encontramos em Freyre a sua concepção, como aquele que de alguma forma está migrando de uma condição à outra. Assim, em *Ordem e Progresso* (2000c, p.477) o autor sugere que os títulos acadêmicos, cartas de branquidade sociológica, foram no Brasil meio de ascensão social que favoreciam particularmente os moços mestiços ou de origem modesta.

“Esse processo de valorização do homem de origem modesta ou de condição étnica socialmente inferior, pelo título acadêmico, acentua-se com o advento da República; e não apenas através das academias militares. Não tanto a da marinha como a do Exército. Embora continuando, neste ponto, a obra do Império, e não propriamente inovando na matéria, a República avivou no Brasil as oportunidades de ascensão social, particularmente política, dos mestiços e dos plebeus. Essas oportunidades, através, principalmente, da carreira ou da atividade militar, que da parte de oficiais se tornou mais vizinha da política que nos dias do Império”. FREYRE (2000c, p.477).

Percebemos que na obra de FREYRE, a singularidade recai no fato de o autor ter uma postura otimista a respeito das relações raciais no Brasil, nas quais o mestiço e a mestiçagem têm um papel democratizante, postura explícita em “Além do apenas moderno” (2001c), onde o autor joga com as idéias de plasticidade, morenidade e metarraça, como se pode observar no trecho abaixo.

“A base de recentes estudos, através de métodos idôneos, pode-se sugerir, a respeito das ‘raças’ até pouco consideradas fixas, que têm senão os seus dias, os seus séculos contados. A crescente intercomunicação tende a comprometê-la de tal modo no que lhes resta, a cada uma, de pureza fixa, que não há exagero em prever-se o seu desaparecimento das categorias antropológicas como categorias inconfundíveis em seus traços susceptíveis de mensuração e de identificação. Tudo indica que caminhamos para várias meias-raças, diversas combinações de estoques raciais uns com os outros, para numerosas variantes de tipos mestiços, miscigenados, cruzados, recruzados. Mais para metarraças conforme sugestão brasileira. Com essa tendência, os conceitos, as místicas, as idealizações de ‘raças’ puras tendem a assumir, ao que parece, aspectos sentimentos de nostalgia e de perderem sua

eficácia nos movimentos políticos, nas tentativas de identificação de religião com raça e com cultura ou com civilização. As “raças puras”, com formas de corpo, espécie de cabelo, cores de pêlo e de olhos permanentes, estão tão em crise como os sexos e os climas absolutamente fixos. Estamos repita-se a caminho de metarraças”. FREYRE (2001c, p.113).

Sobre o Brasil, particularmente, Freyre expressa seu otimismo quando afirma que a despeito do nosso atraso nos aspectos tecnológicos e econômicos e nos aspectos de expressão cultural, a população brasileira é composta de mestiços, democraticamente quase todos morenos, e que aqui não se estratificaram memórias de dominadores brancos, ameríndios ou negros. Acrescenta ainda que, sobretudo, o homem brasileiro é um homem nacional crescentemente miscigenado no sangue e na cultura, apresenta-se como modelo nesse particular, a outras nações de hoje, ou futuras (2001c, p.271). Além disso, o autor categoriza como especulação qualquer conflito marcado por questões étnicas afirmando que o futuro das relações raciais no Brasil está condicionado por tendências atuais.

Com certeza, qualquer ação no sentido de solucionar os problemas enfrentados pelo negro brasileiro esbarra no debate e luta contra a idéia de que o Brasil é uma democracia racial, cuja prova seria a mestiçagem.

Para BOULOS JÚNIOR (2001, p.70), negro e o brasileiro em Casa Grande e Senzala são categorias numa relação dialética, ou seja, de mútua determinação. O termo brasileiro é definido como exterior ao negro e vice-versa. Lembre-se, no entanto, de que a categoria negro não é unívoca, sendo construída a partir de dois pressupostos: por um lado, o de que o negro contribui culturalmente e, por um outro, o de que, no Brasil, sua contribuição está atrelada à sua condição de escravo. Esclarece ainda que para Freyre houve, sim, uma influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, mas estes negros apresentavam-se deformados pela escravidão.

Em suma, a obra de Gilberto Freyre vai permitir uma nova visão do negro brasileiro, uma vez que constroem a noção de democracia racial e ela é o calcanhar de Aquiles de quem se propõe a estudar e combater os processos discriminatórios a que o a população negra brasileira está sujeita.

As conseqüências desta visão de que o Brasil é uma democracia racial, de que aqui não existe preconceito racial e de que o Brasil é um país miscigenado vão determinar, em última instância, que é desnecessária qualquer política específica em favor da população negra, que supõe-se, está em igualdade de condições para com os demais grupos raciais.

CAPITULO II

BRASIL - UMA SOCIEDADE MULTIRRACIAL DE CLASSES

1- PIERSON: RAÇA E *STATUS* SOCIAL

MAIO (1997a, p. 77-78) nos esclarece que nos anos 30 e 40 acentuam-se investigações que destacam os aspectos da cultura afro-brasileira, o intenso processo de miscigenação e que assinalam a ausência de conflitos raciais e a reduzida presença do preconceito de cor. Além do mais, se estendermos o olhar para o conjunto de obras e autores dos anos 30 e 40, poderemos observar que são uma coleção heterogênea de interpretações, trilhando caminhos teóricos metodológicos bastante distintos, guardando pelo menos um ponto em comum, a imagem de um Brasil etnicamente democrático.

Nesse contexto vai ser marcante a idéia de que no Brasil não existe preconceito racial; se existe, é de classe, e a miscigenação é tomada como um elemento demonstrativo dessa tese. PIERSON (1975, p.105), por exemplo, afirma que nunca a fusão de povos de estoques raciais diferentes se processara de modo tão contínuo e em tão ampla escala como neste país.

Pierson estivera no Brasil para pesquisar a situação racial e cultural na Bahia, tema de seu doutoramento (*Negroes in Brazil, a Study of Race Contact at Bahia*, The University of Chicago Press, 1942) realizado na Universidade de Chicago sob a orientação de Robert Park. Voltou ao país como professor de sociologia e antropologia social na ELSP (Escola de Livre Sociologia de São Paulo) especialmente interessado no preparo de pesquisadores e na promoção de pesquisas, tarefas a que se dedicaria com afinco nos dezesseis anos em que aqui permaneceu como docente.

Na visão de GUIMARÃES (1996b, p.79), a interpretação de Pierson sobre relações raciais no Brasil se funda em dois pilares: 1) a noção de classes como grupo aberto, de pertença ilimitada, ao contrário da casta, grupo fechado de pertença adscrita e 2)

a teoria do ciclo de assimilação de Park. Para Pierson o Brasil teria sido bem sucedido em desfazer as castas raciais da escravidão e em estabelecer uma sociedade multirracial de classes. Na sociedade brasileira, então, não existiriam grupos raciais e a convivência social, a comensalidade, a vida religiosa, o trabalho e o casamento não conheceriam uma linha de cor. A conclusão de Pierson, portanto, é de que, no Brasil, não poderia haver discriminações de raça, mas apenas discriminações de classe.

Idéia que perdura ainda hoje, principalmente no senso comum, tornando difícil a denúncia do racismo, por que a maioria dos brasileiros não reconhecem que possa existir nesse país este tipo de comportamento.

Em seu livro “Pretos e brancos na Bahia” (1971) estão alguns dos principais argumentos de Pierson sobre as relações raciais no Brasil. Na introdução, por exemplo, ele estabelece uma comparação da “situação racial” do Brasil com os Estados Unidos e a África do Sul, afirmando que no Brasil esta situação é diferente quanto ao caráter, extensão e circunstâncias que a provocaram. Para o autor não existe uma linha rígida de classificação racial que separa negro de brancos, sendo possível a classificação derivar em parte, da aparência física; mas também das posses, posição social, realizações ocupacionais ou educacionais, ou a acumulação de recursos econômicos. Para o autor:

“Além da ambigüidade a que se presta o termo ‘cor’ em qualquer tentativa para descrever a ‘situação racial’ no Brasil, há ainda outra maneira em que ele se mostra inadequado. Se do ponto de vista sociológico, não há no Brasil, grupos estritamente raciais, também não há sequer *grupos de cor*, ao menos no sentido científico do termo ‘grupo’, ou se houver, serão ajuntamentos de configuração amorfa e instável”. PIERSON (1971 p.39).

Pierson constrói uma rede de argumentações questionando a existência de preconceito racial no Brasil, sustentando que para ele é discutível querer ver sempre preconceito de raça como certos autores têm a propensão de fazer, em todos os casos de discriminação em que se ache envolvido uma pessoa de cor.

“Que não estamos em presença de um fenômeno meramente racial, é assim atestado pelos milhares de pessoas espalhadas através da escala de cor, com uma origem ao menos parcial e, por vezes, consideravelmente africanas, as quais se passaram socialmente (e de forma aberta) para a categoria de ‘brancos’ e, como tal foram aceitos pelos brancos. E que estamos antes lidando com fenômeno de classe social do que unicamente com fenômeno de cor é confirmado, acima de tudo, pelo fato de a discriminação que todos os observadores apontam, virtualmente não existir no seio da ‘classe inferior’, mas também tender a manifestar-se somente à medida que o investigador, na sua análise, sobe na escala de classe”. PIERSON (1971,p.51).

Outra situação no livro que mostra a tendência de Pierson considerar a inexistência de preconceito racial é o fato de que a despeito dele detectar uma segregação racial em Salvador, ele interpreta essa situação como sendo uma segregação baseada na classe.

“Assim, embora a Bahia estivesse dividida de modo definido em classes ‘superiores’ e ‘inferiores’, que ocupavam áreas destinadas da cidade, embora estas classes e divisões geográficas tendessem a corresponder aproximadamente às divisões de cor, podia-se notar algumas exceções importantes, cujo aparecimento indicava antes classe que raça, como base da organização social”. PIERSON (1971, p.109).

Sobre a segregação espacial em Pierson, GUIMARÃES (1996a, p.148) afirma que o autor divide a cidade de Salvador em três zonas residenciais, às quais correspondem, grosso modo, as classes econômicas e educacionais – ricos, pobres e remediados – e as cores – brancos, pretos e mestiços. Entretanto, segundo o autor, para Pierson essa segregação seria involuntária e inconsciente, no sentido de não objetivar a manutenção de distinções de grupos fechados (castas) e para demonstrar o caráter apenas aparentemente racial dessa forma de segregação, o autor recorre às exceções do padrão residencial. Como não havia nenhuma barreira legal ou uso da violência física contra a ascensão social, Pierson é levado a preconizar como causa da segregação transitória uma desvantagem inicial (a escravidão, a falta de recursos e de educação) que só lentamente poderia ser revertida.

“As exceções à simetria entre classe e cor antes de confirmarem uma regra possível – isto é, a existência de uma organização social muito rígida, baseada em *status* estáveis, guardados por distância social (polidez e etiquetas), culturais (analfabetismo e costumes africanos) e econômicos (desemprego crônico e pobreza) - são tomadas como falsificadores daquela simetria, como prova de que a cor não funciona como princípio organizativo, mas sim as classes”. GUIMARÃES (1996a, p.148).

Outra situação que mostra a vinculação da interpretação de Donald Pierson aos ideais defendidos por Gilberto Freyre é quando ele argumenta em favor da existência de uma docilidade das relações entre senhores e escravos, contestando a crueldade destes senhores, ponderando que seria errôneo concluir que as relações humanísticas e mesmo pessoais entre senhores e escravos fossem de qualquer maneira raras. Para o autor na verdade, a existência dessas relações era com toda a probabilidade a regra geral.

“Existe evidentemente, na escravidão, um interesse econômico que pouco tenha a ver com os interesses do próprio escravo. Porém, onde quer que humanos vivam juntos em íntima proximidade durante certo período de tempo, a tendência é também para que se desenvolvam relações pessoais que ‘humanizam’ quaisquer instituições formais que tenham, por acaso, sido estabelecidas. No Brasil, eram muito freqüentes as oportunidades para que estas relações se desenvolvessem, particularmente no caso dos domésticos”. PIERSON (1971, p.151).

Nas considerações sobre miscigenação Pierson reitera alguns dos argumentos mais caros a Gilberto Freyre, principalmente a idéia de que os portugueses estavam acostumados com a miscigenação e que a intermistura que se desenvolveu durante a escravidão continuou após a abolição desta.

“Assim, por meio de casamentos legalmente constituídos ou por qualquer outra maneira, a miscigenação estende as relações pessoais ao ponto de inibir o preconceito de raça. Apegos pessoais e familiares se desenvolvem até unir firmemente com laços de

sentimentos compartilhados, descendentes das diferentes raças”.
PIERSON (1971, p.193).

Sobre a miscigenação GUIMARÃES (1996a, p.149) afirma que Pierson vai argumentar no capítulo V que cabe à miscigenação a diluição da linha de cor e a desorganização das castas que existiam no período colonial.

“O argumento é complexo. Pierson reconhece, primeiramente, seguindo Park, que a miscigenação é uma estratégia geral de conquista e de transplantação de povos. Mas, logo em seguida, começa a descrever os fatores que tornam particular a extensão com que se deu a miscigenação brasileira, tomando de empréstimo a Gilberto Freyre alguns argumentos a respeito do caráter e das características dos portugueses e da situação demográfica de Portugal. Seriam eles: primeiro, o fato de os portugueses já estarem familiarizados com os povos mais escuros e serem eles próprios, em grande parte, mestiços; segundo, a maior tolerância à mancebia e a aceitação pela Igreja de casamentos inter-raciais; e terceiro, o maior *status* associado à cor branca, que levava as mulheres e os homens a procurarem parceiros mais claros”. GUIMARÃES (1996a, p.149).

Em síntese o livro “Pretos e Brancos na Bahia” (1971) de Donald Pierson traz indícios incontestáveis de que os negros brasileiros estão sujeitos a processos discriminatórios em vários campos como: relações afetivas(inter-casamento), nos círculos sociais, nas camadas econômicas, clubes, escolas, sindicatos, igrejas, jogos, política, carnaval. Em todas essas instituições a participação do negro é menor e não faz parte do grupo que lidera.

Porém, a despeito de mostrar essa situação estatisticamente o autor a traduz simplesmente como questões de classe. Para expor essa sua tese ele convoca mais uma vez os mestiços, como mostra o trecho abaixo.

“Mas, são justamente estes indivíduos que indicam de maneira mais clara a ‘situação racial’ da Bahia. Os pretos começaram de ‘baixo’. Portanto, a aceitação de alguns mestiços escuros, assim como a de vários mestiços claros nos círculos ‘superiores’, mostra

de maneira concluyente que se uma pessoa tiver capacidade ou encanto pessoal, alto grau de instrução, riqueza, realização profissional ou competência geral poderá sobrepujar a desvantagem da cor. Embora seja verdade indubitável que o *status* continua a coincidir extensivamente com a cor, o fato de certos indivíduos bastante escuros, ou possuindo outros traços negróides, terem sido admitidos aos clubes mais seletos, e terem alcançados outras posições de confiança e responsabilidade na comunidade, demonstra claramente que na Bahia a cor tem menos valor do que outros indícios de classe. Estes sobrepujam a ascendência racial na determinação final do *status*. Sem dúvida, cor é um percalço. Mas tende sempre a ser negligenciada e mesmo esquecida, se o indivíduo em questão possuir características que identificam as classes ‘superiores’, tais como competência profissional, capacidade intelectual, instrução, riquezas, encanto pessoal, pose, ‘boas maneiras’ e, especialmente para as mulheres, beleza. Tudo isto são características que diferem *status*, numa sociedade baseada em classes e não em casta”. PIERSON (1971, p.249).

Algumas de suas principais teses são sustentadas em seu livro “Cruz das Almas” (1966). Ele reitera, por exemplo, que “num país em que a sensibilidade nas variações raciais é pouco acentuada, é de esperar que considerável número de mestiços sejam incluídos na categoria ‘brancos’, e não menor quantidade de negros, relativamente puros, na categoria de ‘pardos’”(1966,p.42).

No trabalho realizado em Cruz das Almas Pierson repete a idéia de nesta comunidade, como em outras partes do Brasil, o desenvolvimento das relações pessoais entre escravo, de um lado, e o senhor e sua família, do outro, tenderam a solapar as relações formais de escravidão (p.390), portanto, não existiria restrições a participação do negro na vida social. O autor afirma que

“Se existe na comunidade discriminação com base na cor, é no domínio final e básico das relações pessoais, ou seja, o casamento e a incorporação na família. A tendência foi sempre a de se casarem brancos com brancos, e pretos com pretos”. PIERSON (1966, p.395).

Em relação ao casamento o autor acrescenta

“Há ao mesmo tempo na comunidade, como em outras partes do Brasil, a tendência para o casamento com pessoa tão clara quanto possível. Como já foi indicado, a côr branca ainda traz prestígio, ao passo que a côr escura está há muito associada com *status* inferior. Por muitas gerações, o prêto foi escravo, e o branco, senhor, e a lembrança desta situação ainda não desapareceu de todo”. PIERSOM (1966, p.399).

Segundo GUIMARÃES (1999a, p.150), com os termos sociedade multirracial de classes, Pierson queria dizer que não havia barreiras ao convívio e à mobilidade social entre brasileiros de diversas origens étnico-raciais que fossem atribuídas às “raças” em si, barreiras que seriam melhores compreendidas como decorrentes da ordem econômica e cultural. O autor tomava como evidência de sua tese o convívio social entre brancos, mulatos e pretos na Bahia e o fato de se poder encontrar negros e mulatos em todos os círculos sociais de Salvador.

Sobre os conceitos raça/classe, GUIMARÃES (1996a, p.149) afirma que Pierson trabalha a presença de mestiços tanto entre ricos quanto entre pobres, isto é, a ausência de uma classificação bipolar brancos e pretos é tomada como ausência de uma linha de raça ou de casta, e essa ausência é automaticamente expressa pelo conceito de classe, um grupo social aberto.

Em síntese, segundo GUIMARÃES (1996, p.149) para Pierson, na sociedade baiana e brasileira em geral não existiam castas raciais ou mesmo grupos raciais *stricto sensu*, posto que brancos, pretos e mestiços eram encontráveis de fato e em tese, ainda que em posições diferentes, em todos as classes e grupos sociais. Assim não existia “linha de cor” separando o contato e a interação entre os membros de uma classe.

De acordo com o autor, a simplicidade dessa conceituação e sua obviedade apenas reproduziam em linguagem científica o que já era o senso comum de brasileiros e estrangeiros em 1940 sobre as relações raciais no Brasil; a saber, a de que as discriminações e as desigualdades no Brasil não eram propriamente raciais, mas simplesmente sociais ou de classe (1996a, p.149).

E ao nosso ver essa visão persiste até os dias atuais, dificultando a população negra em sua organização e luta contra os preconceitos e a discriminação.

2 – THALES DE AZEVEDO E AS ELITES DE COR

Nos anos 50 ocorreu uma modificação na forma de interpretar as relações raciais no Brasil, questionando-se principalmente a noção de relações harmônicas, e, entre os elementos que contribuíram para essa mudança está o ciclo de estudos patrocinados pela UNESCO. Neste capítulo, por conseguinte, tentamos sumariar a compreensão de relações raciais que emergiu no Brasil a partir da realização deste projeto.

Contraditoriamente, os anos 50 foram um momento de desvalorização do pensamento Freyreano no país, mas em contrapartida, acontece uma valorização de suas idéias no exterior, principalmente sua noção de Brasil como um país possuidor de um padrão de relações raciais harmônicas. Além disso, segundo MAIO (1997a, p.15), este é o momento do avanço das ciências sociais no Brasil, eliminando qualquer influência da antropologia física e/ou da biologia sobre o discurso da antropologia social e da sociologia, principalmente acerca do conceito de raça.

Nesse contexto, realizou-se no Brasil um conjunto de estudos sobre relações raciais patrocinado pela UNESCO, desenvolvido em Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro entre 1951 e 1953 reunindo em torno da questão racial diferentes intelectuais de diversas regiões do país e com variadas formas de conceber e realizar a pesquisa sociológica.

Sobre a escolha do Brasil para a realização do projeto UNESCO, EVANGELISTA (2000, p.178) afirma que a argumentação girava em torno do fato de o Brasil ser um país de composição multirracial onde não se verificava antagonismo racial, ou pelo menos estes não seriam de violência.

A idéia de padrões harmônicos de relações raciais também foi destacada por MAIO (1997a), ao perceber ainda outros elementos: uma concepção crítica do conceito de raça, procurando oferecer ao mundo uma nova consciência política que primasse pela

harmonia entre raças; o consenso momentâneo no interior da instituição a respeito da necessidade de um novo conceito de raça que substituísse em definitivo as concepções racialistas vigentes até então; o perfil ideológico da UNESCO em seus primórdios, de corte iluminista, universalista e sensível aos problemas dos países menos desenvolvidos; e a atuação de determinados intelectuais engajados no trabalho internacional, como Otto Klinberg, Alfred Metraux, Robert Angell, Arthur Ramos, Paulo Carneiro, entre outros.

Para MAIO (1997a, p.3), as pesquisas levaram a mudanças significativas na reflexão sobre o tema das relações raciais: a primeira delas diz respeito à superação de qualquer associação determinista entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais, ainda em voga na década de 30; a segunda refere-se ao deslocamento do interesse das pesquisas etnográficas sobre a vida cultural dos negros no Brasil, nas quais se procurava destacar a influência africana sobre a brasileira para as investigações de natureza sociológica, que privilegiam as relações entre brancos e negros tendo por objetivo abordar as mudanças sociais ocorridas no Brasil a partir do fim do regime escravocrata.

O autor (p.67) acrescenta ainda que, apesar da crença de que o Brasil fosse um país de relações raciais relativamente harmônicas, isto se traduzindo nas expectativas da UNESCO *“não impediram, no plano da pesquisa, um olhar do cientista social que procurava captar as especificidades do preconceito racial no país”*.

Nesta parte do texto buscaremos analisar o pensamento dos pesquisadores que participaram do projeto UNESCO e continuaram filiados à idéia de que o Brasil, em se tratando de relações raciais, se configurava como uma democracia.

Um destes teóricos foi Thales de Azevedo que se envolveu no projeto Colúmbia University/ Estado da Bahia e em seguida no projeto Unesco. Para MAIO (1997,p.234), Azevedo deixa entrever tanto em *“Civilização e mestiçagem”* (1951), como em *“O povoamento da cidade de Salvador”* (1949) e também em uma exposição de uma proposta de revisão curricular de antropologia da faculdade de Filosofia da Bahia 1951, críticas ao racismo, rejeitando o determinismo racial como elemento para os problemas médico-sociais da população.

Em *“O povoamento da cidade de Salvador”*, MAIO (1997, p.236) detecta no tocante à miscigenação o argumento freyreano da miscibilidade e tolerância

portuguesa, da ausência de preconceito de cor e/ou raça, associado ao enquadramento teórico Piersiano de um sistema de classes aberto à mobilidade vertical existente na sociedade baiana. Conclui que as distâncias sociais eram compensadas por mecanismos tradicionais, como o compadrio. Segundo o autor (p.237), no capítulo intitulado “Democracia Racial”, Thales oferece o mais amplo elogio aos padrões de interações étnicas herdadas da cultura ibérica e desenvolvidas na cidade de Salvador do século XIX.

De fato, o autor afirma que foi graças à quase ausência de preconceitos, herdada dos séculos de convivência com os mouros e pretos, que o branco português, sempre em minorias sensível na Bahia, conseguiu absorver grande parte de africanos que importou. AZEVEDO (1969, p.223-224).

Para MAIO (1997,p.238), em “Civilização e mestiçagem”, Thales oferece um exemplo bem familiar à experiência brasileira das relações entre o biológico e o cultural, isto é, a mestiçagem.

Thales alerta para os perigos da quebra de tradição do padrão harmônico de relações raciais, isolamento demográfico e cultural com o advento da industrialização. Para ele a modernização capitalista e a estruturação de uma sociedade de classes poderiam suscitar uma competição entre brancos e não-brancos, traduzindo-se pelo aumento de visibilidade do preconceito de cor e ameaçando, com isso, o tradicional *ethos* baiano.

Portanto, antes mesmo de elaborar sua pesquisa para a Unesco, Thales já tinha alinhavado suas principais idéias sobre as relações raciais em Salvador. MAIO (1997a, p.239).

Para GUIMARÃES (1996b, p.76), em Miscigenação há três pontos sob os quais elabora uma reflexão sobre relação entre classes e raças no Brasil.

“Primeiro, mantém o consenso erudito da época, enunciado primeiramente por Pierson em 1942, de que a *cor* não é uma percepção racialista mas sim bio-social. A distinção entre cor e raça continua fundamental para sustentar a afirmação de que se tem no Brasil um sistema de relações raciais de natureza diferente dos países não-assimilacionista. Segundo, toma como ponto de partida os dados que afirmam que, se existe discriminação de cor no

Brasil, essa ocorre incontestavelmente ‘com referência ao casamento e à incorporação na família’. Terceiro, aceita também como evidência empírica a afirmação de que essa discriminação existe nas classes sociais mais altas, mas inexistente nas classes populares”. GUIMARÃES (1996, p.76-77).

Em “Índios, brancos e pretos no Brasil colonial” 1953, GUIMARÃES (1996b, p.73) afirma que Thales toma de empréstimo a teorização de Pierson sobre a sociedade multirracial de classes para lidar com a relação entre classes e raças na Bahia. Se essa teorização parece enquadrar-se bem à sua descrição da posição social dos mulatos, pardos e morenos socialmente brancos, ela tem o enorme defeito de contrariar os fatos repetidos de discriminação a que estão sujeitos não apenas estes indivíduos em determinados círculos, principalmente nacionais, mas principalmente os pretos.

Segundo MAIO (1997a, p.240-241), no projeto enviado para a Unesco, o autor formula duas hipóteses: 1- no Brasil existe pouco preconceito de cor e na Bahia ainda menos; 2 - o preconceito de classe é mais forte do que o de cor, e por tudo isso, a linha de cor não é obstáculo intransponível nos processos de mobilização vertical na Bahia. Ainda, em termos gerais, o enfoque teórico de Thales de Azevedo no seu estudo sobre elites de cor na Bahia é fortemente influenciado por Donald Pierson e encontra uma complexidade na classificação dos vários grupos étnicos aliados à constatação de uma variabilidade de marcas étnicas na Bahia.

Fica bem claro que Thales de Azevedo também está de certa forma filiado à idéia de que no Brasil existe um padrão distinto de relações raciais (pelo menos nas obras iniciais). Segundo ele (1982,p.227) isso pode ser observado em Salvador pelo crescimento da mestiçagem, condições que devem ter contribuído através da história local, para atenuar a tensão inter-racial em concorrência com outros fatores ligados ao *ethos* baiano.

“O conjunto desses dados conduz, porém, a concluir que a população da cidade de Salvador, e mesmo de todo o estado, apesar de variações regionais de certa amplitude, compõem-se de cerca de um terço de brancos e dois terços de elementos de cor - grupos que não se extremam em distinções culturais estágios e

cujos conflitos só em reduzida parte derivam da tensão inter-racial”. AZEVEDO (1982, p.231).

Tal situação é que igualmente discutida em (1981).

“Essa é a Bahia de festas populares, da pompa litúrgica, do candomblé, do carnaval, dos contrastes dos alagados, das invasões, dos grandes edificios e viadutos, da miséria e da afluência de pretos, de brancos e de mulatos em uma convivência pacífica”. AZEVEDO (1981, p.17).

GUIMARÃES (1996 b, p.69) afirma que “Elites de cor” tinha duas limitações de origem; primeiro, deveria ter um caráter mais monográfico que interpretativo; segundo, o seu engajamento político deveria reforçar a idéia piersoniana da Bahia como sociedade multirracial de classes, em detrimento das evidências de preconceito racial e de sociedade fortemente estamental.

Enquanto essa repete a tese da democracia racial, fazendo uso de um conceito frouxo de sociedade de classes (significando sociedades de grupos abertos à circulação e à mobilidade, em contraste de castas), a etnografia de Thales é um documento preciso de persistência na Bahia da importância do *status* adquirido, como aquele proveniente da riqueza e da ocupação. (GUIMARÃES, 1996b, p.70-72).

MAIO (1997a, p.243) afirma que isso acontece porque ele reitera o argumento piersoniano ao enfatizar que os baianos aproximam-se ou evitam-se antes em função de seu *status* do que de sua cor ou raça. A mestiçagem não seria um interdito nem tampouco fonte de constrangimento social a não ser quando ameaça a estrutura de classes fortemente hierarquizada. Assim, na descrição da estrutura étnico-social, Thales assinala que os estratos superiores compostos quase exclusivamente por brancos contrastam com os segmentos sociais inferiores, constituídos por pessoas de cor.

No capítulo “A cor é um simples acidente” se acentua, segundo MAIO (1997a), o descompasso entre o aparato teórico utilizado por Thales de Azedo e sua

sensibilidade para o trabalho etnográfico, apresentando uma série de evidências reveladoras dos aspectos negativos atribuídos à cor;

Por outro lado, ele afirma que se as relações de amizade e a posição podem por vezes, suavizar as tensões raciais, Thales de Azevedo sugere um cenário distinto com o processo de modernização do Estado, com a inserção dos negros e mulatos no proletariado.

Sua inspiração em Pierson, segundo MAIO (1997a, p.245), fez com que ele “*não considerasse a existência de castas, mas de classes, as pessoas de cor penetram no mundo dos brancos mesmo se têm traços negros acentuados*”. Nos casamentos interracialis Thales concebe o fenômeno da resistência das famílias dos maridos de cor clara ao casamento com mulheres de cor mais escura como uma consequência da ameaça de perda de *status* numa sociedade que elege o branco como parâmetro estético e social.

Em se tratando de ascensão social, Thales afirma que a cor é um ponto negativo em todo o movimento ascensional e MAIO (1997a, p.247) nos fala da posição de Thales de Azevedo quanto a essa questão.

“Na parte relativa aos ‘canais de ascensão social’, pardos e negros concentram suas expectativas nas possibilidades oferecidas pela educação como via para se atingir as profissões liberais. O autor registra reduzida participação dos mesmos no setor terciário, não se aceitando pessoas de cor para balconistas e outras atividades comerciais. No exército, no magistério, nas artes, na burocracia, nas instituições religiosas as restrições às pessoas de cor na Bahia são muito reduzidas, embora se registrem casos de preconceitos determinando oposição ou exclusão dessas pessoas. O mesmo sucede no círculo de intelectuais. De qualquer modo, a ascensão social por parte dos não-brancos nessas instâncias da vida social seria limitada”. MAIO (1997a, p.246).

De fato pudemos observar a complexidade dos elementos abordados por Azevedo em seu livro “As elites de Cor: um estudo da ascensão social (1955), uma obra segundo o autor, destinada a dar uma compreensão da dinâmica da ascensão social das pessoas de cor em uma cidade brasileira e uma indicação dos canais através dos quais se processa essa mobilidade vertical. AZEVEDO (1955, p.13).

Nesse trabalho o autor, caracteriza os variados tipos físicos presentes na Bahia a partir das expressões branco, preto, mulato, pardo, moreno e caboclo. Sendo assim, para ele:

-Branco – são indivíduos caucasóides, mais alvos com olhos claros, de cabelos igualmente claros e finos, mas também podem ser chamados de branco os ricos ou pessoas de *status* elevado, seja qual for o seu aspecto.

-Os mestiços de cor clara, branqueados ou brancos na cor são chamados de brancos da terra ou brancos da Bahia.

- Pretos são os indivíduos que têm características físicas do negro africano particularmente a pele muito escura, “cor de carvão”, os cabelos encarapinhados, o nariz chato e os lábios muito espessos.

-Pardos e mestiços são empregados mais ou menos como sinônimos de mulatos, isto é, de descendentes do cruzamento entre europeu e africanos. E finalmente o albino negróide e o mulato ruivo, de cabelo vermelho ou alourado, são conhecidos como sararás.

Sobre a organização social o autor relata que a Bahia é uma região de poucas tensões entre os grupos, seja de nacionalidades diferentes, religiões, partido político ou grupo racial. Ele afirma que o antagonismo entre qualquer desses grupos e os brasileiros dá lugar a moderada discriminação em alguns setores sociais, mas poucas vezes se traduz por hostilidade na segregação ativa (1955,p.38). Com relação à religião o autor reitera que o antagonismo recíproco entre católicos protestantes e espíritas situa-se também no plano doutrinário (p.42), a despeito de ele fazer as seguintes considerações sobre o Candomblé.

“Com referência aos candomblés, dedicados aos cultos de procedência africana, é muito generalizado o sentimento de que os seus ritos são manifestações de atraso e barbaria que se devem suprimir por constituírem um motivo de vergonha diante dos forasteiros e turistas”. AZEVEDO (1955, p.42).

Já no que se refere às relações raciais verifica-se que há certo antagonismo entre pretos e mulatos e que na Bahia existe sem dúvida, o preconceito de cor, porém esses

sentimentos são em grande parte formulações de antagonismo de classe entre os morenos e mulatos claros de *status* elevado, “socialmente brancos”, e os escuros que se esforçam por melhorar a sua classificação na sociedade (1955,p.45).

O autor acentua que existe uma evidência muito significativa das boas relações raciais na Bahia facilmente comprovada pela alta frequência da mestiçagem, a qual também busca explicação nas relações brandas estabelecidas no período escravocrata.

“Concorrem poderosamente para a aproximação e para as boas relações entre raças na Bahia, como em todo Brasil, o tratamento de modo geral brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos e a atuação do clero católico procurando desde os primeiros dias da importação de africanos incorporá-los a fé e a civilização dos portugueses. AZEVEDO (1955, p.49).

O autor afirma também que mulatos, brancos e pretos cumprimentam-se com abraços e aperto de mão e sentam-se juntos nos teatros, nas igrejas, nos cafés ou nos bares, com a maior naturalidade.

A despeito, é claro, de como mostra na página posterior de haver uma diferença de classes.

“A mestiçagem não é proibida por nenhuma lei nem é socialmente desaprovada senão na medida em que afeta a estrutura de classes firmemente estabelecida no país e na qual os estratos superiores são constituídos quase exclusivamente de brancos, isto é de pessoas de fenótipo europóide ou apenas ‘socialmente brancos’ e os inferiores se compõem principalmente da gente de cor, arranjo que faz coincidir aproximadamente classes e tipos raciais sem, contudo, as identificar de todos”. AZEVEDO (1955,p.47).

Em se tratando das opiniões sobre a população negra existente na Bahia o autor considera que elas não são depreciativas “*embora muitos considerem o preto inferior quanto á inteligência, quase ninguém põe em dúvida o talento e a capacidade intelectual dos mulatos*”. AZEVEDO (1955 p.57).

“Não existe, apesar disto, uma hostilidade ativa contra o mulato como grupo aqueles julgamentos são estereótipos aplicados principalmente a indivíduos que, em virtude de sua educação superior ou de aspirações mais ambiciosas de que as do seu grupo, procuram destacar-se na esfera intelectual, acontecendo que nalguns casos trata-se de pessoas que realmente compensam o seu sentimento de inferioridade com comportamento e maneiras de falar exageradas. AZEVEDO (1955,p.60).

No capítulo intitulado “A cor é um simples acidente”, a despeito de ter reiterado em diferentes passagens anteriores que as relações raciais são democráticas, fica evidente como as pessoas negras ou com traços negróides vivenciavam situações que podem ser classificadas como discriminação.

“Nas camadas mais altas da sociedade bahiana, dizem os informantes, em geral a pessoa de cor não sofre humilhações. Pode contudo, não ser reconhecida como um membro dos grupos de mais prestígio”. AZEVEDO (1955 p.68- 69).

No capítulo intitulado “Uma sociedade multirracial de classes” ele repete a tese de Pierson afirmando que o país é uma sociedade multirracial de classes e que “não haveria propriamente castas, mas simplesmente classes, as pessoas de cor ingressam no mundo dos brancos mesmo que tenham traços acentuados; necessitam, porém, identificar-se com os padrões de comportamento do grupo superior (1955, p.72). A despeito, de demonstrar à medida que constrói o texto, a localização da população negra nos patamares menos favorecidos.

“A maioria de pessoas de cor vive, como toda a classe baixa, em bairros pobres nos contornos da cidade ou em pequenos aglomerados de casas modestas intercaladas nas áreas residenciais das classes mais altas; porém nestas vivem, ao lado dos brancos, muitas famílias de cor de *status* intermediário ou superior. As pessoas de cor são aceitas, segundo os seus recursos econômicos e

a sua educação, nos hotéis e mais facilmente nas pensões das diversas categorias, e podem freqüentar livremente os restaurantes e cafés, as casas de chá, os cabarets, participando, não raro, de mesas onde encontram amigos brancos”.AZEVEDO (1955, p.71).

No capítulo sobre “Os Casamentos inter-raciais”, o autor deixa entrever a perversidade das relações raciais, pontuando que mesmos nas relações íntimas os negros têm desvantagens. O autor consegue perceber que

“O casamento inter-racial é um dos canais de acesso e de integração da gente de cor nas classes mais altas. Uma vez que os indivíduos mais claros têm maiores possibilidades desses tornarem socialmente brancos, o casamento entre escuros e brancos confere prestígio aos primeiros e oferece expectativa de filhos mais próximos do tipo preferido”. AZEVEDO. (1955, p.78).

Nesse contexto o autor mostra que o casamento inter-racial pode significar ascensão ou prestígio do grupo negro e por outro lado para o grupo branco pode significar desprestígio. O pensamento do autor sobre o inter-casamento pode ser sintetizado no trecho abaixo.

“Os inter-casamentos são realmente o ponto crítico das relações raciais na cidade. Nesse terreno o comportamento se caracteriza por mais distanciamento e intolerância dos brancos, mesmo dos que são apenas ‘socialmente brancos’ ,para a acomodação recíproca dos dois grupos e para o ajustamento das personalidades aos padrões em vigor”. AZEVEDO (1955, p.90).

O autor ainda aponta, por exemplo, a situação do negro no comércio, onde, ele afirma que a posição de comerciantes a maioria é de brancos; na posição de empregados ou comerciários a grande maioria é de cor, mas de cor clara. (1955, p.98-99).

O autor deixa entrever nos dados as restrições aos negros na política, burocracia, corporações militares, artes, educação, religião, esportes, profissões liberais, vida intelectual e clubes recreativos. No campo educacional ele constata, por exemplo,

“Porém professoras brancas que nas escolas elementares públicas, se mostram mais severas e talvez intolerantes com as crianças ‘mais pretas’, perdoando-lhes mais relutantemente as faltas e punindo-lhes com mais rigor do que às brancas”. AZEVEDO (1955, p.133).

Infelizmente, mesmo diante da riqueza dos dados, o autor termina por atribuir as situações de discriminação como consequência de questões relacionadas à classe.

“Mas como a sociedade bahiana é uma sociedade multi-racial de classes, em que realmente não há castas, isto é, grupos fechados, cujos componentes são hereditariamente classificados e não têm possibilidades de mudar a sua localização social ou de passar para outros grupos, as pessoas de cor têm o seu *status* condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competitiva em igualdade de condições com brancos”. AZEVEDO (1955, p.193).

Em “Cultura e situação racial no Brasil” (1960) de fato podemos perceber a importância que o autor atribui à miscigenação. Ele localiza sua existência já quando os índios foram escravizados pelas expedições armadas que penetravam no país e regressaram trazendo milhares de prisioneiros homens, mulheres e crianças que os vencedores partilhavam, como escravos, entre a população branca, engrossando os efeitos demográficos de cidade e contribuindo para o caldeamento étnico (1960, p.77). O autor menciona ainda que a prova da importância da miscigenação no processo de constituição do país é o fato de que

“Embora fossem proibidos os casamentos de brancos e de índios com negros, a lei era, às vezes burlada e a mestiçagem fazia-se largamente através das uniões livres e das mancebias, originando ‘singulares arranjos’ nos novos tipos raciais que iam surgindo e

chamavam a atenção dos estrangeiros que visitavam o país, como sucedeu a Koster e outros”. AZEVEDO (1960, p.78).

Para ele a mestiçagem muito intensa no período colonial e que continua a acontecer hoje, livremente; não é o resultado da simples agressão física de grupos étnicos diferentes, mas produto de condições econômicas e históricas. Obviamente essa propagada mestiçagem para ele é o fator importante para abrir o caminho à democracia racial. Ou nos termos do autor.

“Apesar das distâncias sociais e culturais que separavam os grupos étnicos, as relações entre estes caracterizavam-se mesmo durante o período da escravidão, por uma limitada hostilidade inter-racial. Nos tempos atuais essas relações continuam a distinguir-se por um mínimo de tensão e pelo funcionamento de mecanismos de ajustamento que reduzem os limites diminutos os antagonismos que acaso se originem de diferenças dos tipos físicos e das raças e que, na opinião da maioria, resulta de antagonismos de classes”. AZEVEDO (1960 p.91).

No livro “Democracia Racial” (1975) encontram-se algumas passagens que podem ser importantes para a compreensão do pensamento do autor sobre o negro brasileiro. Com relação à escravidão, por exemplo, ele coloca (p.13) que a escravidão foi cruel e dura, e que em realidade o regime servil não podia ser nem era de fato ameno ou brando (p.19).

Sobre o preconceito e a discriminação, parece que o autor tende a aceitar sua existência ao afirmar que “verifica-se discriminação indisfarçável e seus efeitos através da história nacional, no casamento, na admissão aos clubes e associações recreativas, nas irmandades, nas escolas privadas, nas ordens religiosas, em cargos e carreiras que têm sido privilégio das classes altas ou, pelo menos, dos socialmente brancos, como a diplomacia e as camadas mais elevadas de representação política, da governança, das forças armadas, do

clero, do comércio, dos bancos e da indústria”. No trecho abaixo essa constatação de discriminação a que os negros estão sujeitos na Bahia fica bem definida.

“Ainda quando se negue uma ‘linha de cor’ à porta das instituições que controlam a aquisição do *status* e o simbolizam, tais instituições, como órgãos de classe que são, peneiram os grupos de cor mais ou menos rigorosamente segundo os critérios de classe. AZEVEDO (1975, p.37-38).

A aceitação do preconceito e da discriminação faz com que o autor conteste, portanto, a existência da democracia racial.

“Na verdade encontram-se no país arraigados preconceitos e estereótipos contra as pessoas de cor, sobretudo contra os mais pretos e os mestiços das camadas baixas; fazem-se discriminações e preterições por motivos de supostas diferenças de aptidões, de capacidade e qualidades, entre aqueles e os ‘brancos’, porém, é também fato de que não se aceitam abertamente as idéias racistas nem se verificam ações violentas, originárias de uma militante consciência de raça. Todavia, a pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica que as barreiras de classe tanto quanto a velha e ainda não esquecida separação entre escravos e livres e entre estamentos superiores e inferiores impedem de realizar-se”. AZEVEDO (1975 p.29).

Em várias passagens do Livro “Democracia racial” (1975) o autor deixa entrever a sua percepção sobre mestiçagem, agora não mais como simplesmente prova da existência da democracia racial, mas como um elemento que demonstra um índice de discriminação porquanto resulta mais de concubinação e de relações sexuais fortuitas do que casamento. O trecho abaixo de certa forma sintetiza a posição do autor

“O exposto parece mostrar que a mestiçagem tende a deixar de ser uma união assimétrica, como a que se configurava, no tempo da escravatura, entre ‘senhor branco - escrava negra’; esta fórmula inverteu-se completamente. De outro lado, a mestiçagem, continuando a operar em todas as camadas sociais, é um fenômeno

preponderante da classe baixa. Nesta classe está a imensa maioria das pessoas de cor, sobretudo as mais escuras e negróides, ao lado de certo número de brancos fenotípicos. Também alia consciência de classe supera a de raça ou de ‘marcas’, a maior parte das vezes”. AZEVEDO (1975,p.83).

Em síntese, nesse texto o autor admite a existência do preconceito e da discriminação, nega que o Brasil é uma democracia racial, insiste na idéia de que “*em termos gerais, para os brasileiros a ‘casta’ constitui um dado bio-social, uma síntese de raça de origem, tipo físico e valores sociais que levam a fixação para cada indivíduo, de sua ‘epiderme social’*”. AZEVEDO (1975, p.63)

No artigo “Classes sociais e grupos de prestígio” 1956, Thales discutiu a persistência do *status* de origem, dado pelos laços de família e pela cor; no entanto, GUMARÃES (1996b, p.76) afirma que ele hesitou em considerar os valores da democracia racial como pura racionalização dos poderosos, tanto quanto se recusou a tomá-los ingenuamente ao pé-da-letra. O fato é que, numa sociedade racialmente tanto assimilacionista quanto estamental, tais valores são, a um só tempo, racionalizações conservadoras para os brancos, e instrumento de ascensão para mulatos e negros.

Sobre o trabalho de Thales de Azevedo, GUIMARÃES (1996b) aponta algumas inovações do ponto de vista etnográfico, pois, constata e documenta a importância do *status* atribuído, principalmente à origem familiar e à cor e do *status* adquirido como aquele proveniente da riqueza e da ocupação. Ou, nos termos do autor,

“Enfim, Thales de Azevedo constata, em 1953, que são as redes pessoais, as boas maneiras e as etiquetas aristocráticas – dependentes ao fim e ao cabo da origem familiar – e a ‘qualidade’ das pessoas (isto é, a sua cor) os principais veículos ou principais obstáculos à sua ascensão na sociedade baiana. Mas, embora etnograficamente registrado, o preconceito e a discriminação existente são acomodados no esquema teórico delineado anteriormente por Pierson e interpretados como sendo baseados principalmente em distinções de classe. GUIMARÃES (1996 a ,p.152).

Entre os aspectos inovadores no trabalho de Thales de Azevedo, GUIMARÃES (1996a) destaca que este teorizou a transição do Brasil colonial e arcaico para um Brasil moderno e capitalista em termo de passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade de classes, indicando como a associação entre *status* e cor permanecia incólume nessa transição. Para o autor, Thales de Azevedo foi um dos primeiros a teorizar a sobreposição na estrutura social brasileira de duas hierarquias: a primeira, uma ordem econômica das classes sociais baseadas em relações sociais abertas e de mercado, onde dominam os contatos categóricos; e a segunda, uma ordem bipolar de *status* e prestígio, demarcada principalmente por marcas adstritas com “cor” e origem familiar onde inspiravam os contatos primários e simpáticos permitidos por uma rede de relações pessoais.

Para GUIMARÃES (1996a, p.154), Azevedo dotou assim, de modo original, as desigualdades raciais brasileiras de um fundamento estrutural, tratando-as não mais como denominações biológicas, mas como nomes de prestígio. Explicitaria assim o velho ditado, também típico-ideal, de que ‘branco pobre é preto e preto rico é branco.

Para GUIMARÃES (1996a, p.78), poucos terão ao longo da vida, acompanhado tantas mudanças científica e politicamente corretas: oriundo do berço mais nobre do racismo científico brasileiro ajudou com seus primeiros trabalhos a feri-lo de morte, estabelecendo o novo consenso culturalista de negação das raças, de afirmação das cores e de laudação dos ideários da democracia racial. Não durou muito, todavia, passou a militar contra a ideologização desse novo consenso, desmascarando as racionalizações e revelando as discriminações e preconceitos raciais de cor.

3- MARVIN HARRIS E SEUS PADRÕES DE RELAÇÕES RACIAIS

Marvin Harris é outro autor que fez parte do Projeto Colúmbia University/Estado da Bahia, se estabeleceu em Rio das Contas, tradicional região de exploração mineral e escolheu para operar o contraste com a cidade de Livramento de Brumado. Em Harris, também se consegue perceber, segundo GUIMARÃES (1999c, p.80),

uma leitura que nega a existência do preconceito racial em favor do preconceito de classe. Isso pode ser visualizado quando ele aceita apenas as categorias nativas de pertença identitária, negando, portanto, a existência de raça no Brasil e quando ele refaz a explicação por que as classes e não as raças eram no Brasil as categorias mais importantes da dominação política e social. Sua teoria é de que tanto fatores demográficos, quanto econômicos – a pequena migração européia e a necessidade de prover postos intermediários na produção e na administração do país através da promoção social de mulatos e negros – obrigaram as elites a definir seus privilégios a partir de uma linha de classe, abandonando a linha de cor. Ademais, argumentou que as ausências de regras claras de pertença grupal impediram, daí em diante, o desenvolvimento de grupos raciais. Veja como Harris reitera seus argumentos em “Padrões raciais na América” (1967).

“A identidade racial no Brasil não é governada por uma regra rígida de descendência. Uma criança brasileira nunca é automaticamente identificada com o tipo racial de uma ou de ambos os progenitores, nem o seu tipo racial precisa ser escolhido entre apenas duas alternativas. Mas de uma dúzia de categorias raciais podem ser reconhecidas de conformidade com a cor do cabelo, sua textura, cor dos olhos e cor da pele que na realidade ocorra. Esses tipos se entrosam gradualmente, como as cores do espectro da luz, e nenhuma categoria está isolada de modo significativo das demais. HARRIS (1967,p.89-90).

GUMARÃES (1999c, p.83), afirma que mesmo recusando os argumentos de Freyre, partilha os seus valores e as suas conclusões práticas, pois não faz sentido falar em discriminação num país onde (a): há uma regra clara de pertença a grupos raciais ou de cor e (b) as diferenças de *status* e de classes são suficientes para manter a dominação. Posição que fica bem clara no trecho abaixo.

“No que se refere ao comportamento real, as ‘raças’ não existem para os brasileiros. Mas as classes existem tanto para o observador quanto para os brasileiros. Este é o primeiro fato a ser assimilado se a curiosidade nos aguça quanto à razão pela qual a identidade racial em si mesma é coisa sutil e de pouca monta no Brasil,

enquanto que, no Estados Unidos, é para milhões de pessoas um passaporte para o inferno”. HARRIS (1967,p.100-101).

Para Harris (1967, 95-97) o preconceito racial no Brasil não é acompanhado pela segregação e discriminações raciais sistemáticas. Argumenta que a discriminação racial por si só é sutil e equívoca, que a discriminação de classes, porém, produz impedimentos e desigualdades de qualidades persistentes, contundentes e penetrantes.

“Nessas condições o problema da discriminação racial está longe de ser vital. Os brancos da classe inferior e os negros da mesma classe são igualmente segregados e ‘discriminados’, talvez uns poucos mais que outros; mas onde as privações são comuns são tão generalizados, onde a mobilidade para cima da escala social é tão restrita, todos os sintomas familiares de discriminação racial tendem a serem abafados pelas diferenças entre as classes”. HARRIS (1967 p.100).

Para o autor ainda é possível neste país mudar de categoria a despeito da cor da pele sem ter que se afastar da família, dos amigos e sem ter que mudar de residência. Segundo ele isso se faz conseguindo êxito financeiro ou educação de nível superior”. HARRIS (1967,p.93).

Para GUIMARÃES (1996b, p.150-151)), ele segue rigorosamente a formulação de que as únicas raças existentes seriam sociais, haja vista que ele sustenta a tese de que a discriminação existente no Brasil é a de classe e não a de raça . O autor esclarece que para se entender essa leitura de Harris é preciso lembrar preliminarmente que Harris se coloca contra duas teses clássicas que procuraram anteriormente explicar o teor não conflitivo das relações raciais no Brasil e o teor gradualista de sua classificação racial. A primeira é de que tal especificidade seria devido à colonização portuguesa e a segunda a de que fosse devido ao tipo de regime escravista que se desenvolveu no Brasil.

Ademais, GUIMARÃES esclarece que.

“Para Harris, portanto, as diferenças de *situações* raciais deviam-se a diferentes padrões culturais desenvolvidos nas Américas a partir de processos históricos complexos, envolvendo uma multiplicidade de determinantes e de condicionamentos de ordem econômica, demográfica, política, social e propriamente cultural. No que respeita às diferentes formas de classificação racial resultante do contato entre europeus e africanos na América, haveria três grandes tipos de classificação; (1) aquele prevalecente no Caribe dos anos cinquenta, onde se formou uma camada intermediária de mestiços entre brancos e negros; (2) o sistema bipolar norte-americano que segundo Harris deve-se a uma regra de traçar a descendência que ele chamou de hipodescendência; e, finalmente, (3) o sistema brasileiro, que se caracteriza pela ausência de regras de descendência”. GUIMARÃES (1996b, p.151).

Em síntese, a discriminação de classe mostrou-se historicamente suficiente para manter os privilégios sociais e raciais dos dominantes sem que esses precisassem apelar diretamente para uma estratégia étnico-racial. Isso é o que nos mostra GUIMARÃES (1996b, p.151) concluindo que em Harris a construção social da raça teria se limitado, portanto, a um gradiente valorativo branco-preto onde o branco polariza os valores positivos, restando ao negro os valores negativos. Tal construção racial seria, portanto, capaz de gerar e alimentar preconceitos raciais, mas incapaz de sustentar discriminações raciais sistemáticas pela simples ausência de regras objetivas de pertinência grupal e de descendência racial.

4- RAÇA E CLASSE EM WAGLEY

Outro autor que realizou pesquisa no projeto UNESCO é Charles Wagley que para MAIO (1997a) mostrava interesse em contrastar o caso brasileiro em

matéria étnica com os Estados Unidos e acreditava que a análise dos intercursos étnicos no Brasil oferecia a oportunidade de observar mais nitidamente os problemas econômicos e sociais por quais passava o país. Na verdade o antropólogo estava convencido de que os elementos histórico-sociais que contribuíram para a formação de uma cultura singular, acrescida das mazelas nacionais levavam a questão racial a assumir papel extremamente secundário.

Segundo o autor, no prefácio de *Race and Class in Rural Brazil*, Wagley apresenta de modo sintético sua visão sobre o Brasil e a diversidade regional, cultural e étnica nele existente. Estabelece comparações com a experiência norte americana, destaca a importância das relações entre raça e classe em detrimento de classificações que privilegiam caracteres genotípicos ou fenotípicos. Por fim, indica a importância dos estudos dos intercursos étnicos no Brasil rural.

Para MAIO (1997, p.249), Wagley reitera a máxima de que a sociedade brasileira viveria sob a égide de uma democracia racial. Os efeitos do preconceito e de discriminação no Brasil seriam reduzidos em comparação com a experiência de outros países. O autor se baseia no argumento freyreano sobre as relações que envolviam violência e confraternização no âmbito da interação entre as três raças no período colonial.

Aliás, para GUIMARÃES (2002, p.36), a expressão democracia racial foi introduzida por Wagley na literatura sobre relações raciais e esta expressão se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais.

De acordo com MAIO (1997a), Wagley foi influenciado pelo enfoque de Donald Pierson porque a sociedade brasileira não havia desenvolvido um sistema de castas propiciando, desse modo, a garantia da mobilidade social de pardos e negros com reduzida taxa de tensões sociais.

Para o autor, Wagley consegue registrar a diferença existente entre a imprecisa classificação racial elaborada pelos recenseadores do IBGE e a ampla variedade de categorias nativas, contudo, argumenta que as diferenças raciais nem a existência de estereótipos resultam em comportamentos, ou melhor, em medidas discriminatórias.

Para MAIO (1997, p. 258-259), ele trabalha com categoria “raça social” que partia da pressuposição de que as desvantagens vividas pelos negros eram motivadas entre outras causas, pelos preconceitos e estereótipos que as pesquisas realizadas na Bahia registravam de modo recorrente, não impediam a mobilidade vertical, embora seletiva. Para GUIMARÃES (1999b, p.151), esta idéia se traduzia na noção de que *“haveria uma tendência dos negros e mulatos em ascensão social a se transformarem em socialmente brancos, já que a “cor” significa mais que simples pigmentação”*. Em síntese,

“O antropólogo não considerava válida a visão de que a industrialização associada à elevação do nível educacional, geram necessariamente competição e tensão na esfera das relações raciais como aconteceria nos países desenvolvidos. Isso não impede que Wagley aposte no processo de mudança social. Contudo, caberia o desafio da manutenção, e novos tempos, de determinados padrões culturais ditados pela tradição, que resultou num quadro de relações sociais e pessoais julgado como extremamente positivo”.MAIO (1997 p.259).

É importante reter que Wagley faz parte daquele grupo que contesta a suposta inferioridade dos negros brasileiros e que era atestada a partir de justificativas de viés biologizante.

“Ainda outros extremistas apegam-se aos argumentos raciais. Êsses ‘racistas tropicais’ alegam que os climas tropicais só podem ser habitados pelas raças de pigmentação escura, isto é, os negros, os mongóis ou misturas destas raças com os caucásios. Essa raça, ou misturas destas raças mais escuras, dizem eles, são inferiores aos brancos europeus, razão porque as regiões tropicais estão condenadas a um nível mais baixo de desenvolvimento cultural. (1957, p.24).

Por outro lado, o autor reconhece que a população negra está concentrada nas classes mais baixas da sociedade, fato que ele também reconhece na comunidade amazônica que investigou.

“A regra empírica, geral para o Brasil – ‘Quanto mais clara a pele, mais alta a classe; quanto mais escura, mais baixa a classe’ – pode-se dizer que foi feita para Ita. Ali a maioria de primeira classe, quanto ao aspecto físico, ou é européia ou mestiça, com grande predominância de ascendência européia. A maioria dos grupos das classes mais baixas (a segunda classe das cidades, os lavradores e seringueiros) são quanto à aparência física, mestiços com ancestrais predominantemente índios ou negros, ou são do tipo físico aparentemente de índio ou negro”. WAGLEY (1957 p.188).

A despeito de perceber as desigualdades raciais ele atribui essa questão à falta de industrialização e à educação.

“Em Ita onde os efeitos de educação e da industrialização em massa ainda se fazem sentir, as características físicas de índios e negros ainda são um subsolo de baixa posição social e de descendência escrava. A aparência física européia é um símbolo de descendência dos senhores de escravos e aristocratas”. WAGLEY (1957 p.189).

No entanto, quando caracteriza o Brasil o autor acaba por não reconhecer as desigualdades raciais evidentes nas colocações dos negros na estrutura social e reitera a idéia de democracia racial:

“O Brasil é conhecido através do mundo pela sua democracia racial. O preconceito e a discriminação raciais são relativamente moderados em todo país, em relação ao que existe nos Estados Unidos, no Sul da África e na maior parte da Europa. Isto não quer dizer que não exista nenhum preconceito de raça ou que as características físicas não sejam símbolos de posição social e, portanto, barreiras ou estímulos à mobilidade social. Quer dizer, porém, que as relações de raça são essencialmente pacíficas e harmoniosas. Entretanto, as atitudes para com os diversos grupos raciais e as relações entre esses grupos raciais na sociedade amazônica refletem os diferentes aspectos da história da Amazônia e da sociedade regional”. WAGLEY (1957 p.185).

Outro elemento que o autor busca para validar a idéia de democracia racial é analisar os casamentos inter-raciais, o que para ele é um sinal inequívoco em de que pouco a segregação existente em Itá baseia-se mais na classe social do que na raça, seja ela definida física ou socialmente”. Segundo ele.

“Esses casamentos entre pessoas do mesmo tipo físico ou entre pessoas de cor de pele mais ou menos aproximada, não são determinadas por qualquer restrição aos casamentos inter-raciais. Decorrem do fato de que, em Ita, as pessoas geralmente preferem casar dentro da mesma camada social, têm geralmente o mesmo tipo físico, o casamento dentro da própria camada social determina uniões entre pessoas de tipo físico mais ou menos semelhante”. WAGLEY (1957 p.194).

Em se tratando dos estereótipos a que os negros estão sujeitos o autor consegue identificar alguns contra os negros, entre os quais o de que ele seria conservador, espirituoso, astuto e dotado de extraordinária potência sexual, porém o autor tem uma posição otimista em relação a isto.

“Em Ita os conceitos firmados sobre o negro, apresentam-no sob um aspecto favorável. Sem dúvida revelam a inferioridade do negro diante do branco, mas atribuem-lhe muitas qualidades que são altamente apreciadas pela sociedade de Ita”. WAGLEY (1957 p.199).

Em *Race in class in rural Brazil* (1951) o autor já sinaliza com a idéia de que o Brasil tem um padrão distinto de relações raciais.

“Brazil is renowned in the for its racial democracy. Throughout its enormous are a half continent race prejudice and discrimination are subdued as compared to the situation in the countries. In Brazil three racial stocks – the American Indian, the Negro and the European Caucasoid – have mingled and mixed to form a society in which social tensions and conflicts are specially mild, despite

the great racial variability of the population”. WAGLEY (1952, p.7).

O autor expressava sua crença de que no Brasil tenha se desenvolvido uma sociedade racialmente democrática e com reduzidas tensões sociais. Para ele “ *today, it may be said the Brazil has no ‘ race problem’ in the same sense that exists many others parts of the World; people of three racial stocks, and mixtures of all varieties of these stocks, live in what are essentially peaceful relations. All of them are Brazilians proud of their immense nation and sharing in its numerous problems and potentialities.* WAGLEY (1952,p.7)

5- A INTERPRETAÇÃO DE RENÉ RIBEIRO

Outro autor que faz parte do grupo que nega a existência do preconceito, seja em favor da idéia de que o Brasil é uma sociedade multirracial de classes e ou que somos uma democracia racial é René Ribeiro. Segundo MAIO (1997, p.203) em sua pesquisa para a Unesco, René Ribeiro elabora uma análise histórico social da sociedade brasileira, privilegiando a dimensão étnica. Em seguida, aborda os padrões de relações raciais vigentes no Nordeste do Brasil, observando, em particular, os processos de miscigenação; as relações entre cor, classe, sexo e status; a influência ainda presente do patriarcalismo nos intercursos entre brancos, pardos e as imagens e estereótipos acerca dos imigrantes.

O trabalho de Ribeiro realizado no período entre dezembro de 1951 e agosto de 1952 tinha como objetivo verificar a influência da religião na confirmação de determinado padrão de relações raciais no Nordeste e, particularmente, em Pernambuco.

“Desse modo, apresenta o processo de conformação das relações raciais na sociedade colonial, agrária, escravocrata, constituída de diversos agrupamentos étnicos, na qual, de maneira distinta da experiência colonial espanhola e norte americana, a miscigenação foi predominantemente aceita. Para a ocorrência de tal fenômeno concorreram diversas fatores: a frágil presença de uma idéia de

raça entre os colonizadores portugueses, o regime escravocrata e patriarcal, a escassez de mulheres brancas e a existência de um catolicismo, de corte lusitano, flexível, tolerante e incorporador das tradições religiosas ameríndias e africanas, bem distinto do catolicismo hispânico no Novo Mundo, que chegou a instalar, em caráter permanente, tribunais de Santo Ofício em suas colônias profundamente hierarquizadas social e etnicamente”. MAIO (1997 p.217).

Para MAIO (1997a), a obra de Ribeiro está centrada na questão do preconceito, seja por meio da formação histórica, seja através da situação contemporânea. O trabalho acaba por revelar importantes dados acerca da intensidade do preconceito e da discriminação racial em Recife, comparados os resultados com outras regiões do país. Segundo MAIO,

“Conclui o autor afirmando que o preconceito contra não-brancos ocorre principalmente nas camadas médias e superiores da sociedade, com base em estereótipos que são introjetados no processo de socialização. No entanto, René Ribeiro considera que a miscigenação torna-se um mecanismo compensatório, de suavização dos atributos raciais negativos. Acrescente-se o fato de que o tipo de catolicismo vigente no Brasil contribui para a geração de constrangimentos face a qualquer ato considerado racista. Assim, torna-se mais fácil a mobilidade de mulatos e negros. Para finalizar, vale destacar que o trabalho do antropólogo pernambucano oferece uma riqueza de informações etnográficas que, de certo modo, contrasta-se com os argumentos teóricos utilizados nos dois primeiros capítulos”. MAIO (1997 p.221-222).

De fato, podemos perceber a partir da leitura de algumas de suas obras a valorização da mestiçagem nos mesmos moldes que havia feito Freyre. O autor mesmo nos relata que a mestiçagem seletiva, embora produzindo tipo eugênico (como a Sônia Braga de Gilberto Freyre) e disgênicos que não deve apontar, vem estabilizando a etnia brasileira como morena pela influência de causas sociais, como naturais (1988, p.26), O trecho

abaixo explicita bem a crença do autor do tipo brasileiro miscigenado, crença, segundo ele fundamentada no resultado da pesquisa encomendada pela UNESCO.

“Nossa conclusão foi que a situação étnica e socioculturalmente, nessa região, vinha evoluindo para a formação de uma sociedade multirracial e de classes, porém – acalentávamos – que a despeito da miscigenação, da mobilidade social e da transculturação, admitidos nessa sociedade, a substituição incompleta- do sistema econômico e de relações sociais herdado do período colonial para formas de economia próprias as sociedade desenvolvidas e industrializadas, e por um sistema social que supere o individualismo competitivo dominante na Europa e América – modernos, ao lado do ainda imperfeito pluralismo cultural (em cuja direção parece vir-se definindo a cultura brasileira). Tem resultado numa clivagem étnica e numa distância ainda pronunciada, bem como em acentuada diferenciação cultural de alguns setores de nossa população. Reflexos do sistema escravocrata e as contingências de um desenvolvimento econômico-social lento e desigual pelo Brasil afora e a prática extensiva da miscigenação seletiva mantêm, apesar do amorenamento indiscutível da nossa população (especialmente da nordestina), os estamento sociais baixos dominados por mestiços de cor escura e características morfológicas negróides, enquanto o vértice de nossa pirâmide social ainda persiste ocupada por mestiços de pele branco e características caucasóides”. RIBEIRO (1988,p.25).

Realmente no seu livro “Religiões e Relações raciais” (1956) a miscigenação vai ser uma discussão recorrente. Para ele (p.72) o encontro de culturas foi elemento importantíssimo para a formação aqui no Brasil de uma sociedade híbrida e ao mesmo tempo tolerante de contatos de cultura então havidos e ainda hoje em franco processo de fusão e integração. Para o autor, “*da miscigenação resultou a configuração do quadro étnico, do patriarcalismo como extensivo e neste, da preferente escolha pelo homem, de mulher mais clara do que ele, assim resultando um progressivo ‘branqueamento’ da nossa população*”. RIBEIRO (1956, p.105).

O autor recupera nitidamente nesse texto a noção de miscigenação como elemento definidor de relações raciais harmônicas. Sendo assim, ele reitera que a

miscigenação intensa ocorrida no período colonial e nos períodos subseqüentes tira a pretensão de qualquer indivíduo brasileiro de pureza racial, cuja conseqüência seria o preconceito aqui existente ser de cor e não de raça. Esse pensamento conduziria nosso autor a conceituar o Brasil como um país livre de uma rigidez racial fixada e também como um país onde inexistia a segregação racial.

“Foram evidentemente essas transferências de indivíduos e de famílias, de uma classe para outra e até mesmo de uma raça para outra com baralhamento e até o apagamento em certos casos dos distintivos de classe e de raça que preveniram em nossa sociedade o estabelecimento de uma ideologia racial fixada”. RIBEIRO (1956, p.122).

O preconceito cuja existência não é totalmente assumida pelo autor é identificado quando ele esclarece sobre a incorporação por parte dos negros e mulatos da idéia de “inferioridade” do negro.

“Negros e mulatos pertencentes aos grupos antes examinados parecem ter se contaminado pelas atitudes prevalecentes no setor branco da população, categorizando seu próprio grupo étnico em condições de inferioridade com relação aos vários grupos estrangeiros, além de demonstrar para com certas nacionalidades as mesmas atitudes do grupo dominante em nossa sociedade e utilizarem os mesmos estereótipos para qualificar as categorias por eles menos aceitas”. (1956, p.205).

Ele acaba por perceber o Brasil como uma democracia racial.

“O preconceito racial em nosso meio parece ter sido posto fora do foco de interesse e preocupação constante dos indivíduos, a etiqueta de raças aqui adotada parecendo visar antes de evitar as situações de constrangimento e os ‘ incidentes raciais ’ o que manter o negro em seu lugar”. RIBEIRO (1956, p.232).

Em síntese, esse tipo de argumentação, como a de Freyre, que visualizou no Brasil uma democracia racial e a de Pierson, que pontua que as discriminações raciais no Brasil como de classe e não raciais, vai alimentar a crítica de estudos posteriores, principalmente para os realizados pela escola paulista, que forneceu uma outra perspectiva dos estudos sobre o negro no Brasil.

CAPITULO III

PRECONCEITO E MUDANÇA SOCIAL

1- FLORESTAN FERNANDES E A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Um outro grupo de pesquisadores participantes do projeto UNESCO realizou uma outra leitura da questão racial no Brasil, superando a noção de que somos um país de relações raciais harmônicas. Um autor que se iniciou na questão racial ao participar do projeto UNESCO e se tornou paradigmático na interpretação das relações raciais no Brasil: foi Florestan Fernandes (1920-1995), que desenvolveu pesquisa em São Paulo.

Discutindo a obra de Florestan Fernandes, MAIO (1997a) menciona que um dos primeiros trabalhos do autor antecedente do projeto UNESCO foi “*Congadas e Batuques em Sorocaba*” cujo objetivo principal foi demonstrar como o folclore brasileiro é prenhe de passagens preconceituosas contra os negros. Um outro trabalho foi um estudo sobre o líder carismático negro João Camargo, em que o autor revelou as dificuldades da inserção de um homem de cor numa sociedade estratificada e de passado escravista.

Um dos aspectos que aparecem como central na interpretação de Florestan sobre as relações raciais foi o fato de ele focar o preconceito racial por meio de uma análise da própria sociedade brasileira e o seu processo de mudança social (MAIO, 1997a; LÉPINE, 1987; ARRUDA, 1996a; GUIMARÃES, 1999a).

Sobre a inovação na interpretação de Florestan, LÉPINE (1987) afirma que, ao contrário dos estudos antecessores, não se encontrava em sua obra a preocupação com a procedência e a origem étnica do negro, nem com as diferenças culturais entre nações africanas. O interesse de Florestan é pela falta de uma política oficial para reeducar os negros, fazê-los compreender os novos padrões e idéias de homem criado pelo trabalho livre e as dificuldades de sua inclusão na nova estrutura social.

Para o autor, além de outras contribuições, o estudo de Florestan propiciou o desmascaramento do mito da democracia racial, disseminou a idéia segundo a qual o preconceito e a discriminação racial constituem uma sobrevivência da ordem social tradicional e caracterizou o comportamento do brasileiro diante da questão como “preconceito de ter preconceito”.

LÉPINE (1987), abordando a questão racial na obra de Florestan, pondera que em seu trabalho a questão das relações raciais está estruturalmente associada à análise da passagem da sociedade tradicional escravista à sociedade de classes. Identifica três fases no trabalho de Florestan sobre a questão racial: a) 1941/1944 - período em que realizou pesquisas sobre folclore procurando localizar o preconceito racial; b) 1945/1951- fase correspondente à grande pesquisa efetivada com a colaboração de Roger Bastide, onde mostra que as relações raciais em São Paulo eram marcadas pelo preconceito e discriminação; c) década de 60 - corresponde à etapa de análise mais aprofundada do material colhido por ocasião da grande pesquisa.

O autor observa que o sociólogo trata de negro em geral, e para ele, todos os negros são iguais, o negro é povo, o mais assimilado dos brasileiros. Inclui, portanto, na categoria negro, os homens de cor descendentes de escravos, os negros mulatos e, ao mesmo tempo, traça do negro uma imagem dinâmica descrevendo sua trajetória ascendente desde o tráfico de escravos, a vida servil na sociedade tradicional até a abolição da escravidão, a lenta integração e o começo da ascensão no seio da sociedade de classes.

Segundo o autor, pode-se extrair dos escritos de Florestan Fernandes uma série de retratos dos diversos tipos sociológicos de negros que emergem no decorrer dos estágios sócio-históricos alcançados pela população de cor, e que podemos ordenar, numa seqüência, o negro miserável dos anos seguintes à Abolição, cuja condição é descrita por Florestan Fernandes em termos pungentes; o negro passivo, resignado e alienado; o negro vadio, malvado, bêbado e irresponsável; o negro em ascensão, puritano e muitos outros.

Considera ainda que esta multiplicidade de negros encontrada na obra de Florestan se ordena a partir da revolução da sociedade brasileira e das oportunidades de integração e de ascensão oferecidas à população de cor. Sendo assim, temos os períodos: a) 1888/1908 - permanência dos antigos padrões de relações raciais e a

dependência em relação ao branco poderoso, ao líder político, ao padrinho; b) 1908/1930 - o despreparo do negro, a concorrência do imigrante e a valorização da liberdade pelo negro transformando a fase em período de calamidade; c) 1925/1930 – início do protesto contra a desigualdade racial e a denúncia do preconceito e finalmente, e) 1948/1951 - época correspondente à segunda revolução industrial em São Paulo; o negro passa a desfrutar das oportunidades encontradas pelo imigrante meio século mais cedo, integrando-se à sociedade de classes e ocupando posições humildes.

O autor chama essa categorização feita por Fernandes de perspectiva determinista, em que o negro e a sua personalidade são moldados pelas relações concretas nas quais se situa e que definem sua percepção da sociedade e da vida, suas aspirações, seus padrões de comportamento.

Acerca da originalidade nos estudos sobre o negro brasileiro na obra de Florestan, PEREIRA (1996) afirma que sua produção inaugura uma nova fase porque parte do princípio de que a situação social da população negra no Brasil é um problema social, e o país precisa admitir, enfrentar e resolver até por uma questão de justiça social. Segundo o autor, seu pensamento assim se configura graças à sua forte inspiração marxista e seu olhar sociológico que desloca o olhar do negro enquanto problema para o país e dirige-se para o plano das estruturas sociais.

Com esta mesma perspectiva, ARRUDA (1996a) menciona que a obra de Florestan sobre o negro dirigiu suas indagações para a caracterização dos dilemas presentes na constituição da ordem capitalista no Brasil, evidentes na marginalização dos negros e mulatos, desembocando na realização parcial dos requisitos inerentes à sociedade moderna.

ARRUDA (1996b) sintetiza nos termos abaixo a posição de Florestan.

“Em suma, não se construiu no Brasil uma ordem burguesa aberta e democrática, como ocorreu em outros países, mas uma ordem burguesa enrijecida e tendente ao autoritarismo. Na gênese da sociedade de classes no Brasil imiscuem-se os traços do passado, dificultando a plena constituição da ordem social competitiva, apesar do paulatino movimento de integração. Configura-se o *dilema racial brasileiro* patente no modo fragmentário e incompleto de absorção; evidente na crença da inexistência do preconceito, conformando um fenômeno social de natureza ‘sociopática’. Em outros termos, na história da formação da ordem competitiva estabelecem-se

descontinuidades, uma junção de elementos em si mesmos distintos, responsáveis pela criação de uma síntese de contrários. No interior dessa realidade contraditória, o encaminhamento da questão do negro é decisivo para fundamentar uma sociedade moderna e democrática”. (ARRUDA, 1996b, p.200).

Também sobre o mesmo prisma, GUIMARÃES, (1999a, p.85) consegue visualizar no trabalho de Florestan um estudo histórico das relações entre brancos e negros para entender, a partir da matriz histórica, as mudanças dessas relações no período republicano. Ele observa por meio da comparação entre as funções sociais do preconceito racial antes e depois da abolição, que este se tornou uma forma de as oligarquias dominantes preservarem os privilégios de uma ordem social fundamentada no prestígio de posições herdadas. Outro ponto focado por Florestan, segundo o autor, é como a competição dos imigrantes com os negros acaba por acarretar a integração tardia do negro na sociedade de classes. Em se tratando da democracia racial, o autor ressalta que esta seria o resultado da ordem social competitiva e do modo racional – burocrático de dominação, próprio do capitalismo burguês, que prescindia de formas de discriminação ou coerção extra-mercantis ou econômicas.

Sobre a interpretação de Fernandes, também IANNI (1991, p.15) constata que ela está atravessada pelo empenho de interrogar à dinâmica da realidade social, de desvendar as tendências desta e ao mesmo tempo de discutir as interpretações prevaletentes. Para o autor, ele é responsável por uma nova interpretação do Brasil, construída com base na pesquisa sobre a colonização, a escravatura e a revolução burguesa.

Tal ponto de vista se coaduna com as posições de BASTOS (1998) ao ponderar que a reflexão de Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes opera como denúncia dos limites de aplicabilidade dos direitos no Brasil. Essa tese ultrapassa o contorno do universo de pesquisa definido à população negra, estendendo-se à população em geral, analisando as raízes do processo de exclusão, apontando para a limitação da cidadania e oferecendo sugestões para o alargamento das fronteiras do campo político.

“A exclusão do negro é vista, nesse quadro, não como fruto de procedimentos que encontra sua explicação na esfera comportamental, mas sim como produto de um amplo cenário fundante das relações sociais no Brasil. Em outros termos, a análise da marginalização do negro no processo de transformação da moderna sociedade brasileira faz parte de uma reflexão mais ampla sobre a exclusão social, econômica e política das classes subalternas”. (BASTOS, 1998, p.153).

MARTINS (1998) também concorda com a idéia de que a integração do negro na sociedade de classes representa um avanço na forma de interpretar o Brasil e, segundo o autor, Florestan trabalha pela primeira vez de modo sistemático sua tese sobre revolução burguesa retardatária e inconclusa no Brasil e, no modo dramático e subalterno como se dá a integração do negro no novo regime decorrente da abolição da escravidão, no qual ele encontra a referência social adequada para a leitura sociológica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Ainda com o mesmo ponto de vista, PINTO, E. (1992) acrescenta que Florestan procura demonstrar não ser possível compreender a situação do negro e do mulato se não é levado em conta o período escravista e as condições sob as quais se deu a instauração da ordem competitiva.

Para BASTOS (1987), os estudos de Florestan Fernandes a respeito da questão do negro marcam um avanço no pensamento sociológico sobre a questão racial e representam um rompimento em relação à reflexão sociológica brasileira.

O autor sustenta sua posição afirmando que Florestan questionou as interpretações que o antecederam, principalmente as de Freyre (de que o Brasil seria uma sociedade constituída em sua base por uma democracia resultante da interpenetração de várias etnias e culturas em harmonia) e, ao definir como seu objeto de análise a situação do negro na sociedade de classes, mostrando que esta não pode ser deslocada da reflexão sobre a ordem escravocrata e senhorial.

Para ele, a precariedade da ressocialização impede que o negro seja inserido na ordem social competitiva e, assim, encontre sua identidade de classe. Essa situação o leva a uma existência ambígua e marginal, sem condições sociais, econômicas, políticas, culturais e mesmo psicológicas de integração ao novo sistema.

Nesse processo de exclusão do negro BASTOS (1987) destaca, em Fernandes dois agentes, o imigrante e o fazendeiro, os quais excluíram o negro e o mulato como agentes sociais significativos, retirando-os da estrutura de trabalho, sendo obrigados a se alocarem nas ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção social, que por sua vez coloca obstáculos para a conquista da cidadania.

Finalmente, o autor pontua o questionamento de Florestan sobre o mito da democracia racial, que aponta para o caráter hipócrita desta formulação, mostrando que o mito baseia-se na afirmação de que a ordem social é aberta a todos igualmente, forjando-se a estrutura racial da sociedade brasileira.

FERNANDES (1995, p.22), referindo-se à sua interpretação nos estudos sobre o negro no Brasil, pondera que a pesquisa sobre relações raciais lhe permitiu rever toda a história brasileira, toda a sociedade escravista, como se processa sua desagregação, como se dá a revolução burguesa, a importância do fazendeiro e do imigrante, o significado do negro na construção e dinâmica da nova sociedade de classes.

Na posição de Fernandes, o negro teve o pior ponto de partida para a integração que se formou ao longo da desagregação da ordem escravista. Para ele, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu sem que o Estado e a Igreja assumissem encargos especiais e tivessem por objetivo preparar os ex-escravos para o novo modo de vida, o que o autor denomina como uma espoliação.

Especificamente sobre São Paulo, o autor ressalta que a não integração do negro pode ser percebida por três aspectos principais: a tardia inclusão de São Paulo na economia de exportação colonial; a concorrência com o imigrante europeu e a mentalidade burguesa dos paulistanos.

“Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. (FERNANDES, 1978a, p.20).

Interessante observar a modificação na perspectiva de analisar a importância da imigração para o país. Se em alguns estudos de viés biologizante a imigração européia era vista como algo importante para fornecer elemento para o embranquecimento, em Fernandes ela é a responsável por empurrar os negros (ex-escravos) para as ocupações marginais do mercado de trabalho.

Para o autor, a integração do negro na sociedade de classes não aconteceu pelo fato de eles não estarem como os brancos das camadas dominantes ou como os imigrantes com um suporte social para as suas atividades econômicas ou para suas aspirações de ascensão social.

“Embora, o ‘estrangeiro’ não tenha, literalmente, ‘tomado o lugar do negro’, este não suportou as condições de competição com o imigrante, criadas pelo trabalho livre e pela expansão de economia capitalista. Nesse sentido (e somente neste sentido), a presença do imigrante operou como fator indireto de desalojamento do negro ou do mulato do sistema de produção e, portanto, de perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável pelos índices negativos de crescimento da ‘população negra’”. (FERNANDES, 1978, p.132).

Em síntese, para o autor as novas relações sociais próprias da sociedade competitiva; a competição com os imigrantes europeus e a reação da elite que transformou o preconceito em um instrumento de exclusão que definiu o lugar do negro na nova ordem social. Ou então, nos termos de FERNANDES (1989, p.8), quando afirma que *“os negros são testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável”*.

Em “O negro no mundo dos brancos” (1972) ele afirma essa situação do negro brasileiro.

“A estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto como foi no passado. A organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subemprego, e para o ‘trabalho de negro’. FERNANDES (1972, p.70).

Sobre o conceito de negro presente em sua obra, FERNANDES (1977) considera que hesitou muito quanto à categoria descritiva privilegiada e preferiu empregar os conceitos de branco, negro e mulato entre aspas para indicar os percalços de uma flutuação que não pode ser efetivamente controlada pelos investigadores. Segundo o autor, eles não se propuseram a estudar somente os negros, mas procuraram descobrir em que condições o mulato poderia ser peculiar (em face do branco e do negro), tentaram unificar as experiências e orientações de comportamento do negro e do mulato, porém não se atreveram a fundir as observações numa mesma categoria, por respeito às ambigüidades da situação e das patentes diferenças entre os dois agentes humanos. Respondendo a uma crítica sobre o que ele denomina como ativista do meio negro, se coloca contra expressões como: elemento de cor; pessoa de cor; preto; mulato claro; mulato escuro e considera duas limitações em sua pesquisa.

“De qualquer forma, a nossa pesquisa ficou com duas limitações. Se ela é totalizadora, ela não chega a operar com uma única categoria integrativa e exclusiva, como pretendem os principais representantes das várias correntes do radicalismo e do ativismo afro-brasileiro. Se ela é relativizadora, ela não separa o ‘negro’ do ‘mulato’: se o distingue, o faz para projetá-lo no que possui e sofre *em comum*, o que desperta a crítica dos brancos que se identificam com a ‘ideologia da democracia racial’ e suscita reserva nos especialistas que se interessam, mais pelo que é peculiar à ‘condição do mulato’”. FERNANDES (1977, p. 68).

Para Florestan, cor passou a ter como significação a inferioridade das raças negras e o direito natural dos membros daqueles de violarem o seu próprio código de ética para explorar outros seres humanos. O autor alerta ainda que na nova ordem social de emergência a cor deixou de ter automaticamente a antiga significação, quebrando-se a tendência ao desenvolvimento paralelo da estrutura social e da estratificação racial. Fica nítido, portanto, sua concepção de relações raciais como sobrevivência do passado.

“Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política existente entre o ‘negro’ e o ‘branco’, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial”. (FERNANDES, 1978a, 249).

Certamente, é este raciocínio que levará o autor a questionar as mobilizações de caráter racial, colocando a importância de se considerarem as questões de classe, como ele expressa em “O Significado do protesto negro” (1989), afirmando que não devemos “*opor racismo institucional branco com um racismo institucional negro*” (p.43) e que a luta contra o preconceito e a discriminação deve considerar a luta de classes:

“Essa interpretação global contém uma mensagem clara aos companheiros que tentam refundir e reativar o protesto negro. É preciso evitar o equívoco do ‘branco da elite’, no qual caiu a primeira manifestação histórica do protesto negro. Nada de isolar raça e classe. Na sociedade brasileira, as categorias raciais não contêm, em si e por si mesmas, uma potencialidade revolucionária”. FERNANDES (1989 p.18).

Em suma, percebe-se claramente nesses estudos realizados por Florestan Fernandes uma valorização do passado escravista na explicação da situação atual do negro brasileiro.

2- ROGER BASTIDE E O BRASIL, TERRA DE CONTRASTES

Além de Florestan Fernandes, outro pesquisador que se destaca no projeto UNESCO foi Roger Bastide, um pesquisador francês que veio para o Brasil como integrante da missão francesa que participou da fundação da USP e que aqui permaneceu por dezessete anos. Entre as pesquisas que realizou destaca-se o trabalho junto com Florestan Fernandes, sob o patrocínio da Unesco.

Segundo PEIXOTO (2001), Roger Bastide teve uma formação heterodoxa, o que possibilitou que o autor transitasse livremente pelas mais diversas áreas do conhecimento e estabelecesse cruzamentos inusitados para sua época, como exemplo, ciências sociais com arte, folclore com psicanálise e com história e se interessasse por temas pouco canônicos para a sociologia do seu tempo. Como exemplo, a vida mística, o imaginário, o sonho, a loucura, o sagrado, a memória e a poesia, permitindo flagrar o perfil híbrido do pesquisador e o caráter multidisciplinar de uma obra, em boa parte dedicada ao Brasil.

PEIXOTO (2000. p 20) afirma, ao recuperar a natureza múltipla dessa ampla produção, ser possível elucidar como nela convivem, de modo nem sempre apaziguado, distintas orientações; no entanto, alerta que estas características não devem ser lidas como ecletismo, mas como absoluta ausência de preconceitos teóricos, o que permitiu a ele transitar em meio a distintas tradições, realizando junções às vezes surpreendentes.

De fato, pode-se perceber que seus primeiros interesses no Brasil giram em torno da preocupação com manifestações artísticas populares, com ênfase na contribuição negra e na estética do candomblé em uma busca da África no Brasil. Segundo a autora,

“Portanto, no interior do esquema explicativo de Bastide, a apreensão do mundo africano joga o intérprete obrigatoriamente para a compreensão da relação entre negros e brancos, no contexto da sociedade multirracial e pluricultural. Por isso mesmo é possível pensar sua obra brasileira como construída em um conjunto sincopado cuja marcação é dada pela alternância entre os pólos: decantação da África/compreensão do Brasil; olhar sobre a porção africana/ retorno ao todo sincrético – em um movimento sistemático de

idas e vindas, do todo para as parte e daí de volta à totalidade”.
PEIXOTO. (2001, p.9).

Para PEIXOTO (2000), a procura do mundo africano no Brasil na obra de Bastide significa entre outras coisas pensar o Brasil como termo mediador em uma relação tríade que envolve Brasil, África e Europa, ou mestiços, negros e brancos. Neste processo o folclore, o barroco e a literatura permitem a Bastide olhar para o país a partir de trama sincrética, isto é, da concorrência desigual entre os dois sistemas culturais: o branco/europeu e sua intenção de destrinçar as íntimas relações existentes entre negro e brancos na sociedade brasileira, pautada por múltiplas aproximações e afastamentos.

Para a autora (2000, p.96), a procura de ilhas africanas no Brasil é inseparável da análise das relações que se estabelecem com a sociedade brasileira mais ampla: o exame da África e, antes de tudo, esforço de compreensão das relações África/Brasil, tanto quando se trata de perscrutar as marcas africanas em território brasileiro, como no momento em que o intérprete se volta para pensar a presença do Brasil na África.

De acordo com MAIO (1997a), é característico de seu pensamento: uma visão matizada do preconceito racial em São Paulo, revelando que o fenômeno permeia tanto pretos quanto brancos no contexto das diversas classes sociais; crença na ideologia da democracia racial como responsável pelo emaranhado de comportamentos característicos dos brasileiros face ao preconceito de cor; interpretação da ideologia tradicional das relações raciais no Brasil, ora como falsa consciência, ora como expressão dos valores constituídos de determinada identidade coletiva.

Em seu trabalho para a UNESCO ele investigou o preconceito racial tanto em grupos brancos como entre os que agrupavam homens de cor.

Investigou as famílias tradicionais e detectou que elas mantiveram a ideologia da velha ordem escravista; pesquisou os imigrantes e percebeu que os sírios são mais endogâmicos, que os portugueses cultuariam a auto-imagem de serem abertos ao intercuro étnico e que os italianos teriam a imagem mais negativa sobre o negro.

Com relação à pesquisa realizada sob o patrocínio da UNESCO e com a colaboração de Florestan Fernandes, PEIXOTO (2000) coloca que trata de pensar o negro no interior da sociedade paulista, os impasses de modernização e o preconceito

racial. Sendo assim, nos dois capítulos escritos por Bastide (“Manifestações do Preconceito de Cor” e “Efeito do Preconceito de Cor”), analisa o preconceito tendo por base as atitudes e comportamentos de brancos e negros, de acordo com o seu pertencimento e diferentes grupos e classes sociais. Antes de tudo, Bastide mostra que é necessário observar que a industrialização e a urbanização da cidade de São Paulo não significam rompimento com o passado; pelo contrário, subsistem partes inteiras da antiga sociedade tradicional e, neste contexto, a sociedade atual se caracteriza pelo choque de valores, dos velhos (dos tempos da escravatura) com os novos e a democracia racial impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto e possibilita “um preconceito velado, *“que nem sempre ousa dizer o seu nome, e a formação de barreiras ‘ocultas’ que segregam e discriminam”*. PEIXOTO (2000, p.190).

Em síntese, trabalhando de perto com o nível dos valores das ideologias, em sua relação permanente com a estrutura social, Bastide *“discute o descompasso existente nos ritmos das mudanças nos dois níveis; as alterações de ordem estrutural conhecem um movimento mais acelerado do que aquele observado no plano das mentalidades”*. PEIXOTO (2000, p.191).

Lendo os textos produzidos pelo sociólogo francês para o projeto da Unesco, PEIXOTO (2000) percebeu que o tom otimista não encontra eco em suas formulações, mesmo que ele considere notável a maior aceitação dos negros pelas novas gerações – o que revela uma mudança positiva de mentalidade – e que afirme na introdução da obra, não ser a vida dos negros brasileiros uma “perpétua tragédia”. Para Bastide, o preconceito de cor não se reduz a um problema de classe social, e o mito da democracia racial, por sua vez, é nomeado e problematizado de modo explícito. Em se tratando da forma como encara os nexos entre o “novo” e o “velho” na sociedade brasileira, o matiz da análise é dado pela persistência dos elementos da sociedade tradicional no mundo moderno, e não pela mudança, do mesmo modo que nas análises sobre o folclore. Em síntese.

“O que se depreende da leitura dos textos de Bastide sobre folclore e sobre relações raciais aqui examinados – e de vários outros sobre arte e religião – é o seu ceticismo em relação aos processos modernizantes, que ele vê com olhos extremamente

críticos em diversas fases de sua obra”. PEIXOTO (2000, p.195).

Acerca da definição do preconceito enquanto um elemento de classe ou de raça, MAIO (1997a) destaca que Bastide procurou observar até que ponto é possível discernir um preconceito de cor independente do de classe e, mesmo percebendo que italianos pobres demonstraram preconceito contra os negros da mesma classe social, o autor não crê ser a cor uma variável independente. Ele se refere a uma competição étnica no seio do proletariado composto por uma mesma classe social que não cancelaria o preconceito de cor, mas se tornaria um elemento na luta econômica. Para MAIO, é importante salientar que Bastide acreditava no deslocamento do preconceito de cor para o de classe.

Como a maioria dos autores que se debruçaram sobre os estudos do negro brasileiro, Bastide também não escapou de buscar compreender a complexidade da miscigenação, o que fica bem claro em “Brasil Terra de Contraste” 1978, onde ele coloca de forma clara que as relações sexuais entre negros e brancos não significaram ausência de preconceito, posição que está expressa quando ele afirma que “*a sexualidade destrói sem dúvida o preconceito de cor, quebra as barreiras entre as raças, unindo no mesmo abraço amoroso o branco e a negra, mas o preconceito insinua-se insidioso mesmo nesta união, no sadismo do senhor abusando de sua escrava, na preferência outorgada à mulata sobre a negra*”.BASTIDE (1978, p.14)

Ou mesmo quando se referindo a uniões entre negros e brancos, para ele um processo evidente da política da arianização.

“Em primeiro lugar, toda a demografia está marcada pela mesma política de arianização que domina os aspectos sociais do país, consequência de sua democracia racial. As uniões entre gente de cor diferente, quer se processem pelos laços matrimoniais, quer fora deles, quer tomem a forma legal ou a forma costumeira da ‘amigação’, encaminham-se para o branqueamento progressivo, pois o negro une-se à mulata escura, o mulato escuro à mulata clara, e esta por sua vez ao branco, de modo que os filhos de tais uniões são cada vez mais claros e acabam por se integrar no grupo dos brancos”.BASTIDE (1978, p.69).

Para Bastide, entre as motivações para a fusão das raças, está o desejo da mulher de ter filhos mais claros que ela, para “melhorar o sangue”, não por renegar a cor escura, mas por amor materno, pois sabe que é mais fácil ao mulato do que ao negro puro subir na escala social, ser recebido nos salões e a valorização da “moreninha”, isto é, da mulatinha clara; pode-se dizer que todo o folclore amoroso, desde os tempos coloniais, está concentrado em torno desta valorização. Ou nos termos do autor,

“O Brasil forja respostas especiais pra problemas que lhe são especiais. A resposta mais original é, sem dúvida, a que oferece ao problema racial. Há no país a fusão de todas as raças numa só, em que todavia o contingente branco aumenta cada vez mais. Por isso, em geral, dois termos são utilizados para designá-lo: mestiçagem ou arianização do Brasil. Trata-se, todavia, de um único fenômeno: a mestiçagem é o processo, a arianização é o efeito. BASTIDE (1978,p. 249).

Para BRAGA (1996, p.165-166), Bastide forneceu diversas contribuições para uma compreensão do problema racial no ciclo de estudos da UNESCO. Dentre elas podemos citar: apontou as várias contradições acerca da existência do preconceito tanto entre os negros como os brancos; distinguiu a presença de uma visão idealizada de democracia racial no Brasil; percebeu a necessidade de recorrer à análise da ausência de comportamentos para compreender as manifestações do preconceito racial; visualizou que em todos os níveis o preconceito racial não se apresenta explicitamente, mas na ausência de um sistema de reciprocidade nas relações entre brancos e negros; finalmente, que o preconceito de cor muitas vezes se aproxima do preconceito de classe.

3- COSTA PINTO E AS RELAÇÕES DE RAÇA NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

Costa Pinto também pode ser enquadrado na perspectiva, cuja preocupação é estudar as relações raciais num processo de mudança social. MAIO

(1997a, p. 177) afirma que ele se ocupou de investigar os impasses vividos por uma sociedade em fase de transição do tradicional para o moderno mediante o estudo das relações raciais entre brancos e negros no Rio de Janeiro. O autor argumenta que a investigação de Costa Pinto *representa um esforço de afirmação da sociologia como ciência capaz de interpretar o quadro de tensões sociais vividas no Brasil, naquela época e para isso, o cientista social se contrapõe aos estudos etnográficos, antropológicos e históricos, que a seu ver, estariam comprometidos como o modelo tradicional de relações sociais.* MAIO.(1997, p.177).

Segundo o autor, o artigo “Sobre as Classes Sociais” de 1946 e a resenha do livro de Mário Filho “O negro no Futebol Brasileiro” marcam as primeiras preocupações do autor com a questão das relações raciais. Nestes dois trabalhos já estaria expressa a tendência do autor de identificar linha de cor com linha de classes. Especificamente na resenha, MAIO (1997a) destaca que já verifica alguns elementos que seriam recorrentes na pesquisa posterior do sociólogo, ou seja, relações raciais subsumidas à luta de classes; a crítica à ideologia da democracia racial e o estudo ecológico da cidade do Rio de Janeiro a partir das relações sociais.

Na pesquisa feita sob o patrocínio da UNESCO, Costa Pinto, segundo MAIO (1997a, p.185), analisa as relações raciais no antigo Distrito Federal a partir do desenvolvimento tenso e contraditório do capitalismo no Brasil, visto pelo enfoque da transição tradicional para o moderno. O estudo está voltado especialmente para a dinâmica urbano-industrial, acelerada após a Primeira Guerra Mundial e, particularmente, com a Revolução de 30. Neste sentido, a questão racial seria um indicador preciso do processo de mudança social em curso.

Segundo o autor, na primeira parte do livro ele delimita seu objeto de estudo dialogando com a literatura existente sobre o tema e inspirado em Sérgio Buarque de Holanda questionando o enfoque do negro como “espetáculo” para poder afirmar que a investigação das relações raciais se constituiriam em um instrumento privilegiado para a inteligibilidade dos impasses, dos obstáculos e dos processos de mudança social que estariam ocorrendo na sociedade.

Realmente percebe-se esta preocupação do autor quando ele pontua que até aquele momento os estudos se concentravam em coletar material etnográfico, antropológico e histórico sobre o processo de integração dos africanos ao Brasil,

especialmente o que há de bizarro, exótico e diferente neste processo, encarando o negro como ‘espetáculo’. Segundo o autor, o centro do interesse estava localizado na assimilação dos africanos ao Novo Mundo, ou mais particularmente, nos produtos desses processos em diversos setores da vida brasileira: religião, língua, culinária, vestuário e música.

Costa Pinto apresenta os indicadores demográficos, ecológicos e educacionais para confirmar as disparidades existentes na cidade e, em seguida, se atém aos estereótipos em relação ao negro colocando em questão a ideologia de democracia racial para, finalmente, dedicar-se aos movimentos sociais negros.

Ele utiliza dados censitários compreendidos entre 1872 e 1940 para traçar um perfil étnico do Brasil, mostra que existe uma tendência ao branqueamento da população nos últimos setenta anos, o que seria explicado pela miscigenação estrangeira ocorrida na passagem do século XIX para o XX, pela alta taxa de mortalidade entre pardos e negros e, por último, a miscigenação que vem ocorrendo historicamente na sociedade brasileira.

Segundo MAIO (1997a), Costa Pinto no que tange ao perfil demográfico da população por cor e sexo, registra a prevalência das mulheres no universo populacional de negros e pardos, consequência da menor expectativa de vida dos homens de cor e da elevada participação das mulheres não-brancas no contingente de migrantes atraídos para o Rio de Janeiro.

Em síntese, *“procura mostrar, de modo recorrente, que a dinâmica demográfica na antiga capital federal estabeleceria uma distinção entre fatores étnicos e sociológicos”*. MAIO (1997a p.188).

No capítulo sobre estratificação social, ela formula de maneira mais substancial sua tese da ascendência da classe sobre a raça, uma vez que neste capítulo a análise da estratificação social elaborada pelo sociólogo tem por objetivo revelar de modo abrangente as distintas posições sociais, por conseguinte, raciais da estrutura capitalista vigente na época.

De fato, podemos perceber nesta parte do texto que é recorrente a tentativa de Pinto evidenciar que existe uma desvantagem dos negros em relação aos brancos no Brasil afirmando que *“parece não haver dúvida de que de escravo a proletário foi maior a distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres*

de cor no Distrito Federal nos últimos setenta anos de mobilidade social". PINTO (1998, p.114).

Segundo MAIO (1997a), em síntese, pode-se perceber na leitura de Costa Pinto uma situação de desvantagem dos negros em relação aos brancos no sistema ocupacional, educacional e espacial. Há também a percepção de que o preconceito racial adquire mais visibilidade quando ocorre um processo de mudança social e evidencia a existência de uma série de estereótipos especialmente quanto ao mulato que, além de possuir um *status* marginal, é considerado ambíguo.

Na última parte da pesquisa analisa os movimentos negros brasileiros, denotando a eles um caráter elitista que a despeito do seu afã de representar o negro em geral, limita-se a contemplar os intentos e as mazelas vividas pelos negros de classe média "duplamente asfixiado por sua condição de raça e de classe". Segundo MAIO (1998, p.146), "*a constituição de movimentos sociais de corte racial revelaria a "falsa consciência" do negro que conseguiu escapar à proletarização*".

Em relação à resolução da problemática assinalada por Costa Pinto, MAIO assinala que para ele a conscientização de classe poderia apontar para mudanças rumo à superação do problema racial.

"O negro proletarizado, assumindo aos poucos a consciência do seu lugar na história seria um ator fundamental no processo de mudança social, de caráter universal. Costa Pinto analisa os limites da ação política da 'elite negra' que não consegue discernir a diferença entre a aparência étnica e a essência de classe de sua condição social, permanecendo, assim, isolada". MAIO(1997a, p.196).

Para MAIO (1997a, p.196), o sociólogo entende que a tomada de consciência de classe do "negro-massa", como força inserida no proletariado, a partir do desenvolvimento da organização social capitalista, levaria ou a um agravamento da luta de classes sem solução de imediato e assumindo possivelmente uma feição étnica, ou à superação do próprio capitalismo, que cancelaria de vez as bases de sustentação das desigualdades sociais e, por conseguinte, da discriminação no país.

Ademais, assinala MAIO (1997b, p.147) que o processo de conscientização de classe e não étnica do "negro-massa" estaria para Costa Pinto em

sintonia com os contextos políticos nacional e internacional que indicariam diversas mudanças rumo à superação do problema racial em escala mundial; que o negro proletarizado, assumindo aos poucos a consciência do seu lugar na história, seria autor fundamental no processo de mudança social, de caráter universal.

“Nesse caso, guardando as especificidades da realidade brasileira, Costa Pinto entende que a tomada de consciência de classe da ‘massa negra’, como força inserida no proletariado, a partir da continuação da modernização capitalista, levaria ou a um agravamento não da questão étnica, mas da luta de classes sem solução de imediato e assumindo possivelmente uma feição étnica, ou à superação do próprio capitalismo, que cancelaria de vez as bases de sustentação das desigualdades sociais e, por conseguinte, a discriminação racial no país”. MAIO (1997b, p.147).

Para MAIO (1997b), em se tratando de soluções para a situação do negro brasileiro, Costa Pinto vislumbrava a eliminação da discriminação racial a partir de mudanças estruturais na sociedade, transformações que seriam guiadas pelo proletariado que teria uma inserção fundamental no sistema capitalista. Ele acreditava no potencial revolucionário de classe operária que, por ser constituída em grande número por negros, cancelaria não só os problemas classistas, mas também os raciais e que o processo de integração do negro à sociedade seria uma tarefa do “negro-proletário”, universal, que para ascender necessitaria superar todas as barreiras étnicas e, principalmente, sociais, para sua integração de fato à sociedade brasileira.

Para FIGUEREDO (1999, p.111), Costa Pinto propõe uma abordagem que atribuía ao “traço étnico” o valor que realmente tem, sem hipertrofiá-lo, nem diminuí-lo. Propõe, portanto, uma nova interpretação acerca da realidade dos negros, que não seja marcada pelo que lhes separa do branco, ao contrário, o autor demonstra a importância de estudar os negros que estão inseridos na sociedade de classe, ressaltando as barreiras encontradas no processo de ascensão.

GUIMARÃES (1999c, p.80-81) também salienta que Costa Pinto percebeu ser o preconceito de raça uma sobrevivência do passado. Entretanto, para quem a consciência de raça era uma forma equivocada de reação, para ele o preconceito

nada mais era que a aparência formal em que começara a se manifestar o conflito próprio das sociedades industriais: a luta de classes.

4- FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: O NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES EM FORMAÇÃO

Um dos trabalhos que mais se destacaram no projeto UNESCO foi com certeza, o de Florestan Fernandes. No entanto, seu trabalho sobre a questão racial teve desdobramentos nas pesquisas realizadas por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni como bem nos mostra PEIXOTO (2000, p.186) ao afirmar que a prova de vitalidade dos trabalhos realizados por Bastide e Florestan “*poderia ser aferida pelos desdobramentos do projeto original na obras das novas gerações da escola paulista de sociologia – Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni etc*”.

Buscaremos também de forma breve entender qual é o norte da interpretação desses dois autores sobre a questão racial no Brasil. REIS (2001) destaca que a obra de Fernando Henrique Cardoso é vasta e interdisciplinar: sociologia, história, economia e ciência política. Em “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional” (1962) sua tese de doutorado, Cardoso estudou a escravidão no sul do Brasil, onde havia menos escravos, por não ser uma região ligada ao mercado mundial. Para Cardoso, o número de escravos não seria o mais importante, mas a relação de produção em si. O tema da escravidão seria muito importante para o conhecimento do Brasil, pois revelaria muitos aspectos ainda dominantes: os valores brasileiros, as aspirações, as desigualdades e as injustiças brasileiras.

Segundo o autor (2001), ao discutir o modo de produção brasileira antes da abolição, Cardoso recusou a tese feudal e preferiu abordar a economia colonial, avaliou as razões do fim da escravidão considerando a importância da insuficiência numérica de escravos, o fim do tráfico, a alta mortalidade e a incompatibilidade com o avanço capitalista.

Entre os vários elementos presentes em “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional” (1962), nos interessa mais de perto sua interpretação das relações entre negros e brancos. Pudemos perceber que é recorrente no decorrer da discussão, principalmente o despreparo do negro frente à nova ordem emergente; a permanência dos padrões da antiga ordem nas relações entre negros e brancos e o preconceito como técnica de ajustamento e permanência do negro à margem da sociedade.

Sendo assim, Cardoso afirma que o abolicionismo nos moldes em que se desenvolveu no Rio Grande do Sul, não implicou a revisão, pelos senhores e pelos brancos livres em geral, da representação social que possuíam a respeito do negro brasileiro.

“Não espanta, pois, que o *negro livre*, de 84 ou de 88, permanecesse, na consciência e no comportamento dos homens, representado e tratado como uma *coisa*(...). Porém, nada alterou substancialmente a orientação do comportamento dos brancos livres. Apenas tornou mais aguda a contradição entre os ideais professados e as formas de comportamento manifestados pelos senhores, na medida em que continuavam a agir com relação ao escravo como se ele fosse uma mercadoria – força bruta apta para o trabalho – quando se impunham, socialmente, a obrigação moral de perceber no escravo as qualidades que aprovam também para si”. CARDOSO (1977, p.238).

Um outro ponto relevante que pode acenar para a interpretação de Cardoso sobre as relações raciais no Brasil é quando ele trabalha sua concepção de preconceito que para ele é redefinido socialmente num duplo sentido: não só formalmente, cor e condição social não correspondiam mais à mesma e irremissível situação de casta dos escravos, assim como o negro livre passou a frustrar mais generalizadamente as expectativas dos brancos e, mais tarde, a ameaçar a exclusividade das posições sociais por eles mantidas. A partir desse momento, começa realmente o “problema negro”: o preconceito muda de conteúdo significativo e de funções sociais. Segundo o autor, neste contexto de conflito o preconceito deve ser visto como uma técnica de ajustamento entre os grupos étnicos a partir do reconhecimento necessário e prévio da existência de desigualdades sociais expressa sob a forma de desigualdades

naturais. A maior parte dos negros ratificou essa situação pela aceitação do “ideal de branqueamento” e pelo estímulo a uma “ideologia de compromissos”, que legitimava o preconceito e a anuía às diferenciações sociais que os brancos quiseram impor aos negros, por serem negros.

Essa leitura das relações raciais atuais como resquício da escravidão está bem presente no livro de CARDOSO & IANNI “Cor e mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa sociedade do Brasil Meridional” (1960) principalmente quando eles afirmam compreender que mesmo depois da Abolição não houve impulsos suficientes vigorosos para alterar o sistema de acomodação inter-racial vigente. Os libertos e seus descendentes continuaram sendo negros, isto é, naturalmente inferiores (1960, p.151).

“A polarização das justificativas das avaliações desfavoráveis dos brancos sobre os escravos em torno de características físicas permitiu que, mesmo alterando-se com a Abolição, as condições sociais responsáveis pela emergência de discriminação racial, essa, e as principais racionalizações que a justifica, que se mantivessem inalteráveis na sociedade de classes em formação. Por outro lado, como a intensidade da rejeição social do negro era grande e as transformações na estrutura ocupacional, e conseqüentemente no sistema global de posições sociais, foram relativamente pequenas até hoje mais ou menos vinte anos, os padrões de contato inter-racial elaborados no passado pudera preservar-se”. CARDOSO. (1960, p.151-152).

Sobre a persistência dos padrões raciais do período escravocrata o autor afirma na primeira parte do livro “Cor e Mobilidade Social em Florianópolis” (1960) que no novo sistema de ocupação o negro continua a ocupar uma posição sensivelmente análoga a de que desfrutava no passado. Dessa forma, ainda é, como no passado, o principal agente de serviços braçais e domésticos. Os efeitos da Abolição não alteraram substancialmente, portanto, a posição relativa das duas raças no sistema ocupacional da cidade, permanecendo o trabalhador negro nos setores mal remunerados e de baixo prestígio social. Para o autor.

“Isso significa que ainda hoje as oportunidades ocupacionais de mão-de-obra negra se concentram em torno de atividades nas quais os escravos se especializaram (serviços domésticos e atividades braçais em geral), o que confirma nossa interpretação de que a posição do grupo negro na estrutura profissional do presente é bastante similar à do passado”. CARDOSO (1960, p.113).

E conclui:

“Compreende-se, pois, que mesmo depois da Abolição não houvesse impulsos suficientemente vigorosos para alterar o sistema de acomodação inter-racial vigente. Os libertos e seus descendentes continuavam sendo negros, isto naturalmente inferiores. Tanto mais que a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar, como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: os trabalhos braçais econômica e socialmente desqualificados. Numa situação social como essa existem, obviamente, muitos estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos”. CARDOSO(1960, p.151).

Sobre essa sua posição, CARDOSO (2002, p.640-641) afirma que fizeram pesquisas que mostraram que havia preconceito, que havia discriminação e que, para que o ideal de democratização do Brasil pudesse se concretizar implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade assumissem, também, a luta em favor de igualdade racial e que o problema é da pesada herança escravocrata de uma cultura que dissimula discriminação em certas formas aparentes de cordialidade e que não fazem mais do que repetir, reproduzir formas de discriminação.

5- OCTAVIO IANNI: RAÇAS E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

Como assinalamos anteriormente, Octávio Ianni desenvolveu pesquisa sobre o negro no Brasil sob a orientação de Florestan Fernandes. CANDIDO (1996.p.18) afirma que Ianni pertenceu à equipe central do projeto, que foi um marco divisório na Sociologia em São Paulo, pois não apenas esclareceu de maneira reveladora a condição real dos grupos negros, mas abriu a era dos trabalhos voltados para os aspectos problemáticos da sociedade presente, além de sair com um dos temas fundamentais da sua carreira: a análise da condição social do negro brasileiro, que tem sido para ele, não “assunto”, mas objeto de militância constante.

Essa preocupação com o negro brasileiro fica bem nítida em seu livro “A Idéia de Brasil Moderno” (1996, p.128) ao fazer uma crítica aos estudos sobre o negro que o precederam aponta que a *“problemática racial pode ser uma perspectiva eficaz para a análise da formação do povo, da metamorfose das raças e mestiços em povo”*.

Fazendo um corte no conjunto da produção intelectual de Ianni e enfocando como uma unidade seus trabalhos sobre a questão racial, BASTOS (1996) o divide sua obra sobre o negro brasileiro em três fases complementares:

- a) a primeira, ilustrada pelo trabalho “Cor e mobilidade social em Florianópolis”, escrito em conjunto com Fernando Henrique Cardoso, cuja redação é ultimada em junho de 1957, publicado em 1960.
- b) a segunda, representada pelo texto Metamorfoses do escravo, escrito entre 1960 e 1961, como tese de doutorado, e publicado em 1962.
- c) a terceira, exemplificada pelo livro Raças e classes sociais no Brasil, publicado em 1970 e ampliado em terceira edição em 1987, e Escravidão e Racismo, publicado em 1978, ambos compostos por ensaios escritos em momentos diversos.

Segundo BASTOS (1996), Cor e Mobilidade Social em Florianópolis foi escrito em parceria com Fernando Henrique Cardoso e trata das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. A escolha da região, entre outros motivos, esclarece o autor, se sustentou devido à peculiaridade de sua formação histórico-social e econômica, ao regime escravocrata que teve menor extensão e

intensidade e à colonização estrangeira que contribui para a elaboração de padrões de convivência racial diversos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais.

Entre os achados do estudo de Ianni, BASTOS menciona a situação peculiar dos negros na região tanto na esfera econômica quanto na social, por possuírem possibilidades limitadas de ascensão social e econômica, porque os padrões de relações raciais elaborados no passado atuam como fatores negativos à integração e mobilidade social, pois para ele, o presente é devedor do passado: a ordem escravocrata permeia a ordem vigente e em vários pontos ressoa a ordem pretérita. A população negra e mulata, em Florianópolis, mantém-se marginalizada em relação à estrutura social, encontrando limitadas oportunidades de classificação econômica e social.

“Resumindo de modo grosseiro, creio que são três os pontos que o autor quer demonstrar em seu estudo: como a raça influi na mobilidade; qual o papel da ideologia nesse processo; como essa ideologia se explicita em termos de representações sociais”. BASTOS (1996 p.85).

Segundo BASTOS (1996, p.90) pode-se perceber no livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* algumas das principais teses que estariam presentes em trabalhos posteriores.

Primeiramente Ianni questiona a tese corrente da existência, no Brasil, de uma democracia racial, mostra como essa ideologia é tão abrangente que opera de forma paralisadora, impedindo ao próprio negro um imediato rompimento com a situação de inferioridade social, econômica, cultural e política. Mostra que a contra-ideologia elaborada pelo negro é uma ideologia de compromisso que tem como elemento central a integração, tanto social como biológica, isto é, a aceitação das teses de branqueamento como forma de integração e mobilidade sociais.

A segunda tese esboçada por Ianni é a da alocação marginal dos negros na estrutura ocupacional da sociedade como resultante de um processo circular: com raiz no passado e alimentada no presente, simultaneamente, pela exclusão e pelos preconceitos que a perpetuam.

A terceira é a que contrapõe a questão dos direitos em face dos privilégios. Assim, ao constatar que a cor acaba por ser um impedimento à aceitação do negro a um emprego, abre espaço à discussão sobre igualdade formal.

De fato, Ianni aborda a situação do negro brasileiro (1960, p.164-165) esclarecendo que as relações recíprocas entre brancos, negros e mulatos no presente se deveram, além da interferência de outros fatores, dos padrões de relações raciais herdadas do passado e do grau de convivência existente na atualidade. Para o autor qualquer estudo das relações entre raças deve levar em conta o fato de que os grupos negro e mulato, dada o seu número e dadas as condições em que se encontra, define os seus objetivos em termos de ajustamento integrativo dos grupos brancos.

“Em resumo, a análise da ideologia racial dos negros e mulatos mostra-nos que ela possui um caráter fundamental, comum às diversas polarizações: destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, onde se defrontam com brancos, seja em face dos círculos de convivência social, seja quando consideramos os níveis da estrutura social. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos e negativos do passado e vigentes numa comunidade dominada pelo branco”. IANNI(1960, p.25).

Tal posição é reiterada por Ianni (1975, p.394) quando ele afirma que a experiência social diversa e horizontes culturais diferentes colocavam os negros e mulatos em desvantagem em face dos imigrantes, em consequência, a estrutura do operariado incipiente constitui-se permeado pelo preconceito de cor e etnocentrismo.

Sobre o livro “*As metamorfoses do escravo*” BASTOS (1996) coloca que Ianni analisa como foi instaurado o sistema escravista e a dominação senhorial no Estado do Paraná, buscando perceber os diferentes sentidos permitidos às relações sociais. Entre os argumentos apresentados por Ianni, BASTOS destaca a análise das condições de implantação/consolidação/desagregação do regime com base nas ocorrências internas à região e busca nos centros dominantes as raízes do processo e a análise das especificidades que compõem a cena geral explicativa das diferentes configurações do escravo: cativo, fugitivo, liberto, trabalhador livre/ negro e mulato.

Sendo assim, o autor irá compreender o preconceito e a discriminação como sendo reelaborações do passado escravista tendo em vista a dominação na sociedade que se instaura.

“O preconceito de cor, a mística do branqueamento, o mito da arianização, o mito da democracia racial, todos são produtos dessa fase crítica de desorganização e reorganização do sistema social, na medida em que ele é afetado pelas transformações do trabalho. A divisão dos homens em grupos raciais, definidos socialmente como diversos qualitativamente, mantém-se e desenvolve-se na sociedade em estruturação. Gerada com fundamento no *status* econômico e nas relações sociais emergentes dessa condição primordial, a discriminação racial se apresenta como uma dimensão social de preconceito de casta e, posteriormente, de classe”. IANNI (1988a, p.235).

Nesse contexto, Ianni concebe a cor como símbolo social de participação em grupos raciais distintos que “*apreendida mistificadamente no nível ideológico, como atributo autônomo e suficiente é transformada, pelos traços, negros e mulatos, num fetiche, marca racial que define, por si só, o caráter e a condição social da pessoa e do grupo racial*”. IANNI (1988a, p.237).

Ao mesmo tempo em que Ianni vai caracterizando a implantação/desagregação do regime escravocrata no Paraná, vai mostrando as relações sociais que permeiam esse regime e como essas relações se reconfiguram após a abolição, posição explícita no trecho abaixo.

“Em suma, ainda que não se possa dizer que a civilização brasileira nessa época seja o produto exclusivo da *práxis* ‘negra’ é inegável que a escravidão impregnou todos os níveis da realidade, pois os brancos, ao almejarem ou definirem-se como senhor, definiam-se em função dos escravos, os negros: ambos são produzidos reciprocamente no processo civilizatório”. IANNI (1988a, p.151).

O argumento principal do autor a esse respeito é de que os mancipios são definidos econômica, jurídica e racialmente como membros do mesmo grupo. As marcas raciais pouco a pouco vão sendo selecionadas socialmente como caracteres grupais, definindo fenotipicamente os *negros*, ou seja, os que são *escravos*, ou de sua procedência. (1988a, p.151). Para o autor

“A cor, como uma marca racial decisiva, ele transportará consigo do interior da escravidão, como símbolo desta. Por isso, ainda na vigência da escravatura começou a produzir-se a metamorfose do escravo em negro, a que inicialmente o próprio negro nada ou muito pouco pode opor. Somente depois da abolição, muitos décadas depois, ele tentará ‘destruir’ a sua raça, para ele ser ‘branco’, homem livre como são os brancos, já que é penosa a condição de negro (...) Assim, o que era escravo se vai transformando socialmente em negro, que permanece á parte, impossibilitando de penetrar, em igualdade de condições, nos círculos de convivência social dominados pelos brancos. E os próprios mulatos não escapam a essa definição social, produtos espúrios, bastardos, que são de uma sociedade dividida em categorias assimétricas”. IANNI (1988a, p.153).

Pode-se perceber já nessas argumentações a tese de que a situação do negro brasileiro no período pós-abolição é construída a partir das relações que se estabelecem já no seio desta, ou seja, que o passado escravista tem peso na atual condição do negro, situação que, aliás, é a mesma do mulato. Com relação à mestiçagem o autor considera que no período escravocrata o intercuro sexual entre senhor e escravo era parte integrante do código de etiqueta das relações sociais vigentes no regime, correspondendo às expectativas do senhor (prerrogativas de proprietários, satisfação de aventuras sexuais) e as escravas (aceitação passiva) do estado de cativo, em todas as suas conseqüências. IANNI (1988a,p.147). O trecho abaixo é bastante esclarecedor.

“O mulato é, por isso, um produto dialético, negação do escravo e do senhor, e, em decorrência, um dos agentes de destruição da escravatura. Como categoria que resulta da interação dos extremos assimétricos da ordem vigente, das contradições internas do sistema, ele é um dos seus efeitos cumulativos reflexos, o pardo é por sua vez, um agente desagregador”. IANNI (1988 a, p.169).

Nos trabalhos “Raças e Classes” e “Escravidão e Racismo” as idéias principais giram em torno da afirmação de serem os termos raça e classes complementares, ou seja, Ianni analisa a questão do conflito na sociedade brasileira e latino-americana, avaliando as relações entre a questão racial e a estrutura de classes em diferentes países, mostrando como as mesmas se apresentam como um dos principais elementos que constituem as bases desses conflitos. Ianni também critica as tipologias que fundam a maior parte das interpretações sobre a questão racial no Brasil concluindo que a maior parte destas tende a definir os padrões das relações raciais com base em elementos externos e facilmente visíveis – atitudes, verbalizações, textos jurídicos etc. -, deixando de lado aquilo que é substantivo na estruturação da sociedade – as práticas sociais nas relações de produção, na escola, na família, nas igrejas, na hierarquia militar, na administração pública etc., bem como na estruturação das relações de produção e classes sociais nas épocas e situações que se quer conhecer.

É verdade que a história social do negro, em relação com o branco (no trabalho, na escola, na família, nas relações sociais, na burocracia pública, nas organizações militares, nas igrejas e seitas etc.) indica a persistência e a reelaboração de valores e padrões sócio-culturais herdados do passado. Mais ainda não é clara a real significação desses valores e padrões na reprodução cotidiana das relações entre negros, mulatos e brancos no trabalho, na família e em outras situações. O fato de que reaparecem verbalizações, imagens, estereótipos e idéias pré-fabricadas não indica, por si mesmo, que a continuidade entre o passado e o presente é importante, decisiva ou explicativa. IANNI (1988b, p.146).

Em *Raças e Classes* LÉPINE (1996) consegue perceber uma metodologia renovadora na maneira de tratar o problema das relações entre raça, cultura e classe social, ao romper com as antigas perspectivas culturalistas. Para isso, o autor teria construído sua análise numa perspectiva histórico estrutural.

“Os trabalhos de Ianni sobre o negro nos aparecem, então, como parte de um projeto mais amplo de modificação da sociedade brasileira, baseada numa concepção “militante” da Sociologia. A discussão das relações raciais é parte de um projeto maior, o da construção de uma sociedade brasileira democrática, e é nesta perspectiva que deve ser focalizada. Os trabalhos sobre as relações raciais devem ser vistos como um

instrumento, um meio de combate ao preconceito e à discriminação racial”. LÉPINE (1996 p.111).

É atribuída a esta leitura a definição de preconceito como “*técnicas que visam à preservação dos privilégios de grupos que se sentem ameaçados pela ascensão – ou possibilidade de ascensão – do negro*”. LÉPINE (1996, p. 112), ou nos termos de Ianni,

“Em resumo, a análise da ideologia racial dos negros e mulatos mostra-nos que ela possui caráter fundamental, comum às diversas polarizações: destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, onde se defrontam com brancos, seja em face dos círculos de convivência social, seja quando consideramos os níveis da estrutura social. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento inter-racial herdados no passado e vigentes numa comunidade pelo branco. Conseqüentemente, pode ser definida como uma ideologia de compromisso. IANNI (1958, p.303-304).

Em “Raças e Classes” o autor tem uma visão crítica a respeito dos estudos sobre o negro brasileiro, pois para ele trata de desfazer as falsas imagens sociais entre os diferentes grupos étnicos e raciais e na sociedade como um todo. As representações ideológicas sobre os atributos positivos e negativos de uns e outros dificultam sobremaneira a elaboração de uma interpretação correta e construtiva da sociedade brasileira e ele pondera ainda que os mitos dominantes de uma sociedade são sempre mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses materiais e convivências sociais. Por fim que,

“Por isso, os estudos científico das relações raciais no Brasil são uma contribuição ao desmascaramento ideológico de padrões que obstam o processo da sociedade na direção da democracia”. IANNI (1987,p.292).

Nesse trabalho o autor denuncia a doutrina da inferioridade dos negros enquanto mecanismo importante na sociedade brasileira para a preservação das estruturas de dominação.

É um engano pensar que as condições adversas em que vivem os negros e mulatos são ditadas pela competição livre no mercado se, não há dúvida de que a competição é um dado de situação, mas ela só opera a partir das condições de monopólio em que se colocam os brancos, em geral, e cada categoria de brancos, em particular. É verdade que desde a abolição os negros e mulatos se achavam em condições desvantajosas para competir com o branco nacional ou imigrante. Também é verdade que desde a abolição os brancos monopolizam o poder político e econômico, o acesso à educação e à cultura. Os governos, ministérios, secretarias, repartições, diretorias de empresas gerências e assim por diante, tudo é território de brancos. IANNI (1987, p.128).

Essa situação ele volta a reiterar no trecho abaixo.

“Há referências às heranças da escravatura, tradições africanas, religiões afro-brasileira e mesmo outros, para justificar ou ‘explicitar’ a situação econômica-social inferior a que negros e mulatos em geral se encontram. Na prática, a posição subalterna em que se encontram os negros e mulatos está bastante relacionada com o preconceito e a discriminação por parte do branco. No cotidiano, fábrica, escola, clube, intercasamento e outras situações, há uma seleção sócio-econômica, étnica e racial das pessoas”. IANNI (1987,p.122).

Em suma, as análises de Ianni, Cardoso e Fernandes estão muito próximas principalmente por analisarem o preconceito tendo como ponto de partida a visão da sociedade em mudança.

6- O PRECONCEITO DE MARCA DE ORACY NOGUEIRA

Oracy Nogueira também faz parte do grupo de pesquisadores do projeto UNESCO que desenvolveram pesquisas no Estado de São Paulo, a despeito de como nos mostra CAVALCANTI (1998, p.16) “*ser o autor um elemento deslocado no grupo de pesquisa paulista*”. Segundo a autora (p.10), entre os vários assuntos abordados por Oracy longo de sua trajetória acadêmica, destacam-se as análises do estigma, da família e das relações raciais na perspectiva dos estudos das comunidades, além dos artigos e das conferências sobre os métodos e das técnicas das ciências sociais, estudo sociológico das profissões e, neste conjunto, o tema das relações raciais ocupa lugar especial.

MAIO (1997a) localiza o interesse de Nogueira pelas relações raciais no início dos anos quarenta no artigo “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”. QUEIROZ (1996, p.301) afirma que o texto trata-se de um estudo pioneiro, em que o pesquisador aborda, a um só tempo, duas questões cruciais para a sociedade brasileira, ou seja, o preconceito de cor e as oportunidades de trabalho, mostrando que as pessoas portadoras de traços fenotípicos de origem africana enfrentaram obstáculos muitas vezes intransponíveis na busca de emprego.

Para CAVALCANTI (1998, p.12), neste trabalho Nogueira comprova e analisa, por meio de estatística, questionários e depoimentos, a “atitude com relação aos empregados de cor” identificada nos anúncios de um jornal paulistano, em dezembro de 1941. Busca também qualificar sua especificidade: não se trata de fatos idênticos àqueles que os norte-americanos reúnem sob a rubrica de preconceito de raça; trata-se antes de tudo, segundo CAVALCANTI, de um outro tipo, diferente do “de raça” e irreduzível do “de classe” – pois atingiria mesmas pessoas (negras e pardas) das chamadas “classes superiores”. Para a autora (1996, p.14), Oracy “*hesita em atribuir à atitude verificada o nome de ‘preconceito racial’, porque os fatos relatados não seriam ‘da mesma natureza’ dos que os autores norte-americanos reúnem sob a rubrica de preconceito de raça, dele diferindo apenas em intensidade*”.

Em se tratando da concepção de preconceito esboçada neste trabalho pioneiro de Nogueira, QUEIROZ (1996, p.303) sinaliza que estaria já presente a concepção segundo a qual o Brasil não corresponderia, fundamentalmente, nem ao preconceito de classe (que as atingiria de modo indireto, por pertencerem às classes inferiores) nem ao autêntico preconceito de raça existente, por exemplo, nos EUA. Segundo o autor (p.104), Oracy Nogueira afirma que o preconceito de cor não se confunde com o preconceito racial e nem mesmo com o preconceito de classe.

Já estava presente nos trabalhos iniciais de Nogueira o questionamento da visão comumente aceita no exterior sobre o Brasil, isto é, um país do senhor de escravos benevolente, da ausência de tensões raciais, da fácil ascensão das pessoas de cor e das classificações raciais que não levavam em conta os valores culturais auctótones.

“Pelas evidências reveladas até o momento, parece que Oracy Nogueira já tinha uma visão amadurecida do padrão de relações raciais existentes no país. Sua perspectiva etnográfica estava atenta às diferenças entre as categorias oficiais acerca da classificação das raças e às categorias nativas construídas a partir da cultura elaborada por determinada sociedade. Oracy já operava com a distinção entre origens raciais e marcas fenotípicas associadas a diversos atributos sociais que tenderiam a relativizar os caracteres físicos. Além disso, conferia grande importância à comparação entre experiências diversas de relações inter-raciais sem, com isso, diluir as especificidades locais. Por fim, havia uma atenção especial à crítica à ideologia tradicional das relações raciais no Brasil. Essas questões seriam aprofundadas na pesquisa da UNESCO”.MAIO (1997 p.162).

De fato, no relatório de pesquisa patrocinada pela UNESCO ele retoma as questões relacionadas à escravidão. GUIMARÃES (1999d, p.170) localiza na primeira parte do relatório da pesquisa de Nogueira intitulado “No Tempo da Escravidão” quatro traços fundadores do preconceito racial tal qual Oracy os concebeu: a) o cromatismo de estrutura social; b) os laços de parentesco e a proximidade social entre as classes alta (proprietária) e média (profissional); c) o conseqüente caráter reformista dos oponentes políticos do regime escravista (e dos

outros regimes que seguiram By the Way), oriundos do mesmo estamento, e d) o caráter conflituoso da relação entre senhores e subalternos.

“Enfim, desmentindo a tradicional nação de ‘passividade’ ou ‘docilidade’ do negro, ante o sistema escravocrata, jamais se vê diminuir, nele, o ímpeto de liberdade; ao contrário, seu inconformismo se torna cada vez mais generalizado e manifesto, à medida que se dá sua integração na nova sociedade e se processa, em seu espírito, a interiorização dos modos de pensar, sentir e agir da cultura luso-brasileira, desenvolvendo-se a motivação própria de um ambiente social fortemente marcado por uma ideologia de mobilidade, cuja eloquência tende a aumentar, constantemente, com o passar do tempo, já que se multiplicam, na vida dos indivíduos, os casos concretos de mudança de destino ou de carreira, de fortuna ou de posição. NOGUEIRA (1998, p.81).

Em se tratando do relatório construído para a pesquisa da UNESCO por Nogueira, CAVALCANTI (1998, p.9) ressalta *“esse texto, que integra o melhor da tradição dos estudos de comunidade no país, contém a parte central da reflexão do autor sobre as relações raciais e emerge, por sua qualidade teórica e empírica, com um dos belos momentos da pesquisa socioantropológica no país”*.

De acordo com a autora, Itapetininga é o *locus* de um estudo de caso exaustivo sobre uma realidade muito mais ampla. Do decisivo confronto de idéias com os fatos, desvenda-se um padrão de discriminação racial e o preconceito racial de marca.

CAVALCANTI (1996, p.15) afirma na pesquisa realizada em Itapetininga, estado de São Paulo, Nogueira examinou os padrões de relações raciais vigentes neste município oferecendo um interesse metodológico muito particular e inovador, onde propicia a combinação de dados provenientes de documentos históricos com os de fontes atuais e da observação direta.

Para a qualificação do tipo de preconceito em jogo nesta pesquisa, outro ponto importante do argumento é a identificação da tendência em “atenuar a cor dos indivíduos bem-sucedidos e a incorporação destes ao grupo branco - tendência que o Nogueira denominará de branqueamento. A autora, entretanto, chama a atenção para a noção de branqueamento presente neste texto afirmando que é a percepção da *“diluição*

de traços africanos via miscigenação, o branqueamento é uma tendência demográfica comprovada para uma fase da história do município estudado. CAVALCANTI (1996, p.18).

A concepção de branqueamento e as suas conseqüências podem ser visualizadas no texto de Nogueira quando ele afirma que *“o branqueamento através das gerações, pela repetida introdução de caracteres do grupo dominante, entre os mestiços, se não corresponde a uma promoção de classe é, pelo menos, uma condição que a possibilita. A cor branca constitui condição especial, embora não suficiente, para que o indivíduo seja aceito em pé de igualdade pelo grupo dominante”*. NOGUEIRA (1998, p.124).

Outro ponto assinalado por CAVALCANTI (1996, p.19) é o da defesa da especificidade de um preconceito “de cor” diante de sua possível redução a um preconceito de classe.

Para GUIMARÃES (1999c, p.80), nesta pesquisa houve a redefinição do preconceito racial brasileiro como algo específico em relação ao norte –americano, como sendo um preconceito de marca e não de origem. Posicionou-se, assim, inteiramente no campo da teoria do preconceito racial, a partir da qual pensou poder estudar melhor a relação racial no país. No Brasil, conheceríamos também o preconceito racial, embora de forma diferente do modo americano.

Sobre a pesquisa realizada em Itapetininga, MAIO (1997a) pontua que enquanto traça, em linhas gerais, o perfil sócio-econômico das primeiras décadas de ocupação de Itapetininga atenta para as diversas fontes de informações da composição étnica da população. Além disso, o autor percebe que Oracy está atento ao complexo sistema de classificação de cores associado a determinadas posições sociais já presentes nos documentos da época (brancos, mulatos, pardos, escravos crioulos, pretos livres, mestiços livres) e observa que o “branqueamento” da população mestiça, ou mesmo negra, faz com que a população nos anos 30 do século passado seja predominantemente branca.

MAIO (1997a, p. 167) afirma perceber em Nogueira o argumento da coincidência das cores com as camadas sociais, apesar de o autor não conceber em sua análise do preconceito racial a cor subsumida à classe, além do reconhecimento da complexa classificação das cores no Brasil, na qual o fenótipo adquire maior relevância,

assim como uma certa indefinição. O reconhecimento desta complexa classificação pode ser visualizado na pesquisa realizada em Itapetininga quando o autor menciona ter percebido a tendência das pessoas ao se classificarem evitando o grupo negro. Sobre esta situação veja como é esclarecedor o trecho abaixo.

“A variedade de combinações de traços, que podem ir do preto ‘retinto’, de cabelos encarapinhados, lábios grossos e nariz platirríneo ao branco de cabelos finos e loiros, lábios finos e nariz afilado, uma vez posto de lado o critério de origem e considerado apenas o fenótipo, faz com que os limites entre as diversas categorias – brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos – sejam indefinidos, possibilitando a aparecimento de casos de identificação controversa, podendo, além disso, a identificação de um indivíduo, quanto á cor , ser influenciada, pela associação com outros característicos de *status* como o grau de instrução, a ocupação e hábitos pessoais, com tendência a se atenuar a cor de indivíduos socialmente bem-sucedidos. NOGUEIRA (1998,p.146-147).

Para MAIO (1997a, p.168), na pesquisa realizada em Itapetininga, Nogueira conclui que a cor tem um peso relativo como indicador de *status* social e lança a hipótese de que os indivíduos de cor estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos. Ponto esclarecedor desse aspecto seria a percepção de que a “*ascensão social dos imigrantes independe de casamentos com membros das famílias tradicionais, no caso da população de cor torna-se uma condição, que chega ao limiar da imposição, para sua ascensão social e aquisição ou manutenção do status o matrimônio com pessoas brancas*”.MAIO (1997a p.169). Esta questão também pode ser percebida no trecho abaixo.

“O fato de não sofrer o indivíduo de cor uma exclusão incondicional das camadas sociais mais favorecidas na sociedade brasileira, bem como o de se encontrar indivíduos brancos, em todos os níveis, tem levado à suposição de que os elementos de cor, no Brasil, em seu esforço de ascensão social, estão sujeito às mesmas barreiras de classe(e não, raciais) que atingem os demais componentes das classes menos favorecidas. Em face dessa hipótese, ganha um significado

especial o fato de que as exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduos de cor, embora venham ocorrendo, na comunidade em estudo, sem interrupção, pelo menos desde o final do século XIX, contudo, não parecem tender a aumentar, em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança, no *status* coletivo da “ gente de cor”, dado que a estrutura social permaneça, em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais. NOGUEIRA (1998, p.167).

É recorrente na obra do autor esta sua atenção à ascensão social do grupo negro, tanto que em 1992 no livro “Negro político, político negro”, ele confessa ter carregado consigo a vontade de escrever sobre a vida do médico e político Dr. Alfredo Casemiro, para ele um caso excepcional de ascensão social e política de um homem negro, no Brasil.

Também no texto “A estratificação social de Itapetininga” (1975) percebe-se mais uma vez sua preocupação com as questões relacionadas com a presença dos negros em situação de desvantagem na estrutura racial. Essa questão pode ser percebida, por exemplo, quando afirma.

“Assim, tanto o predomínio de elementos das ‘famílias tradicionais’, na classe dominante, como a maior concentração da ‘gente de cor’, na camada menos favorecida, exprimem, fundamentalmente, o mesmo fato, ou seja, a rigidez da estrutura social, que tende a reproduzir-se com o mínimo de mudanças, de uma a outra geração, perpetuando a mesma configuração, no que toca à distribuição da população quanto às condições de vida e à ‘aparência’ racial. Pode-se dizer que, na estrutura atual, os brancos descendentes das ‘famílias tradicionais’ e os pretos e pardos descendentes dos antigos escravos, ocupam, em geral, posições homólogas às que ocupam os grupos correspondentes, no século passado, antes da abolição da escravatura e da proclamação da República”.NOGUEIRA (1975, p.176).

De acordo com MAIO (1997a, p.170), na última parte da pesquisa de Itapetininga o autor dedica-se à “*análise da ideologia racial que cimenta a estrutura social marcada pela profunda assimetria entre brancos, pardos e pretos na localidade*”. Segundo MAIO,

“Oracy atenta para ao fato de que o *status* do indivíduo não é dado apenas pela cor. Embora os indivíduos de caracteres físicos identificados como pardos e negros compitam em situação de desigualdades com os brancos, ou seja, são de forma recorrente, preterido, há uma série de atributos psicológicos, sociais e culturais que, associados à cor, podem superar a barreira do preconceito, como: ‘grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc.’. Ademais, a posição social de brancos e não-brancos interfere no tipo de interação que é estabelecido entre os indivíduos. Em outras palavras, a variável sociológica classe interfere nos intercursos étnicos. Quanto mais próximo do topo da estrutura social estiver o branco, menor disponibilidades terá para interagir com indivíduos de cor”.MAIO (1997a p.170).

Para GUIMARÃES (1999d, p.171), o ponto central da reflexão de Nogueira é a permanência, o desenvolvimento e a especificidade do preconceito racial no Brasil, que ele chamou de “preconceito de cor”, preconceito que facilitou a integração e a ascensão social dos imigrantes europeus e impediu a ascensão dos negros.

De fato reconhece a existência do preconceito e da discriminação no seu livro “Tanto Preto quanto Branco” (1985).

“Conforme tenho insistido, em aulas e conferências, a ideologia do branqueamento e a efetiva incorporação dos descendentes branqueados das uniões mestiças ao grupo branco, no Brasil, têm levado, sistematicamente, a transferência para os brancos das conquistas materiais e culturais das pessoas de cor bem sucedidas. Casando-se com uma mulher branca, um negro bem sucedido, em três ou quatro gerações, terá seus descendentes integrados no grupo branco, não só porque os sucessivos cruzamentos levarão a um progressivo branqueamento, como também porque, entre nós, há uma espécie de cegueira em relação aos traços negróides que aumenta com o *status* da pessoa que os têm”.NOGUEIRA (1985, p.7).

O autor destaca algumas especificidades do preconceito no Brasil em relação aos Estados Unidos.

“Embora a cor ou marcas raciais representem apenas um dos componentes do *status* no Brasil, deve-se atentar para o fato de que a aparência negróide numa pessoa com outros fatores favoráveis é sempre um fator de incongruência da *status* e um fator de incongruência eliminável somente em três ou quatro gerações pelo branqueamento físico”. NOGUEIRA (1985, p.22).

O autor afirma que ao mesmo tempo em que é miscigenacionista, no que toca aos traços físicos, a ideologia brasileira de relações inter-raciais ou inter-étnicas é assimilacionista, no que se refere aos traços culturais. Em geral, espera-se que o indivíduo de outra origem, que não a luso-brasileira, abandone, progressivamente, sua herança cultural, em proveito da “cultura nacional” – língua, religião, costumes. As expectativas assimilacionista e miscigenacionista se manifestam, ambas, tanto em relação aos elementos de procedência africana e indígena como em relação aos imigrantes estrangeiros e sua descendência (84).

De fato, NOGUEIRA (1998, p. 196) caracterizou a ideologia brasileira de relações raciais como “*ostensivamente miscigenacionista e igualitária, ao mesmo tempo em que encobre, sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-reptício de preconceito*”.

Sobre as contribuições do autor para a temática das relações raciais CAVALCANTI (1998, p.17-18) sinaliza que a contribuição do autor é enorme, quanto ao tema e quanto ao ponto de vista analítico. Quanto ao tema deriva de seu conceito de preconceito de marca, uma estratégia sensata de combate à discriminação racial no Brasil. Para Nogueira, as atitudes e concepções de brancos e pretos seriam mais passíveis de modificação por meio de processos racionais. Sendo assim, o esclarecimento e a divulgação de informações objetivas sobre o racismo brasileiro ajudariam em muito o seu combate. Do ponto de vista analítico, o trecho abaixo é bastante esclarecedor:

“Do ponto de vista analítico, suas formulações são profundamente inovadoras. Oracy Nogueira percebeu com muita clareza, antecipando-se à perspectiva antropológica

contemporânea, que as relações raciais são uma construção plenamente social. O preconceito racial é um assunto de significação, que integra, como tal, sistemas de classificação social. É, portanto culturalmente variável e universalmente comparável. Nem causa nem efeito de uma estrutura social preexistente, mas um fato em que ação e representação caminham juntas, em que se integram aspectos diversos – econômico, político, ideológico – da vida social estudada. Um fato social que a linguagem posteriormente incorporada pela tradição no Brasil não hesitaria em chamar de ‘total’. CAVALCANTI (1998 p.18).

Realmente, as sugestões de NOGUEIRA tendem a incentivar um trabalho de esclarecimento, como pode ser comprovado no trecho abaixo.

“Em conclusão, dadas as características da ‘situação racial’ brasileira e o tipo de ideologia de relações raciais que aqui se desenvolveu, o homem de cor, no Brasil, provavelmente conseguirá maior rendimento na técnica de esclarecimento tanto dos brancos como de elementos de seu próprio grupo, pela divulgação de informações objetivas sobre as diferenças raciais e culturais, do que tem obtido o negro em outras sociedades; conseqüentemente, tornou relativamente inoperantes os processos racionais de modificação de atitudes e concepções, no que tange á esfera de relações raciais”. NOGUEIRA (1998, p.203).

Por outro lado o trabalho de Nogueira transformou-se, rapidamente, numa referência obrigatória para os estudos de relações raciais, mas seria também de síntese erudita da dicotomia entre negros e brancos como nos mostra GUIMARÃES (1999d, p.169), que afirma ainda ter esta reflexão sido apropriada por uma política identitária nacionalista que buscava, a todo custo, firmar o caráter “democrático” e brando das relações raciais no Brasil, em contraste com o resto do mundo, notadamente os Estados Unidos.

Em síntese os trabalhos desenvolvidos pela escola paulista e dentro do projeto UNESCO passaram a serem considerados, na história dos estudos das relações raciais no Brasil, como sendo uma contestação das visões anteriores, principalmente a defendida por Freyre sobre a harmonia das relações raciais no Brasil.

ANDREWS (1998, p.31-32), por exemplo, assinala algumas convergências nas obras de Freyre e Fernandes. Segundo o autor, a primeira é a ênfase que ambos conferem à experiência da escravidão na determinação da situação racial do Brasil atual, a despeito de diferirem profundamente em sua avaliação da maneira como a escravidão moldou o atual estado das relações raciais no Brasil. Outro ponto em que, segundo o autor, são convergentes a obra de Freyre e a de Fernandes, refere-se à visão fundamentalmente otimista que os dois autores possuem sobre o futuro das relações raciais no Brasil. Para Freyre, esse otimismo era consequência lógica de sua crença de que o Brasil estava trilhando um caminho fundamentalmente progressivo e positivo no curso de seus quatrocentos anos da história, e simplesmente continua a segui-lo no futuro.

Para CARVALHO (2001, p.203), a diferença fundamental é que para Gilberto Freyre, o Brasil forma uma civilização original, onde a miscigenação avassaladora lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar espontaneamente conflitos e diferenças. Em contrapartida, para Florestan, o escravismo criou uma sociedade estratificada, que ao converter-se de agrícola em industrial, reservou o melhor quadro das oportunidades para os brancos repetindo, no conflito das raças, a luta de classes.

Já GUIMARÃES (1999, p.52) consegue distinguir uma continuidade na forma de perceber as relações raciais no Brasil, no tocante, por exemplo, ao embranquecimento. O autor destaca uma continuidade na forma de concebê-la até os meados do século XX. Segundo o autor, seria um erro pensar em mudança com relação aos pressupostos racistas da idéia de embranquecimento, que foi apenas adaptada aos cânones da Antropologia Social, passando a significar a mobilidade ascensional dos mestiços na hierarquia social.

GUIMARÃES consegue perceber continuidade da perspectiva eurocêntrica da versão culturalista do “embranquecimento” em Gilberto Freyre, Donald Pierson, Thales de Azevedo. Para ele, o embranquecimento passa a significar a capacidade de a nação brasileira (definida como uma extensão da civilização européia, em que uma nova raça emergia) absorver e integrar os mestiços e pretos, e tal capacidade requer, de modo implícito, a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. Para o autor, então, o núcleo racista desse

conceito forma as três “raças” fundadoras da nacionalidade, que apontavam diferentes contribuições, segundo as suas qualidades e seu potencial civilizatório e índices de valor positivo e negativo dessas raças.

Para o autor, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Donald Pierson e Charles Wagley retêm, em suas análises históricas, os traços longos da análise da sociedade patriarcal feita em Casa Grande e Senzala. Marvin Harris, mesmo recusando os argumentos de Freyre, partilha de seus valores e conclusões práticas, uma vez que para ele não faz sentido falar em discriminação num país onde não há uma regra clara para a pertença a grupos raciais ou de cor e as diferenças de classe são suficientes para manter a dominação de uma elite branca.

Para nós, basta reter que tanto os trabalhos de Freyre, Pierson como os dos patrocinados pela UNESCO, se colocaram contra as teses racistas que afirmavam a “inferioridade do negro”; no entanto, uns fizeram isso afirmando que no Brasil não existe preconceito ou discriminação racial e outros o conceituaram como reação à ordem capitalista, posições contestadoras dessas interpretações serão abordadas no próximo capítulo.

CAPITULO IV

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

1- AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL.

O período de aproximadamente 1965 até o final dos anos de 1970 no Brasil, não foi dos mais estimulantes para a produção de pesquisas relacionadas à questão racial, temática que passou a ser definida como questão de segurança nacional, acontecendo inclusive algumas aposentadorias compulsórias de membros da escola paulista. Além disso, o quesito cor foi retirado do censo demográfico de 1970 favorecendo uma falta de dados sobre a situação dos grupos passíveis de processos discriminatórios. Essa situação só vai modificar-se com a reabertura política no governo Geisel com a disponibilidade de dados oficiais a partir da PNAD 1976 e do Censo 1980, quando se torna possível retomar os estudos sobre relações raciais no Brasil.

No final dos anos 70 então aconteceram as primeiras modificações na interpretação sobre o negro brasileiro na atuação política e também no campo acadêmico, mudanças que foram influenciadas pelo avanço das lutas pelos direitos civis no EUA e pela desmobilização pela ditadura brasileira dos grupos políticos marxistas e nacionalistas de oposição ao governo.

Segundo GUIMARÃES (2002, p.99), o discurso político negro passou a ser guiado por duas balizas principais: o nacionalismo e a busca de africanidades que se desenvolveram entre os campos acadêmicos e artísticos. Em nota de rodapé, GUIMARÃES afirma que no plano acadêmico no final dos anos 70 apareceram no Brasil as principais análises sociológicas que demonstram a importância da raça na construção das desigualdades raciais no Brasil. Segundo ele, HASENBALG fez as primeiras críticas às interpretações da discriminação e preconceito como reação à ordem competitiva, e a discriminação passaria a ser vista então como parte integrante da modernização capitalista.

COSTA (2002, p.47) destaca que o uso sociológico da categoria raça como polarização branco/não-branco foi legitimada pela constatação dos chamados estudos estruturalistas do final dos anos 70, que postulavam que as desigualdades

sociais entre os diferentes grupos étnicos cromáticos distinguidos nas estatísticas oficiais do IBGE – preto, brancos, amarelos, pardos e indígenas – puderam ser reunidos em dois grandes grupos, ora chamados de brancos e não-brancos, ora chamados de brancos e negros. Segundo o autor,

“Isto refutaria as constatações dos estudos qualitativos que indicavam uma gradação cromática nas adscrições sociais, de forma crescente do escuro para o claro – ou seja, quanto mais claro mais valorizado socialmente – e que dão sustentação à tese de que o que existe no Brasil é o preconceito ou discriminação de cor e não racial. Ao mesmo tempo, ficaria demonstrado que a discriminação dos não-brancos não se subsume as classes: mesmo isolando-se os fatores de classe, persistem desigualdades que só poderiam então ser explicada quando se introduz o par branco/não-branco como ordem classificatória”. COSTA (2002, p.47-48).

Para o autor, os trabalhos de Hasenbalg e Silva corrigem a visão de senso comum de que as desigualdades raciais foram herdadas do passado escravocrata e que tendem a desaparecer. Tais estudos teriam, na visão do autor, evidenciado que as chances de ascensão sociais para pretos e pardos continuam muito menores que para os brancos. Mesmo quando se isolam os determinantes ligados à origem social, ao mesmo tempo, quando se restringe ao estudo das desigualdades raciais, o agrupamento das categorias utilizadas pelo IBGE “pardos” e “pretos” no pólo “ não-brancos”, em contraposição ao branco”, confere visibilidade às adscrições raciais que co-determinam as injustiças sociais no Brasil, constituindo uma contribuição analiticamente legítima e, do ponto de vista de uma política anti-racista, precioso e indispensável.

FRENCH (2002, p. 109-110) afirma que a geração de estudos pós 1978 tende a adotar uma abordagem quantitativa em solidariedade aos protestos negros no Brasil e com vistas a provar de uma vez por todas, a falsidade do mito da democracia racial. Ao fazer isso, esperava fortalecer os movimentos negros incipientes dando-lhes apoio intelectual por meio do argumento de que o sistema racial brasileiro seria melhor entendido como fundamentalmente birracial, em vez de multirracial, e que as

desigualdades que afetam os povos descendentes de africanos estariam relacionadas aos padrões abrangentes de discriminação e preconceito.

Essa produção mais recente então vai deixar de enfatizar a herança do passado escravista na configuração da situação do negro brasileiro e passará a destacar as práticas racistas e discriminatórias do presente, responsabilizando essas práticas pela perpetuação das desigualdades raciais e demonstrando que os negros estão expostos a desvantagens transmitidas de uma geração para outra.

São exemplos desta nova forma de abordagem da questão racial os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle. Em sua pesquisa “Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil” (1979) Hasenbalg estabeleceu um diálogo com trabalhos anteriores, principalmente com o de Florestan Fernandes ao afirmar que existia uma intencionalidade de reduzir a questão racial a um problema de classe ou de estratificação social, esvaziando assim, segundo ele, o preconceito contra o negro de implicações raciais e atribuindo sua atual condição na sociedade brasileira à situação sócio-econômica.

Para Hasenbalg, a auto-imagem que o Brasil possui em relação ao seu sistema de relações raciais, é produto da comparação com outras sociedades multirraciais por meio de estudos de casos feitos no Brasil, como a literatura mais recente preocupada em assinalar e explicar as diferenças do Brasil com outras sociedades.

Hasenbalg destaca que essa visão de relações raciais harmônicas foi encapada pelo Estado e que a sua discordância ou o questionamento pode originar a invenção de um problema desconhecido na sociedade brasileira.

“Em certo sentido, o Brasil criou o melhor dos mundos. Ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de privilégio branco e subordinação da população de cor, erudita que a raça se constituía em princípio de identidade coletiva e ação política, a eficácia da ideologia racial imperante se traduz no esvaziamento do conflito racial aberto e da articulação política da população de cor, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidades de apelo a um alto grau de coerção”.HASENBALG (1977, p.8).

Para o autor, (1998, p.16), a literatura acadêmica sobre o tema tem vinculado a visão sobre relações raciais aos problemas de classe ou de estratificação social, cujo preconceito contra o negro é esvaziado de implicações raciais e a sua condição passa a ser analisada pela posição sócio-econômica inferior que ele ocupa. Esta abordagem não tem conseguido dar conta em suas análises da estrutura de classes, à qual concede primazia porque a população de cor se autopropetua em posições sociais inferiores. Para ele é necessário enfatizar a semelhança do Brasil com outras sociedades multirraciais, em termos da operação de um princípio racista de seleção segundo o qual a pertinência a um grupo racial prevalece sobre a competição na alocação de posições sociais. Além disso, prossegue ele, deve-se estar atento aos diferenciais de poder institucionalizado entre os dois grupos raciais e à manutenção de acentuadas desigualdades sociais entre a população branca e a de cor.

Pode-se perceber algumas inovações no trabalho de HASENBALG, sobre análise das questões raciais no Brasil. Nestes aspectos, podemos mencionar a crítica ao peso do passado escravista na configuração da situação do negro brasileiro na estrutura social; a utilização de dados oficiais para demonstrar as desigualdades dos grupos raciais não-brancos em relação ao grupo branco; a conceituação de racismo como instrumento para a manutenção de privilégios do grupo racialmente dominante; o uso do termo raça como importante critério na análise da situação do negro brasileiro e a internalização, pelos não-brancos, de uma pretensa inferioridade.

HASENBALG discorda da visão que responsabiliza o passado escravista pela situação dos negros brasileiros argumentando que a ele não se pode atribuir toda a responsabilidade pelas atuais diferenças sócio-econômicas entre brancos, negros e mulatos. Contesta essa visão mostrando que ao longo de todo o ciclo de vida sócio-econômica os negros e mulatos sofrem desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos. Segundo o autor, essas desvantagens competitivas agem cumulativamente, explicando a maior parte das diferenças monetárias entre brancos e não-brancos e chegando a atingir mais 50% dos rendimentos percebidos por negros e mulatos.

Para ele pode-se notar a tendência de se reduzirem os problemas dos negros e mulatos àqueles da classe operária e das massas populares, perspectiva que

deriva fundamentalmente do fato de que a maioria dos brasileiros não-brancos constitui parte de grupos e classes subordinados, tais como o campesinato, o subproletariado urbano e a classe operária. O autor arremata afirmando que *“ou bem os brasileiros negros têm sido vistos como desfrutando desde longa data uma integração na” democracia racial “do país, ou bem seus destinos têm sido vagamente vinculado aos dos setores populares”* HASENBALG (1979, p.20).

Portanto o autor faz uma crítica explícita às leituras da questão racial na atualidade, salienta que os analistas das relações raciais contemporâneas ou enfatizam a continuidade cultural e histórica-projetando vagamente as ordenações raciais contemporâneas no passado escravista – ou então não conseguem chegar a conclusões mais explícitas acerca da força pelas quais o escravismo condicionou o desenvolvimento de arranjos atuais. O autor menciona ainda que uma forma de ligar o escravismo às relações raciais pós-emancipação tem sido a de explicar a subordinação social dos negros após o fim do escravismo como função dos traços grupais originalmente moldados pela experiência escravista, cujos principais pontos em questão parecem ser os de adaptação dos escravos à servidão, o que implicou formas de mau ajustamento psicológico, cultural e social, e o grau de heteronomia do comportamento dos escravos. Tal fato é sintetizado da seguinte forma:

“Genericamente falando, na literatura especializada sobre o escravismo e relações raciais, quanto maior é a ênfase dada ao comportamento heterônomo dos escravos e á adaptação anormal ou patológica á servidão, mais as relações raciais pós abolicionistas tendem a ser explicadas em termos de herança escravista. Inversamente, as perspectivas que acentuam a adaptação não patológica dos escravos à servidão e a relativa autonomia do comportamento e cultura escravos estão ligados a pontos de vistas que tendem a explicar a posição inferior dos negros e as relações de raça após o fim dos escravismo em termos de racismo e discriminação racial”.HASENBALG (1979, p.30).

Para o autor, a subordinação social dos não-brancos após o fim da escravidão deve ser procurada além dos efeitos de meras sobrevivências do escravismo, e que a perpetuação do preconceito e da discriminação racial deveria ser interpretada

como função dos interesses materiais e simbólicos dos grupos brancos durante o período posterior ao fim do escravismo.

Nesse ponto está ancorada a principal crítica de Hasenbalg ao trabalho de Florestan Fernandes, pois segundo ele, Fernandes considera o preconceito, a discriminação racial como remanescente do passado, em que o modelo tradicional e assimétrico de relações raciais, perpetuados pelo preconceito e pela discriminação, é considerado uma anomalia da ordem social competitiva.

Segundo ele, esta perspectiva parte de uma análise das exigências estruturais das modernas sociedades industriais – universalismo, realização, eficiência instrumental e capacidade individual dentro de uma estrutura aberta de oportunidades. Daí, dada a lógica irreversível do industrialismo, conclui-se que a raça, a etnia e outros atributos adscritivos tornam-se desprezíveis como fontes de clivagens sociais, formação de grupos e distribuição de posição na estrutura social.

Contestando essa noção da incompatibilidade entre racismo e desenvolvimento econômico, HASENBALG pressupõe que os mecanismos racistas de discriminação não desaparecem com a industrialização e o desenvolvimento econômico, considerando verdade que o crescimento acelerado e as transformações na estrutura ocupacional favorecem altas taxas de mobilidade social ascendente, mas por outro lado, parece ser verdade que o crescimento acelerado e as transformações na estrutura ocupacional favorecem altas taxa de mobilidades sociais ascendente. Entretanto, parece ser evidente que, tipicamente, o esforço investido por uma pessoa de cor para percorrer uma certa distância social é maior que o exigido de uma pessoa branca, a raça, como critério relevante para o recrutamento, perde importância somente com respeito a algumas posições sociais. Isto é particularmente visível na esfera ocupacional, por exemplo, pois nas ocupações manuais da indústria, a qualificação para o cargo de contratação, nas ocupações que implicam um relacionamento direto com o público ou com o consumidor, o negro e o mulato são excluídos não tanto pela falta de qualificação, mas por serem percebidos como esteticamente questionáveis.

Sendo assim, o autor localiza na ideologia racial dos países latinos americanos a finalidade de preencher uma importante função de controle social, apontando para a unidade e homogeneidade nacional e ocultando a existência de divisões raciais e sociais, funcionando como viés mobilizado pelos grupos dominantes

para manter a questão do racismo como um capítulo que permaneceu em estado apenas latente, sem que ele irrompa na esfera pública do debate político.

Para o autor, a “*democracia racial*” é um poderoso mito. Sua função, como instrumento ideológico de controle social é legitimar a estrutura vigente de desigualdades e raciais e impedir que a situação real se transforme numa questão pública”. HASENBALG (1979 p.19). Para o autor

“Este perfil de desigualdades raciais não é simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que os brancos e não-brancos estão expostos. Negros e mulatos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos de mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas”. HASENBALG (1988, p.177).

Em suma, para o autor, a raça como traço fenotípico historicamente elaborado é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multi-raciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas, cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente.

Segundo Hasenbalg, o uso ambivalente da cultura negra para muitos negros se constitui no principal instrumento de resgate da auto-estima e da reconstrução positiva de uma identidade racial abalada pela ideologia do embranquecimento. Segundo ele, o Estado acha muito mais econômico destinar migalhas de seu orçamento a sancionar símbolos da cultura negra (tombar a Serra da Barriga e declará-la patrimônio nacional e criar a Fundação Cultural Palmares a

imprimir na moeda a tradicional figura baiana, como nota de Cr\$ 50.000,00) do que implementar políticas destinadas a corrigir as desigualdades raciais. Assim, a integração simbólica do negro, via cultura, pode caminhar e caminhou *pari passu* à sua subordinação e exclusão social.

Para Hasenbalg, o discurso do legado da escravidão não tem conseguido dar conta de todas as implicações existentes nas relações raciais e sociais no Brasil, uma vez que se fundamenta em uma análise funcional e determinista da estrutura de classes e de relações de poder na sociedade. Para ele sem dúvida, o racismo contemporâneo tem seus correlatos em forma de exploração econômica compatíveis com os padrões prevalentes de desenvolvimento capitalista, porém uma vez que as estruturas de subordinação racial estão estabelecidas, o racismo e a dominação racial adquirem uma autonomia própria ao nível da cultura e da política.

Em síntese, os estudos de Hasenbalg passaram a demonstrar a tese de que tais desigualdades apresentam um componente racial equívoco e não poderiam ser reduzidas às diferenças de educação, renda, classe e, o que é decisivo, não poderiam ser também diluídas num gradiente de cor. Segundo ele

(...) a nova linha de pesquisa a que nos referimos acima tenta enfatizar a funcionalidade de discriminação como instrumento para o alijamento competitivo de certos grupos no processo de distribuição de benefícios materiais e simbólicos, resultando obviamente em vantagens para o grupo branco vis-a-vis aos grupos não-brancos na disputa por esses benefícios. Ou seja, procura-se mostrar como o preconceito e a discriminação racial são fatores intimamente associados à competição por posições na estrutura social, e portanto, necessariamente refletindo-se em diferenças entre os grupos raciais ao nível do próprio processo de mobilidade social. HASENBALG (1988, p.144).

Hasenbalg afirma que, com a abolição da escravidão, o racismo como construção ideológica e conjunto de práticas mais ou menos articulado foram preservado incorporado, reforçado, transformado e institucionalizados para servir aos interesses materiais e manter as desigualdades raciais e sociais. Segundo ele, pertencer ao grupo “racialmente dominante” pode se constituir em uma espécie de posse

enquanto que nascer no grupo “racialmente estigmatizado” pode significar um ônus duradouro.

“(…) ser negro ou mestiço significa ter uma maior probabilidade de ser recrutado para posições sociais inferiores. Isto numa estrutura social que já é profundamente desigual. Então, no meu entender, o vínculo entre raça e classe é exatamente esse: raça funciona como mecanismo de seleção social que determina numa medida bastante intensa qual é a posição que as pessoas vão ocupar”. HASENBALG(1991, p.31).

Em síntese, para o autor, a subordinação social dos não-brancos após o fim da escravidão deve ser procurada além dos efeitos de meras sobrevivências do escravismo e a perpetuação do preconceito e a discriminação racial devem ser interpretadas como função dos interesses materiais e simbólicos do grupo dominante branco durante o período posterior ao fim do escravismo.

Para Hasenbalg, ao se pensar as desigualdades raciais deve-se considerar que uma parcela majoritária da população de cor tem uma experiência prévia na condição de livre, além de se considerar também a diferença na experiência histórica entre este grupo e a grande maioria de imigrantes europeus chegados ao país entre 1880 e 1930, e a forma como o funcionamento do sistema de trabalho escravo condicionou a distribuição geográfica da população de cor. Assim, o autor se expressa:

“Em resumo: no resto do país ou Brasil desenvolvido, onde se concentra a maior parte da população de cor, a massa de ex-escravos é reabsorvida depois da abolição sem grandes comoções na rede de relações sociais caracterizada pela dependência senhorial e clientelismo, ficando nas décadas seguintes predominantemente vinculada ao setor agrário da região. Já a região sudeste, onde a abolição coincide com o início da entrada maciça de imigrantes europeus, a população de cor como um todo, incluindo ex-escravos e libertos, ficou inicialmente marginalizada do núcleo da economia

capitalista em formação”. HASENBALG (1988,p.132).

A síntese dos argumentos de Hasenbalg pode ser visualizada claramente no livro “Lugar de Negro” (1982), onde o autor identifica e critica três linhas de pesquisa que dizem respeito às relações entre raça, classe e desigualdades sociais.

Segundo o autor, nos temos a versão oficial feita no início da década de 1930 por Gilberto Freyre, trata-se de uma linha que influencia outra linha de pesquisa conduzida por pesquisadores que estudaram as relações raciais no norte do Brasil, rural e urbano, durante as décadas de 1940 e 1950. Dentre as conclusões a que chegaram podem ser destacadas: a existência de preconceito no Brasil; mais o preconceito de classe e não o de raça; a forte consciência das diferenças de cor não esta relacionada à discriminação; estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que em nível de comportamento; outras características como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento inter-pessoal.

Para HASENBALG, a terceira linha de pesquisa que incorpora a questão racial foi desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 pela escola de São Paulo. Para o autor, em linhas gerais, no sistema escravista de castas e da constituição de uma sociedade de classes, a situação social do negro depois da abolição é vista à luz da herança do antigo regime. Preconceito e discriminações raciais, despreparo cultural de ex-escravos para assumirem a condição de cidadania e de trabalhadores livres e a sua negação do trabalho como afirmação da posição de homem livre e do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultam na marginalização de desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração. Tais críticas estão resumidas no trecho abaixo:

“A despeito das diferenças no tratamento do problema, a perspectiva assimilacionista está presente nas três abordagens das relações raciais acima destacadas. Num caso, o papel da raça na geração de desigualdades é negado, noutro, o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado

escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente as possibilidades da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista.” HASEMBALG (1982,p.88).

A partir dessas premissas o autor constrói uma argumentação em oposição a três linhas sugeridas afirmando que preconceito e discriminações raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social. Práticas racistas do grupo da nova estrutura social e práticas racistas do grupo racial dominante longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro, ou em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação (1982, p.90).

Para SILVÉRIO (1999, p.120), os estudos de Hasenbalg significam a crítica à idéia de que no Brasil a miscigenação permitiu uma maior fluidez dos não-brancos, especialmente mulatos e pardos e encontram-se, principalmente nos estudos mais recentes que demonstram que, com raras exceções, eles continuaram no grupo menos favorecido.

Resumidamente, Hasenbalg argumenta que o preconceito e a discriminação racial não se mantêm intactos após a abolição, mas adquirem novas funções e significados na nova estrutura social. As práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem mera sobrevivência do passado, estão funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro e mulato; a raça, como atributo adscrito socialmente elaborado, continua a operar como um dos critérios mais importantes no recrutamento das posições da hierarquia social; a força da escravidão como fator explicativo da posição social e econômica de negros e mulatos decresce com o transcurso do tempo. A ênfase para a explicação deve ser atribuída às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não-brancos no presente.

“(...) o racismo como ideologia e conjunto de práticas que se traduzem na subordinação social dos não-brancos, é mais dos

que um reflexo epifenomênico de estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. A persistência histórica do racismo não deve ser explicada como meio ligado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominado no presente”. HASENBALG (1992,p.11).

“(...) a raça ou filiação racial deve ser tratada como uma variável ou critério que tem peso determinante na estruturação das relações sociais, tanto no sentido objetivo quanto subjetivamente. Objetivamente, na medida em que a raça é uma determinante importante das chances de vida das pessoas. Subjetivamente, no sentido do pertencimento racial (mesmo não sendo, no caso do Brasil, uma tributo unívoco e sem mais relacional e situacional) estar associado a identidades raciais que implicam uma socialização e aprendizado do lugar de diferentes grupos raciais no espaço e hierarquização sociais. HASENBALG(1992, p.12).

GORENDER (1991, p.203), por outro lado, faz uma crítica aos trabalhos de Hasenbalg considerando que ao tentar resgatar o peso do racismo na alocação do negro na estrutura social ele supervaloriza esse fenômeno.

“Hasenbalg apela, sem dúvida, a um argumento inconveniente quando enfoca, sem embasamento historiográfico, as motivações da imigração européia em São Paulo. E também quando chega a atribuir a pobreza das massas negras tão-somente ao círculo vicioso do racismo. Pelas características da sociedade brasileira, na qual a concentração de riqueza atinge extremos raros no mundo, as possibilidades de mobilização vertical são ínfimas para as classes oprimidas e exploradas, *quer se trate de brancos e negros*. Assim, a raiz da pobreza geral está, em primeiro lugar, no capitalismo. Mas a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial não é portanto, um epifenômeno, porém um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo e que precisa ser denunciada e combatido de maneira específica, aqui e agora. GORENDER(1985,p.203).

Em síntese, como nos mostra SCHWARCZ (1988.p.231), “raça” é a expressão encontrada por Valle e Silva para explicar esse uso travesso da cor e para entender o “efeito branqueamento” existente no Brasil, isto é, as discrepâncias entre a cor atribuída e a cor autopercebida e estariam relacionadas com a própria situação sócio-econômica dos indivíduos.

2- EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA

Outras categorias com as quais esbarramos sempre quando estamos discutindo as questões raciais são: etnicidade, etnia, identidade étnica, grupos étnicos, afirmação da identidade. Posto isso, nosso objetivo é esclarecer estas categorias e sumariar a sua trajetória histórica.

Para CHAGAS (2001), no meio acadêmico não existe consenso acerca das origens da moderna teoria de identidade, mas é inegável que sua sistematização nasce junto à necessidade de se definirem os grupos étnicos. Portanto, identidade e etnicidade foram termos conceituados inicialmente atrelados entre si. A maioria dos autores acreditam que a definição fundante do termo identidade étnica teria sido dada pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth, no seu hoje clássico *Ethnic Boundaries: The Social Organization of Culture Difference* (1996).

De acordo com HOFBAUER (2003, p.54), foi no final da década de 60 que alguns antropólogos sentiram que o conceito de “cultura” não dava conta de analisar certos dinamismos que se observavam no mundo empírico. Perceberam também que em muitos casos as fronteiras das “culturas” não coincidiam com as fronteiras grupais, ou seja, que é perfeitamente possível que dois grupos compartilhem os mesmos “valores culturais” (que tenham a mesma língua, mesma religião etc), e que exista uma diferença “real” em termos de “produção cultural” sem que isto cause a formação de “identidades” diferentes.

Segundo ele (1999, p.208) foi somente a partir da década de 70 que alguns antropólogos passaram a recorrer ao conceito de identidade, pois sentiam que a

noção de cultura já não conseguia explicar todos os fenômenos dinâmicos que se desenvolvem em situações de contato e conflito inter-étnico. Percebeu-se que no mundo da modernidade, que intensificaram os contatos entre pessoas de proveniências distintas e criou uma mobilidade cada vez maior dos seres humanos, era muitas vezes difícil traçar os limites de determinada cultura. A correlação entre espaço, grupo e cultura como concebida nas definições do conceito de cultura, até então, não correspondia mais à realidade.

Segundo o autor (p.209) a partir dos anos 80, o conceito de identidade étnica começa não apenas a popularizar-se e a transformar-se num dos argumentos principais de movimentos étnicos e sociais, mas a se estabelecer, paralelamente, como conceito chave da antropologia.

Afirma ainda que *“hoje constatamos que no mundo ocidental raça, cultura e identidade convivem na linguagem do cotidiano e também em muitos trabalhos acadêmicas”* (p.211).

Para SEYFERTH (1985), o conceito de etnicidade não surgiu gratuitamente; ele reflete, principalmente o recrudescimento da consciência étnica em todo o mundo após a Segunda Guerra Mundial, nos mais variados países. Grupos étnicos aparentemente assimilados reafirmam a sua identidade, usando valores muitas vezes apenas simbólicos, tomados de uma cultura supostamente tradicional.

Para a autora, no plano teórico o problema é simples: as características culturais ou raciais visíveis, que muitas vezes são arroladas como definidoras de um grupo étnico, perderam, em grande parte, sua importância conceitual. É preciso lembrar que os grupos étnicos não só têm características diferentes, mas ocupam posições diferentes nas sociedades das quais fazem parte. O que está em jogo são as diferenças étnicas (sejam elas rotuladas de culturais, nacionais ou outras) manipuladas no sentido de organizar as relações sociais. Na maior parte dos casos, aquela chamada de “etnia”, ao nível da manipulação, serve como símbolo para justificar outras diferenças.

NASCIMENTO (2003, p. 48) afirma que a intenção de eliminar das ciências sociais o termo “raça” e seus derivados impulsionou sua progressiva substituição pela categoria *etnia*, que introduz uma ênfase no aspecto cultural coerente com a constatação científica da não-existência de “raças” biológicas.

Para a autora (2003, p 49) o uso da categoria etnia no Brasil resultou no escamoteamento de um subtexto de raça que perpassa e permeia o discurso e as relações sociais, constituindo-se um firme alicerce da vigência, na prática do velho critério da inferioridade racial, além disso, segundo a autora, a noção de etnia não consegue substituir a de raça porque os grupos humanos designados pelo termo “raça” são mais inclusivos, remetendo em geral a uma origem geográfica de ascendência (África, Ásia, Europa e América) às vezes remota, evidenciada em aspectos da aparência física, e que implica uma comunalidade de trajetória histórica, matriz cultural e vida social.

No Brasil podemos localizar em Manuela Carneiro de Cunha e Roberto Cardoso de Oliveira os divulgadores da teoria da Etnicidade.

CUNHA (1987), por exemplo, em seus estudos sobre uma comunidade “brasileira” em Lagos afirma ser falaciosa a procura de uma bagagem cultural, a explicação de traços de identificação étnica. Inspirada em Abner Cohen, a autora afirma que *“a tradição cultural serve, por assim dizer, de ‘porão’, de reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades no novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como sinais diacríticos para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, manipulada para novos fins, e não uma instância determinante”*. CUNHA (1987 p.88).

Para a autora (1987, p.92-93) ser membro de um grupo étnico na diáspora significa exibir permanentemente sinais diacríticos que atestem que se pertence ao grupo e seguem suas regras, e, portanto que se pode ser um depositário fiel. Para a autora, então, etnicidade seria um modo de o grupo se apropriar de um nicho econômico.

A autora menciona três pontos, analiticamente diferentes, na utilização da etnicidade em sociedades multiétnicas: 1) – um mesmo grupo pode usar identidades diferentes; 2) a estrutura interna deste grupo, apesar de aparentes diferenças culturais, tende a refletir as estruturas que definem os outros grupos com os quais deve relacionar-se; 3) para poder diferenciar grupos é preciso dispor de símbolos inteligíveis a todos os grupos que compõem o sistema de interação (1987, p.94-95).

Em síntese

“A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito na mediada em que os elementos culturais que se tornaram ‘outros’, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, eles adquirem significações que transbordam das primitivas”. CUNHA(1987, p.101-102).

Alguns destes pontos a autora tinha assinalado anteriormente (1985), principalmente quando afirmara que “ *o que se ganhou com os estudos de etnicidade foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, respostas articuladas com as outras identidades, em jogo, com os quais forma um sistema. É uma estratégia de diferença*”. (1985, p.206).

Para a autora é importante considerar que se a identidade repousa numa taxonomia social, resulta de uma classificação, deriva daí que ela é um lugar de enfrentamentos, e a identidade se refere a algo específico, uma origem histórica. É uma afirmação sobre esta origem putativa, através de sinais tangíveis: a “cultura”.

“Por isso, nos processos de identificação étnica, assistimos a uma dupla e indissociável gênese: a formação de uma “cultura de diáspora” e a constituição simultânea da comunidade que se pauta por ela, à qual, para ser mais precisa, essa cultura serve de peso e de medida. Pois é confrontando-se a ela que cada qual vê julgada sua pertinência à comunidade étnica. CUNHA (1985,p.207).

CARDOSO DE OLIVEIRA (1976) baseado em Barth, também toma etnicidade a partir da contestação da idéia de grupo étnico como unidade portadora de cultura para concebê-lo como um tipo de organização. Ele afirma que o termo etnia surgiu numa relação de oposição ao termo raça e passou a circular como boa moeda,

qual uma assepsia no campo científico, especificamente no campo dos cursos sociais, ciosos de não se deixar penetrar de preconceitos raciais ou de quaisquer ideologias.(1976, p.83)

Ele afirma que reduzir a questão do negro a um problema de classe social, é simplificá-la demasiadamente com o risco de obscurecer a inteligibilidade das relações entre negros e brancos e a cair num truísmo, segundo o qual a estrutura de classes condiciona de algum modo o estigma negro – ou de uma minoria qualquer, seja de tal ordem que dispense a consideração comparativa de outros casos de relações interétnicas, é empobrecer injustificadamente o campo de referência empírica e, por suposto, as possibilidades de construção de modelos mais abrangentes e de elaboração de teorias de maior alcance, evidentemente, mais fecundas para a implementação da pesquisa científica do que indefectíveis “ middle range theories”. (1976, p.19).

Sobre identidade étnica, o autor pontua que é contrastiva no sentido de implicar a afirmação de um frente aos outros por meio de uma diferenciação, sendo assim sua origem por oposição. Nesse sentido, a identidade étnica pode ser chamada igualmente de identidade crítica, pois denunciadora, por sua própria alienação das condições dramáticas em que se dá o contato (1985, p. 40).

Para o autor (p.5), poderemos dar conta do processo de identificação étnica se elaborarmos a noção de “ identidade contrastiva”, pois segundo ele, a essência da identidade étnica implica a afirmação de nós diante dos outros.

Para CARDOSO de OLIVEIRA (1976.p.45), o caráter constrastivo destas identidades é atributo essencial da identidade étnica. Segundo ele, a noção de etnia começa a se impor a partir dos estudos mais sistemáticos relativos à incorporação de grupos minoritários em sociedades mais amplas que lhes são envolventes.

Cardoso de Oliveira ao conceituar etnia mostra preocupação de evidenciar as relações entre classe social e etnia.

“Obviamente não se pretende resolver nenhum problema posto pelos processos de articulação social, senão colocar algumas questões como os de relação entre classe social e etnia, no intuito de chamar a atenção para o fato da irredutibilidade de uma ou de outra ainda que as aparências pudessem indicar o contrário; classes e etnia se interpenetram. Submetidos a processos

diferentes, de articulação social, podendo inclusive sobretudo a etnia ficar encoberta, invisível aos nossos olhos, porém podendo igualmente ser atribuída em contextos específicos e em situações determinadas”. OLIVEIRA.(1985, p.12).

Nesse sentido OLIVEIRA (1976, p.105) conceitua etnia como sendo um conceito relacional, uma relação, uma vez que, segundo ele, as populações nacionais transformam-se em étnicas apenas quando interagem com grupos minoritários, passando a serem orientados por ideologias étnicas (ou raciais) e investindo-se de identidades sociais contrastantes, marcados por simples etnias.

Sobre etnicidade STOLCKE (1991, p.106) pondera que o uso dos termos etnicidade e grupo étnico são usados para designarem pessoas ligadas por traços comuns é recente. Segundo a autora, o termo etnicidade ganhou uso mais generalizado no período pós-guerra em repugnância às doutrinas raciais nazistas e num sinal claro de se evitar o termo raça por muitos acadêmicos. A intenção era enfatizar que os grupos humanos eram um fenômeno histórico e cultural e não categorias de pessoas biologicamente determinadas exibindo traços hereditários comuns em termos morais e intelectuais:

“A mudança do uso de raça para etnicidade teve pelo menos duas conseqüências. De um lado, tendia a minimizar ou evitar o racismo prevalente, ou seja, discriminações e exclusões ideologicamente justificadas, como resultado de supostas deficiências morais ou intelectuais realmente existentes e, portanto, hereditárias. Por outro lado, a ‘raça’, sendo relegada ao reino da natureza, em contraste com a ‘eticidade’, compreendida como identidade cultural, era paradoxalmente reificada como distinto”. (STOLCKE1991, p.107).

Interessante também é o ponto de vista de BRANDÃO (1975) ao afirmar que o uso do termo grupos étnicos permitira começar a desenvolver enfoques e modelos renovadores:

“A identidade étnica não corresponde a uma vaga ordem de representação de conhecimentos e valores de qualificação de

etnias. Ela é, concretamente, um foco gerador de critérios de reconhecimento e das pautas de relacionamentos interétnica. A partir daí, possui duas características cuja investigação é oportuna em qualquer estudo sobre o assunto. A identidade étnica é essencialmente constrativa, originando-se ou alterando-se no contato interétnico, como uma forma de consciência de oposição e um 'outro grupo' segundo valores de adscrição etnicamente diferenciadores. Torna-se evidente, portanto, que os sujeitos 'um dos grupos' estabelecem valores para si próprios através do contraste com os que são atribuídos por eles aos integrantes do 'outro grupo'. BRANDÃO (1975, p.19).

Sumariando, podemos dizer que os estudos sobre o negro no Brasil fizeram um percurso que saiu da pressuposição da sua inferioridade à afirmação de uma especificidade. Nossa hipótese é de que ao realizarem pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil, os pesquisadores têm que lidar com essas e outras diferentes visões de situação do negro brasileiro e, em última instância, suas propostas/sugestões certamente influenciarão a educação do negro brasileiro.

3- ABDIAS NASCIMENTO, "O NEGRO REVOLTADO"

Em nossa leitura acerca das interpretações sobre o negro presentes no pensamento brasileiro esbarramos na interpretação de dois autores¹ que a despeito de não figurarem em alguns balanços do pensamento sociológico brasileiro são pessoas que conseguem divergir das principais leituras sobre o negro brasileiro até agora apresentados: Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos.

Até o presente momento apresentamos quatro linhas paradigmáticas dos estudos sobre o negro no Brasil: uma primeira localizada historicamente no final do século XIX e início do século XX e que entre as postulações

¹Entre outros também podemos mencionar a obra de Clovis Moura que não será explorado nesta pesquisa, mas que representa uma visão consistente sobre a situação do negro no Brasil.

esdrúxulas dos seus representantes está a pressuposições da “inferioridade” do negro cultural e biologicamente e que dentre as propostas implícitas nessa forma de pensar estão a sua eliminação tanto física quanto cultural, seja através da assimilação, seja por vias do branqueamento concretizado pela miscigenação.

Uma segunda interpretação do negro no pensamento social brasileiro teve maior expressão nos anos 30 e 40 do século XX e presumia principalmente nosso suposto padrão harmônico das relações raciais que teria como prova outra suposição que seria o caráter eminentemente doce das relações estabelecidas entre senhores e escravos no período escravocrata. Essas leituras são assumidas por alguns pesquisadores do projeto UNESCO principalmente por aqueles que realizaram pesquisa no Nordeste do país nos anos 50 do século XX concluindo quase sempre que o Brasil é uma sociedade multirracial de classes.

Outra leitura sobre as relações raciais vai passar a se fazer presente no pensamento social brasileiro a partir da realização de pesquisas patrocinadas pela UNESCO, principalmente pela leitura feita pelos pesquisadores da escola paulista e seus discípulos, cuja principal argumentação é de que o passado escravista tem um peso na situação do negro na atualidade.

Contra todas essas leituras surge no final dos anos 70 uma outra leitura liderada por Hasenbalg afirmando a intencionalidade de se reduzir as questões do negro brasileiro à estrutura de classe. Simultaneamente se percebe a valorização das especificidades da situação do negro brasileiro recorrendo aos conceitos de identidade étnica e etnicidade.

Ao nosso ver podemos perceber um avanço na interpretação sobre a situação do negro brasileiro, mas por outro lado não podemos desconsiderar que são leituras que fazem referências aos negros ou com certo distanciamento ou engessadas por categorias teóricas que acabam se tornando mais importantes que a própria condição de vida da população negra. Sendo assim, uns pecam por desconsiderar o contexto histórico e atribuírem com muita dose de preconceito o fardo da situação do negro e ele mesmo; por outro lado, outros romantizam o contexto histórico tornando cor-de-rosa tanto a escravidão como as relações raciais após a escravidão. Outros, todavia ao tentar mostrar a importância do contexto histórico-social recorrem aos esquemas teóricos que subtraem a vida concreta do negro brasileiro.

Tanto para Abdias como para Guerreiro Ramos o elemento mais importante em qualquer estudo sobre o negro deve se ele mesmo. Assim, partindo de uma postura voltada para o negro nas suas condições reais, estes dois autores criticam os estudos sobre o negro e suas filiações teóricas argumentando que estas preocupações subtraem do centro das investigações a vida concreta do negro, quando não vêm carregadas de preconceitos transformando os negros em “coisas exóticas”.

Abdias Nascimento (1980,p.59) mostra que o esquema de relações de raça no país buscava na supremacia do descendente branco-europeu que se auto-constituiu numa pretensa elite, um supremacismo tão bem estruturado a ponto de ter podido permanecer livre de um desafio radical durante todas as transformações sócio-políticas pelas quais tem passado a nação. Para ele a idéia de democracia racial é intencionalmente usada para desmobilizar os negros.

“Mesmo sendo hoje um *slogan* bastante desmoralizado a ‘democracia racial’ ainda é invocada para silenciar os negros, significando, portanto ainda opressão individual e coletiva do afro-brasileiro, degradação e proscricção da sua herança cultural. Este *slogan* traduz a insensível e cruel exploração praticada contra os negros por todas as setores e classes da sociedade branco/brancóide, quer se trate de ricos e pobres ou de remediados nosso país desenvolveu uma cultura baseada em valores racistas, institucionalizando uma situação de características patológicas; a patologia da brancura. Sociologicamente falando, esta moldura e conteúdo de interação racial se chama simplesmente de genocídio, tanto na forma quanto na prática”. NASCIMENTO (1980, p.69).

Para Abdias Nascimento (1980, p.87-88), a miscigenação na forma como tem sido teorizada e imposta, tem meramente cumprindo o papel de instrumento genocida, de conseqüências feitas para os destinos das etnias afro-brasileiras.

“Com tais ingredientes foi que o Brasil instituiu, baseado no racismo original da escravização dos africanos, uma cultura brasileira racista. Um psicorracismo estrutural que só poderá ser eficazmente enfrentado e vencido quando os afro-brasileiros se organizarem fortemente em instituições negras, em todos os

aspectos: econômicos, educativos, culturais, mas principalmente organizações políticas. NASCIMENTO (1980, p.118).

O autor faz uma crítica às interpretações sobre o negro brasileiro de corte marxista afirmando que sob essa leitura o negro para ser aceito como homem precisa trocar sua cara negra por uma de classe oprimida, “sem cor”. Para ele a discussão freqüente de que se os problemas do negro brasileiro são de raça ou se são de classe tem que ser visualizada como mais uma estratégia para minimizar e desmoralizar os negros brasileiros.

“Este é o discurso clássico das academias brancas (e de uns poucos negros ideologizados por eles quando se desejam diluir a significação do racismo no Brasil: chutá-lo para o lado como negro problema de classe, destituído de conteúdo racial”. NASCIMENTO (1980, p.214).

Nascimento tem uma conceituação de negro que consegue congrega ao mesmo tempo sua condição social, seus aspectos culturais e seus traços fenótipos.

“Nada temos a ver com a palavra negro em rigor biológico, de raça pura. Nosso negro se movimenta culturalmente em termos de história. Por isso mesmo, está consciente de que apesar de cientificamente desmoralizado o conceito de raça, na vida diária e concreta, desgraçadamente, o negro – e suas manifestações culturais e artísticas, sua promoção social e econômica –sofre constantes, limitações e injúrias por causa da coloração epidérmica e da diferença da sua herança espiritual”. NASCIMENTO (1980, p.134).

Em suas críticas aos estudiosos das relações raciais no Brasil o autor considera revoltantes as atitudes de certos “estudiosos” de nossas relações raciais que ainda hoje falam desses episódios em termos de sucessos positivos no encontro brasileiros entre pretos e brancos. NASCIMENTO (1980, p.241).

“Tal ‘ ciência’ em geral usa o afro-brasileiro e o africano como mero material de pesquisa, dissociado de sua humanidade, omitindo sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural do negro brasileiro. São estudos de vida curta, em geral considerando os povos africanos e negros como ‘ interessantes, e/ou ‘ curiosos, tais ‘ estudos’ vêem o negro apenas na dimensão imobilizada de objeto, verdadeira ‘múmia’ de laboratório. NASCIMENTO (1980, p.70-71).

Colocando-se como negro, o autor pondera que não pode se excluir numa ginástica teórica imparcial e descomprometida, o autor afirma.

“Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considerar-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo o contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade”. NASCIMENTO (2002, p.79).

Em se tratando da classificação do negro brasileiro, ele afirma recusar-se a discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil, pois estas definições designam os brasileiros ora por sua marca (aparência) ora por sua origem (raça/etnia). Para NASCIMENTO,

“Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como fenótipo ou genótipo, pode negar o fato concreto de que o Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de uma homem de cor, isto é, aquele assim chamado descendente de africano escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele”. NASCIMENTO (2002,p.80).

Sobre a miscigenação o autor também tem uma visão crítica. Para ele, por exemplo, a tão proclamado tendência dos brancos no Brasil para o intercasamento com negros permanece uma ficção. A miscigenação é encarada como mais um mecanismo de dominação.

“Para a solução deste grande problema –a ameaça da ‘mancha negra’ já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem- de-cor, o fusco, assim por diante, mencionados anteriormente. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou com prática normal ao longo das gerações”. NASCIMENTO (2002,p.1113).

Para ele o que é esquecido quando se analisa a miscigenação é a dominação dos senhores sobre as escravas.

“O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O ‘problema’ seria resolvido pela eliminação da população de ascendência africana. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país”. NASCIMENTO (1980,p.114).

Nesse processo o mulato também se transforma em um mero instrumento das elites dominantes.

(...) situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-de-mato, feitor, e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa ‘democracia racial’. Nele se concentram as esperanças de conjurar a ‘ameaça racial’ representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como primeiro degrau na escala da

branquidade sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação de raça negra no Brasil. NASCIMENTO (2002, p.113).

Sobre a situação do negro na sociedade brasileira o autor visualiza.

“Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeira. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “ não-racial’ ou ‘puramente social e econômica” são chavões que repetem e racionalizões basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. NASCIMENTO (2002,p.131).

Ele pondera sobre a desvalorização das manifestações culturais de matriz africanas afirmando que há quem se intitule cientista social e passe à sociedade brasileira atestados de ‘tolerância’, benevolência, democracia racial’ e outras qualificações virtuosas dignas de elogios. Certo: que os serviços da ideologia dominante continuem exercendo sua perversão da realidade NASCIMENTO (2002,p.159).

“Há tendências entre certos estudiosos e ‘ cientistas’ de rotular o candomblé como ‘ fetichismo, magia negra, superstição, animismo, e outras pejoratividades idênticas (...) é a linguagem de quem a compreende e desdenha. Incapazes de penetrar no sistema de pensamento atrás dos rituais, tentam destruir tudo, isto com ajuda do sistema de pensamento europeu ocidental quase têm imposto através da coerção, às vezes até com o emprego da força armada, entre outros recursos, o que significa um elemento de veras subversivo dentro do chamado processo

de assimilação, aculturação e do sincretismo. NASCIMENTO (2002, p.166-167).

Há de se considerar que a leitura de Abdias Nascimento acerca dos estudos sobre o negro brasileiro e em particular sobre o negro brasileiro são coerentes, uma vez que estão ancorados em uma negação da idéia de que somos uma democracia racial, uma condenação enfática dos estudos que pressupõe a inferioridade dos negros biológica e culturalmente, assim como daqueles que enxergam os negros com exotismo. O autor assume ainda que não se podem diluir os problemas dos negros brasileiros nos problemas de classe.

4- GUERREIRO RAMOS, NEGRO DESDE DENTRO

Guerreiro Ramos também pode ser considerado como um pesquisador que estuda o negro brasileiro desde dentro. Quem nos fala de sua incursão pelos estudos sobre o negro brasileiro é GONÇALVES (2003), que afirma que entre as coisas que Guerreiro ensina é que o nosso maior desafio como produtores de conhecimento do mundo acadêmico e de ciência era conseguir transformar esse mundo que, historicamente em nossa sociedade, é integralmente dominado pela elite branca.

Segundo Gonçalves (2003, p.18), vários escritos de Guerreiro refletem esse estranho sentimento de não pertença, ao se entrar em um mundo de cuja construção não se participa. Para explicar o referido sentimento, ele se servia de uma imagem tirada da sociologia de Karl Marx, segundo a qual a sociedade era composta em dois níveis; infraestrutura e superestrutura.

No primeiro nível, os negros não tinham problemas quanto à sua aceitação; nesse nível, os negros se assemelham a outros grupos étnicos. Os problemas de não-aceitação e exclusão começam para os negros, no momento que ousam entrar no mundo da superestrutura, ou seja, no mundo dos brancos, feito pelos brancos.

Segundo GONÇALVES é nesse momento que Guerreiro afirma que nós, negros, somos obrigados a conhecer a dolorosa experiência da discriminação

racial para viver no mundo acadêmico, no mundo da produção do conhecimento científico. Os negros têm de aprender a manipular os mecanismos que regulam as relações de competição estabelecidas por nossa sociedade desigual.

Para GONÇALVES (2003, p.20), a obra de Guerreiro pode ser caracterizada como uma crítica profunda em relação ao fazer das ciências sociais no Brasil. Ele condenara a antropologia e a sociologia praticada a sua época, porque no seu entender eles importavam uma ciência da Europa e dos Estados Unidos que nos viam, os negros, com lentes deformadas. A grande obra de Guerreiro Ramos foi desconstruir essa imagens sobre os negros. Guerreiro dizia incansavelmente que os problemas apontados pelos sociólogos brancos não eram especificamente um problema dos negros, mas sim um problema da civilização brasileira.

No fundo, a crítica maior de Guerreiro Ramos às ciências sociais é o fato de ela transformar os negros em “tema de estudo”, como se fôssemos de fato um “problema social”.

“O que, na realidade, indica Guerreiro Ramos era postura dos antropólogos e sociólogos brasileiros. Segundo ele, esses cientistas viam os negros no Brasil, exatamente como os seus colegas europeus e estadunidenses. Guerreiro Ramos dizia ironicamente que os sociólogos brancos brasileiros, ao pesquisarem a situações dos negros, pareciam que estavam chegando de uma viagem do exterior, pois acentuavam apenas os aspectos exóticos e pitorescas do tema raciais”. GONÇALVES (2003, p.20).

MAIO (1997) também reconhece em Guerreiro Ramos um crítico severo dos estudos elaborados pelos sociológicos brasileiros e estrangeiros envolvidos nas pesquisas patrocinadas pelo UNESCO.

Em um primeiro momento ele teria assumido uma postura de considerar que por meio da mobilidade econômica e da assimilação cultural, o negro poderia participar do mundo dos brancos e por isso desaconselhava qualquer proposta de organização política dos negros para combater o preconceito racial e propunha políticas sociais como o melhor caminho para a superação das desigualdades entre brancos e negros. Nesse sentido, a presença do Estado seria de fundamental importância.

Abdias foi o criador do TEM (Teatro Experimental do Negro) e com ele passava a enfrentar dois desafios: 1) um esforço, por meio do teatro, do preconceito, do sociodrama, do resgate da subjetividade negra, assolada pelos recalques produzidos pela escravidão e pela exclusão do processo de modernização capitalista; 2) a formação de uma *intelligentzia* negra que pudesse junto com as elites brancas superar o descompasso existente entre a simbólica condição de cidadão livre adquirida pelo negro após a abolição e sua adversa situação econômica e sócio-econômica e sócio-cultural, ainda presente sessenta anos depois. RAMOS (1997, p.273).

Para MAIO (1997), a concepção de negritude de Guerreiro Ramos não se confunde com a retomada de valores africanos, mas passa pela eliminação de complexos e frustrações da população de cor. Desse modo a sua agenda política compreende a necessidade da afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado, ascensão social e econômica e constituição de uma *intelligentzia*.

SANTOS (1995, p.25) também reconhece a posição combativa de Guerreiro Ramos frente aos estudos e estudiosos sobre o negro brasileiro e, para ele, um dos grandes equívocos era a noção enlatada, biológica de raça, categoria fortemente impregnada de conotações depressivas. Ele assim se posiciona.

“Os estudos sobre o negro e a questão racial avançaram muito nos anos após a sua morte, é verdade, mas não o bastante para superar o duplo paradoxo em que Guerreiro Ramos se debateu: não há raças, mas há relações raciais; e negros é povo, mas há negritude e não povidade. SANTOS (1995,p.26).

SANTOS (1995, p.28) considera que para Ramos o negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um tipo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra.

MAIO (1996), analisando o pensamento de Guerreiro Ramos sobre a questão racial, afirma que este inicialmente é influenciado pela sociologia americana, especialmente a de Donald Pierson e por isso considerava que o preconceito étnico no Brasil seria mais econômico e cultural do que racial. Porém a partir do

engajamento no TEN o sociólogo começa a considerar que o “problema” do negro deveria ser visto a partir das diferenças regionais, de classe e de divisão rural/urbano. Aponta a extensão de uma “psicologia diferencial do negro brasileiro”, advindo de um “forte ressentimento” do negro das “classes inferiores” com relação a negros de “elevada categoria social”. Para ele, neste momento então segundo MAIO (1990, p.182), o preconceito em relação ao negro seria de cor e não de raça e que não haveria uma linha de casta no Brasil, por isso a crítica à valorização das sobrevivências africanas”.

Segundo o autor, a agenda política de Ramos era composta pelos seguintes tópicos: afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado, ascensão social e econômica, constituição de uma *intelligenza*.

“Na visão da sociologia, o Brasil deveria liberar a política de democracia racial em escala mundial pois seria o único país a oferecer, em escala matéria de relações raciais, uma solução adequada. Os negros no Brasil gozariam formalmente dos mesmos direitos políticos que os brancos, embora esses direitos não fossem exercidos em sua plenitude devido á desigualdade na distribuição de bens econômicos e culturais”. MAIO (1996, p.183).

A partir dos anos 50 começa a fazer uma crítica às ciências sociais, entre elas aos estudos sobre o negro e, segundo MAIO (1996, p.189)

“A identificação dos limites da democracia racial no Brasil e a proposta de que os negros fizessem uma sociologia a partir de sua própria experiência converge para uma segunda linha de reflexão de Guerreiro sobre o ‘problema do negro’. Esta reflexão contemplaria os estreitos vínculos entre relações raciais, desenvolvimento e identidade nacional”. MAIO (1996,p.189).

De fato, RAMOS (1995, p.37-49) faz crítica aos trabalhos sociológicos no Brasil observando que eles apresentam alguns defeitos, tais como: simetria e sincretismo; dogmatismo e alienação. Entre estes trabalhos ele situa a produção sobre o negro.

Para RAMOS (1995, p.42), nossa socioantropologia do negro está viciada por um tratamento alienado ao tema. O negro no Brasil, cuja matriz demográfica mais importante é o contingente corado, tem sido visto como algo estranho ou exótico na comunidade, o que só se explica na base de um equivocado etnocentrismo.

Um dos autores criticados por ele é Nina Rodrigues para o qual sua obra sobre o negro é caracterizada como sendo um ato de fé na santidade e veracidade da ciência social européia.

Segundo o autor o negro tem sido estudado no Brasil a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. Para ele nesse campo do ponto de vista da atitude e da óptica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros.

“De modo geral, a antropologia européia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começa fazendo dos povos ‘ primitivos’ o seu material de estudo. Entre outros, a noção de raça assinalou, durante muito tempo, as impregnadas de conotações depressivas, elaboram-se no Brasil alguns trabalhos considerados representativos de nossa antropologia, entre os quais incluem principalmente os de Nina Rodrigues e Raça Assimilação de Oliveira Vianna”.RAMOS (1995,p.165).

Por outro lado o autor afirma (p.166) que conceitos igualmente equivocados como o de raça tornam-se balisares no trabalho antropológico, entre eles, os de estrutura social, o de aculturação, o de mudança social, os quais supõem uma concepção quietista do sociedade e, assim, contribuem para a aculturação, da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países desenvolvidos.

“O significado quietista, e imperialista desta tendência antropológica é perceptível ainda mais nos refolhos das noções de

aculturação e mudança social. A aculturação supõe o valor mais de uma cultura em face de outra, do mesmo modo como a superioridade de outras raças em face de outros, suposta pela antropologia racista”. RAMOS (1995, p.166).

Nessa sua crítica aos estudos sobre o negro brasileiro, RAMOS (1995,p.197) afirma que o problema é colocado em termos de cultura e estima-se como positivo o processo de aculturação. Aculturação supõe uma espécie de defesa da brancura cultural, supõe o conceito de superioridade intrínseca do padrão estético social de origem européia. Assim,

“Os ipigonos de nossa sociantropologia do negro, desde Nina Rodrigues, glosam aqui, as atitudes (principalmente as atitudes) e as categorias dos estudiosos europeus e norte-americanos em face do assunto. Inicialmente Nina Rodrigues e Oscar Freyre, os modelos foram europeus, a partir de Arthur Ramos, até esta data, passam a ser preponderantemente inspirados em livros norte-americanos. Assim, em princípio, o contingente negro foi visto como raça inferior a ser erradicada do meio nacional. Desde 1934, porém os estudiosos passavam a distinguir raça e cultura e se orientavam, predominantemente, conforme o sistema de referência em que são capitais as noções de ‘aculturação’, ‘homem marginal’, o para conceitual ‘raça-classe’ e, ultimamente a categoria ecológica de ‘área’, e a de ‘estrutura’, a de ‘função’. Via de regra, é escassíssimo a originalidade metodológica e conceitual dos autores de tais estudos. Há perfeita simetria entre as produções dos autores nacionais e dos estrangeiros. RAMOS (1995, p.198).

Para RAMOS (1995, p.200-201) no Brasil há, de um lado, um “problema do negro” tal como é colocado pelos profissionais da sociologia e, de outro lado, um problema do negro, tal como é efetivamente vivido. Para ele a sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, a luz da perspectiva em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor e, como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país.

Torna-se importante reter que, diferentemente de outros teóricos, Guerreiro Ramos não tinha uma preocupação de encaixar o estudo do negro em esquemas teóricos, por mais avançados e abrangentes que fossem. Para ele era

importante considerar a necessidade de examinar o tema as relações de raça no Brasil dentro de uma posição de autenticidade étnica, daí a necessidade de libertar-se de posturas alienadas e consulares. Para ele *“no que diz respeito às relações de raça, a sociologia no Brasil, para ganhar em autenticidade, terá de libertar-se de uma postura alienada ou consular, que a tem marcado e partir, na análise dos fatos, da assunção de Brasil.* RAMOS (1995, p.201).

“Há o tema do negro e a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós objeto de escarpelação perpetuada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro, vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitindo as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro tema; outra, o negro-vida. RAMOS (1995, p.215).

Concordamos com RAMOS (1995, p.216) que é preciso superar esta postura dominante até então de investigar o negro como uma coisa a ser examinada, olhada, vista, ora como ser “mumificado”, ora como algo “curioso”, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

Chamamos atenção para o que diz CHEPTULIN (1982, p.287)

“Com efeito, o singular não existe em si mesmo independente do geral, mas unicamente em ligação orgânica, em unidade com o geral; não há fenômeno, ou forma sem conteúdo; cada forma possui um conteúdo; cada conteúdo, uma forma, portanto, o conteúdo e a forma existem sempre em ligação indissolúvel”. (CHEPTULIN, 1982,287).

Isso significa que qualquer visão que responsabilizar o negro totalmente por sua condição na sociedade brasileira é reducionista. Por outro lado, subtrair o preconceito e as discriminações dessa realidade responsabilizando tão somente as modificações nos modos de produção da vida material também se configura um reducionismo. Entendamos o que afirma RAMOS.

“O negro-vida é, entretanto, algo que não deixa imobilizar; e despitador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se

pode dar a versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. RAMOS (1995,p.216).

Nesta tese a postura assumida é com o negro vida, desde dentro procura-se, portanto transcender a preocupação com ortodoxias teóricas e preocupa-se em dar voz aos autênticos interessados com as questões do negro no Brasil. Não estamos aqui apregoando que os estudos sobre o negro devem ficar fora do campo da ciência, estamos ponderando que qualquer estudo que desconsidera os problemas vividos pelos negros em favor de quaisquer outros elementos é reducionista. Estamos partindo da premissa que

“Trata-se de que até hoje, o negro tem sido um objeto de versões de cuja elaboração não participa. Em todas estas visões se reflete uma perspectiva de que se exclui o negro como sujeito autêntico. Autenticidade é a palavra que por fim, deve ser escrita. Autenticidade para o negro significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprima de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram, e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro na visão de seus “amigos profissionais” e dos que, mesmo de boa fé, o vêem de fora, é uma coisa. Outra é o negro desde dentro”. RAMOS (1966, p.134-135).

As preocupações desta tese se coadunam com as de BARBOSA (1998, p.76) que não compreende a atitude daquele professor de pós-graduação que, como guardião de ciência (para ele dono da ciência) reage ferozmente a um projeto de pesquisa numa perspectiva diferente da sua e, portanto, charlatã, não ciência. Coadunam-se também com a perplexidade desse mesmo autor (p.81) ao não entender como nós, estudantes e profissionais intelectuais, que aprofundam religiosamente e alienadamente nosso conhecimento e lemos sôfregos e ansiosos livros e mais livros, e conseguimos permanecer os mesmos sem alterar (no sentido de rever) a própria visão do mundo, sobre nós mesmos, sobre a relação entre homens e do homem com a natureza. Em síntese “*consideramos que “a melhor maneira de fazer ciência é a partir*

da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade”.
RAMOS (1995,p.103).

CAPÍTULO V

AS PESQUISAS SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

1- OS AUTORES.

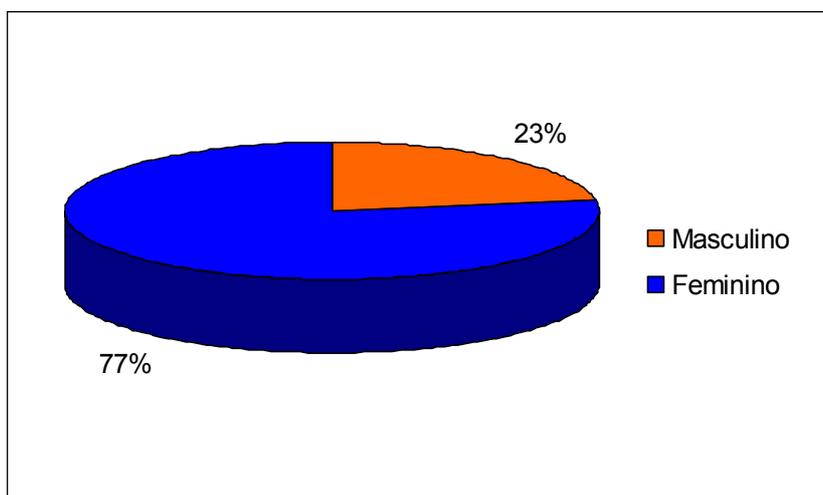
Neste capítulo nosso objetivo maior é identificar a proposta educacional /pedagógica dos pesquisadores com relação à temática o negro e a educação e saber a abrangência do entendimento de negro, relações raciais e educação subsidiam esta proposta. No trabalho são consideradas pesquisas sobre o negro e educação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre docência que discutem fatores que se relacionem com a educação em seu sentido amplo e *strictu*, ou seja, são consideradas as pesquisas que tratam da educação de forma geral daqueles identificados como: pretos, não-brancos, afro-brasileiros, afrodescendentes, etnia negra ou qualquer outra denominação que se refira à população brasileira descendente de africanos que aqui foram escravizados. Outro elemento que deve ser considerado é que algumas pesquisas fazem uma associação da questão racial com outras temáticas, tais como classe e gênero que, portanto foram incluídas em nosso universo de pesquisa.

Como mencionamos na introdução, construímos uma ficha especialmente para coletar os dados da pesquisa centrada em quatro itens: 1) Autor – onde objetiva traçar o perfil do autor em relação ao grupo racial e ao sexo – 2) Pesquisa – nesse item busca-se identificar instituição, nível, órgão financiador, área de conhecimentos, ano de conclusão, campo de pesquisa – 3) Concepções -buscamos compreender quais são as concepções de negro, relações raciais e educação presentes nos trabalhos – 4) Propostas – nesse item nosso interesse é saber quais os encaminhamentos sugeridos/propostos pelos autores para solucionar os problemas enfrentados pela população negra no sistema educacional.

Primeiramente classificamos os autores por sexo, informação retirada basicamente a partir do nome do autor¹. Os dados mostraram que a maioria das pesquisas foram realizadas por mulheres, essa situação ao nosso ver vem confirmar que a área da educação tem-se constituído historicamente um campo de predominância feminina.

¹ Analisamos 101 pesquisas (de um total de 105 encontradas). Quatro pesquisas não foram localizadas nas instituições onde foram produzidas e a justificativa é de estarem desaparecidas. Dos pesquisadores 9 fizeram pesquisa no mestrado e doutorado, por isso os dados se referem a 101 pesquisas e a 92 pesquisadores.

Gráfico I – Distribuição dos pesquisadores por sexo.



Outro elemento que procuramos averiguar é se seus autores faziam alusão ao grupo racial a que pertenciam. Para tanto, buscamos esta informação a partir do registro dos pesquisadores no decorrer dos textos. O questionamento sobre o grupo racial do pesquisador que trabalha a o negro e a educação foi colocado porque em nossa experiência como pesquisadora negra, que trabalha com a temática, bem como nossa presença em discussões sobre o assunto (congressos, seminários, encontros) tornou possível perceber que há uma preocupação/participação maior de pessoas que classificamos como negras; no entanto, nas pesquisas sobre o negro e a educação, a maioria dos autores não se classificaram racialmente. Veja o quadro abaixo.

Quadro I-Distribuição dos pesquisadores por grupo racial.

Grupo racial	Porcentagem
Não mencionam o grupo racial.	59,0%
Negros	31,5%
Mestiços	5,4%
Afrodescendentes	2,1%
Branco	2,1%
Total	100%

Os dados nos revelam que 39% dos pesquisadores que trabalham com temática o negro e a educação ou são negros ou afro-descendentes. Considerando-se as dificuldades que o negro brasileiro enfrenta para chegar a uma pós-graduação, os dados nos levam a concluir que há uma preocupação com a situação do negro brasileiro daqueles que conseguiram ingressar e produzirem conhecimento a seu respeito. Aliás, a nossa suspeita é de que esse número seja bem mais expressivo, porém a coerção de esquemas teóricos que buscam assumir uma posição de neutralidade, um não envolvimento talvez intimide estes pesquisadores de se identificarem, de colocar-se e serem acusados de militantes, panfletários ou ressentidos coisa comum que nós, pesquisadores negros, estamos acostumados a ouvir quando nos propomos a pesquisar e a falar sobre nossa situação na sociedade brasileira.

Cabe-nos confessar que esta era uma questão fechada em nossa ficha e não esperávamos retirar dela nada mais do que a simples informação de quantos pesquisadores se auto-classificaram como negros. Entretanto, quando os pesquisadores se identificavam sobressaltava-nos algo que só conseguimos captar depois da leitura de mais da metade das pesquisas, fato que nos impulsionou a reler todas elas para poder desvendar o que significa ser pesquisador negro e trabalhar com a temática negro e a educação.

OS PESQUISADORES QUE SE AUTO-CLASSIFICARAM COMO BRANCOS

Como demonstramos no Quadro I somente 2,1% dos pesquisadores se classificaram como brancos e ao buscarmos os discursos destes pesquisadores ficou claro que, para eles, mencionar esta condição era necessário, uma vez que esta poderia significar a possibilidade de interferir nas análises ou por questionarem o entendimento de que o problema das relações raciais como uma questão restrita à população negra. Veja abaixo um trecho de um pesquisador, que parece atribuir à sua condição branca a possibilidade de interferir em suas análises:

“Para finalizarmos colocamos que, embora tenhamos a todo tempo buscado a objetividade, não descartamos a hipótese de que o lugar de onde falamos e a nossa cor branca em algum

momento (sem que tenhamos percebido) possa ter influenciado nossas análises”.(DUARTE, 1997, p.8).

Situação semelhante é a do pesquisador abaixo, que nos mostra que sua condição apareceu no decorrer da pesquisa, mas que não partilha da idéia de que o racismo seja “problema dos negros”.

“Segundo essa preocupação, aventurou-se a refletir sobre a principal questão com a qual me deparei nesse estudo: por que uma pesquisadora branca estudando políticas de ações afirmativas para a população negra? Essa pergunta, feita de forma explícita ou não, por aqueles com quem tive contato, atribui-me uma cor branca, por si diferente da negra. As implicações dessa distinção, de maneira geral pouco usual no Brasil e só aparentemente óbvia, foram se desenvolvendo em diversos momentos da pesquisa, através de cursos e leituras realizadas, dos depoimentos recolhidos, da observação de reuniões e participação em debates. Mas talvez a mais importante delas seja a definição racial e a polarização entre branco-negro sejam um dos aspectos chave para a compreensão das relações raciais no Brasil da estratégia do Movimento negro na sua dimensão diferencialista (...) Nesse trabalho, não quero me tornar negra, não busco uma identidade negra ou raízes africanas, nem sou do Movimento negro. No entanto, isso não quer dizer que entendo o racismo como um (problema dos negros, como ouvi, quando estes são identificados como seus principais vítimas no Brasil)”. (MOEHLECCKE 2004, p.11).

A validade de mencionar esse trecho é que entre outros existe a acusação de nós, pesquisadores, sobre a temática o negro e a educação nos fecharmos em guetos. Vale também para mostrar que não podemos concordar com a posição reducionista de que relações entre negros no Brasil seja um problema que deve ser enfrentado somente pelos negros. Temos que considerar que este é um problema nacional, gestado e que passa pela definição do Brasil enquanto nação e sua solução passa também pela desconstrução e reconstrução da idéia de país que somos.

OS PESQUISADORES QUE SE AUTO-CLASSIFICARAM COMO MESTIÇOS

Os pesquisadores que se auto-classificaram como mestiços representam 5,4% dos pesquisadores e para alguns o estudo representou a possibilidade de se descobrirem enquanto identidade.

“Nesse espaço de convivência há muitos modos de ser e de não querer ser negro. Todos esses casos me proporcionam reflexões acerca da minha identidade como pessoa, como sujeito social, como profissional e como mestiça. De modo especial, tem sido marcante na constituição identitária de uma professora que não consegue mais fechar os olhos ou ficar indiferente às necessidades de problematizar sobre as relações étnicas no espaço educativo. Por isso, não posso deixar de me reportar ao movimento negro como referencial marcante no meu processo de construção identitária”. (BARROS 2001, p.122).

O trecho abaixo deixa claro como os pesquisadores, por serem mestiços, não estão livres de vivenciar os conflitos das relações raciais brasileiras.

“(...) realizar um diálogo como minha própria história, com meu pai negro-pobre, trabalhador desde os 8 anos de idade que, aos 39 anos, se foi, faleceu o meu grande educador; irreverente, não se subordinou no trabalho, bruto-manso, amável; indesejado ao casar-se com a minha mãe, pela minha avó materna, sua filha não deveria casar-se com um negro. É como se o nosso diálogo tivesse se interrompido, se encerrado. É como se ele continuasse vivo dentro de mim, inscrito profundamente em determinados sentimentos.” (SANTANA 2000, p.11).

É demonstrativo também que esses pesquisadores que trabalharam com a temática sofreram por não entender à primeira vista as sutilezas das relações raciais, como mostra o trecho abaixo.

“Era uma vez uma menina mestiça que morava num país mestiço. Apesar de morar neste país onde todos tinham alguma gota de sangue africano ou indígena por causa do tráfico de escravos e da miscigenação entre os portugueses colonizados, os índios nativos e os negros, essa menina não entendia direito seu lugar na sociedade. Isto porque em algumas situações ela era considerada negra e em outra era considerada branca. Nascida de um casamento misto – seu pai era mulato, filho de negro com índia, e sua mãe era filha de imigrante italiano com uma mestiça aparentemente branca – ela era parecida como o pai, entre os irmãos, era de pele mais clara.”(SILVA 1992, p.14).

Pode ser também resultado de uma vivência de percepções de processos discriminatórios, o que fica claro no trecho abaixo.

“Falo principalmente de minha incômoda (ou seria polêmica a expressão mais correta) situação de mestiça. Voltaram-me certas questões de identidade, criadas até mesma pela expressão ‘ cor parda’ que figura em minha certidão de nascimento. O que seria uma mestiça, ou morena como sou chamada, uma branca, uma negra? O incômodo de perceber que justamente um ‘moreno’ ou ‘mestiço’, quando ele tem pele mais clara, que contribui (não tendo obviamente responsabilidade quanto a isso para invisibilizar o negro reafirmando a pretensa hegemonia branca). O mestiço é ele a própria negritude no branqueamento e o branqueamento na negritude.”(OLIVEIRA, I 2001, p.224).

Os discursos mostram que autores que se declararam mestiços percebem sua origem negra, se identificam profundamente com sua ascendência africana e partilham da mesma problemática a que os negros estão sujeitos neste país e por isso se fizeram produtores de conhecimento sobre o negro, escaparam assim da armadilha do racismo brasileiro que, numa negação explícita da negritude, empurra o contingente de afrodescendentes para o lado branco (para branquearem-se).

OS PESQUISADORES QUE SE AUTO-CLASSIFICARAM COMO AFRO-DESCENDENTES

Classificaram-se como afrodescendentes 2,1% dos pesquisadores, e o seu discurso define claramente uma identificação como descendentes de africanos, que aqui foram escravizados, e que por isso como estes se vêem rejeitados.

“Desde criança, carrego comigo a consciência de ser uma mulher afrodescendente, que traz no corpo, as marcas de uma herança genética e ancestral. Aprendi, desde cedo, que os laços familiares são tão fortes que permaneceram atados durante toda a vida e mesmo após a morte, quando se passa à condição ancestral” (OLIVEIRA, K 2001, p.6).

Fica nítido que a condição de afro descendentes torna-se mola propulsora para estas investigações, como fica explícito no trecho abaixo.

“Nosso interesse pela problemática afrodescendente desenvolveu-se a partir de experiências constituintes da multiplicidade identitária que nos compõe como sujeitos sociais singulares e plurais, na vivência dos diversos papéis que historicamente vão compondo a nossa existência (...). A primeira dessas experiências, é minha própria trajetória enquanto mulher, aluna, professora, membro familiar, que desde a infância tem sido marcada pela vivência das possibilidades de identidades afrodescendentes, atravessa pelas peculiaridades de que cedo me foi permitido perceber que nas questões referentes à identidade étnica, alguma singularidade me diferenciava das crianças consideradas brancas. Parecia que as incertezas expressas e as constantes perguntas sobre quem sou eu era falta de auto de confiança se faziam fortes entre os afrodescendentes, entrelaçando-se com contínuos reforços negativos que recebíamos para essa fragilização existencial (...). No entanto, essas categorias circundavam todas as relações que vivenciávamos, seja a referência à *'barriga ruím'* de nossa mãe por não termos nos passado a pele e os olhos claros e o cabelo *'bom'* semelhante ao dela ou na atribuição de apelidos relacionados a forma, a do cabelo, ao nariz e a cor. Lembro-me de, aos sete anos, ter ficado dias sem querer sair para brincar para evitar o filho do vizinho que, ressentido comigo, tinha me

apelidado de ‘ negra preta do cabelo de farofa’. (LIMA 2001, p.5-6).

Assim como aqueles que se classificaram como mestiços, as pessoas que se classificaram como afro descendentes conseguem perceber que os traços que sinalizam esta descendência são elementos definidores de situações de discriminação e fazem dessa condição elemento de luta no sentido de buscar através da produção de conhecimento que esclareça e possibilite a mudança.

OS PESQUISADORES QUE SE AUTO-CLASSIFICARAM COMO NEGROS

Os pesquisadores que se declaram negros em suas pesquisas representam um percentual de 31,5% destes. É interessante observar, entretanto que ao se classificarem como negros em suas pesquisas, alguns associam esta condição como elemento que interfere no processo de investigação, seja por facilitar, motivar ou dificultar a pesquisa. Temos aqueles que ao se classificarem como negros mostram a ambigüidade das relações raciais brasileiras e declaram que descobriram que são negros em determinado momento da vida. No entanto, temos aqueles pesquisadores que sempre souberam da sua condição negra, sinal de orgulho.

Buscaremos primeiramente o discurso dos pesquisadores que, ao mencionarem no trabalho que são negros, estabelecerem uma relação que deixa explícito que essa condição facilita de certa forma a investigação, seja por tornar a problemática mais visível/transparente ou mesmo por facilitar o diálogo com o grupo investigado. São exemplos os trechos abaixo.

“A constatação dessa problemática relacionada à população negra no contexto das escolas levou-nos a investigar, questionar tanto a nível pessoal quanto ao nível profissional e intelectual. Considerados alguns fatores em decorrência de sermos estudante negra, mãe de alunos, pedagoga e militante do movimento negro, esta problemática ficou mais visível provocando uma sensibilização e reflexão por nossa parte”. (GOMES 2000, p.15).

“Esta leitura da realidade escolar possui uma peculiaridade. Faço-a a partir da minha trajetória enquanto mulher negra, professora e pesquisadora que tem se deparado, ao longo desses anos de contato com o meio educacional, com a presença dos estereótipos e preconceitos em relação ao negro, ao índio e à mulher. Essa discriminação se fortalece através da omissão, distorção da história, ignorância e resistência em relação à criação de práticas alternativas que levam à mudança”. (NYAMIEN 1999, p.88).

A afirmação de que se é negro nas pesquisas apareceu algumas vezes relacionada ao fato de ser este aspecto uma motivação para fazer a pesquisa, posição que fica clara nos trechos abaixo.

“O meu interesse pelo negro começa na minha infância, quando junto ao meu avô, insistia para que me falasse dos tempos vividos na fazenda onde, já como negro livre, convivía com outros escravos (...). A profunda tristeza que acompanhava seus relatos, resgatando a vivência enquanto semi-liberto que presencia o sofrimento de uma escrava, em específico sua mãe, deixou marcas profundas em minha memória e sensibilidade”. (PINTO 1993, p.33).

“A aproximação com meu tema poderia se iniciar durante a formação profissional, ou até mesmo, quando do início de atuação como educadora. Porém, gostaria de remeter-me a um tempo ainda mais remoto; a minha infância de criança negra. A vida no cotidiano de uma escola pública, mediante resgate de minha trajetória de vida, onde re-vivo situações nem sempre agradáveis. Acredito que as ‘ marcas’ que constituem parte da minha ‘ epiderme’, frutos das experiências vivenciadas por mim, são alguns dos impulsos que me levam ao meu tema. GONÇALVES, 2004,p.2).

Como se explicita no trecho abaixo estes pesquisadores têm consciência de onde falam.

“Penso aqui como sujeito da minha própria história, com direito a vez e voz, embora ciente das inúmeras críticas a essa atitude, as quais dão conta de que o fato de pessoas negras pesquisarem sobre outras pessoas negras implicaria falta de neutralidade científica”. (REIS 2001, p.6).

Tal situação confirma-se no trecho abaixo.

“Particularmente, meu interesse por este assunto, advém da crítica ao lugar que ocupo em relação à situação de classe, raça/etnia e gênero. Como mulher, pobre e negra, muito cedo enfrentei os problemas decorrentes de uma sociedade preconceituosa e racista, que representa e trata as “minorias”, negros, mulheres e índios com descaso”. (CAVALLEIRO 1998, p.10).

Não poderíamos deixar de exemplificar a postura daqueles que localizam no fato de ser negro, elementos que dificultam a realização da investigação. É o que se pode perceber no trecho abaixo.

“Durante as entrevistas, percebi uma certa descontração das pessoas ao responder às questões iniciais do roteiro. Quando se entra na questão cor ou discriminação o comportamento mudara, parecia estarmos falando de um assunto ‘delicado ou censurado’. Alguns profissionais tentaram falar com um certo cuidado a palavra *negra*, talvez por estarem diante da pesquisadora que é negra”. (OLIVEIRA 1994, p.14).

“Os alunos negros entrevistados para esta pesquisa, com sua história, abriram, de sopetão, feridas não cicatrizadas de aprendizagem de vida que não são só minhas nem deles, mas de um povo africano marcado a ferro, imigrante forçado num país que rejeita seus filhos, principalmente através da violência simbólica. Permaneci por quase um ano com as entrevistas guardadas no meu baú; elas me doíam muito como mulher negra, mãe e educadora”. (PARÉ 2000, p.20).

Outro grupo de pesquisadores revela as peculiaridades das relações raciais no Brasil. Ao fazerem alusão à sua condição de negro, nas pesquisas trazem implícito que ser negro para eles foi algo que foi descoberto no decorrer da “vida”, como mostram os trechos retirados das pesquisas abaixo.

“A dor em descobrir-me, reconhecer-me e reformular-me como mulher negra, através do projeto acadêmico, também é motivo de orgulho e alegria no descortinamento de uma ancestralidade renegada e que agora me impulsiona para a construção do pleno exercício da cidadania que compartilho com minhas irmãs e irmãos negros (BOTELHO 2000, p.4).

“Assim, os anos setenta se constituíram nos anos mais importantes da minha vida, pois a partir do meu ‘despertar’ para o mundo, descobrindo-me parte da classe trabalhadora, uma grande transformação ocorre, em seguida comigo: lentamente, eu, que me considerava mulata, passo a sentir-me negra e torno-me militante do Movimento Negro Unificado”. (SILVA 1993, p.35).

Por outro lado, temos aqueles pesquisadores que nunca tiveram dúvidas de sua condição negra, ao contrário disso é sinal de orgulho, como nos mostra o trecho abaixo.

“Sou negra. Filha de família para a qual ser negro é questão de orgulho, e que valoriza a África, sabendo que a essência do negro brasileiro já não é só africana. De família que optou por impor-se como negra no mundo branco, e se muitas vezes deixou escapar alguma brecha, muitas outras se esforçou pra preenche-las, enegrecendo um pouco o mundo branco, o que não foi, nem é fácil, pois o branco despreza o que vem dos negros, e o homem e a mulher negros são todos melhor aceitos facilmente, se deixam assimilar embranquecer (...) Qual foi meu espanto, quando num encontro promovido por um movimento negro, em outro estado, para discutir a realidade do negro brasileiro, algumas pessoas me perguntaram: ‘Como está te sentindo’? Espantavam-se quando eu respondia: ‘Bem’. Então, vinha a pergunta: ‘Tu sabias que eras negra?’ Resposta: Desde antes de nascer, eu já sabia. A minha família todo mundo sabe, até o de tez quase branca”. (SILVA 1987, p.03-04).

Outro pesquisador tem uma posição muito semelhante à citada anteriormente, a de que ser negro não é fonte de constrangimento.

“Sou negro, filho de família para a qual ser negro não foi motivo de constrangimento, mas um referencial de resistência e luta. Família que desejou se impor como negra no mundo, tido e pretendido branco, e que, se em algumas vezes deixou-se abater, em muitas outras, explorando as brechas, procurou enegrecer um pouco o ‘mundo branco’. O que não é fácil, pois as condições estabelecidas por uma sociedade que busca formar compulsivamente uma estética de valores europeus, despreza o que vem dos negros, e só aceita o homem e a mulher negros quando são assimilados, branqueados física e culturalmente. (LOPES 2002, p.3).

Como já mencionamos no início deste tópico, nossa intenção inicial era tão somente quantificar quantos pesquisadores se definiam negros, porém no decorrer da leitura das pesquisas foi-se delineando que existem elementos significativos ao pesquisador, que trabalha com a temática o negro e a educação, diretamente relacionada como o modo pelo qual ele percebe as relações raciais. Podemos depreender pelas descrições que esses pesquisadores conseguem se libertarem da tendência de estudar o negro brasileiro como coisa, mumificado, exótica, transcendendo a preocupação com as ortodoxias teóricas e se colocam como sujeitos que procuram compreender a realidade dessas relações raciais, desde dentro, a partir deles mesmos a partir da necessidade de responder os desafios da sua realidade.

2- AS PESQUISAS

Essa parte do roteiro (ficha) da pesquisa consta de algumas indagações, tais como: região do país em que se encontra essa instituição; unidade da federação onde se localiza a instituição na qual foi realizada a pesquisa; se a mesma é pública ou privada; o nível da pesquisa (mestrado, doutorado ou livre docência); área do conhecimento; ano de conclusão; unidade da federação onde se realizaram as pesquisas; região do país onde se realizaram as pesquisas.

Procuramos apreender através das pesquisas, em que instituições (universidades) as mesmas foram produzidas e verificar a possibilidade da existência de sensibilidade (predomínio/concentração) do assunto em questão.

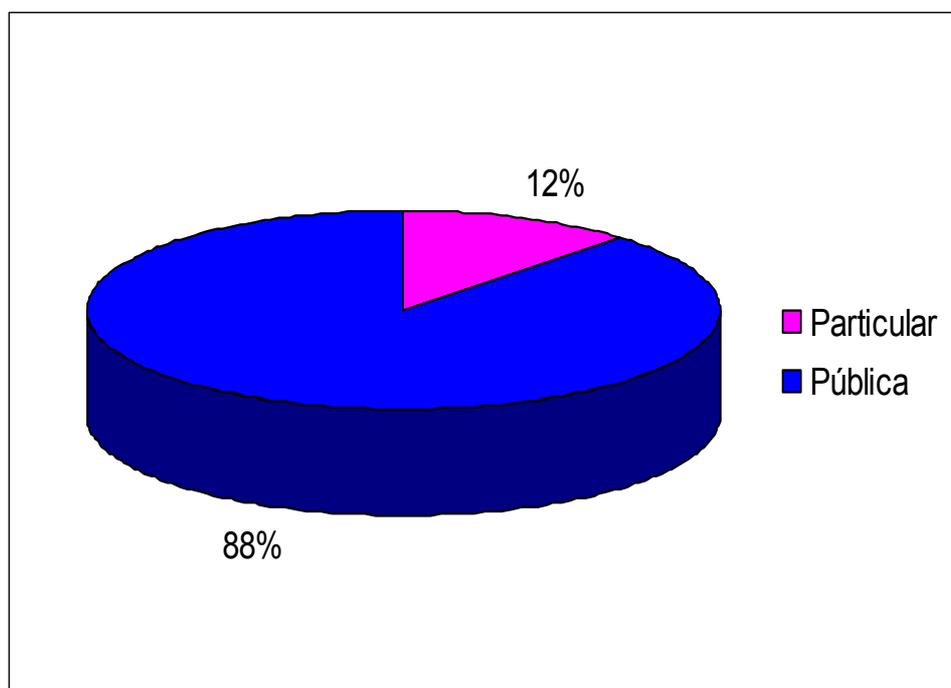
Quadro II – Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por instituições.

UNIVERSIDADE	PERCENTUAL
Universidade de São Paulo	18,8%
Universidade Federal de Minas Gerais	10,8%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9,9%
Universidade Federal da Bahia	9,9%
Universidade de Campinas	7,9%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5,9%
Universidade Federal de São Carlos	3,9%
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2,9%
Universidade Federal do Ceará	2,9%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2,9%
Universidade Federal Fluminense	1,9%
Universidade Federal do Mato Grosso	1,9%
Fundação Getúlio Vargas	1,9%
Universidade Federal de Uberlândia	1,9%
Universidade de Santa Catarina	1,9%
Universidade Federal de Santa Maria	0,9%
Universidade Metodista de Piracicaba	0,9%
Universidade Federal do Piauí	0,9%
UNISINOS	0,9%
Instituto – IUPERJ	0,9%
Universidade Federal do Paraná	0,9%
Universidade Federal da Paraíba	0,9%
Universidade de Brasília	0,9%
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.	0,9%
Universidade Estadual de São Paulo	0,9%
Universidade Federal de Pernambuco	0,9%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	0,9%
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	0,9%
Total	99,85

Enquanto instituição a Universidade de São Paulo detém o maior número de trabalhos, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais e empatadas em terceiro lugar temos a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul como mostra o quadro II.

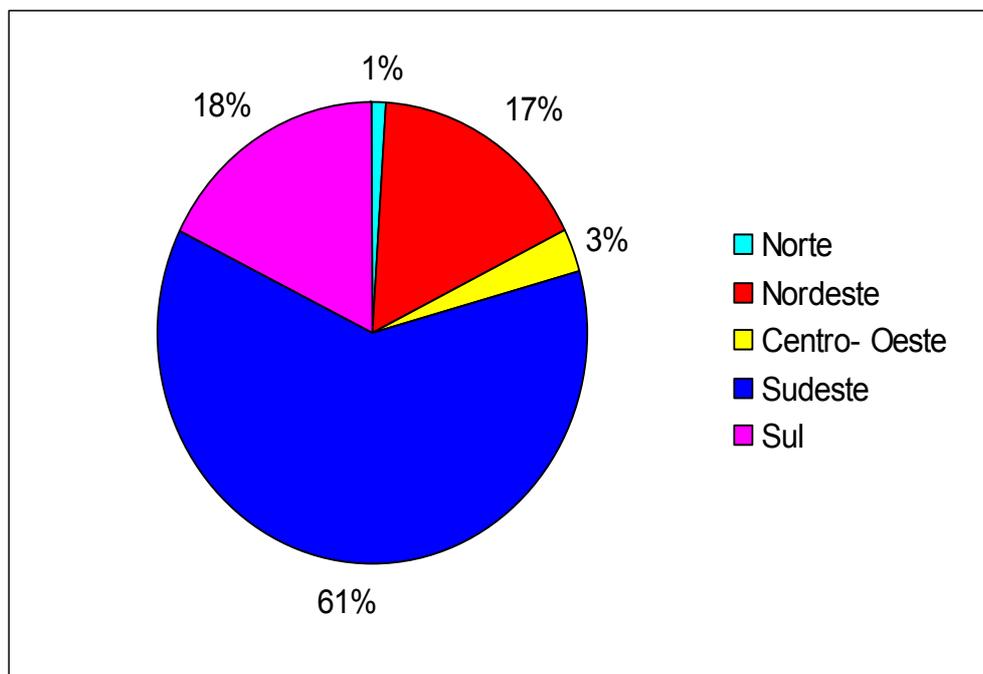
Uma outra questão que nos interessava é descobrir se existe um predomínio em relação às instituições que oportunizam pesquisas sobre o negro e a educação no tocante ao seu caráter, enquanto instituição pública ou privada. O gráfico abaixo mostra que a maioria das instituições onde se realizam pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil podem ser caracterizadas como públicas.

Gráfico II-Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por caráter da instituição.



Uma questão que se colocou nesse mapeamento foi descobrir em que região do país se concentram as pesquisas sobre o negro e a educação, na tentativa de saber se existe alguma região do país onde estas questões não foram suficientemente trabalhadas e, por outro lado, se há alguma região em que os trabalhos tenham se concentrado.

Gráfico III– Distribuição das instituições em que foram realizadas as pesquisa sobre o negro e a educação por região do país.



O dados mostraram que existe uma incidência maior da produção no Sudeste. A nossa suspeita é de que esta situação pode ser simplesmente reflexo da própria forma de configuração da pesquisa de pós-graduação no país, uma vez que os grandes centros de pesquisas estão localizados na região Sudeste.

Uma outra questão deste trabalho refere-se ao fato de identificar os estados e a região do país em que foi desenvolvida a maioria das pesquisas sobre o negro e a educação.

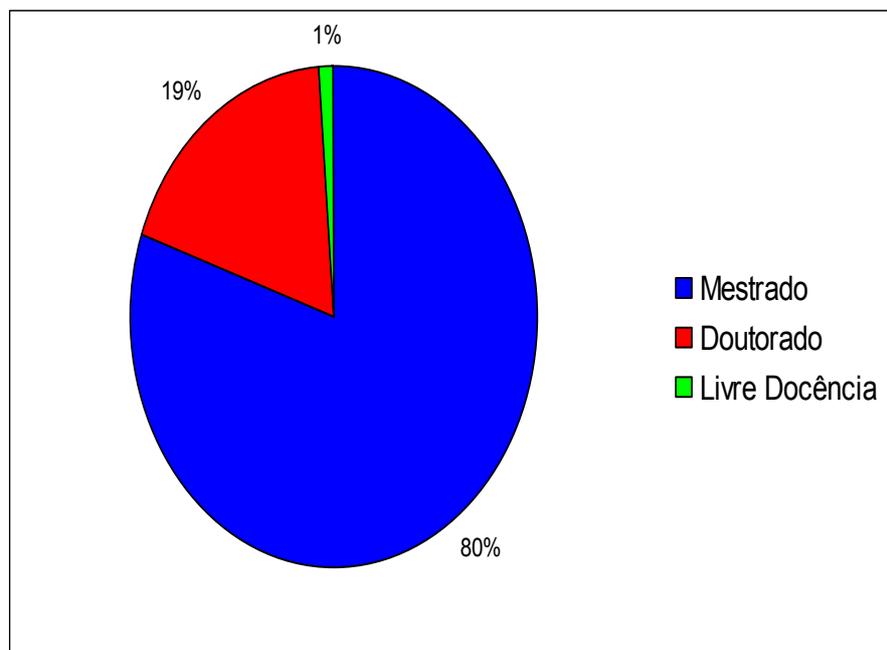
Quadro III-Distribuição das instituições onde foram realizadas pesquisas sobre o negro e a educação por Estado do país.

ESTADO	PERCENTUAL
São Paulo	39,6%
Rio Grande do Sul	14,8%
Minas Gerais	11,8%
Bahia	10,8%
Rio de Janeiro	9,9%
Ceará	2,9%
Mato Grosso	1,9%
Santa Catarina	1,9%
Piauí	0,9%
Pernambuco	0,9%
Paraná	0,9%
Paraíba	0,9%
Distrito Federal	0,9%
Mato Grosso do Sul	0,9%
Total	99

Os dados mostraram, portanto, que cabe aos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais a maior concentração de instituições que realizaram pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.

Outro dado que nos pareceu importante foi questionar se as pesquisas foram realizadas em nível de mestrado, de doutorado ou de livre docência.

Gráfico IV – Distribuição das pesquisas sobre negro e a educação por nível.



Uma de nossas preocupações consiste em saber se existe uma fonte financiadora específica para estes trabalhos. Pudemos confirmar através dos dados que a maioria dos pesquisadores não mencionam se houve algum órgão financiador, embora os trabalhos que contam com financiamento tenham sido feitos em sua maioria pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), respectivamente.

Quadro IV- Distribuição da produção sobre o negro e a educação por agência financiadora.

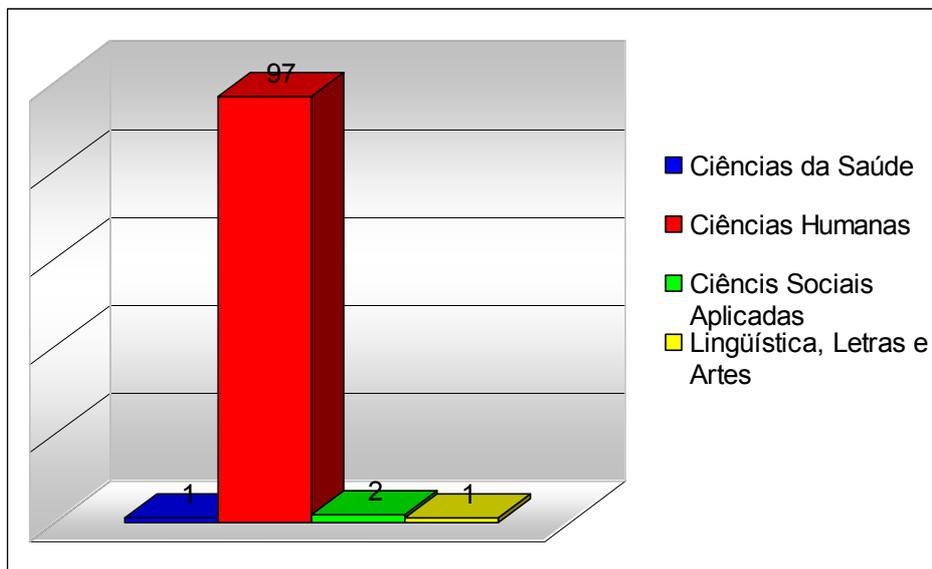
Agências²	Percentual
Não mencionaram	48,51%
CAPES	17,82%
CNPQ	15,84%
CAPES e CNPQ	4,95%
FAPESP	2,97%
PICDT/CAPES	1,98%
CNPQ/GOVERNO DA BAHIA	0,99%
INEP	0,99%
PPGAS/ANPOCS/CEAA/PENESB	0,99%
ANPED/AÇÃO EDUCATIVA/FUNDAÇÃO FORD/CNPQ	0,99%
CAPES/FAPEMIG	0,99%
INEP/CEAA	0,99%
FUNDAÇÃO FORD/ PROGRAMA A COR DA BAHIA	0,99%
Total	99%

Uma questão que nos pareceu importante foi saber as áreas do conhecimento em que estão concentradas as pesquisas que trabalham a questão do negro e da educação. Nesse questionamento recolhemos dois tipos de dados: a grande área e depois a área do conhecimento.³

² CNPQ(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos); FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo); ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Antropologia Social); PPGAS (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais); CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos); PENESB (Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira; PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica) ANPED(Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação). FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais).

³ Estamos considerando grandes áreas e áreas do conhecimento a classificação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Retiramos estas informações no dia 20/04/2004 às 9h e 40 min, disponibilizadas pelo site <http://w.w.w.capes.gov.br>

Gráfico V – Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por grandes áreas do conhecimento.



No quadro abaixo é possível visualizar a distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por área do conhecimento.

Quadro V- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por área do conhecimento .

Área do Conhecimento	Percentual
Educação	75,24%
Sociologia	5,94%
Antropologia	3,96%
Psicologia	3,96%
História	3,96%
Comunicação e Artes	1,98%
Educação Física	0,99%
Linguística	0,99%
Integração da América Latina	0,99%
Filosofia	0,99%
Outros ⁴	0,99%
Total	99,99%

⁴ Aqui está sendo considerado um trabalho de livre docência defendida na UNESP/Araraquara na Faculdade de História, Direito e Serviço Social de autoria de Irene Sales de Souza.

Dessa forma, constatamos que os dados mostraram a existência de uma concentração maior de pesquisa na área da Educação.

Outro aspecto que nos pareceu importante questionar foi o período de conclusão dos trabalhos de pesquisa⁵ com a intenção de verificar se existe uma regularidade ou mesmo aumento na produção de pesquisa sobre o negro e a educação.

Quadro VI – Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por ano de conclusão.

<i>Anos 70</i>		<i>Anos 80</i>		<i>Anos 90</i>		<i>Anos 00</i>	
75	0,99%	85	0,99%	90	1,98%	00	11,88%
77	0,99%	87	2,97%	92	3,96	01	16,83%
		88	0,99%	93	4,95	02	3,96%
				94	8,91%	03	3,96%
				95	4,95	04	0,99%
				96	11,88		
				97	7,92		
				98	2,97		
				99	7,92		
Total	1,98%		4,95%		55,44%		37,62%

Os dados mostram que existe uma tendência ao crescimento se observarmos por décadas. Tanto isto é verdade que há uma tendência de continuidade nessa década, uma vez que em quatro anos deste período já temos 37,62% da produção total.

Uma outra indagação que nos pareceu importante foi não só saber se existe algum estado ou região do país concentrando a pesquisa sobre o negro e a educação e também se existe algum estado ou região em que não se efetivaram investigações. Convém

⁵ Há trabalhos em que aparecem duas datas, uma na capa e outra na ficha catalográfica, por exemplo, nesse caso, optamos pela data que aparece mais de uma vez.

esclarecer que achamos possível haver diferenças entre a região ou estado produtor da investigação e a região/estado em que a mesma tenha se desenvolvido

Quadro VII- Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por região onde foram realizadas.

Região do país	Percentual
Sudeste	47,59%
Nordeste	20,70%
Sul	16,80%
Centro-Oeste	4,95%
Nacional⁶	3,96%
Várias⁷	3,96%
Norte	0,99%%
Internacional⁸	0,99%
Total	99,85%

Mais uma vez percebe-se que há uma concentração maior no Sudeste (inclusive porque aqui se concentram os maiores centros de pesquisa), sendo a região Norte a mais desprotegida. Em relação aos estados, a distribuição ficou de acordo com o quadro seguinte:

⁶ Estão sendo consideradas aqui as pesquisas que trabalham com dados do governo e por isso têm abrangência nacional

⁷ Estão sendo consideradas as pesquisas cuja abrangência compreende mais de uma região do país.

⁸ Está sendo considerada aqui uma pesquisa comparativa entre o Brasil e Cuba e por isso extrapola o cenário nacional, porém sem desconsiderar as peculiaridades das relações raciais brasileiras ao estabelecer a comparação.

Quadro VIII - Distribuição das pesquisas sobre o negro e a educação por estado onde foram realizados.

<i>Estado</i>	<i>Percentual</i>
São Paulo	27,7%
Bahia	14,8%
Rio Grande do Sul	13,8%
Minas Gerais	10,8%
Rio de Janeiro	9,9%
Nacional	3,9%
Vários	3,9%
Mato Grosso	2,9%
Ceará	2,9%
Paraná	1,9%
Piauí	0,9%
Pernambuco	0,9%
Internacional	0,9%
Sergipe	0,9%
Goiás	0,9%
Santa Catarina	0,9%
Pará	0,9%
Distrito Federal	0,9%
Total	99,7

Procuramos diagnosticar quais autores ⁹ são mais referidos nestas pesquisas, cuja informação é retirada principalmente das referências bibliográficas.

⁹ Estamos considerando aqui somente os autores que apareceram em nossa leitura sobre a trajetória histórica dos estudos sobre o negro no Brasil. Os percentuais se referem ao total geral dos trabalhos.

Quadro XI- Pensadores mais presentes nas referências bibliográficas

Pensadores	Percentual das pesquisas que em aparecem
Azevedo	10%
Bastide	23%
Cardoso	11%
Cardoso de Oliveira	22%
Cunha	14%
Freyre	33%
Fernandes	52%
Hasenbalg	59%
Harris	3%
Ianni	33%
Nascimento	15%
Nogueira	11%
Pierson	2%
Pinto	0,9%
Ramos	2%
Rodrigues	15%
Vianna	8,9%

O quadro mostra que os autores analisados neste trabalho que mais aparecem nas referências bibliográficas são Hasenbalg, Fernandes e Ianni, mostram também que os autores que desenvolveram a idéia de que o Brasil é uma sociedade multirracial de classe foram praticamente ignorados. Por outro lado temos a grande presença de Gilberto Freyre considerado por muitos como idealizador do mito da democracia racial, embora, na nossa leitura seja que esta presença signifique tão somente a necessidade destes pesquisadores de desconstruírem esse mito fazendo críticas contundentes a este respeito.

Uma outra indagação é sobre o que estes pesquisadores investigaram nestes trinta e quatro anos e quais as contribuições advindas destas investigações. Nossa preocupação consiste em saber se as pesquisas se centraram exclusivamente em denunciar os

prejuízos que os negros estão sujeitos no interior do sistema educacional, ou se investigaram outras realidades.

A análise dos dados mostrou que as pesquisas constituem uma diversidade de interesses explorando as instituições educacionais em quase todos os seus aspectos e níveis, como também são explorados espaços e situações que extrapolam o âmbito do sistema educacional, porém a ele diretamente relacionado.

As pesquisas feitas compreendendo dimensões que extrapolam os muros das instituições educacionais são diversificadas. Sendo assim, temos pesquisas que analisam grupos culturais de matriz cultural africana; vida e trajetória de mulheres negras; territórios/comunidades de predominância afrodescendentes (rurais e urbanas); biografias de personalidades negras; movimentos sociais negros; rede mundial de computadores; dados oficiais de organizações governamentais brasileiras e discussões a partir de bibliografia sobre o negro brasileiro.

As pesquisas que investigam grupos culturais de matriz africana começam nos anos 70 e se intensificam nos anos 90, possuem uma riqueza imensurável, pois, além disso explicitam a riqueza das manifestações grupais nos quais se podem identificar aspectos da cultura africana. Mostram, entre outras coisas, que a participação no grupo possibilita um processo de formação de uma identidade étnica, uma vez que através destes grupos os participantes reconhecem seus valores, sua cultura, reavivam a memória étnica e o pertencimento grupal, possibilitam um olhar sobre a diversidade e o reconhecimento enquanto negro fortalecendo assim a auto-estima. As críticas caminham no sentido de que o sistema de ensino oficial despreza, desvaloriza, folcloriza, exclui ou silencia esses saberes.

As pesquisas que analisam história e trajetórias de mulheres são realizadas a partir da segunda metade dos anos 90 e diagnosticam os processos discriminatórios a que estão sujeitas as mulheres negras em vários espaços sociais, entre eles a educação. Mostram também as dificuldades de as mulheres perceberem e lidarem com as discriminações que elas sofrem, não só do ponto de vista étnico-racial, mas também do gênero e classe social.

As pesquisas que tiveram como foco de análise as relações raciais em territórios/comunidades de predominância afrodescendentes sejam elas urbanas (bairros) ou rurais, mostram que nestes espaços também as relações raciais são complexas, mostram que a despeito de terem consciência do seu pertencimento étnico-racial, sabem que neste espaço são maioria sabem da negação pela sociedade brasileira de seu grupo e procuram com isso se

comportar como brancos. Algumas mostram por outro lado a mobilização de alguns no sentido de afirmar e legitimar os valores negros.

A biografia de personalidade/pessoa negra também é foco de interesse de pesquisadores que trabalharam com a temática o negro e a educação. Essas pesquisas foram realizadas nos anos 90 e entre outras coisas evidenciaram os percalços das pessoas negras em busca de uma educação ressaltando as dificuldades, preconceitos e estigmas que adquirem tendo em vista uma educação pautada nos valores que negam a especificidades dos negros.

Alguns pesquisadores ocupavam-se de investigar os movimentos sociais negros. Estas pesquisas surgem a partir da segunda metade dos anos 90 e mostram entre outras coisas a centralidade da educação na organização, planejamento e atuação dos movimentos sociais negros por entenderem que esta possibilita a socialização e integração do negro na sociedade e que a escola é um lugar onde a questão racial deve ser trabalhada.

Há também uma pesquisa que busca compreender o impacto da rede mundial de computadores no tocante às questões afetas ao negro brasileiro. Centrando sua análise em *chats* e *homepages* exclusivas para discussão e divulgação das questões relacionadas com a questão racial mostrou que esses se constituem um veículo educativo uma vez que ajudam a construir e a fortalecer a identidade étnica.

Dados de organizações governamentais brasileiras também são escrutinados e mostram as desvantagens educacionais em todos os níveis de ensino, caracterizam a situação educacional no Brasil como segregacionista, uma vez que quanto mais elevado o grau de ensino, menores são as possibilidades dos negros em chegarem à sua conclusão, e implicando posteriormente ocuparem postos de trabalho correspondente à sua baixa formação escolar.

Há também um grupo de pesquisas que se ocupam exclusivamente de discussões a partir da literatura sobre o negro brasileiro. Nesse aspecto é enfocada a educação do negro no contexto da abolição quando se diagnostica uma política educacional para os ex-escravos como uma tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com a sociedade escravista . A preocupação em esclarecer os meandros da educação no contexto da modernização mostrou uma política voltada para a profissionalização e a discussão sobre a historiografia do negro brasileiro identifica a trajetória de negação dessa população e as resistências no Brasil de implantação de ações afirmativas.

As discussões, tendo como foco especificamente as instituições educacionais, analisam-nas em quase todos os seus ângulos e têm em comum o fato de constatar que estas instituições penalizam sobremaneira a população negra.

Dentro das instituições escolares a atenção maior tem se voltado para a criança negra: são pesquisas que começam no início dos anos 90, se configuram um conjunto de denúncia das agressões a que estas crianças estão sujeitas dentro destas instituições. As pesquisas mostram os prejuízos a que as crianças estão sujeitas em sala de aula dificultando seu processo de socialização, mostram também como os processos discriminatórios dificultam a construção de sua identidade propiciando a construção de um processo de baixa estima. Evidenciam a preferência de alguns professores pelas crianças mais claras, pelos cabelos alisados, pelos sinais que aproximam o aluno do tipo ideal, que é branco, e indicam ainda uma distribuição desigual de contato físico entre os professores e seus alunos negros e brancos, bem como as formas diferentes de avaliá-los.

Também as relações estabelecidas pelos adolescentes negros foram pesquisadas e indicam as dificuldades destes nas interações bem como mostram como o adolescente negro manifesta a sua oscilante identidade premida pela hostilidade do ambiente, na expectativa de ter no seu corpo, as expressões que visam a lhe impingir uma identidade de discriminação.

Pesquisas realizadas a partir dos anos 90 explicitam que outro grupo que também é prejudicado pela reprodução de preconceitos dentro das instituições educacionais são os professores (a) negros (a), nos diversos níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Eles sofrem restrições dentro das instituições educacionais, uma vez que as pesquisas mostram as dificuldades a que estão sujeitos em sua formação/atuação profissional, a vivência de luta, preconceitos e discriminações, mostram que estes profissionais que foram educados dentro de uma cultura que desvaloriza o negro, eles mesmos reproduzem muitos discursos preconceituosos e assumem atitudes de autonegação.

São analisadas também as práticas pedagógicas/rituais pedagógicos de professores. As pesquisas mostram que as práticas não contemplam a diversidade, os professores atuam como reprodutores da ideologia existente nos livros didáticos, demonstram despreparo didático para trabalharem com diferenças raciais nas turmas, principalmente em relação à raça negra. Mostram que as raízes do grave problema da evasão e repetência de alunos negros e mestiços está na falta de identificação destes com o ambiente escolar, introjetando valores

negativos com relação à sua negritude e a sua identidade cultural e ressaltam ainda o silêncio dos educadores ante ações discriminatórias contra os alunos negros.

As relações entre os grupos raciais presentes no interior da escola também são investigadas, sejam elas estabelecidas pelos professores/alunos, professores/professores. Nestas pesquisas são patentes o diagnóstico e a presença de estereótipos contra o negro em sala de aula. Caracterizam o envolvimento profundo da escola e das práticas da sala de aula com ideologias racistas, verificam a assimilação por parte dos alunos do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento.

As pesquisas que focalizam o livro didático mostram que estes trazem imagens em situações de inferioridade social, preconceito e discriminação e não realçam a presença ativa e relevante do negro na história do Brasil. Este prevalece sendo representado unicamente por uma lógica que o coloca sempre na mesma condição de seus antepassados escravizados e dificilmente pelas situações diversas que aparecem na sociedade contemporânea. Os livros analisados não conseguem dar significado à existência do negro, uma vez que a história narrada do negro é um fato externo que deve ser aprendido como tal.

Os currículos são enfocados a partir dos anos 90 e as pesquisas mostram que estes trazem pouquíssimos ou nenhum questionamento sobre as diferenças sociais e os efeitos dessa entre os não-brancos e os brancos, que o currículo se constitui um lugar de encontro dos interesses de uma elite branca que pretende preservar o *status quo* da estrutura social do país, desprestigiando e o tomando como exótica e folclorizando a cultura afro-descendente.

Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes foram pesquisados constatou-se evidências de que estes, para além da simples preparação para o vestibular, se transformam em ambientes de socialização e de debate sobre a condição do negro brasileiro, fortalecendo a identidade das pessoas negras que participam.

O ensino superior também foi alvo de atenção dos educadores que trabalham com a temática negro e educação. Estas pesquisas detectam a presença dos preconceitos e da discriminação, destacam a omissão da universidade a este respeito, constataam a subrepresentação do negro na universidade, diagnosticam que a distribuição racial obedece a uma gradação de prestígio e cor em que a cor mais clara é identificada com carreiras de mais elevado prestígio e a cor mais escura com aqueles de baixo prestígio. Constatam também que os estudantes negros são mais velhos e associam trabalho e estudo e que são um grupo que enfrenta maiores dificuldades que os estudantes brancos.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) a LDB (Leis Diretrizes e Bases da Educação) e os Temas Transversais também foram pesquisados. Estas pesquisas foram feitas a partir do final dos anos 90 e mostraram que houve pouca mudança em relação à temática racial na escola, verificou as ausências e omissões em relação às manifestações culturais provenientes de grupos étnicos e raciais diferenciados do cânon europeu, desconhecimento sobre o teor do aparato jurídico normativo, evidenciou que nenhum dos documentos legais provocou transformações no sistema educacional.

Foram desenvolvidas também algumas pesquisas intervenções no sentido de realizar uma prática pedagógica que considerasse as questões referentes à população negra. Estas pesquisas mostraram que uma prática pautada no respeito ao grupo racial negro possibilita entre outras coisas corrigir distorções, abalar certos mitos, entre eles o da democracia racial, da igualdade de oportunidades a todos os brasileiros, da meritocracia e da visão eurocêntrica de mundo, verificou que os métodos e conteúdos escolares podem ser agentes de discriminação ou democratização e que é possível interferir na formação étnica e cultural dos professores.

Sendo assim as contribuições das pesquisas sobre o negro e a educação estão no fato de denunciarem vigorosamente os prejuízos a que a população negra esta sujeita dentro das instituições educacionais em todos os níveis, nos relações inter-pessoais, recursos e prática pedagógicas. Mostram que em contrapartida entre os grupos culturais e movimentos sociais negros a situação é oposta, uma vez que nestes a população negra se sente valorizada, e por fim, que essa realidade pode ser modificada por uma ação que respeite as diferenças étnico-raciais.

Em suma, os dados mostraram que no tocante às pesquisas existem certas peculiaridades, entre as quais podemos mencionar; são realizados em sua maioria em universidades públicas, nem todas foram financiadas. A maioria das pesquisas foram produzidas e realizadas na região Sudeste. A região Norte está praticamente descoberta em se tratando de região em que se produz e realiza investigação sobre a temática o negro e educação. Existe uma sinalização para o aumento de investigação sobre a temática e por fim as pesquisas representam a confirmação de que no Brasil o preconceito e a discriminação são institucionais uma vez que mostra os prejuízos que a população negra encontra em todos os aspectos e níveis dentro do sistema de ensino.

De preto a afrodescendente

O objetivo neste item é tentar captar as concepções de negro, relações raciais e educação presente nas pesquisas que trabalham com a temática negro e educação. A preocupação em saber como os pesquisadores vão identificar e quais os critérios a serem utilizados para classificar o negro à primeira vista pode parecer uma questão óbvia, porém necessária mais uma vez devido às peculiaridades das relações raciais no Brasil. Aqui pessoas com traços físicos que remetem a uma ancestralidade africana reneguem essa condição. Por outro lado, pessoas com traços físicos que se aproximam do tipo europeu podem se identificar com a população negra. Então, nesta pesquisa quando se busca saber qual a concepção de negro, estamos questionando quais são os critérios utilizados pelos pesquisadores para identificar o negro brasileiro. Vale a pena esclarecer que para quase metade dos pesquisadores não foi necessário explicitar na sua pesquisa como eles identifiquem negro; os discursos são construídos como se todos soubessem de quem se escreve, porém aqueles que fazem a opção por classificar o negro mostram a diversidade que isto pode assumir. Assim, temos um grupo que associa a identificação de negro à condição social, ou seja, quando se emprega o termo negro fica explícito que este está localizado em patamares sociais menos favorecidos, como nos mostra o trecho abaixo.

“O NEGRO, nesta dissertação e no Brasil, é visto como alguém associado, sobretudo, com aspectos socialmente negativos. Neste sentido, NEGRO é ser vítima do racismo confirmado por estereótipos que refletem perante a nossa sociedade, principalmente, inferioridade. (DIAS 1994, p.9).

O pesquisador abaixo também encaminha sua conceituação de negro na mesma perspectiva.

“Os negros são, em sua maioria, pobres e neste fator estaria a causa da discriminação a que está subjugado esse grupo social, e nessa questão parece estar também a justificativa para a organização do negro em manifestações coletivas”. (ANDRADE 1996, p.36).

O pesquisador abaixo resumiu a situação e localiza o negro nas classes e espaços sociais e nos serve com um bom exemplo de discurso que define o negro considerando sua condição social.

“Embora este mecanismo atinja as classes populares como um todo, considero que os grupos raciais negros são fortemente penalizados à medida que constituíram e, ainda, constituem, majoritariamente, ‘segmento miserável’ (são maioria as favelas, alagados e cortiços, são maioria na massa de desempregados e subempregados) da sociedade”. (GONÇALVES 1985, p.11).

Outro grupo de pesquisadores, ao optarem por identificar o negro o fazem a partir da classificação oficial, basicamente a feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) geralmente agregando ao grupo aqueles definidos por este órgão como pretos e pardos. Veja os trechos abaixo.

“(…) Assim, no contexto deste trabalho, será empregado o termo ‘ negro’ para denominar o segmento da população classificada pelo censo como preta e parda.”(ANTÓNIO 1999, p.102).

“Utilizamos o termo ‘ negro’ para significar a população não branca de origem africana e que no processo de classificação de cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é denominada preta e parda”. (ZIVIANI 2003 p.5- nota de rodapé).

“Adotamos o termo ‘ negro’ para significar a população não branca de origem africana e que no processo de classificação de cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é denominada preta e parda”. (OLIVEIRA, 1994, p.5).

Outro grupo de autores prefere utilizar como critério para identificar o negro a alusão a traços fenótipos. Esse é o caso dos pesquisadores cujos trechos serão transcritos a título de exemplificação.

“Consideramos negros os indivíduos que possuem o fenótipo de maioria dos africanos (aquelas pessoas que foram trazidas

forçadas para o Brasil, nos navios negreiros) ou seja, características físicas negróides, como cor, tipo de cabelo e tipo de nariz”. (GOMES 2000, p11).

“Como pesquisador, o termo negro foi utilizado para me referir a professores que possuíssem o fenótipo, ou seja, traços físicos (cor da pele, formato do nariz, lábios, tipo de cabelo) que indicassem uma possível pertinência racial ao ‘ grupo negro’, independente das várias nuances da cor da pele”. (SILVA 2003, p.9).

Outros pesquisadores optaram por identificar o negro a partir do conceito de identidade, ou seja, identidade étnica, cultural ou política.

“A expressão etnia está relacionada às referências e aos valores de determinado grupo, ainda que a presença de elementos de natureza biológica, presentes nas classificações que se possam utilizar para caracterizar os diferentes grupos humanos, precisem ser considerados. Desse modo, opto por utilizar, preferencialmente a expressão etnia, nesse trabalho por entendê-la mais apropriada ao estudo das questões negras”. (ROSA, 2001 p.10).

“Negro é todo aquele que se identifica com os desejos, valores, cultura, religiosa etc. do povo, carregando a imagem do pobre, do despossuído, do dominado”. (LEITE 1987, p.8-9).

“Utilizo o termo negro não relacionado à cor da pele, mas também referindo-me à origem na qual atitudes físicas e culturais são valorizadas incluindo o sentido político de sujeitos que participam na constituição da história brasileira”. (OLIVEIRA, 1997, p.5).

“Quanto ao termo negro, neste trabalho é empregado, sempre, para referir-me a uma cultura de origem africana, jamais em relação à cor da pele”. (SOUZA 1977, p.3).

Outro grupo de pesquisadores optaram por não identificar negro, mas trabalhar com auto-classificação, ou seja, deixar que as pessoas que fazem parte do grupo investigado se auto-classifiquem.

“São compreendidos como negros os indivíduos e cidadãos que se consideram como tal e os que, por estigmatização são tratados ‘ como negros’ e ‘pessoas de cor’”. (BOTELHO, 2000, p.28).

“Utilizo neste trabalho o termo negro como categoria sociológica. Utilizo o termo preto como categoria de auto-identificação étnica, utilizada pelos negros de Livramento”. (DANTAS 1995, p.93).

“O termo negro é aqui utilizado para identificar as pessoas intituladas ou auto-classificadas como pretas e pardas.” (ARAÚJO 2001, p.31 – nota de rodapé).

“Portanto, foram consideradas negras, para fins deste estudo, apenas os estudantes que se auto-classificaram como pretos e pardos no questionário sobre pertencimento racial que lhes foi aplicado “. (MORO 1993, p.12-13).

Por fim, temos aqueles pesquisadores que optaram por identificar o negro a partir da descendência, conceituando-o como afrodescendente. O trecho abaixo é bastante esclarecedor:

“ Da mesma forma devemos esclarecer ao leitor a decisão de utilizar as denominações negro e afrodescendentes para nos referirmos aos brasileiros com ascendência africana comumente chamados de mulatos, mestiços, pardos, pretos etc. Justificamos, a terminologia afrodescendentes é a tentativa de contemplar a diversidade étnica e cultural das diversas etnias e nações de origens africanas que vivem no Brasil e, conseqüentemente, um incentivo às discussões acerca do etnocentrismo. O termo negro foi introduzido no cenário nacional para substituir as variáveis de negros”. (RIBEIRO, M, 2001, p.8).

“Apesar dos diversos contestações toma-se, nesta pesquisa, o conceito de etnia afrodescendente. Apreendê-lo torna-se essencial a fim de acompanhar o quadro de novos referenciais teóricos que sequer a evolução do tempo”. (OLIVEIRA 2001, p.36).

“Negro nesse trabalho, se refere aos indivíduos cujos ancestrais procederam vários tipos de culturas negras”. (OLIVEIRA 1996, p.2).

Alguns pesquisadores preferem utilizar a classificação não-brancos.

“Cabe justificar, ainda, a utilização do termo não-branco (a) para efeitos dessa pesquisa. A utilização desse tema nasce da própria dificuldade presente no Brasil para se identificar a população negra e pretendemos abranger, através dele, todos os indivíduos que possuem marcas físicas da raça negra como cor, tipo de cabelo, formato da boca e nariz. A tendência brasileira em classificar os indivíduos mais pelas marcas do que pela ascendência acarreta dificuldade na classificação dos indivíduos e por isso optamos por esse termo para denominar negros e mestiços”.(SANTOS 2001,p.5).

O que podemos perceber na exposição acima é que as pesquisas sobre negro e educação estão sensíveis às várias possibilidades de se identificar negro neste país. Há portanto, os autores que salientam que a identificação de negro passe pela sua localização na estrutura social, outros recorrem à classificação oficial recorrendo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) , outros recorrem à concepção de identidade étnica além dos que utilizam a auto classificação e a descendência. Vale ressaltar que a despeito das várias possibilidades para se identificar o negro ou seus descendentes, todos os pesquisadores conseguem perceber os prejuízos, preconceitos e discriminações a que esta população está sujeita.

2. RELAÇÕES RACIAIS

Uma questão que pareceu importante foi tentar captar a concepção de relações raciais presente nas pesquisas sobre o negro e a educação. Essa indagação se justifica principalmente porque como esperamos ter mostrado nos capítulos anteriores tanto no senso

comum, como na literatura sobre relações raciais no Brasil existe a concepção de que estas relações neste país sejam democráticas e harmônicas. Nossa intenção é buscar em trechos dos trabalhos, discursos que sinalizam como eles têm pensado as relações raciais brasileiras.

Somente um trabalho não aceita explicitamente a existência de processos discriminatórios neste país. Uma pesquisa realizada por LEITE (1975) buscando analisar a reação da professora na escola primária de Salvador frente à cor do aluno, a despeito de ter mostrado que as professoras interagem mais com alunos brancos do que com alunos mulatos e pretos, que estes foram mais punidos e que estavam mais isolados. O autor conclui

“A análise dos dados colhidos da população observada, contudo, não apresenta um demonstrativo convincente de que, na escola primária de Salvador, a resposta da professora a comportamentos dos alunos varie em função da cor. Parece mais que os professores se orientam por padrões de antemão pré-estabelecidas, de sorte que, mesmo que sua atitude, por acaso, seja contrária a determinado categoria de cor, tal atitude não é por eles revelada quando agem dentro do sistema social- sala de aula”.(LEITE 1975, p.80).

Essa conclusão do nosso ponto de vista está diretamente relacionada à visão de relações raciais esboçada pelo autor, como mostra o trecho abaixo.

“Mesmo quando uma pessoa responde diferentemente a comportamentos de outra em função da cor, não se pode inferir que seja necessariamente a cor em si que leva a divergir em suas respostas. A cor é um invólucro que esconde muitos outros fatores – status econômico, posição social, poder, ideologia, credo religioso e até o *status* intelectual do aluno em classe que podem influir decisivamente na emissão de respostas de conformidade com o tipo especial de socialização daquele que responde”. (LEITE 1975, p.7).

Por outro lado, os demais pesquisadores cujos trabalhos fazem parte do corpus desta pesquisa têm uma visão oposta a esta acima apresentada. Ao lermos os trabalhos, podemos perceber que existe uma incessante preocupação por parte destes em mostrar que de forma nenhuma o Brasil é um país de relações raciais harmoniosas; alguns chegam a expressar a

intencionalidade de se pregar essa singularidade como mecanismo para estigmatizar a população negra e/ou para mascarar as desigualdades raciais deste país.

Temos um grupo que enfatiza principalmente que no Brasil os negros são penalizados, estigmatizados e colocados como inferiores. É o caso, por exemplo, do trabalho de CARVALHO (1999) sobre gênero, raça e classe social no currículo e também do trabalho de SILVA (1994) sobre discriminação racial nas aulas de educação física.

“Não há necessidade sequer de se abordar diretamente o que significa ser branco ou branca nesta sociedade, pois a branquidade está dada, é colocar-se acima dos negros pelos simples fato de que a sociedade informa aos brancos que eles têm *status* diferente e mais valorizado do que os negros”. (CARVALHO, 1999, p.90).

“Estigmatizado como negro, sendo esta a marca do sinal de inferioridade, que aumenta na medida do embranquecimento do país, diminuindo homens e mulheres pretos e aumentando o número de mulatos que aspiram à branquidão”. (SILVA 1994, p.32).

Existe um grupo de pesquisadores que consegue enxergar como problemática, nas relações entre grupos raciais no Brasil, a desvalorização da cultura negra. É o caso de TRINDADE (1994), que expressa essa situação em seu trabalho sobre o racismo no cotidiano escolar.

“Deste modo podemos dizer, no Brasil, as elites, especialmente as que fazem parte das classes que dominam a sociedade, jamais se identificaram, racial ou culturalmente, com a grande maioria da nossa população, com as ditas classes populares. A bem da verdade, de um modo geral, as elites brasileiras sempre se consideram mais européias no plano cultural e, em alguns casos, etnicamente/racialmente, do que brasileiras. Deste modo, essa alia-se aos interesses da dominação internacional, negando o conjunto da população brasileira, especialmente a popular de origem pluricultural, não só branca, não só européia (TRINDADE 1994, p.28).

Outra possibilidade é o grupo que percebe os meandros das relações raciais como um mecanismo de dominação social-econômica, legitimadora das desigualdades.

“O dominador, além de dificultar a ascensão social e econômica das classes subalternas, e conseqüentemente do segmento negro, contribui ainda, para que o mesmo introjete os valores do branco ao longo de sua existência, facilitando a sua submissão como mão-de-obra barata para a exploração econômica, beneficiando uma elite minoritária que deseja manter seus privilégios ou *status quo*.” (FUNARI 1993, p.56).

“Aos conhecedores autênticos das causas étnico-sociais são negados o direito aos meios de comunicação de maior abrangência, a imprensa, a publicação literária, TV e rádio, condições necessárias para chamarmos a conquistar uma verdadeira democracia. Essas maneiras de perseguição e marginalização institucionalizadas perpassam o sistema jurídico e político que mascara uma estratificação étnica no país, onde os brancos ocupam o topo da pirâmide e as categorias de negros, mestiços, sertanejos, dentre outras, ficaram na base. Em conseqüência disso, dá-se na base, o grande problema econômico e social brasileiro dos discriminados, das desigualdades que se refletem as condições reais de existência das categorias desprivilegiadas. (CONRADO 1996, p.30).

“Portanto, não devemos interpretar o preconceito e a discriminação racial como herança do passado escravista uma vez que estão presentes no processo de constituição da sociedade nacional e perpassam toda a sua formação como mecanismo que opera a justificativa dos status do grupo branco. Nesse sentido, devemos levar em conta os efeitos da discriminação racial e a internalização por parte dos grupos discriminados da ideologia racista. (SANTOS 2000, 55,p.11).

“Em qualquer país, mas especificamente no nosso onde as disparidades e as desigualdades sociais são historicamente mais gritantes, apresentam-se no interior de uma classe vários grupos diferenciados sendo tais diferenciações fortemente marcadas quando considerados relativamente às raças. A redução da questão racial a um problema de classe ou de estratificação social esvazia as implicações raciais, simplifica sobremaneira,

do ponto vista do interesse da trajetória do Negro, a abordagem da dominação a que foi submetida”. (OLIVEIRA 1996, p.91).

O que podemos perceber dos trechos retirados destas pesquisas é que o preconceito e a discriminação racial interferem na alocação da população negra nas camadas inferiores da estrutura social, sem, entretanto, considerar como fizeram alguns teóricos dos anos 30, 40 e 50 em definir o Brasil como uma sociedade multirracial de classes.

O que parece ser mais constante nos discursos dos pesquisadores que trabalham a questão do negro e da educação é o questionamento das relações raciais brasileiras como harmônicas e democráticas. Com isso, percebe-se a ênfase em denunciar o mito da democracia racial bem como a ideologia do embranquecimento, questão que será bem explicitada com a transcrição de trechos de algumas pesquisas, a seguir:

“No nosso cotidiano realizam-se diversas manifestações de preconceito por conta da etnia, da cor, da categoria social que comprovam tais definições. É uma realidade presente, mas que, de forma camuflada, implícita, impede seus protagonistas de se perceberem preconceituosas. Essa realidade está refletida nas piadas constantes sobre negros; está no olhar perplexo das pessoas quando vêem uma negra casada com um branco louro; está no inconformismo do paulista quando diz que sua cidade foi invadida por nordestinos etc”. (BARROS 2001, p. 121).

“No Brasil, apesar de não existir uma exclusão legal e explícita dos negros em escolas ou empregos, sempre houve barreiras impostas pelos brancos normalmente através de critérios de classe que escamoteiam barreiras de cor que por não serem visíveis, não são combatidas”. (SOUZA 1996 ,p.47).

“Ao meu ver, é muito importante estarmos refletindo sobre as identidades negras no Brasil por conta da tão popularizada idéia de que somos um país miscigenado, o país do samba e do futebol (dimensões culturais associadas aos negros). A identidade nacional brasileira aparece sempre de maneira dúbia. Constrói-se a imagem do país como sendo modelo de democracia racial quando na realidade o racismo se faz de formas absurdas através de rejeições e exclusões gritantes, através de diferentes maneiras de negar a presença negra. (RIBEIRO, R. 2001 ,p.120).

“A política de branqueamento, juntamente com o mito da democracia racial, presentes no imaginário social do país, também são fatores que levam ao escamoteamento da realidade racial brasileira. Ambos possuem mecanismo que centralizam essa discussão ou em uma suposta incapacidade natural do negro em desenvolver suas potencialidades, já que, por descendência, não é esforçado o bastante para aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas. Reforçam o pensamento de que, quanto menos negra se tornar a nação, mais chances de desenvolvimento ela terá. Também têm como suporte para a atual situação sócio-econômica do negro o argumento de que, este se encontra em uma situação de desvantagem em relação ao segmento racial branco, isto se dá devido ao fato de ser ‘pobre’. Dizer que o negro é discriminado só porque é pobre incorre em uma análise reducionista da situação racial deste segmento da população brasileira”. (GOMES 1994, p.13).

Em síntese, existe uma tendência de caracterizar as relações raciais no Brasil como sendo assimétricas, e para comprovar essa situação os pesquisadores afirmam que as relações raciais brasileiras penalizam os negros seja por inferiorizá-los enquanto grupos, por desvalorizar a sua cultura ou por mantê-los nos estatutos inferiores da hierarquia social.

Quanto à concepção de educação dos pesquisadores, uma posição que julgamos capaz de inferir, diz respeito ao fato de os pesquisadores fazerem uma crítica sistemática e contundente à escola/educação brasileira, ressaltando/denunciando o quanto essa é prejudicial, discriminatória com a população negra.

Entre as interpretações dos pesquisadores sobressaem aquelas que denunciam a escola enquanto mecanismo de inferiorização da população negra, e de desvalorização da sua cultura e ao mesmo tempo como mecanismo de seleção/exclusão social e econômica e também prejuízos psicológicos a seus alunos.

São poucos os autores que afirmam poder a escola constituir-se ao mesmo tempo como fonte de discriminações e preconceitos e, por outro lado, como mantenedora de um mecanismo de reversão desse quadro.

“(…) sendo assim, é a escola importante tanto para os que visam utilizá-la como instrumento para a dominação de uns, como para os que vêm nela meio para a libertação de todos”. (SILVA 1987, p.259).

“Mas é preciso compreender a escola como sendo um elemento que reflete a sociedade em que está inserida, com seus valores e contradições. Sendo assim, ao mesmo tempo em que atua como um realimentador desta sociedade, ela também pode ser um instrumento de construção de novos valores (...)” (SANTOS 1996, p.5).

“A educação poderá, sem dúvida, prestar importante papel no questionamento das imposições, auxiliando os indivíduos a buscarem um novo tipo de sociedade, e apontar caminhos para se buscar instâncias de participação social e democrática, evitando o esgarçamento do tecido social (FUNARI 2000,p.66).

Outro grupo de pesquisadores percebe a escola como um mecanismo/instrumento desvalorizador da cultura negra.

“No que se refere à ausência de percepção pluralista, o problema se agrava. A escola obedece a padrões de unilateralidade, dentro de rígidas indicações de uma cultura oficial ‘fabricada’ e protegida pelo Estado. Este problema é agravado, as condições brasileiras, pela importância da educação pública, em função da pobreza da maioria das comunidades. A ignorância dos aspectos multiculturais necessários aos processos educativos termina por bloquear qualquer possibilidade pluralista”. (PIERINI 1998, p.90).

“A escola, como veremos, cabe o papel relevante da inculcação dos valores hegemônicos europeus na mente de uma população estudantil pluriétnica em uma maioria, na tentativa de obter um consenso e equalização dos segmentos sociais, produziram assim o brasileiro, com uma só cultura, uma só ideologia e num futuro bem próximo, eles esperam uma só raça, constituída pelo brasileiro ‘branco’, resultado da miscigenação dirigida, objetivo da ideologia de branquidão para os que resistirem à política e abandono e outros processos eficientes de eliminação do povo negro e seus descendentes”. (SILVA 1988, p.32).

Outro grupo de pesquisadores avalia que a escola prejudica a população negra na medida em que, através das relações assimétricas por eles estabelecidas contribuem para manter os negros em situações de desvantagens econômicas.

“O que realmente a escola pretende neste contexto neo-colonial, é de um lado preparar aqueles que farão parte dos quadros dirigentes do país, que no caso serão representantes da população branca de ascendência europeia e de outro, preparar um ‘exército’ de mão-de-obra barata, constituído em sua maioria por negros. Esses últimos sofrem a rejeição e o recalque no cotidiano escolar, e dessa forma tendem a evadir ou ficarem retidos nas séries em que estão matriculados”. (LUZ 1990,p.89).

“Sabemos que a escola é uma das instituições responsáveis pela ‘ ilusão’ de homogeneidade étnica e cultural e que um dos seus papéis tem sido reproduzir a idéia desta suposta homogeneidade. Isto pode ser compreendido a partir da lógica de dominação e dos mecanismos de exclusão controlada, constituintes do nosso sistema econômico e político. A escola atua, predominantemente como reprodutora desses interesses dominantes quando pressupõe que tudo que existe em termos de conhecimento, de formas de organização social, advém das sociedades ocidentais, mas precisamente, do grupo étnico branco europeu. Dessa forma, contribui para uma visão etnocêntrica da sociedade. Essas concepções geram processos extremamente danosos para os educandos dos grupos étnicos subalternizados e para a sociedade de uma maneira geral, porque nenhum problema tem conseqüências isoladas. (RIBEIRO 2001. p.9).

“O sistema de ensino aparece como central na determinação e distribuição das oportunidades ocupacionais, de renda: distribuição de poder, prestígio, *status*. A educação opera como mecanismo de reprodução das condições de dominação de determinadas camadas, grupos ou classes sociais.” (SANTOS 2000, p.48).

E, finalmente, há um grupo de pesquisadores que denunciam a educação/escola como prejudicial para os negros nos aspectos psicológicos.

“São as crianças negras as que mais sofrem, no processo escolar, o preconceito e a discriminação, advindos dessa construção a respeito do negro. Sofrem insultos ligados a características do seu corpo: são os cabelos, os lábios, o corpo de modo geral, fontes de rejeições. (DIAS 1997, p.166).

Sendo assim, podemos sintetizar que quando os pesquisadores que trabalham com a temática negro e a educação a pensam principalmente ressaltando os prejuízos que esta impõe ao grupo negro. Eles condenam este sistema e anseiam por um sistema que considere e respeite a história/cultura dessa população, fazendo-nos entrever através das críticas e propostas/sugestões que esses pesquisadores fazem que sua concepção de educação transcende a simples escolarização e persiga entre outros o objetivo de educar para a vida, tendo como pressuposto o respeito pelas particularidades étnico-culturais dos diferentes grupos que vivem nesse país.

3- Propostas/Sugestões

Podemos perceber que os pesquisadores não compactuam com o tipo de educação/escola que existe e o questionam, propondo modificações que podem ser categorizadas em duas vertentes, uma mais ampla, que compreende à modificação da concepção de escola e à implementação de políticas de redistribuição de renda. Uma outra vertente seria mudanças específicas dentro do espaço educacional. Entre os elementos que podemos captar figuram: resgate/valorização da cultura negra; adoção de uma postura pluri-/multicultural; implementação de ações afirmativas; reformulação curricular e dos materiais didáticos e redimensionamento da ação/formação de professores.

Percebe-se também que os pesquisadores indicam os caminhos possíveis para essas modificações através de projetos e ações dos movimentos sociais especialmente os Movimentos sociais negros.

Em síntese, podemos concluir que estes pesquisadores conseguem verificar a assimetria nas relações raciais, como elas se reproduzem na educação e sugerem que avancem para a solução desta problemática.

Para explicitar tais afirmações vamos expor primeiro o ponto de vista daqueles que anunciam a necessidade de mudar a compreensão de escola.

“É preciso deixar emergir novas perspectivas de educação que contemplem os aspectos sobre a constituição da nossa identidade, da nossa alteridade; e rompam com essa prática pedagógica metonímica; instituída pela sociedade global, no

sentido de legitimar os valores europocêntricos e receber as outras vertentes civilizatórias”. (LUZ, 1990- introdução).

“Por isso, entendo que, para contrapor nossa organização social injusta e a prática educacional excludente, se faz necessário interpor-se um outro projeto que seja permanentemente libertador, democrático e dialético”. (ROSA, p.74).

Alguns pesquisadores consideram que para modificar a situação da população/grupo negro do contexto em que se encontra é necessário implementação de algumas políticas públicas.

“As dificuldades atuais só serão enfrentadas com sucesso, por meio de políticas sociais de grande alcance e que igualem as oportunidades de brancos e negros; que promovam a criação de melhores escolas nos espaços em que as populações negras e pobres se concentrem”. (SILVA 1999, p.138).

“A ampliação da rede de ensino ainda é uma questão importante, uma vez que sem os fantásticos índices de repetência, a oferta de vagas seria ainda mais problemática nos níveis mais elevados de ensino (elevados nesse caso, quer dizer segundo segmento de 1.º e 2.º grau). Entretanto, o principal desafio ao sistema de ensino brasileiro é romper o círculo vicioso da ‘pedagogia da repetência’. Por outro lado, as experiências destinadas a aprimorar o sistema educacional não devem visar apenas a diminuir artificialmente índices de repetência, mas realmente, assegurar aos estudantes maiores índices cognitivos”. (BARCELOS 1992, p.93).

“Sem uma transformação radical da escola, em contínua articulação com as transformações sociais mais amplas, dificilmente haverá lugar para a instituição de uma educação multiétnica, multicultural, multirracial, que contemple a diversidade desses aspectos que compõem a sociedade brasileira”. (TRINDADE 1994,p.14).

Existe um grupo que focaliza que as modificações deve ser buscadas no interior do próprio sistema educacional.

“Sem dúvida é preciso que resgate a importância e a grandeza da cultura negra, que se democratizem as oportunidades com fins da construção de uma sociedade mais justa. Essa transformação tem que se dar em vários âmbitos e dentre eles pode se destacar a escola”. (SILVA 1994, p.32).

“A abordagem da dimensão pedagógica das práticas culturais negras, do seu conteúdo educativo se inscreve na direção de contribuir com referências e subsídios para a educação do negro, no processo da educação escolar”. (DANTA 1995, p.146).

“A integração do racismo pelo próprio negro resulta em um sentimento de rejeição em relação à própria raça. E nesse ponto se faz necessário o trabalho de valorização e preservação da sua cultura. A escola possui um papel preponderante na construção dessa prática”. (GOMES 1994, p.224).

Por outro lado, com quase o mesmo sentido dos pesquisadores anteriores, existem propostas/sugestões de que se possam adotar posturas pluri/mulculturalistas

“Não adianta, portanto, o negro ter apenas igualdade perante a lei, é preciso também que haja igualdade de oportunidades, daí a necessidade de uma educação multicultural onde todos as heranças culturais são valorizadas, os separatismos étnicos serão evitados e a cidadania começará, enfim a ser construída. Dessa forma talvez comecemos a poder falar em qualidade total na educação, não no sentido liberal do termo, mas, entendendo que não se pode pensar em qualidade quando se discrimina, quando se submete ‘as minorias’ e a marginalidade e quando se nega a cidadania à grande parte da população brasileira”. (SOUZA 1996, p.176).

“Parece-me que essa exigência se coloca como desafio aos projetos pedagógicos que se proponham a reconhecer a alteridade dos diversos grupos étnicos que constituem a multiculturalidade de nossas escolas, principalmente as públicas, em que negro e mestiços são a maioria”.(GUIMARÃES 1996, p.126).

“O que defendemos é a possibilidade de criar, ao nível da vida cotidiana, um compromisso com a solidariedade aos oprimidos e a uma identificação com lutas passadas e presentes contra o racismo, o sexismo e todas as práticas de liberdade associada á vida em uma sociedade de supremacia branca. Como

participantes desse desafio, tornamo-nos agentes de um multiculturalismo compromissado com a liberdade e a justiça de todos que sofrem com a exclusão”. (LOPES 2002 , p.25-26).

Temos também pesquisadores que sugerem que o sistema educacional deve buscar alternativas junto aos Movimentos Sociais, especialmente ao Movimento Negro à comunidade e aos grupos negros. Esta é a visão de alguns pesquisadores cujos trechos serão transcritos a título de exemplificação.

“Nessa perspectiva, as comunidades negras são as principais responsáveis pela indicação de novos caminhos para uma educação que atenda as características da formação étnica e cultural do povo brasileiro.” (LUZ 1990, p.237).

“A constatação de que o desenvolvimento do currículo invisível durante as festas, realizadas de maneira informal, marca indelevelmente a formação da identidade dos moradores dos quilombos contemporâneos, enseja a reflexão sobre o aproveitamento dessa experiência na escola formal, levando os alunos a conhecer sua história e a se reconhecerem em sua formação étnica”. (MOURA, 1997, p.244).

“Para superar as suas falhas no que diz respeito aos estereótipos que lança sobre o negro e sua cultura, e para que possa servir de instrumento de combate ao racismo, acreditamos que a escola pública ou privada pode encontrar um excelente referencial a partir de alguns projetos realizados pelos diversos organismos dos movimentos negros espalhados em todo o território nacional”. (SANTOS 1996, p.56).

Um grupo de pesquisadores tem uma posição que sinaliza a necessidade de políticas de cunho mais específico direcionadas exclusivamente para a população negra.

“Nesse sentido, as ações afirmativas, visam a garantir e a consolidar o direito de cidadania positivamente a população ou grupos cuja história é escrita às margens da sociedade, vivida sob condições sociais desiguais de tolerância”. (ZIVIANI, 2003, p.252).

“Sem o desenvolvimento de políticas públicas que privilegiam as relações raciais não acredito que a médio ou longo prazo tenhamos resultados positivos no combate ao racismo no processo educacional brasileiro”. (ROSA 2001, p.144).

“Para que a escola e a sociedade cumpram um papel na superação da discriminação racial e o racismo, não basta apenas a denúncia. É necessário a adoção de práticas institucionais e políticas e também a realização de uma processo de desconstrução dos estigmas e estereótipos construídos historicamente sobre o negro brasileiro. A escola pode ser considerada como um dos principais agentes nesse processo”. (GOMES 1994 62, p.30).

A grande maioria das propostas se insere praticamente no interior do sistema de ensino sugerindo modificações curriculares e no material didático, ou na ação/atuação/formação do professor. Vejam como são esclarecedores os posicionamentos dos pesquisadores abaixo quanto às questões curriculares.

“O desafio pedagógico se inicia pelo combate ao silêncio de currículos, que contribuem para a invisibilidade do problema; denúncia das práticas pedagógicas que ferem os afro-brasileiros, provocando a negação de sua identidade e contribuição para seu fracasso escolar; pela denúncia de abordagem histórica praticada pela historiografia oficial, a respeito do papel desempenhado pelo negro na formação da sociedade”. (SILVA 1999, p.223).

“Dessa maneira, um dos maiores desafios dos livros didáticos parece ser o trabalho com a diversidade de situações vividas pela população negra. Para tanto, seria necessário sair da visão hegemônica predominante, que se não apresenta o negro apenas como escravo ou vitimado nas condições sociais atuais, cai em artificialismo ao retratar com traços sobejamente exóticos sua cultura. Seria importante que as narrativas presentes nos livros didáticos lidassem não apenas com o negro escravo, o negro que vive em condições precárias de sobrevivência, mas também a riqueza e problemas apresentados por sua cultura, por sua atuação social, ou seja, com a multiplicidade de posições que ocupa ao logo da história”. (OLIVEIRA, 2000, p.170).

“Carece de um novo questionamento, por parte dos professores das escolas, a forma como vêm sendo elaboradas as diretrizes

curriculares, as quais procuram tratar todos os alunos como se fossem iguais, aqui não nos referimos aos direitos e deveres, que sabemos devem ser os mesmos para todos, mas se relaciona com o fato de não considerar as diferenças nos níveis sócio-econômicos, raciais e culturais dos educandos. O currículo deverá ser o mesmo para todos. Acreditamos, porém, que precisará focar as diferenças existentes na sociedade brasileira”. (FONTOURA 1987, p.71).

“A minha experiência nas escolas públicas, nas escolas de educação de adultos, as escolas de classe média, algumas chamadas ‘alternativas’, me levaram a querer pensar a possibilidade de um Currículo Mestiço. Chamava de currículo mestiço aquele que contemplasse a diversidade étnica deste país, com destaque especial para a condição de criança negra e mestiça. Essa perspectiva colocava no currículo formal – desde que incluísse valores e práticas sociais, religiosas e culturais capazes de traduzir uma visão de mundo dos negros – a possibilidade de contribuir para reverter o processo de exclusão social a que o negro vem sendo submetido nesse país”. (LOPES , p.163).

Outra sugestão dos pesquisadores é a reformulação na ação/atuação/formação de professores.

“Nesta perspectiva, o professor, no contexto da sala de aula pode promover a percepção positiva das diferenças, desmistificando estigmas proporcionando um convívio de mútuo respeito e apoio entre os alunos. O professor deve lembrar que a elaboração consciente de sua identidade cultural e social negra por parte do adolescente, lhe permite enfrentar emocionalmente mais confiantes, as representações sociais negativas sobre sua etnia e imagem”. (ROSA 2001 ,p.170).

“Investir na formação do professor, na luta contra o racismo, na educação, é antes de tudo, luta com o próprio professor para que ele não seja um disseminador da discriminação contra as maiorias”. (RIBEIRO 2001, p.64).

“Ao meu ver o contexto curricular dos cursos de professores deveria ser modificado para atender á carência de subsídios para o combate ao racismo nas escolas. Uma possibilidade reside na inclusão e/ou ampliação de estudos sobre o continente africano, sem os aspectos pejorativos, apresentados atualmente,

carregadas de estigmas e estereótipos”. (BOTELHO 2000, p.144).

“Os professores devem esforçar-se para tornar o pedagógico mais político, convocar a imaginação, intuição, as emoções, tratando os estudantes pobres e negros como agentes críticos, valorizando as suas produções e questionando como o conhecimento é produzido e distribuído. Deve ser capaz de unir a linguagem da crítica a linguagem de possibilidades e definir a sala de aula como espaço, onde as condições para novas formas culturais, práticas sociais alternativas, podem ser pensadas. (OLIVEIRA 1997.153).

“É necessário que o professor se discipline a estar atento às dinâmicas interpessoais das crianças que a cercam. Do contrário, o seu trabalho pode estar concorrendo para a construção de indivíduos preconceituosos apenas por falta de outras possibilidades”. (CAVALEIRO 1998, p. 1998, p.193).

Em síntese, se olharmos no conjunto, não existe nenhum particularismo, nenhuma sugestão que busque o radicalismo, pelo contrário, as propostas demonstram uma visão consistente de relações raciais no Brasil, como algo camuflado, que por detrás de uma pretensa singularidade, desvaloriza e prejudica o negro nos aspectos econômicos, culturais e psicológicos. Conseguem apontar também como o sistema educacional brasileiro compactua com esse sistema e o reproduz dentro da escola. As propostas então, sinalizam para modificações necessárias e urgentes para que os negros brasileiros possam superar sua atual condição.

Pudemos perceber isso tanto pelas críticas feitas pelos pesquisadores como pelas modificações que propõem uma concepção de educação que rejeita a inferiorização das minorias seja nos aspectos culturais, sociais, econômicos e psicológicos e que, por outro lado exigem uma educação integral que respeite os valores dos grupos minoritários.

Em síntese, pudemos perceber várias possibilidades de se identificar o negro nas pesquisas, bem como várias formas de diagnosticar a assimetria nas relações entre brancos e negros, várias possibilidades de se perceber os prejuízos que a instituição escolar imputa aos negros, porém a maioria dos trabalhos pondera sobre a possibilidade de modificar essa situação partindo da própria educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo o objetivo foi conhecer a proposta educacional/pedagógica dos pesquisadores que trabalham com a temática o negro e a educação e também apreender o entendimento de negro, relações raciais e educação que subsidiam tal proposta.

A presente pesquisa foi construída a partir do recolhimento e da leitura e análise de 101 pesquisas, teses e dissertações produzidas e defendidas em programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil no período que compreende os anos 70 até o primeiro semestre de 2004.

Em nosso estudo procuramos construir um retrospecto histórico dos estudos sobre o negro com intuito de identificar as principais interpretações possíveis sobre a situação da população negra na sociedade brasileira. Para tanto, buscamos inicialmente os principais estudos sobre o negro brasileiro realizados entre o final do século XIX enfocamos o pensamento de alguns estudiosos, entre eles; Oliveira Vianna e Nina Rodrigues que argumentavam em suas análises sobre o negro brasileiro que estes possuíam uma inferioridade inata. Destacamos a leitura sobre o negro brasileiro, liderada por Gilberto Freyre que entre outros elementos argumentava que o Brasil possui um padrão de relações raciais harmônicas iniciadas ainda no período da escravidão e determinada, principalmente, pela docilidade nas relações entre senhores e escravos.

Revisitamos os estudos sobre o negro brasileiro, realizados nos anos 50 dentre os quais se sobressaíram os estudos patrocinados pela UNESCO. Nesse contexto identificamos e analisamos a existência de duas interpretações, a saber. De um lado, um grupo de estudiosos que caracterizam o Brasil como uma sociedade multirracial de classes e entre os argumentos principais figuravam a negação do preconceito e da discriminação racial, alegando que a situação do negro brasileiro deve ser analisada considerando as questões de classe. Por outro lado, abordamos a interpretação liderada por Roger Bastide e seus discípulos que analisam a situação do negro brasileiro relacionada ao processo de mudança social. Nessa leitura o passado escravista ganha relevância na situação na

atualidade, agora como responsável pela alocação deste na estrutura social, ou seja, os estudiosos argumentavam que existe um atraso da população negra nas relações capitalistas e o responsável por essa situação seria o passado escravista.

Exploramos também os estudos sobre o negro brasileiro que utilizavam modelos de análises estatísticas e reconheceram as desigualdades entre negros e brancos no Brasil, destacando o peso que o preconceito e a discriminação têm na estrutura social e, nesse contexto sobressaem as análises de Hasenbalg que, entre outras coisas, questiona o peso do passado escravista na situação do negro brasileiro e ressalta a responsabilidade do racismo nesse processo. Por fim, resumiremos alguns estudos que exploram os conceitos de identidade étnica e etnicidade argumentando que os negros brasileiros possuem marcas étnicas que são usadas como elementos em processos discriminatórios.

Essa nossa leitura sobre os estudos sobre o negro brasileiro se tornaram importantes porque traçamos um panorama de como se configuram as interpretações sobre a situação do negro brasileiro. Foi possível perceber um percurso que saiu da pressuposição de sua inferioridade até a afirmação de uma especificidade, pois, tivemos do final do século XIX até o presente momento leituras com interpretações diferenciadas. De um lado, pensadores que creditavam que os negros fizessem parte de um grupo com características inatas inferiores. De outro, tivemos na grupo que, com diferentes formas, contestavam essas argumentações, mas que, porém consegue perceber a existência do preconceito e da discriminação os quais denotam à situação do negro brasileiro uma especificidade.

Esse panorama mostra os principais conceitos, argumentações e oposições no pensamento sociológico brasileiro sobre o negro, sendo importante, portanto, compreendê-los para que as concepções daqueles que se ocupam de estudar o negro e a educação.

Um dos questionamentos relevantes nessa investigação foi tentar identificar o perfil das pessoas que se ocuparam na pesquisa sobre o negro e a educação e considerou que pesquisar e falar sobre o negro, o preconceito, o racismo, as relações raciais são em certa medida tratar de assuntos polêmicos.

Os dados da pesquisa mostraram que 77% dos pesquisadores são mulheres. Em se tratando da classificação racial, pudemos identificar que 31,5% dos pesquisadores se declararam negros, 5,4% se declararam mestiços, 2,1% afrodescendentes e 2,1% brancos. Por outro lado, 59% dos pesquisadores não mencionaram sua classificação racial. A esse respeito, nossa suspeita é de que o número de negros e/ou afrodescendentes que pesquisam sobre o negro e a educação seja bem mais significativa, porém a coerção de esquemas teóricos que buscam assumir uma posição de neutralidade intimida nossos pesquisadores de se declararem e serem vistos como militantes, panfletários, ressentidos.

Como pudemos perceber, há uma grande número de pesquisadores do sexo feminino e também um número significativo de negros e afro-descendentes. Logicamente, não estamos induzindo à crença de que somente pessoas negras devem produzir conhecimento sobre o negro, mas tão somente entender como se situam nesse universo tão complexo, que é a produção do conhecimento as pessoas que investigavam a situação do negro no campo educacional. Por isso, nos ocupamos dos autores que declararam seu grupo racial nas pesquisas tentando, captar a motivação dessas declarações.

Os dados mostraram que os pesquisadores que se declararam brancos argumentaram que ao se buscar compreender a situação a que os negros brasileiros estão sujeitos não pode ser visualizada como um “problema de negro”, mas afirmam acreditarem que é um problema nacional que deve ser estudado e equacionado por todos.

Os pesquisadores que se declararam mestiços e afro-descendentes quase sempre consideraram que os traços que sinalizam a ascendência africana os fizeram perceber e vivenciar situações de discriminação o que os conduziram a refletir e construir conhecimento sobre o negro em suas pesquisas

Foi possível perceber que os pesquisadores que se declaram negros em suas pesquisas associaram essa declaração a diversos elementos. Podemos mencionar aqueles que afirmaram que ser negro, de alguma forma, interfere no processo de investigação, em especial, por facilitar e motivar as pesquisas. Temos também pesquisadores que ressaltaram que o fato de ser negro ajudou a compreender melhor a ambigüidade das relações raciais brasileiras. Há também pesquisadores que afirmaram que

nem sempre souberam sua condição de negro e que a descobriram no decorrer da vida, por outro lado temos aqueles pesquisadores que sempre souberam da sua condição.

Para nós foi importante reter nessa parte da investigação que as relações raciais brasileiras são tão complexas, que até mesmo os pesquisadores que trabalham com a temática esbarram em situações que os marcam enquanto grupo.

Outro elemento que buscamos identificar nessa pesquisa foi o perfil das pesquisas sobre o negro e a educação. Pó esse motivo, procuramos identificar Po exemplo: região do país em que se encontra essa instituição, unidade da federação onde se localiza a instituição na qual foi produzida a pesquisa; caráter da instituição; nível da pesquisa (mestrado, doutorado ou livre docência) área do conhecimento, ano de conclusão, unidade da federação e região do país onde se realizam as pesquisas.

Os dados mostravam que a Universidade de São Paulo com 18,8% foi a instituição que mais produziu pesquisa sobre o negro e a educação no país, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais com 10,8% da produção nacional e logo após encontramos a Universidade Federal da Bahia com 9,9%. Pudemos perceber ainda que 8,8% destas investigações foram produzidas em instituições públicas contra 12% que foram produzidas em instituições particulares. Em se tratando da região do país a maioria da produção 61% se deu na região Sudeste, 18% foi produzida na região Sul, 17 % na região Nordeste, 3% na região Centro-Oeste e somente 1% na região Sul.

Os dados da pesquisa também mostraram que se encontraram em São Paulo 39,6% das instituições onde se produziram pesquisa sobre o negro e a Educação, 14,8 % estão localizados no Rio Grande do Sul e 11,8% estão são de Minas Gerais. A maioria dos trabalhos não foram financiada por agências de fomento à pesquisa, porém dos que foram financiados 17,82% foram financiadas pelas CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e 15,84 pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Os dados acima sumariados mostram ao nosso ver que o perfil das pesquisas sobre o negro e a educação é similar com a pesquisa educacional brasileira de forma geral, ou seja, são feitas em sua maioria em universidades públicas, na região Sudeste e quase sempre sm financiamento.

Um dado que a pesquisa mostrou e que pra nós é interessante foi o fato de 80% das pesquisas serem em nível de mestrado, 19% em nível de doutorado e somente 1% em nível de livre docência. Essa configuração, para nós, é uma evidência clara que existe uma tendência clara das pessoas de evitarem pesquisar e orientar temas políticos e polêmicos, ou pode ser também que os pesquisadores percebam um silenciamento, uma invisibilidade posta aos seus trabalhos pela academia, assim como fizeram como o negro no Brasil e o que para nós é mais grave não se formando pesquisadores doutores que trabalham com a temática o negro e a educação, os programas de pós-graduação vão ter sempre a desculpa de que “não têm professores para orientarem a temática”.

Em se tratando da área do conhecimento 75,24% são da área de Educação. Pudemos identificar ainda que 1,98% foram produzidas nos anos 70, situação que se modifica nos anos 80 que produziu 4,95 das pesquisas, 53,44% foram realizadas nos anos 90 e 37,62% foram produzidas a partir de 2000.

Questionamos quais autores estão mais presentes nas referências bibliográficas das pesquisas. Vale destacar que Hasenbalg apareceu nas bibliografias de 59% dos trabalhos, Florestan Fernandes em 52%. Pudemos inferir que os autores que desenvolveram a idéia de que o Brasil é uma sociedade multirracial de classes foram praticamente ignorados e, pra nós, é essa ausência sintomática, pois sinaliza a impossibilidade de suas idéias serem aceitas. Da mesma forma que em nossa leitura há a presença significativa de Freyre, isso, porém, significa tão somente a necessidade que esses pesquisadores tem de desconstruírem o mito da democracia racial, idealizado por Freyre.

Uma outra indagação é sobre o que estes pesquisadores investigaram nestes trinta e quatro anos. A análise dos dados mostraram que esses trabalhos constituíram uma diversidade de interesses, explorando espaços e situações que extrapolam o espaço do sistema educacional. Entretanto a ele diretamente relacionado. Assim, temos pesquisa que analisam: grupos culturais de matriz africana; vida e trajetória de mulheres negras; territórios/comunidades de predominância afrodescendentes (rurais e urbanas); biografias de personalidade negras; movimentos sociais negros; rede mundial de computadores; dados oficiais de organizações governamentais brasileiras e bibliografias sobre o negro brasileiro. Temos um grupo de pesquisadores que se dedicaram à análise de aspectos no interior de

instituições educacionais em quase todos os seus ângulos e constataram que estas instituições penalizam sobremaneira a população negra.

Acrescenta-se pesquisas que estudam: as crianças negras; adolescentes negros; rituais pedagógicos de professores; relações entre grupos raciais presentes no interior da escola; o livro didático; os currículos; cursos pré-vestibulares para negros e carentes; o ensino superior; os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) a LDB (Lei Diretrizes e Bases da Educação) e os Temas Transversais também foram pesquisados.

As contribuições destas pesquisas estão no fato de denunciarem vigorosamente os prejuízos a que a população negra está sujeita dentro das instituições educacionais em todos os níveis, nas relações inter-pessoais, recursos e práticas pedagógicas. Mostram que, em contrapartida, entre os grupos culturais e movimentos sociais negros a situação é oposta, uma vez que nestes a população negra se sente valorizada, e por fim, que essa realidade pode ser modificada por uma ação que respeite as diferenças étnico-raciais.

Podemos concluir que, no tocante às pesquisas, existem certas peculiaridades, tais como; são realizadas em sua maioria em universidades públicas, nem todas foram financiadas. A maioria das pesquisas foram produzidas e realizadas na região Sudeste, por outro lado a região Norte está praticamente descoberta e por fim, as pesquisas representam a confirmação de que no Brasil o preconceito e a discriminação são institucionalizados, visto que mostram os prejuízos que a população negra encontra em todos os aspectos e níveis dentro do sistema de ensino. Procuramos ainda identificar nesta pesquisa as principais concepções de negro, relações raciais e educação.

Concernente a concepção de negro, as pesquisas estão sensíveis às várias possibilidades de se identificar negro neste país. Há, portanto, os autores que salientam que a identificação do negro passa pela sua localização na estrutura social, outros recorrem à classificação oficial recorrendo à classificação oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), outros recorrem à concepção de identidade étnica, além dos que utilizam a auto classificação e a descendência. Vale ressaltar que mesmo com as várias possibilidades para se identificar o negro ou seus descendentes, todos os

pesquisadores conseguem perceber os prejuízos, preconceitos e discriminações a que esta população está sujeita.

Em se tratando de relações raciais, podemos perceber que existe uma incessante preocupação por parte destes de mostrar que de forma nenhuma o Brasil é um país de relações raciais harmoniosas; alguns chegam a expressar a intencionalidade de se pregar essa singularidade como mecanismo para estigmatizar a população negra e/ou para mascarar as desigualdades raciais neste país. Os pesquisadores mostram quais as relações raciais no Brasil são assimétricas e, para comprovar essa situação afirmam que as relações raciais penalizam os negros seja por inferiorizá-los enquanto grupos, por desvalorizar a sua cultura ou por mantê-los nos estatutos inferiores da hierarquia social. Considerando tanto as críticas como as sugestões que estes pesquisadores fizeram à educação concluem que, estes têm uma concepção de educação que transcendem a simples escolarização e persegue, entre outros o objetivo de educar para a vida, tendo como pressuposto o respeito pelas particularidades étnico-culturais dos diferentes grupos que vivem nesse país.

Podemos sugerir através dos dados da presente pesquisa que os preconceitos e as discriminações a que os negros estão sujeitos no sistema de ensino é institucionalizado, uma vez que dentro dele e em todos os seus níveis e aspectos, os negros estão sujeitos a prejuízos. Os resultados sinalizam também para a necessidade de ações no sentido de implementação de discussões sobre a diversidade étnico-cultural nos cursos de formação de professores. Sendo assim qualquer ação que se disponha contribuir para reverter a situação de inferioridade da população negra no interior do sistema educacional pressupõe sua redefinição enquanto sistema, maciços investimentos nessa redefinição e apresentação de encaminhamentos no sentido de uma democratização nas relações e valorização do negro e de sua cultura no interior do mesmo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Gilberto Freyre e a invenção do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- ALVES, Henrique L. **Bibliografia afro-brasileira: estudos sobre o negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- ANDREWS, George Red. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)**. Bauru: EDUSC. 1998.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala na obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim (orgs.) **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim. Patrimônio, antes de imperador. In: _____ . **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- ARRUDA, Maria A. N. A Imagem do negro na obra de Florestan Fernandes. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996a.
- _____. Dilemas do Brasil Moderno: A questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996b.
- _____. Dilemas do Brasil Moderno: A questão racial na obra de Florestan Fernandes. **Idéias**, Campinas. n.4(1/2), p. 43-58, 1997.
- AZEVEDO, Célia Maria M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVÊDO, Eliane. **Raça, conceito e preconceito**. São Paulo: Ática, 1990.

AZEVEDO, Thales. As elites de cor: um estudo da ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1955.

_____. **Cultura e situação racial no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1960.

_____. Mestiçagem e status no Brasil. **Sociologia**. vol. XXVI, n.4. São Paulo, 1964, p.519-539.

_____. **Povoamento da cidade de Salvador**. 3. ed. Salvador. Itapuã. 1969.

_____. **Democracia racial**: ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Os brasileiros**: estudos do caráter nacional. Salvador: Centro Editorial e Didático de Universidade Federal da Bahia, 1981.

_____. Fórmula étnica da população da cidade de Salvador. In: NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. A formação em profundidade do educador pesquisador. In: _____. Reflexões em torno da abordagem multirreferencial. São Carlos: EdUFSCAR, 1998.

BARCELLOS, Luiz C.; CUNHA, Olívia M. G.; ARAÚJO, Tereza C. N. **Escravidão e relações raciais no Brasil**: cadastro da produção intelectual (1970-1990). Rio de Janeiro: CEAA, 1991.

BARCELLOS, Luiz C. Raça e educação no Brasil: contexto da produção e novos temas de pesquisa. In: **XXII Encontro da ANPOCS**. Caxambu, 1998.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações vol. 1. São Paulo: Edusp, 1960.

_____. **As religiões Africanas no Brasil**. vol. 2. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

_____. Manifestação de preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação e manifestação do preconceito de cor na sociedade paulista. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. As **Américas negras**: as civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1974.

_____. **Brasil, Terra de contrastes**. 8. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

_____. **O Candomblé na Bahia**: rito nagô. tradução Maria Isaura Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira**. 1986a. 348p. Tese de Doutorado. (Ciências Sociais)- PUC, São Paulo.

_____. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 1986b.

_____. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCÃO, Maria Ângela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1987.

_____. Um debate sobre a questão do negro no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 2. n. 2, p.20-27, 1988.

_____. Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil: um debate sobre a formação do povo. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. Octávio Ianni: a questão racial e a questão nacional. In: CRESPO, Regina Aída; FALEIROS, Maria Izabel L. **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique(org.). **Florestan ou o sentidos das coisas**. São Paulo: Boitempo. 1998.

- BENTO, Maria A. Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: _____
Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: _____.
Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERND, Zilá. **O que é negritude.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BIBLIOTECA AMADEU AMARAL. **Bibliografia afro-brasileira.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
- BOUDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 15-33, 2002.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **África, Africanos e o Brasileiro em Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.** 108p. Dissertação de Mestrado em História Social. FFLHC. USP. 2001.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Roger Bastide: Paisagista. In: MAIO, Marcos Chor. **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- _____. **A sociologia Pluralista de Roger Bastide: um itinerário.** 1994. 139p. Tese de Doutorado. (Sociologia)- UNB, Brasília.
- BRASIL. Secretaria da educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais pra a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História Afro-brasileira e Africana.** Brasília. 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos: relações de trabalho e identidade étnica em Goiás.** Universidade Federal Goiás. Goiânia. ICHL. 1975
- CANDIDO, Antônio. Depoimentos. In: FALEIROS, Regina Aída Crespo; **Humanismo e Compromisso.** São Paulo: Ed da Universidade Estadual Paulista. 1996.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**. São Paulo, n.37, p. 21-35, 1993.
- _____. Reunião de trabalho marcha contra o racismo, pela igualdade e a vida. In CARDOSO, Fernando Henrique. **Palavras do Presidente**. Brasília. Vol. II. 2002. p.639-644.
- _____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa sociedade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.,1960.
- CARNEIRO, Edson. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARVALHO, Olavo. Gilberto Freyre: ciência social e consciência pessoal. . In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL NO NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001.
- _____. Gilberto Freyre na USP. In: ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CAVALCANTI, Mara Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, p.5-27, 1996.
- _____. Apresentação. In: NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998.

- _____. Preconceito de Marca: etnografia e relações raciais. **Tempo Social**. São Paulo. vol. 11 n.1, p.97-110, 1999.
- CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre: uma biografia intelectual**. Recife: Massangana, 1993.
- _____. **A Construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua Geração**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- CHAGAS. Patrícia de Santana Pinho. **Em Busca da Mama África: identidade africana, cultura negra e política branca na Bahia**. 2001. 319p. Tese de Doutorado. (Sociologia)- IFCH, UNICAMP, Campinas.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- COSTA. Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**. São Paulo, vol.13, n. 1, p. 143-158, 2001.
- _____. A Construção Sociológica de Raça no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**. n.1, p. 35-62, 2002.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. A questão do negro: velhos e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.1, p.85-92, 1991.
- CORREIA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: UDUSF, 1998.
- COUCEIRO, Solange Martins. **Bibliografia sobre o negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: CODAC/ USP, 1974.
- COUTINHO, Edilberto. **Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- CUNHA Jr, Henrique. Educação, afrodescendente em mestrados e doutorados: alguns comentários e uma tentativa bibliográfica. **ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE**. Salvador: Bahia, UFBA. 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. 2. ed. São Paulo. Brasiliense. 1987.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo racismo e anti-racismo no Brasil**. 1997, 354p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - FFCH/USP, 1997.

D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição Re (des)coberta (o pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas**.1987, 257p. Dissertação de Mestrado. (Teoria Literária)- IL. UNICAMP, Campinas.

DA MATTA, ROBERTO. Visão positiva da cultura brasileira. In: Entrevista a Geza Maria. **Jornal O Popular**, Goiânia, 13/03/2000. Caderno 2, p.4-5.

DUPAS, Maria Angélica. **Pesquisando e normalizando: Noções e recomendações úteis para a elaboração de trabalhos científicos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2002.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. **“A UNESCO e o mundo da cultura**. 2000. 221p. Tese de Doutorado. (Sociologia)- IFCH. UNICAMP, Campinas.

FALCÃO, Joaquim. A Luta pelo Trono: Gilberto Freyre versus USP. In: ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FERNANDES, Florestam. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol I São Paulo: Ática, 1978a.

- _____. **A integração do negro na sociedade de classes**. vol. II. São Paulo: Ática, 1978b.
- _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. n. 40, p -3-25, 1995.
- _____. **A Força do argumento**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.
- FIGUEREDO, Ângela. Velhos e novas “elites negras”. In: MAIO, Marcos Chor ; BÔAS, Gláucia Villas. **Idéias de Modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz Costa Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.
- FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Trad. Norberto Guarianello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FONSECA, Edson Nery da. **Um livro completa meio século**. Recife: Massangana. 1983.
- FREYRE, Gilberto. **Como e por que sou e não sou sociólogo**. Brasília: Ed. da UNB, 1968.
- _____. Tensões sociais na formação do Brasil moderno. In: FERNADES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas à introdução do estudo macro-sociológico. 2, ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- _____. **Novo Mundo nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000a.
- _____. **Sobrados e Mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2000b.
- _____. **Ordem e Progresso**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000c.
- _____. **Casa Grande e Senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001 a.
- _____. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

- _____. **Além do apenas moderno**: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral e do homem brasileiro em particular. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001c.
- FRENCH, Jonh. Passos em falso da razão antiimperialista : Bourdieu, Wacquant e o Orfeu e o poder de Hanchard. **Estudos Afro-asiáticos**. Ano 24 n.º 1, 2002. p.97-140
- FRY, Peter. Sobre a Pertinência de Sobrados e Mucambos para a compreensão da dinâmica racial no Brasil contemporâneo: ou o sorriso do mulato. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL NOVO MUNDO NOS TRÓPICOS**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Bibliografia sobre o negro**. 2. ed. Salvador: Diretoria de Bibliotecas, 1995.
- GASPAR, Lúcia Maria Coelho de O. (coord). **O negro no Brasil**: uma contribuição bibliográfica. Recife: Ed. Massangana, 1994.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino Ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro. Ed. 34, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. Em torno da herança: do escravo-coisa ao negro-massa (a escravidão nos estudos de relações raciais no Brasil). In: MAIO, Marcos Chor ; BÔAS, Gláucia Villas. **Idéias de Modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz Costa Pinto. Ed. Universidade UFRGS. Porto Alegre. 1999.
- GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In. BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. **O pensamento negro em Educação no Brasil**. São Carlos : EdUFSCar.. 1997.
- _____. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org) **Superando o racismo na escola**. MEC. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília. 2001. p.137-149.

- _____. O desafio da Diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz G. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.13-33
- GONÇALVES, Luiz A. de O. e SILVA; Petronilha B.G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GONÇALVES, Luiz A. de O. De preto a afro-descendente: da cor da pele a categoria científica. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (orgs.). **De preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.p.15-24.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Cor, Classes e *Status* nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996a. p.143-158.
- _____. As elites de cor e os estudos de relações raciais. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 8, n.2, p. 67-82, 1996b.
- _____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999a.
- _____. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 54, p. 147-156, 1999b.
- _____. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? **Tempo Social**. São Paulo, vol 11, n.1, p.75-95, 1999c.
- _____. A marca de cor. Resenha do livro *Preconceito de Marca* de Oracy Nogueira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.14, n.41, 1999d, p.169-171.
- _____. A questão racial na política brasileira (os últimos 15 anos). **Tempo Social**. São Paulo, vol. 13, n.2, p. 121-142, 2001.
- _____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002a.

- _____. Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação**: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, 2002.
- GUIMARÃES, Eduarda Araújo. **A conspiração do Silêncio**: Arthur Ramos e o negro na antropologia Brasileira. 1992. 216p. Dissertação de Mestrado.(Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.
- GUSMÃO, Abgail Pedro de. **Preconceito na escola**: análise sobre o tema. 2001. 105p. Dissertação de Mestrado. (Educação) – PUC, São Paulo.
- HADDAD, Sérgio, Apresentação do livro Racismo no Brasil. In: ABONG. **Racismo no Brasil**. São Paulo. 2002.
- HASENBALG, Carlos A. Desigualdades Raciais no Brasil. **Revista Dados**. Rio de Janeiro. 1977, p.7-33.
- _____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição Geral, 1979.
- _____. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos A. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- _____. Prefácio. In: MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. **O elogio da dominação**: relendo Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Achimé, 1984.
- _____.Desigualdades sociais e oportunidades educacionais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 63, p. 24-29, 1987.
- _____. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**.n.18 Rio de Janeiro, 1990, p.73-91.
- _____.Negros e mestiços: vida, cotidiano e movimento. Entrevista Concedida a Ricardo Tavares. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 28-37, 1991.
- _____.As pesquisas das desigualdades raciais no Brasil.In: HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson V. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundo Rio ed, 1992.

_____. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. In: HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson V. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. Fundo Rio ed. 1992.

_____. Perspectiva sobre raças e classe no Brasil. In: : HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson V. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundo Rio ed., 1992.

_____. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. Entre mitos e fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura.(orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FICRUZ/CCBB, 1996.

_____. Relações raciais no contexto nacional e internacional. In: HASENBALG, C. A; MUNANGA, K.; SCHWARCZ. **Racismo: perspectiva para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998.

HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson V. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, 1988

_____. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p.5-12, 1990.

HARRIS, Marvin. **Race Relations in Minas Valhas, a Community in the Mountain Region of Central Brazil**. In. HARRIS, Marvin. *Race and Class in Rural Brazil*. Columbia University. 1952.

_____. **Padrões Raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. Percepções da diferenças raciais em Minas Velhas. In. FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo. Editora Nacional. 1975.

HOBSEBAWM, Erich. **A era das revoluções: Europa, 1789-1848**. Trad. Maria Luíza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. Tese de doutorado (Antropologia). FFCH. USP. São Paulo. 1999.

_____. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (orgs.). **De preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar.. 2003.p.51-68.

IANNI, Octavio. A ideologia racial do negro e do mulato em Florianópolis. **Sociologia**. São Paulo. Vol. XX, n.13, 1958, p.353-422.

_____. Capitalismo, escravidão e trabalho livre. In: FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. 2. ed.. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p.375-398.

_____. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3. ed. Brasiliense. São Paulo. 1987.

_____. **As metamorfoses do Escravo**. São Paulo: HUCITEC, 1988a.

_____. **Escravidão e racismo**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988b.

_____. **A sociologia de Florestan Fernandes**. 2. ed. São Paulo: Ática. 1991.

_____. A sociologia de Florestan Fernandes. **Revista da USP**, São Paulo, n. 29, p.26-33, 1996a.

_____. **A idéia de Brasil Moderno**. Brasiliense. São Paulo. 1996b.

_____. A racialização do mundo. **Tempo Social**. São Paulo, n.8, p. 1-23, 1992.

IANNI, Octávio; MUNANGA, Kabengele. O racismo no mundo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações raciais e educação: discussões contemporâneas**. Niterói: Intertexto, 2000.

LEPINE, Claude. A imagem do negro brasileiro. In: D’INCÃO, Maria Ângela (org.). **O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1987.

- _____. O negro brasileiro: raça, cultura ou classe social. In; CRESPO, Regina Aída; FALEIROS, Maria Izabel L. **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- MAGGIE, Yvone. **A Ilusão do concreto**: análise do sistema de classificação racial no Brasil. 1991. 127p. Tese de Livre Docência. (Ciências Sociais)- UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. Aqueles a quem foi negada a cor do Dia: as categorias Cor e Raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MAIO, Marcos Chor. . A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura dos. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- _____. **A história do projeto UNESCO**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. 1997a, p. 346p. Tese de Doutorado (Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. **Dados**. Rio de Janeiro, vol. 40, n.1, p. 127-163. 1997b.
- _____. Costa Pinto e a crítica ao “negro como espetáculo”. In: PINTO, L. A, Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- _____. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO. **Tempo Social**. São Paulo, vol 11, n.1, p.111-136, 1999a.
- _____. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.14, n.41. São Pulo, 199b,p.141-158
- MARTINS, Tatiana Gomes. “**Raízes da sociologia brasileira**: Florestan Fernandes e a questão do intelectual”. 2002. 141p. Dissertação de Mestrado. (Sociologia)- IFCH. UNICAMP. Campinas.
- MARTINS, José de Souza. **Florestan**: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.

- MARTINS, Wilson. Especificidades Gilbertianas. In: FREYRE, Gilberto. **Novo Mundo dos Trópicos**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2000.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. (org). **Florestan ou o Sentido das Coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da branca senhora ao negro herói a trajetória de um discurso racial. **Estudos Afro- Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 119-129, 1991.
- _____. **Negro sobre negro**: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras. 1997. 330p. Tese (Doutorado em sociologia)- IFCS/ UFRJ, Rio de Janeiro.
- MATUI, Jiron. **Cidadão e professor em Florestan Fernandes**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAZZA, Débora. **A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática Educacional**: uma leitura (1941-1964). 1997.232p. Tese de Doutorado. (Sociologia)- IFCH/ UNICAMP. Campinas.
- MEDEIROS, Alice de Aguiar. **O Elogio da Dominação**: relendo Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Achimé, 1984.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O “Ovo de Colombo” Gilbertiano. In: ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). **O Imperador das idéias**: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MOKREJS, Elizabete. Psicanálise e educação - Arthur Ramos: um episódio da história da Educação no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação USP**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 91-104, 1987.
- MOTTA, Manoel Francisco de Vasconcelos. Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação no Programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação**: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, 2002.
- MOURA Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **As injustiças do Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina dos livros, 1990.

- _____. **História do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 109-117, 1990 a.
- _____. Racismo da desigualdade à intolerância. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.4, n. 2, p.51-54, 1990b.
- _____. As facetas do racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996a.
- _____. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: **Negras Imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão. SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor de Souza. São Paulo: EdUSP, 1996b.
- _____. Teorias sobre racismo. Relações raciais no contexto nacional e internacional. In: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, K.; SCHWARCZ, L. M. **Racismo**: perspectiva para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações raciais e educação**: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999b.
- _____. **100 anos de produção bibliográfica sobre o negro**. vol. 1. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2000.
- _____. **Superando o racismo na escola**. 3. ed. MEC. Brasília, 2001.
- _____. (org). **100 anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Fundação Cultural Palmares, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias. (et al). **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Quilombo, 1950.

- _____. **O Quilombismo**: documento de uma militância pan africana. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Combate ao racismo**: discursos pronunciados e projetos apresentados pelo deputado Abdias do Nascimento. Brasília: Câmara dos deputados. 1983.
- _____. **O Brasil na mira do pan-africanismo**; segunda edição das obras O Genocídio de negro brasileiro e Sitiados em Lagos. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.
- NASCIMENTO, Elisa Larkim. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- NOGUEIRA, Oracy. Relações Raciais no Município de Itapetininga. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.
- _____. A estratificação social no município de Itapetininga. **Sociologia**, vol XXI, n.3, São Paulo, 1959, p.225-235.
- _____. A estratificação social de Itapetininga. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. 2.. São Paulo: Editora Nacional. 1975,p.169-178.
- _____. **Tanto Preto Quanto Branco**: estudos de relações raciais: São Paulo. TA. Queiroz. 1985.
- _____. **Negro Político, Político Negro**: a vida do doutor Alfredo Casemiro Da Rocha, Parlamentar da “República Velha”. São Paulo: EDUSP, 1992.
- _____. **Preconceito de Marca**: as Relações Raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.
- NUCLÉO DE ESTUDOS NEGROS. **O que você pode ler sobre o negro**: guia de Referências Bibliográficas. Florianópolis: NEN, 1998.
- OLIVA, Alberto. **Ciência e Ideologia**: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais. Porto Alegre: IDIPUCRS, 1997.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 27, p.163-175, 1990.
- PAIVA, Carlos Aguedo Nadel. **Capitalismo Dependente e (Contra) Revolução Burguesa no Brasil**: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes. 1991. 535p. Dissertação de Mestrado (Economia)- IE -UNICAMP. Campinas.
- PAOLI, NIVENIUS J. **As relações entre Ciências Sociais e Educação nos anos 50/60 a partir das histórias e produções intelectuais de quatro personagens: Josedilth Gomes Consorti, Aparecida Joly Gouveia, Juarez Brandão e Oracy Nogueira**. 1995. 289p. Tese de Doutorado (Educação)- Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Queroz, 1997.
- PEIRANO, Mariza G. S. **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Editora da UNB, 1992.
- PEIXOTO, Fernanda Áreas. **Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. Prefácio. In: BASTIDE, Roger. **O Candomblé na Bahia**: rito nagô. tradução Maria Isaura Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- PEREIRA, João Borges. Raça e classe Social no Brasil. In: D'INCÃO, Maria Ângela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1987.
- _____. Estudos antropológicos das populações sobre o negro no Brasil: aspectos políticos e tendências atuais. In. Contribuição à antropologia em Homenagem a Egom Schaden. **Coleção Museu Paulista**. Série Ensaio (separata). São Paulo. Vol 4. 1981, p.193-206.

- _____.A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. **Revista da USP**. São Paulo, n. 29, p.34-41, 1996a.
- _____. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996b.
- _____.O retorno do racismo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996c.
- _____. Diversidade, racismo e educação. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações Raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas**. Niterói: EdUFF. 2001.
- _____.**Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP. 2001b.
- PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1971.
- _____.**Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966.
- _____.As raízes de Cruz das Almas. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo. Editora Nacional, 1975.
- PINTO, Ernesto Renan M. Freitas. **A sociologia de Florestan Fernandes**. 1992. 447p.Tese de Doutorado. (Ciências Sociais)- PUC, São Paulo.
- PINTO, João Alberto da Costa. Ideólogo do Colonialismo português. **Jornal O popular**. Goiânia, 12/03/2000, Caderno 2. p.3.
- PINTO, L. A, Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- _____. **Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n. 62, p. 3-34, 1987.

_____. Raça e educação: uma articulação incipiente. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n.80, p. 41-50, 1992.

_____. A questão racial e a formação de professores. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação: Temas Contemporâneos**. Niterói: UdUF.2002.p.115-132.

_____. Educação e diferenças étnico-raciais: a visão das revistas da área de educação. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação: Temas Contemporâneos**. Niterói: UdUF.2002.p.115-132.

PIZA, Edith, Porta de Vidro: entrada para a branquitude. In: BENTO, M. A. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

POLIAKOV, Leon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos; tradução**. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1974.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias de etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUEIROZ, Renato da Silva. Tanto preto quanto branco, mas sobretudo pretos: homenagem a Oracy Nogueira. In SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996a.

QUINTAS, Fátima. **A obra em tempos vários: livro comemorativo dos 95 anos de nascimento de Gilberto Freyre**. Recife: Massangana, 1999.

RAMOS, A. Guerreiro. O negro desde dentro. In. **Teatro Experimental do Negro**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1966.

_____. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: Teatro Experimental do Negro. Testemunhos. **Dionysios**. Brasília. Imprensa nacional. 1989.

_____. A UNESCO e as relações de Raça. In: NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro:1982.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

_____. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REIS, José Carlos. **As identidades: de Vernhagen a FHC**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Anti-racismo e Educação: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia**. 2000. 163p. Dissertação de Mestrado. (Educação) - UFU, Uberlândia.

RIBEIRO, Darcy. Gilberto Freyre: uma introdução a Casa-Grande & Senzala. In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

RIBEIRO, René. **Religião e relações raciais**. MEC. Rio de Janeiro. 1956.

_____. **Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo do ajustamento social**. 2.^a ed. MEC/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1978.

_____. **Antropologia da Religião: e outros estudos**. Recife. Ed. Massananga? Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

_____. O negro na atualidade brasileira. Instituto de **Investigação científico Tropical/Centro de Antropologia Cultural e Social**. Lisboa, 1988.

_____. Religiões populares e etnias: o primado do eufemismo. In: BRAGA, Júlio.(org.). **Religião e Cidadania**. Salvador: EGBA/UFBA. 1990.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **O problema da raça negra na América Portuguesa**. Bahia: Libro-Typographia, 1905.

_____. **O animismo fetichista dos negros bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **As raças e a responsabilidade Penal no Brasil** 3. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1938.

_____. **As collectividades anormaes**. Rio de Janeiro.: Civilização Brasileira, 1939.

- _____. **Os africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- ROLAND, Maria Inês de França.. **Gilberto Freyre**. São Paulo: Ícone, 2000.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. 1997. 295p. Tese de doutorado. (Economia)- IE. UNICAMP. Campinas.
- SANSIONE, Lívio. As relações Raciais em Casa-Grande & Senzala Revisitando à Luz do Processo de Internalização e Globalização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura dos. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- _____. Um Campo saturado de Tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, ano 24, n.1, p. 5-13, 2002.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia sobre o negro**. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1989.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **As luzes e a representação do negro no Brasil**. 1993. 217p. Dissertação de Mestrado. (Filosofia)- FFCH, USP, São Paulo.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica á Sociologia**. Brasileira: Editora da UFRJ, 1995.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **A Formação do Mercado de Trabalho Livre em São Paulo**: tensões raciais e marginalização social. 1997.138p. Dissertação de Mestrado (Sociologia)- UNB, Brasília.

- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Trad. Maria Paula Duarte. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e a cidadania em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia M. e NOVAES, Fernando. **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia das Letras. 1988 – 173-244.
- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
- _____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz ; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996a.
- _____. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XX no Brasil. In: FONSECA, Maria N. S. (org). **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- SEGURA-RAMÍREZ, Héctor. **Revista Estudos afro-asiáticos (1978-1997) e relações raciais no Brasil**: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil. 2000. 169p. Dissertação de Mestrado (Sociologia)- IFCH. UNICAMP, Campinas.
- SENA, Custódia Selma. Casa Grande & senzala. A invenção do Brasil. **Jornal O Popular**. Goiânia, 12/03/2000. Caderno 2, p.6-7.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e Cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 01-17. 1985.
- _____. Racismo e o Ideário da Formação do Povo no Pensamento Brasileiro. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação: temas contemporâneos**. Niterói: EdUFF, 2002. p13-32

- SEVCENKO, Nicolau. Gilberto Freyre e a Mídia: pioneirismo, sensibilidade e inovação. In: ARAÚJO, Rosa Maria de; FALCÃO, Joaquim (orgs.) **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- SILVA, Gilberto Ferreira da. Produção do Conhecimento e Ações Coletivas sobre Negro e Educação no RS. **I CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS**. Recife, 2000.
- SILVA, Nelson do Valle. Estabilidade temporal e diferenciais regionais no casamento inter-racial. **Estudos Afro-asiáticos**. n.21, Rio de Janeiro, 1991, p.49-50.
- _____. Aspectos demográficos de grupos raciais. **Estudos afro-asiáticos**, n.23, Rio de Janeiro, 1992, p.7-15.
- _____. Morenidade: modo de usar. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 30, p. 79-95, 1992.
- _____. Uma nota sobre “ raça social no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, n.26, 1994, p.66-79.
- _____. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A; HUNTLEY, Lynn. (orgs.). **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões de educar-se entre afrodescendentes e africano. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (orgs.). **De preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar , 2003. p.181-198.
- SILVA, René da Costa. **A Cidadania em Revista: intelectualidade, política e a questão racial na revista civilização brasileira**. 1993.172p. Dissertação de Mestrado. (História)-UNB, Brasília.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização**. 1999.172p. Tese de doutorado (Sociologia)- IFCH, UNICAMP, Campinas.

- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Ilê: uma denúncia de educação na perspectiva cultural afro-brasileira. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégia e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP. 1996.p.157-165.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. EUA Bi-racial vs. Brasil Multirracial: o contraste ainda é válido. **Novos Estudos do CEBRAP**. São Paulo, n.34, p. 49-62, 1992.
- _____. **O Brasil visto de fora**. Trad. Susam Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. 1993.110p. Dissertação de Mestrado. (Sociologia)- UNB, Brasília.
- STOLCKE, Verena . Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: n. 20, p.101-119. 1991
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Educação e diversidade cultural**: um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna. 1999.
- _____. Educação e Diversidade Cultural: algumas reflexões sobre a LDB. **Intermeio-Revista do Mestrado em Educação da UFMS**, Campo Grande, n.º 4 . v. 2, p. 20-28, 1996.
- _____. Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.º 93, p.40-50, 1995.
- VARGAS, Everton Vieira. **Brasilidade e Hispanidade**: o sentido das percepções recíprocas do Brasil e das nações hispano-americanas e suas representações no pensamento social brasileiro e hispano-americano. 2001. 355p. Tese de Doutorado. (Sociologia) – UNB, Brasília.
- VERISSÍMO, Jose. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: Ed. UnB, 1963.
- _____. **Estudos Amazônicos**. Belém: Ed. UFP, 1970.

- _____. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- _____. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIANNA, José Francisco de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- _____. **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.
- _____. **Populações Meridionais do Brasil**. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- _____. **Populações Meridionais do Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Ensaio Inéditos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- VIEIRA, Carlos Roberto. **O papel do professor nos anos 80: uma análise a partir da reflexão de Florestan Fernandes**. 1995. 143p. Dissertação de Mestrado. (Educação). UFU. Uberlândia.
- VILA NOVA, Sebastião. **Sociologia & Pós-sociologia em Gilberto Freyre: algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento**. Recife: Massangana, 1995.
- TELES, Edward E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. **Afro – Ásia**, Salvador, n.17, p. 121-138, 1996.
- TUNA, Gustavo Henrique. **Entre Tradição & Ruptura**. São Paulo: Cone Sul, 2000.
- WAGLEY, Charles. **Race and class in Rural Brazil**. Comumbia University. 1952.
- _____. **Uma comunidade Amazônica: estudo dos homens nos trópicos**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957.

AUDIVISUAIS

CD-ROM – ANPED -

ANEXO
TESES ANALISADAS

- ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e a educação**. Movimento e Política no Estado do Rio Grande do Sul (1987- 2001_). Dissertação de Mestrado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 2002.
- ANTÔNIO, Manoel. **Gênero e identidade racial de crianças negras e brancas na prática de uma professora de pré-escola**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG.Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- ARAÚJO, Jocimar Oliveira de. **Raça, Educação e Mobilidade Social: o programa de pré-vestibulares para negros e carentes**. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). UFSCAR. São Carlos. 2001.
- ARAÚJO. Rosângela Costa. **Sou discípulo que aprende, meu mestre me deu a lição; tradição e educação entre os angoleiros baianos (anos 80 e 90)**. Dissertação de Mestrado (Educação). USP. São Paulo. 1999
- ANDRADE, Eliane Nunes de Baumel. **Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre os jovens Rappers de São Bernardo do Campo**. Dissertação de Mestrado. (Educação). USP. São Paulo. 1996.
- BARBOSA, Irene Ferreira. **Enfrentando Preconceito: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdade**. Tese de Doutorado. (Antropologia). FFCH/USP. São Paulo. 1994.
- BARCELOS, Luiz C. **Raça e realização educacional no Brasil**. Dissertação de Mestrado. (Sociologia). IUPERJ. Rio de Janeiro. 1992.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Racismo e anti-racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo**. Tese de Doutorado. (Sociologia). USP. São Paulo. 2003.
- BARROS, Adelma dos Reis. **O silenciamento nas avaliações dos livros didáticos**. Dissertação de Mestrado (Linguística). UNICAMP. Campinas. 1992.
- BEMDAZZOLI, Sirlene. **Construção de Identidade entre crianças negras de Helvécia**. (BA). Dissertação de Mestrado (Educação). USP. São Paulo. 2000.

- BOTELHO, Denise Maria. **Aya nini (Coragem) Educadoras no enfrentamento de práticas racistas em espaços escolares São Paulo e Havana.** Dissertação de Mestrado (Integração da América Latina). USP. São Paulo. 2000.
- CARVALHO, Marie Jane Soares. **Gênero, Raça e Classe Social no currículo.** Tese de Doutorado (Educação). UFGRS. Porto Alegre. 1999.
- CARVALHO, NADJA MIRANDA DE . **Arte-educação e etnicidade:** elementos para uma interpretação da experiência educativa do grupo Olodum. Dissertação de Mestrado (Educação). UFSC. Florianópolis. 1994.
- CAVALLEIRO. Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** Dissertação de Mestrado (Educação). USP. São Paulo. 1998.
- CONCEIÇÃO. Maria Telvira da. **O negro no ensino de história:** uma análise das suas influências e desafios no contexto do ensino médio. Dissertação de Mestrado. (Educação). UFC.Fortaleza. 2001.
- CONRADO, Amélia Vitória. **A dança étnica afro-baiana:** uma educação em Movimento. Dissertação de Mestrado.(Educação) UFBA. Salvador. 1995.
- CUNHA, Lídia Nunes. **Educação, modernização e afrodescendente:** 1920-1936: o estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado (Educação). UFP.Pernambuco. 1999.
- DANTAS, Triana de Veneza Sodré. **Educação do negro:** a pedagogia do Congo de Livramento, MT. Dissertação de Mestrado (Educação Pública). UFMT. Cuiabá. 1995.
- DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade étnico-racial e educação infantil:** três escolas, uma questão, muitas respostas. Dissertação de Mestrado (Educação). UFMS. Campo Grande. 1997.
- DIAS, Paulo Martins. **As imagens do negro no livro didático de História do Brasil.** Dissertação de Mestrado. (Educação) Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba .1994.
- DIAS, Tércio Gonçalves. **Negritude: um estudo hermenêutico.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFPA. Florianópolis . 1994.
- DUARTE, Maria Betânia P. G. **Negro e educação: um estudo na escola pública de 1.º grau.** Dissertação Mestrado (Educação). UFRJ. Rio de Janeiro.1997.

- FONSECA, Marcus Vinícius. **As primeiras práticas em relação á Educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG. Belo Horizonte. 2000.
- FONTOURA, .C.A. **A exclusão da cultura afro-brasileira dos currículos escolares: uma questão de desconhecimento histórico?** Dissertação de Mestrado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 1987.
- FREITAS, Josiania Miranda. **Museu bloco afro Ilê Ailyê: um espaço de memória e etnicidade.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador. 1996.
- FUNARI, Reina Maria Lintz. **O ensino de arte no Brasil em busca das raízes culturais africanas.** Dissertação de Mestrado (Escola de Comunicação e Arte). USP. São Paulo. 1993.
- _____. **Valorização negro- africana no ensino de arte: análise das faculdades de arte no Brasil em busca de raízes africanas.** Tese de Doutorado (Ciências da Comunicação). USP. São Paulo. 2001.
- GUIMARÃES. Elias Lins. **Os saberes de uma festa: conhecimento e vivência de jovens negros no bloco afro Araketu.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador. 1995
- GUIMARÃES, Mary Francisca. **Preconceito racial em questão: a perspectiva dos alunos.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG. Belo Horizonte .1996.
- GODOY, Eliete Aparecida de. **A representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso à luz da teoria Piagetiana.** Dissertação de Mestrado (Educação). UNICAMP. Campinas.1996.
- _____. **As relações étnico-raciais e o juízo moral no contexto escolar.** Tese de Doutorado (Educação). UNICAMP. Campinas. 2001.
- GOMES, Ana Beatriz Souza. **A prática pedagógica curricular e os alunos negros; um estudo de caso numa escola pública em Teresina, Piauí.** Dissertação de Mestrado. (Educação) UFP. Teresina. 2000.
- GOMES, Nilma Lino . **A Trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: um estudo de caso em uma Escola Municipal de Belo Horizonte.** UFMG. Belo Horizonte.. 1994.

- GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. **A questão do negro e a política pública de educação multicultural: avanços e limitações.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFU. Uberlândia. 2004.
- GONÇALVES, Luis Alberto de Oliveira. **O silêncio; um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1.^a a 4.^a série .** Dissertação de Mestrado (Educação). Belo Horizonte. UFMG. 1985.
- HALMESCHLAGER, Vera Lúcia da Silva. **Etnia, raça e desigualdade Educacional: uma abordagem estenográfica no ensino noturno.** Dissertação de Mestrado (Educação) UNISINOS. São Leopoldo. 2000.
- JESUS, Conceição Aparecida de. **Atos de resistência cultural e educação: discursos e expectativas para além de ZUMBI.** Tese de Doutorado.(Educação). USP. São Paulo. 2001.
- LEITE, João. **Cor do aluno e a reação da professora na escola primária de Salvador.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador. 1975.
- LEITE , Ligia Maria. **A Magia dos invencíveis.** Dissertação de Mestrado (Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1987.
- LIMA, Maria Batista. **Mussuca – laranjeiras, “Lugar de preto mais preto”: cultura e Educação nos territórios de Predominância Afrodescendentes Sergipanos.** Dissertação de Mestrado (Educação). UERJ. Rio de Janeiro. 2001.
- LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança numa escola pública de São Carlos.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFSCAR. São Carlos. 1994.
- _____. **Além da memória: Vila Xavier, diálogo entre os diferentes elementos de sociabilidade.** Tese de Doutorado. (Antropologia) PUC/SP. São Paulo. 2002.
- LOPES, Ana Lúcia. **Ampliando o olhar: um estudo sobre a construção da identidade da criança negra-mestiça frente à experiência escolar.** Dissertação de Mestrado. (Antropologia). USP. São Paulo. 1997.
- LOZADA, Gioconda. **Fracasso escolar, Classe social e cor: proposta para o curso de formação de professores.** Dissertação de Mestrado. (Educação). UFF. Niterói. 1992

- LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio Luz. **Insurgência Negra e a Pedagogia do embranquecimento**. Dissertação de Mestrado (Educação).UFBa Salvador. 1990.
- _____. ABEBE. A criação de uma nova perspectiva epistemológica em Educação. Tese de Doutorado (Educação). UFBa. Salvador. 1997.
- MATOS, Maria Aparecida. **Grucon: Ação Pedagógica Valandi ou Chilingu**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFMT. Cuiabá. 1999.
- MOEHLECKE, Sabrina. **Proposta de ações afirmativas no Brasil; o acesso da população negra ao ensino superior**. Dissertação de Mestrado. (Educação)USP. São Paulo 2000.
- MOURA, Maria da Glória da Veiga. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros; o currículo invisível da festa**. Tese de Doutorado (Educação). USP. São Paulo. 1997.
- MOURO, Neiva de Oliveira. **Um estudo sobre o universitário do anual de 1990 da Universidade de Ponta Grossa: carreiras educacionais e raça**. Dissertação de Mestrado (Psicologia da Educação). PUC/SP. São Paulo. 1993.
- NEYAMIEM. Francy Rodrigues da Guia. **Ser negro nas vozes da escola**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFC. Fortaleza. 1999.
- OLIVEIRA, Eliana . **Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado.PUC/SP. São Paulo. 1994.
- OLIVEIRA. Gesse. **A trajetória inconclusa do negro na busca da conquista da cidadania**. Dissertação de Mestrado. (Educação). UERJ. Rio de Janeiro. 1996;
- OLIVEIRA, Ivani de Lourdes Marchese de. **Do mito da igualdade à realidade de discriminação: desvelações/revelações; contribuições em um micro universo de alunos trabalhadores**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFSCAR. São Carlos. 2001
- OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Identidade e interação na sala de aula: pré/conceito e auto/conceito**. Dissertação de Mestrado (Educação). UNICAMP. Campinas. 1993.
- OLIVEIRA, Leunice Martins. **Currículo e cultura negra na Restinga : um estudo de escolas e agências sócio-educativas – rompendo o silêncio, criando identidade**. Dissertação de Mestrado (Educação). PUC/RS. Porto Alegre. 1997.

- OLIVEIRA, Marco Antônio de. **O negro no ensino de história: Tema e representações 1978-1998.** Dissertação de Mestrado (Educação). USP. São Paulo. 2000.
- OLIVEIRA, Kiusan Regina. **Dois histórias de autodeterminação: a construção da identidade de professores afrodescendentes.** Dissertação de Mestrado (Psicologia). USP. São Paulo. 2001.
- OLIVEIRA, Rachel de. **Relações Raciais na escola: uma experiência de intervenção.** Dissertação de Mestrado (Educação). PUC/SP. São Paulo. 1992
- _____. **Preconceitos, discriminações e formação de professores – do proposto ao alcançado.** Tese de Doutorado (Educação). UFSCAR. São Carlos. 2001.
- PARÉ, Marilene Leal. **Auto- imagem e auto-estima na criança negra: um olhar sobre seu desempenho escolar.** Dissertação de Mestrado (Educação). PUC/RS. Porto Alegre. 2000.
- PARENTE, Regina Marques. **Moçambique de Osório, exílio de reino negro na diáspora.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFRS. Porto Alegre. 2000.
- PIERINI, Rita de Cássia. **Racismo e sala de aula no município de São Paulo: o caso da comunidade negra no antigo curso primário – Zona Norte – 1970-1990.** Dissertação de Mestrado (História). USP. São Paulo. 1998.
- PINTO, Elizabete Aparecida Pinto. **Etnicidade, Gênero e Educação: D.^a Laudelina de Campos Mello (1904-1991).** Dissertação de Mestrado (Educação).UNICAMP. Campinas. 1993.
- REIS, Márcia Terra Ferreira dos. **Mulheres das Classes Populares e a Educação de Jovens e Adultos no CMET Paulo Freire.** Dissertação de Mestrado.(Educação). PUC/RS Porto Alegre.2001.
- RIBEIRO, Cristiane Maria. **O projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFU. Uberlândia. 2000.
- RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **O romper do silêncio; a história e a memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das universidades públicas do Estado de São Paulo.** 2001. Tese de Doutorado (Educação) . USP. São Paulo .2001.

- RIBEIRO, Neli Góes. **Por entre as tramas e os meios, as relações raciais na escola.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFS. Florianópolis. 1995.
- RIBEIRO, Rosa Maria Barros. **Etnias e Educação: trajetórias de formação de professores frente á complexidade de relações étnicas no cotidiano escolar.** Tese de Doutorado (Educação). UNICAMP. Campinas. 2001.
- _____. **Negros do Trilho e as perspectivas educacionais.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFC. Fortaleza. 1995.
- ROFINO, Selma dos Santos. **Memória em exclusão: ser professor negro na cidade de São Paulo. (1950-1990).** Dissertação de Mestrado (História). PUC/SP. São Paulo. 1996.
- ROSA, Luiz Vergílio Batista da. **Exclusão étnica; uma face do fracasso escolar: a exclusão de adolescentes negros, na perspectiva de aproximação de pressupostos teóricos de inclusão.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 2001.
- SANGER, Dircenara dos Santos. **Para além do ingresso na universidade – radiografando os cursos pré-vestibulares para negros e carentes em Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 2003.
- SANTANA, Moisés de Melo. **Olo um: carnavalizando a educação: curricularidade em ritmo de samba-reggae.** Tese de Doutorado (Educação). USP. São Paulo .2000.
- SANTOS, Cleito Pereira dos. **Educação e desigualdades raciais em Goiás.** Dissertação de Mestrado (Sociologia). UFMG. Belo Horizonte. 2000.
- SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Religiosidade, identidade negra e educação: os processos de construção da subjetividade de adolescentes dos Arturo.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG. Belo Horizonte.. 1997.
- SANTOS, Gláucia Romualdo dos. **Mulher não branca e magistério primário: uma versão em preto e branco da professorinha de azul e branco.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG. Belo Horizonte.2001.
- SANTOS, Rafael dos. **Movimentos sociais, educação e questões do cotidiano dentro das relações raciais na sociedade brasileira. Estudo de caso: o trabalho do grupo cultural afro-reggae.** Dissertação de Mestrado (Educação). Rio de Janeiro. UFF. 1996.

- _____. **Negritude Virtual: educação, Internet e identidade.** Tese de Doutorado (Educação). USP. São Paulo. 2002.
- SANTOS, Risomar. **A cidadania no cotidiano da mulher negra, em João Pessoa negação e luta.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFPa. João Pessoa. 1996.
- SILVA, Ana Célia da. **O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro didático de comunicação de 1.º grau, nível I.** Dissertação de Mestrado. (Educação). UFBA. Salvador. 1988
- SILVA, Consuelo Dores. **A construção da identidade no processo educativo; um estudo da auto-representação dos alunos negros no universo da escola pública.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFMG. Belo Horizonte. 1993.
- SILVA, Eva Aparecida. **Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara. Dissertação de Mestrado** (Educação). UNICAMP. Campinas. 2003.
- SILVA. Gilberto Ferreira. **Arakinjô; corpo que está dançando; representações educativas de grupos infantis de dança afro- brasileira.** Dissertação de Mestrado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 1997.
- SILVA, Inayá Bittecourt e. **A pluralidade cultural no debate contemporâneo e o desafio político e pedagógico para a escola pública brasileira.** Tese de Doutorado (Ciências Sociais). PUC/SP. São Paulo. 1999.
- SILVA, Jacira Reis da. **Resistência negra e Educação: limite e possibilidades no contexto de uma experiência escolar.** Dissertação de Mestrado (Educação). 1992.
- _____. **Mulheres Caladas; trajetórias escolares de professoras negras, em Pelotas: produção/circulação de representações sobre os negros, na escola.** Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre. 2000.
- SILVA. Júlio Costa da. **A exclusão do negro na universidade pública: história oral de graduados afro-brasileiros.** Dissertação de Mestrado (História). UNICAMP. Campinas. 2001.
- SILVA, Silvio Ricardo da. **Estudos da discriminação racial nas aulas de Educação Física nas turmas de 4.ª séries do 1.º grau da escola estadual. EFFI HOLFS. Viçosa.** Dissertação de Mestrado (Educação Física). UFSM. Santa Maria. 1994.

- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves Silva. **Educação e Identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro**. Tese de Doutorado (Educação). UFRGS. Porto Alegre. 1987.
- SILVA, Vanda Machado. **Aspectos do universo cultural de crianças do Ilê Opó afonjá – uma perspectiva de formação de conceitos na pré-escola**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador. 1990.
- SOLIGO, Ângela Fátima. **Crianças negras e professoras ranças: um estudo de atitudes**. Dissertação de Mestrado (Psicologia). PUCCAMP. Campinas. 1996.
- SOUZA, Iracema de. **Egebé Kekeré Iya Biyá**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador. 1977.
- SOUZA, Irene Sales de. **Os educadores e as relações inter-raciais: mestres e pais**. Tese de Livre-docência. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. França. 1999.
- SOUZA, Maria Elene Vianna. **Ideologia Racial, Movimento Negro no Rio de Janeiro e Educação Escolar**. Dissertação de Mestrado (Educação). UERJ. Rio de Janeiro. 1996.
- TELES, Maria Amélia . **O preconceito e a discriminação racial e a educação: o caso Maria Fuastina à luz do imaginário**. Dissertação de Mestrado (Educação). UNB. Brasília. UNB. 1996.
- TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado (Antropologia) . UFRJ/ Museu Nacional. Rio de Janeiro. 1998.
- TRINDADE, AZOILDA Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Dissertação de Mestrado (Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1994.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulher Negra; trabalho Educação**. Dissertação de Mestrado (Educação). UFBA. Salvador . 1996.
- _____. **Raça, Gênero e Educação Superior**. Tese de Doutorado (Educação). UFBA. Salvador. 2001.

ZIVIANI, DENISE Conceição das Graças. **À flor da pele: a alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação**. Dissertação de Mestrado. (Psicologia Social). UFMG. Belo Horizonte. 2003.